

Viver sobrevivendo:

**Emoções e dinâmicas socioculturais nos processos de
manutenção das relações conjugais violentas**

Sara Dalila Aguiar Cerejo

**Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários
à obtenção do grau de Doutor em Sociologia, realizada sob a
orientação científica do Professor Doutor Manuel Lisboa**

Fevereiro de 2014

**Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários
à obtenção do grau de Doutor em Sociologia, realizada sob a
orientação científica do Professor Doutor Manuel Lisboa**

Fevereiro de 2014

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Doutor em Sociologia, realizada sob a orientação
científica de Professor Doutor Manuel Lisboa

Apoio financeiro da FCT através da atribuição de uma bolsa de doutoramento (SFRH /
BD / 60892 / 2009)

Agradecimentos

O trabalho que aqui se apresenta não teria sido possível sem a ajuda de algumas mulheres e homens que lutam dia-a-dia pela irradicação da violência contra as mulheres e pela melhoria dos mecanismos de protecção e auxílio às vítimas. Gostaria, especialmente de agradecer o apoio de algumas pessoas que, gentilmente, me abriram as portas das suas associações. Da UMAR um agradecimento à Dra. Elsa, à Dra. Anabela e à Dra. Irene. Ainda da UMAR, um agradecimento muito especial à Dra. Elizabete Brasil, uma mulher que deve ser para todos aqueles que travam esta batalha, um exemplo de dedicação à causa. Da APAV, o meu agradecimento à Dra. Joana Marques Vidal, à Dra. Maria João Soares e ao Dr. José Félix. Da AMCV, gostaria de agradecer à Dra. Rita Mira que foi incansável no apoio a esta pesquisa e também ao Dr. Mauro Paulino da Associação pelo Sonho é que Vamos.

Às 30 mulheres sobreviventes, sem as quais este trabalho não teria sido possível! Pelo exemplo de coragem e de resiliência que personificam. Pela confiança e responsabilidade que me atribuíram para contar a vossa história. Espero tê-lo feito bem! Muito obrigada!

Durante quatro anos de execução de trabalhos, tive a sorte de contar com o apoio de diversos professores que acompanharam todo o meu percurso académico e aos quais devo agradecimentos especiais. Ao professor Luís Baptista agradeço toda a motivação, a preocupação e apoio que sempre me facultou em momentos críticos da minha vida profissional. Muito obrigada! Ao professor David Justino, pelas conversas, troca de ideias e momentos divertidos de descontração mas também de incentivo que todos lhe reconhecemos saber proporcionar. Muito obrigada!

Ao meu orientador, o Professor Manuel Lisboa, o meu pai académico. As palavras são poucas e parecem insignificantes para agradecer tudo o que por mim tem feito. Devo-lhe o estímulo necessário para continuar e pude sempre contar com a sua disponibilidade, o seu saber e a sua competência. Obrigada por todas as oportunidades que me tem concedido e pela confiança que em mim deposita diariamente. Sobretudo, obrigada por ter acreditado em mim há 10 anos atrás. Muito obrigada!

Às minhas colegas de trabalho e amigas, Lúcia e Ana Roque. De entre as tristezas, as felicidades, as dúvidas, as angústias, os altos e baixos, que temos passado ao longo de uma década, só me ficarão boas recordações e para toda a vida. Não imagino melhores amigas para partilhar um local de trabalho, nem para partilhar as gargalhadas que, felizmente ainda conseguimos dar! À colega e amiga Ana Ferreira, pelo esforço incansável de revisão do texto, pela ajuda que sempre demonstra e pelos conselhos, sempre sábios! Ao colega e amigo Ricardo Santana, pelo apoio na transcrição e na fase final de conclusão deste trabalho. A todos, muito obrigada!

Ao meu irmão, cuja preocupação com toda a minha formação académica permitiu que almejassemos sempre patamares elevados de aprendizagem. À minha cunhada, por estar sempre disponível para ajudar e apoiar. Aos meus sobrinhos, por toda a alegria e felicidade que sinto todos os dias por ser vossa tia. Muito obrigada!

Aos meus tios e padrinhos que desde o meu primeiro dia de vida, até hoje, me acompanham com uma devoção e carinho extremo! Porque muito do que sou hoje devo aos vossos sábios conselhos. À minha tia Dalila, com quem muito me honra partilhar o nome, e que tanto trabalho dedicou a esta tese. E porque todos nós seguimos modelos e referências de género, tu és o meu modelo de mulher. Muito obrigada!

Ao meu namorado, a quem direi tudo o que quero dizer pessoalmente. Mas por hora, o meu obrigado pelo apoio diário nos momentos difíceis ao longo deste percurso conturbado que termina hoje e que espero possa abrir portas para novos começos! Muito obrigada!

Finalmente, às pessoas mais importantes da minha vida. Aos meus pais a quem dedico este trabalho e a quem devo tudo o que tenho, inclusivamente este momento. Foi o vosso esforço, devoção e amor que me trouxe aqui. Que felicidade poder partilhar este momento tão importante convosco! Espero que sintam o mesmo orgulho em mim que eu sinto por vós. Muito obrigada! Esta tese é, inteiramente dedicada a vós!

À FCSH, a minha segunda casa, obrigada pelos 17 anos de acolhimento!

VIVER SOBREVIVENDO: EMOÇÕES E DINÂMICAS SOCIOCULTURAIS NOS PROCESSOS DE MANUTENÇÃO DAS RELAÇÕES CONJUGAIS VIOLENTAS

SARA DALILA AGUIAR CEREJO

RESUMO

Através da desconstrução e análise das dinâmicas da violência de gênero, particularmente das relações conjugais violentas, tenta-se perceber os motivos que levam as mulheres vítimas a permanecer em longos ciclos de violência conjugal. Exploram-se as dinâmicas e interações sociais entre todos os intervenientes das relações conjugais violentas e identificam-se as lógicas que contribuem para a manutenção dos ciclos de violência, que advém dessa interação. Ao mesmo tempo analisam-se os contextos da experiência emocional vivida pelas vítimas, em particular através de emoções sociais como a vergonha e culpa que aprisionam as mulheres na relação violenta. A análise desse contexto emocional faz-se, ainda, através do recurso a determinados indicadores de expressão emocional, em situação de entrevista, e que permitem explorar, de forma mais profunda, as dinâmicas emocionais por vezes não reconhecidas pelas próprias mulheres vítimas.

PALAVRAS-CHAVE: Violência, Crime, Violência de gênero, relações conjugais violentas, emoções; gênero, emoções *genderizadas*, vergonha; culpa, ação social, manutenção das relações conjugais violentas

ABSTRACT

Through the deconstruction and analysis of the gender based violence dynamics, particularly within violent intimate relationships, we shed light on the motives that imprison women victims to stay in long cycles of intimate partner violence. Personal dynamics and interactions amongst all intervenients are explored as well as the maintenance logics and rationalizations. At the same time we analyze the victim's emotional contexts, especially through social emotions like shame and guilt that impose captivity within the violent intimate partner violence. The exploration and analysis of this emotional contexts is also achieved with the analysis of Emotional Expression Indicators, during the interviews with the victims, which enabled more deepen knowledge production of the emotional dynamics which, sometimes, are not even recognized by the victims.

KEYWORDS: Violence, crime, Gender-based violence, intimate partner abuse, emotions, gender, gender emotions, shame, guilt, social action, maintenance.

Índice

Introdução.....	1
Capítulo I. A violência contra as mulheres, uma questão de género: enquadramento e conceptualização.....	9
1.1. A premência do problema social.....	9
1.1.1. O problema social da violência contra as mulheres à luz da evolução jurídica	17
1.1.2. O combate à violência contra as mulheres e à discriminação de género: o papel das organizações internacionais.....	23
1.2. O género é o problema: a problematização sociológica	31
1.3. Dados macrosociológicos da violência contra as mulheres: manifestação de estados emocionais.....	40
1.3.1. Primeiras abordagens macrosociológicas sobre os estados emocionais das mulheres vítimas de violência em Portugal	41
Capítulo II. Estratégia de investigação e instrumentos metodológicos	47
2.1. Da análise quantitativa à pesquisa qualitativa	47
2.2. Construção do campo de observação	48
2.2.1. Trabalho de campo e selecção das entrevistadas	52
2.3. Tratamento e análise dos dados	54
2.3.1. Aspectos metodológicos relativos aos Indicadores de Expressão Emocional.....	57
Capítulo III. Contextos e dinâmicas da violência de género	63
3.1. A tríade da violência de género: sobre a violência física, sexual e psicológica	63
3.2. A violência silenciada: os contornos da violência sexual	67
3.3. A violência naturalizada: contornos da violência física	77
3.4. A violência mais destrutiva: contornos da violência psicológica.....	84
Capítulo IV. Dinâmicas interpessoais da Violência de Género	90
4.1. A vítima e o agressor: o exercício da dominação	90
4.1.1. O namoro: da precocidade do controlo social e do ciúme.....	92
4.1.2. Do controlo social ao isolamento	95
4.1.3. A imposição dos papéis de género como forma de controlo social	100

4.1.4. Do ciúme e da posse.....	105
4.2. As reacções das vítimas: estados emocionais que condicionam	115
Capítulo V. Dinâmicas familiares: entre a (re)produção e a vitimização das famílias ..	127
5.1. As famílias das vítimas nos meandros da violência.....	127
5.1.1. A transmissão intra-geracional dos papéis de género e a violência entre os pais	128
5.1.2. A família: entre o apoio, a pressão social e o afastamento.....	136
5.2. Os Filhos: as vítimas esquecidas.....	143
5.2.1. Consequências da exposição à violência (saúde física e psicológica).....	151
Capítulo VI. Da manutenção à ruptura da conjugalidade	155
6.1. Os discursos sobre a manutenção das relações conjugais violentas.....	155
6.1.1. Do isolamento social que reforça a manutenção.....	157
6.1.2. Esperança que algo mude/gostava do agressor.....	163
6.1.3. Ficar para bem dos filhos	167
6.1.4. Pressão familiar para aguentar	170
6.1.5. Entre as ameaças e o medo.....	174
6.2. Das tentativas à ruptura definitiva: os ciclos	179
Capítulo VII. Emoções, acção e genderização	188
7.1. As emoções em debate: da menoridade à centralidade.....	188
7.2. O que há de social nas emoções: emoção e acção social.....	205
7.2.1. A emoção e a razão no contexto da acção social: da paradoxalidade à dialéctica	212
7.3. Vergonha e culpa: emoções que aprisionam	221
7.3.1. Distinções conceptuais entre vergonha e culpa.....	226
7.4. Emoções <i>genderizadas</i>	231
Capítulo VIII. As emoções verbalizadas	242
8.1. O medo.....	244
8.2. A culpa.....	249
8.3. A vergonha	253
8.4. Alienação emocional	261
8.5. A raiva	265
Capítulo IX. As Emoções no «Teatro do Corpo».....	268

9.1. A Importância dos Indicadores de Expressão Emocional no Contexto da Acção Social	268
9.2. Os Indicadores de Expressão Emocional relativos à vergonha.....	272
9.3. Análise dos Indicadores de Expressão Emocional	275
Considerações Finais	285
Bibliografia Citada	293
Bibliografia Consultada	311
Anexo I – Frequências das variáveis da Análise de Conteúdo.....	322
Anexo II – Tabelas cruzadas, resultados do Qui2 e resíduo estandardizado ajustado.	336
Anexo III – Frequências dos Indicadores de Expressão Emocional	380
Anexo IV – Tabelas cruzadas e resultados do Qui2 e resíduo estandardizado ajustado do cruzamento dos I.E.E e os assuntos/temáticas	385
Anexo V – Guião de entrevista semi-estruturada	403

Índice de Quadros

Quadro 1 - Distrito de Nascimento e Distrito onde residia antes da casa-abrigo	50
Quadro 2 - Tempo que esteve casada ou junta/união de facto com o agressor	51
Quadro 3 - Tempo que esteve casada ou junta/união de facto com situações de violência	51
Quadro 4 - Tempo de permanência em casa abrigo	52
Quadro 5 - Entrevistadas por Associação/Instituição de apoio	53
Quadro 6 - Grelha analítica das problemáticas, dimensões e indicadores da Análise de Conteúdo	55
Quadro 7 - Indicadores de expressão emocional detectados em situação de entrevista	61
Quadro 8 - Temáticas abordadas no momento de detecção dos Indicadores de expressão emocional	62
Quadro 9 - Frequência de ocorrência dos I.E.E.	276
Quadro 10 - Frequência de manifestação de I.E.E. por assunto abordado	278

Introdução

O trabalho que aqui se apresenta resulta de um percurso de investigação de cerca de uma década, dedicado ao estudo da violência contra as mulheres. A integração na equipa de investigação que se dedica à compreensão do fenómeno desde 1995 (SociNova/CesNova) permite, hoje, identificar alguns elementos fundamentais para a análise científica da violência contra as mulheres, nomeadamente; entre outros a sua ocultação por parte das vítimas, o seu silenciamento e a incapacidade em reagir. Pela acuidade, dimensão e característica estrutural deste problema social, tornou-se clara a necessidade de identificar as causas e as consequências desta violência, que atinge as mulheres por todo o mundo de forma desproporcional e perene. Entre outros elementos definidores do problema, percebe-se que esta violência revela contornos de desigualdade de género e, por isso, a investigação científica deste fenómeno a define hoje como uma violência de género, como veremos na definição da problemática sociológica.

O poder assimétrico entre homens e mulheres permite a produção e reprodução de desigualdades, assentes em modelos e valores sociais do que é socialmente expectável ser masculino e do feminino, e para o qual a violência exercida contra as mulheres contribui. Ela pode ser a expressão mais assimétrica dessa desigualdade. Todos os dias, mulheres em contexto de relações conjugais íntimas, actuais ou passadas, são vítimas de violência física, psicológica e sexual; uma tríade que, na maior parte dos casos é exercida em simultâneo. As dinâmicas que daqui decorrem e as complexidades que se vão desenhando constituem o *pano de fundo* com o qual nos ocuparemos e procuraremos deixar expresso no decurso do nosso trabalho. O que aqui assumimos como *pano de fundo* inscreve-se no tecido social mais vasto, no qual procuraremos também perspectivar as interacções que se estabelecem entre o privado e o público. Assim, e ainda que o eixo orientador da presente tese seja caracterização da violência exercida contra as mulheres no contexto das relações conjugais íntimas, nunca perderá de vista que estas são produto e contribuem para a produção das estruturas sociais mais amplas.

Apesar de haver já uma considerável produção científica em Portugal sobre este fenómeno existem ainda algumas interrogações que se prendem com as causas desta violência. As conclusões que foram retiradas a partir do último inquérito sociológico nacional à violência de género, realizado em 2007/2008, permitiram a compreensão de algumas dessas causas. No entanto, como em todas as investigações científicas, permanecem dúvidas sobre outros contornos que podem facilitar a produção e reprodução da violência de género contra as mulheres. Por exemplo, ocorre-nos levantar algumas questões sobre o que leva as mulheres vítimas de violência doméstica (violência exercida por companheiro(a)s íntimos actuais ou passados), a silenciar, ainda em grande, número, os actos que contra elas são perpetrados, na grande maioria dos casos, no espaço da casa? Que factores socioculturais contribuem para que a maioria dos casos da violência em contexto conjugal se caracterize por longos percursos de vitimação, muitas vezes por 10 ou mais anos? Conhecemos, nomeadamente através do inquérito supra-referido, que em muitos, a dependência financeira da mulher em relação ao agressor, a existência de filhos e a percepção de que as ajudas institucionais são poucas, ou de difícil acesso, podem condicionar a decisão de ruptura da relação conjugal. Mas, interrogamo-nos se seriam apenas esses motivos de ordem “prática” responsáveis por “aprisionar” estas mulheres a relações íntimas violentas. Por exemplo, qual o papel de outros factores subjectivos, relacionados com os estados emocionais, na manutenção das relações? E a haver, quais seriam essas condicionantes e de modo elas contribuem para a não-reacção das vítimas? Uma das vias consiste em centrar a análise em algumas emoções já identificadas no inquérito de 2007, como a vergonha, o embaraço e/ou a culpa. Assim, procuramos verificar empiricamente se essas emoções contribuem para a manutenção do vínculo relacional entre vítima e agressor. Tratando-se de emoções sociais, também elas se inscrevem na identidade de todos os indivíduos através de modelos, valores, e identidade de género que, por sua vez, colocam o masculino e o feminino em posições sociais diferentes. Para melhor explorar aquela via, necessitamos de saber como é que estas emoções são apreendidas, socializadas e percebidas pelas mulheres. Ainda, ao serem objecto de socialização, estas emoções sociais serão apreendidas e transmitidas de forma diferente entre homens e

mulheres? Estas são algumas das interrogações centrais que norteiam esta investigação.

Nesse sentido, foram construídos vários objectivos e hipóteses de trabalho, que enunciaremos em seguida.

No que se refere aos objectivos, são quatro os que nos propomos atingir com a apresentação desta tese. Com o primeiro objectivo pretendemos identificar os factores que conduzem à manutenção das relações conjugais violentas por parte das mulheres entrevistadas. Para o atingir, trataremos de caracterizar a relação e as dinâmicas entre a vítima e o agressor, assim como as redes sociais de apoio daquela. Tentaremos compreender quais as estratégias usadas pelo agressor para condicionar a acção e reacção explícita das vítimas, sobretudo no que se refere à decisão da ruptura. Pensamos que é fundamental entender, também, o papel das famílias das vítimas, quer no apoio que lhes concedem para concretizar a ruptura, quer quando colocam entraves à decisão da separação.

Um segundo objectivo é o de analisar os modelos, estereótipos e valores de género, assentes num quadro referencial patriarcal que delega para a mulher a responsabilidade da manutenção da estrutura da família-casa. Tentaremos analisar criticamente a assimilação desses modelos de género associados ao masculino e ao feminino, tanto nas mulheres entrevistadas, como na percepção destas em relação às suas famílias de origem. Nesse sentido, recorreremos às descrições das entrevistadas, procurando perceber os modelos de género partilhados pelas respectivas famílias e de que forma se processou a sua transmissão intergeracional. Consideramos, como hipótese, que o processo de assimilação dos valores operado na família contribui para que a vítimas percepcionem como um “dever” a manutenção da conjugalidade e da família.

O terceiro objectivo refere-se à análise das dimensões emocionais no contexto em discussão, elegendo as emoções sociais, vergonha e culpa, para procurar compreender como foi efectuada a sua integração social e cultural, bem como qual o seu papel na construção identitária das mulheres, na sua feminilidade. Para tal, necessitamos de analisar as emoções sociais ao nível da sua importância na construção dos modelos de género. Preocupar-nos-emos em perceber se essas duas emoções,

também designadas pela Psicologia como sendo negativas, são mais frequentemente experienciadas pelas mulheres do que pelos homens e de que forma elas afectam a motivação para a acção. A importância do estudo das emoções prende-se com a sua capacidade de se inscreverem nas construções sociais de género como mecanismos cuja centralidade é facilmente menosprezada por via da percepção, comumente partilhada, de que as emoções são algo de individual, psicológico e biológico e, por isso, afastadas das dimensões sociais ou culturais.

O quarto e último objectivo refere-se à análise do papel de outras emoções nos contextos das relações conjugais violentas. Como já foi referido, começámos por eleger a vergonha e a culpa como emoções cuja compreensão importa aprofundar. No entanto, percebemos que outras emoções se poderão manifestar e, por isso, ficámos também atentos sempre que elas foram mencionadas, não deixando de as considerar sempre que necessário. Referimo-nos sobretudo ao medo e à raiva. No que se refere a este objectivo, interessa perceber como e quando as emoções emergem nas dinâmicas da conjugalidade violenta. Estes aspectos serão discutidos e analisados tomando como ponto de partida os discursos das próprias mulheres. Ao mesmo tempo, este quarto objectivo prende-se com as emoções, que se podem evidenciar fora do discurso verbal. Estas emoções podem ser encontradas em todos os indivíduos, em situação de interacção social, dado que se revelam através da nossa linguagem não-verbal: manifestações e movimentos corporais, faciais e expressões ou ritmos e pausas de discurso (linguagem paralinguística), entre outras. Assim, com este objectivo, pretendemos identificar possíveis discrepâncias/coincidências entre a vergonha verbalizada na linguagem e a sua expressão emocional através de linguagens não-verbais.

A dissertação foi organizada em IX capítulos. A análise de um problema social tão abrangente e premente como o que aqui discutimos, obriga a uma enunciação clara e explícita a propósito da sua dimensão, extensão e impacto social. Este será o sentido do nosso trabalho ao longo do capítulo I. Desta forma, começaremos por revelar a extensão nacional e internacional do problema social que é a violência contra as mulheres, incluindo a violência conjugal íntima. Analisaremos o percurso jurídico-penal do fenómeno em causa para demonstrar como essa evolução jurídica,

necessitou de corresponder ao desafio e dimensão considerável do problema social em Portugal. Perceberemos como Portugal, apesar de ter iniciado um pouco tarde, o combate para a erradicação do fenómeno tem alcançado junto das instâncias e organismos internacionais uma posição de charneira nas tentativas de implementação de políticas públicas nacionais que ajudem no âmbito da prevenção da violência, protecção das vítimas e sensibilização da sociedade para a necessidade de um combate conjunto contra a violência de género. Explicaremos, na problematização sociológica, porque é que consideramos que este tipo de violência é influenciado pelas desigualdades de género e por que razão é necessário que a investigação científica analise todas as dimensões da assimilação dos modelos e estereótipos do ser masculino e feminino. São eles que condicionam as interações entre homens e mulheres, tanto nas relações íntimas como fora delas. Abordaremos ainda os resultados do supracitado inquérito à violência de género em Portugal de 2007, porque nos permitiu conceber as primeiras hipóteses e pistas de pesquisa que pretendemos desenvolver no percurso do trabalho que sustentam esta tese.

No Capítulo II, definiremos a estratégia de investigação e respectivos instrumentos metodológicos. Explicaremos o uso da metodologia qualitativa e como pretendemos utilizar a técnica da Análise de Conteúdo para, posteriormente, podermos produzir resultados estatísticos relativos às entrevistas realizadas a mulheres vítimas de violência nas suas relações íntimas, que constituem o material de suporte empírico para este trabalho. Enunciaremos, ainda, de que forma pretendemos analisar o papel das emoções como a vergonha e a culpa que, se por um lado, nos interessam os discursos sobre a dimensão emocional, também nos interessará perceber se existe discrepância entre a vergonha e culpa enquanto emoções verbalizadas e a vergonha demonstrada através dos Indicadores de Expressão Emocional, utilizados aqui como marcadores de sinais corporais, faciais ou paralinguísticos. Trataremos de explicitar a metodologia delineada para a prossecução desta análise da expressão corporal e facial das emoções.

No Capítulo III, analisaremos a relação conjugal das mulheres entrevistadas e debruçar-nos-emos sobre os tipos da violência exercida contra elas. A violência pode ser física, sexual ou psicológica; mas, como veremos nenhum desses três tipos de é

exercido isoladamente. O agressor recorre ao seu exercício em paralelo e embora pareça existir uma hierarquização do impacto desses três tipos de violência por parte das vítimas – onde a violência psicológica parece ter maior impacto na sua vivência –, de facto há simultaneidade que contribui ainda mais para o desgaste emocional, psicológico e físico das entrevistadas. A tríade da violência será utilizada para compreender as dinâmicas que se criam entre o agressor e a vítima.

A caracterização dessas dinâmicas entre vítima e agressor será o objectivo do Capítulo IV. Começaremos a análise desde a fase do namoro, quando se começam a manifestar os primeiros indícios de um comportamento possessivo, controlador e impositivo, por parte do agressor em relação à vítima. O uso da violência desde a fase do namoro é recorrente na maioria das entrevistadas, sobretudo o recurso à violência psicológica e física. O comportamento dominador do agressor começa por se revelar no aparecimento do ciúme e do sentimento de posse em relação à vítima. Esse ciúme, que o agressor instrumentaliza, inicia um processo de afastamento e isolamento social das vítimas em relação a familiares e amigos. Esta dominação também se manifesta na imposição de determinados comportamentos e/ou condutas, assentes na concepção de um ideal de feminilidade, do qual a vítima tende a aproximar-se numa tentativa estratégica de pacificação da relação. Este domínio sobre o comportamento e as interacções das vítimas abre caminho para o início de um percurso de passividade, marcado pela ocultação da vitimação e pelo progressivo condicionamento da sua acção.

Como na fase do namoro começam por se impor as regras em relação às interacções “permitidas” às vítimas, é necessário perceber o papel das suas famílias, sobretudo o seu posicionamento no que se refere à relação conjugal violenta.

No Capítulo V, tentaremos compreender como as vítimas percebem a acção e as posições da família, nomeadamente em relação ao reforço da possibilidade de abandonarem a relação ou, ao invés, de a manterem. Dedicaremos uma atenção particular aos mecanismos de responsabilização e culpabilização das mulheres que decidem romper a relação violenta. Tentaremos mostrar como tais mecanismos são parte dos modelos de feminilidade vigentes na nossa sociedade. As páginas que dedicamos à caracterização das relações conjugais violentas permitem-

nos perceber que essas acções são condicionadas por valores, modelos, estereótipos e papéis de género que, por sua vez, têm a sua génese num processo histórico de assimetrias de poder entre o feminino e o masculino. Através da análise quantitativa e qualitativa realizada, foi possível revelar a influência da transmissão inter-geracional desses modelos, assim como tal contribui para a manutenção da ordem social.

Os “filhos da violência” muitas vezes vítimas esquecidas da violência de género, são directamente atingidos pelo recurso à violência. Muitas vezes, eles próprios vítimas de agressões, desempenham um papel fundamental na decisão de ruptura das mulheres, como teremos oportunidade de revelar.

Um dos objectivos centrais desta tese é, como referimos, a identificação das causas da manutenção das relações conjugais violentas. O isolamento social, o afastamento das redes sociais de apoio, o recurso a ameaças de morte, a perseguições e ao controlo social, são algumas das estratégias que o agressor utiliza para diminuir a possibilidade de ruptura da relação. O aumento do isolamento e afastamento da família e/ou amigos, diminui a possibilidade ou capacidade das mulheres abandonarem o agressor. A estes factores não é alheia a posição das famílias das vítimas, quase sempre actuando e/ou aconselhando sob a égide dos modelos e valores de género e da conjugalidade e maternidade o que reforça a incapacidade para a ruptura. Explicaremos a ruptura como um processo longo e cíclico, onde se diferencia o corte definitivo, das tentativas anteriores goradas, uma vez que resultaram sempre no regresso para junto do agressor.

A dimensão emocional da reacção das vítimas será aprofundada ao longo do Capítulo VII. Discutiremos como às emoções foram atribuídas diferentes funções e níveis de importância ao longo de séculos de debate. Procuraremos compreender empiricamente qual o papel de algumas delas no contexto da violência contra as mulheres. Centraremos a análise na vergonha e na culpa e procuraremos compreender o que as separa e as aproxima na influência da acção das mulheres vítimas.

Um dos objectivos que norteia este trabalho é a identificação de alguns dos condicionamentos que se colocam à acção das vítimas, sobretudo na tomada de decisão de ruptura da conjugalidade. Nesta tese quisemos ir mais longe do que os relatos das relações interpessoais entre vítima e agressor, ou das vítimas com as suas

famílias. Queremos ousar a procura das causas, motivos e atitudes que podem estar por detrás do que foi verbalizado através da percepção cognitiva de cada uma das nossas entrevistadas. Procurámos fazê-lo a partir da análise das emoções vividas, inscritas e agora verbalizadas pelas entrevistadas. Mas não quisemos ficar limitados a essa verbalização, sempre decorrente do que a cognição da própria tornou perceptível e consciente. Por isso, para além dessa verbalização e consciência das emoções vividas, existe uma vivência emocional que mesmo estando menos consciente nas mulheres estudadas não deve ser ignorada. A forma como os actores sociais agem de acordo com a sua experiência pode ajudar, também, a compreender a influência da estrutura social na acção individual. As emoções fazem parte da socialização e dependem da assimilação de um “guião” culturalmente partilhado ou, como diria Goffman (1993), a ilustração dos valores oficialmente reconhecidos pela sociedade. Pensamos que a articulação entre os motivos verbalizados pelas entrevistadas e a detecção dos estados emocionais das mulheres ajudará a compreender as causas do fenómeno em análise. Esse será o objecto dos Capítulos VIII e IX.

Toda a produção empírica que aqui se apresenta e que decorre do trabalho de campo desenvolvido com a aplicação de 30 entrevistas a mulheres vítimas de violência por parte dos maridos/companheiros/namorados, não pretende ser representativa dos casos de relações conjugais íntimas em Portugal. Embora a nossa metodologia seja qualitativa, foi possível o apuramento de alguns resultados estatísticos importantes para o fenómeno em causa. Todavia, esses resultados não poderão ser alvo de extrapolações para o cenário nacional.

As próximas páginas, essas sim, são “representativas” de um esforço de investigação que pretende contribuir em termos académicos, mas também em termos de cidadania. No primeiro domínio, com um conhecimento novo, no segundo, com a abertura de linhas de força que mobilizem a acção do colectivo para melhorias de políticas de intervenção social, das quais resulte uma maior capacidade de prevenção e protecção das vítimas. Cremos que a responsabilidade das desigualdades sociais, sejam elas quais forem, é de todos nós! Por isso, investigar cientificamente é, também, uma outra forma de agir socialmente.

Capítulo I. A violência contra as mulheres, uma questão de gênero: enquadramento e conceptualização

Neste primeiro capítulo analisaremos a violência contra as mulheres enquanto fenómeno global. Preocupar-nos-emos em descrever a dimensão e extensão do fenómeno em todo o mundo e com particular enfoque no contexto Nacional através dos dados do último inquérito à violência de Género realizado em 2007. Mas para que a violência contra as mulheres seja entendida enquanto problema social que continua a necessitar de intervenção social e política, analisaremos diacronicamente o papel das instâncias internacionais e nacionais no processo de combate neste domínio, secundado pelo percurso jurídico e penal que a violência contra as mulheres tem motivado.

Porque a violência contra as mulheres é mais uma das formas de discriminação das mulheres, a problematização sociológica realizada no presente capítulo, explicará o movimento de passagem da violência contra as mulheres para a violência de género. Neste capítulo, contextualizaremos as questões de género associadas a este tipo de violência e explicaremos as razões pelas quais o género parece ser, ainda, o elo facilitador da prática da violência contra as mulheres.

1.1. A premência do problema social

Reflectindo sobre a História das Mulheres, Duby e Perrot, retratavam o problema da violência contra as mulheres no século XIX da seguinte forma: «A violência, suportada ou exercida sobre as mulheres, na família ou na sociedade, é um prisma particularmente significativo das persistências - e dos recuos- do patriarcado. O incesto, a violação, o assédio sexual no *atelier* ou na fábrica, a sedução forçada (dita «dolosa»: fraudulenta), a privação de alimentos, a pancada, revelam uma sujeição do corpo da mulher cuja amplitude é difícil de medir» (1991, p.347). Ainda que reportando-se a um contexto social diferente, em tempo passado, quando as mulheres não dispunham de autonomia na família nem de direitos sociais ou políticos distintos

daqueles em que usufruíam por acção do estatuto social dos seus pais, esta citação facilmente serviria para descrever a violência contra as mulheres em pleno século XXI.

O problema social que é a violência contra as mulheres, definido pelas Nações Unidas, na Declaração de Viena em 1993, sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres e adoptada pela Recomendação (2002) 5 do Conselho da Europa, como: «(...)any act of gender-based violence that results in, or is likely to result in, physical, sexual or psychological harm or suffering to women, including threats of such acts, coercion or arbitrary deprivation of liberty, whether occurring in public or in private life. (Artigo 1).

Os actos perpetrados contra as mulheres podem assumir três tipologias distintas, ainda que a referida Declaração seja clara ao enunciar que o problema não se deverá circunscrever apenas a esta tipologia: «Physical, sexual and psychological¹ violence occurring in the family, including battering, sexual abuse of female children in the household, dowry-related violence, marital rape, female genital mutilation and other traditional practices harmful to women, non-spousal violence and violence related to exploitation (Artigo 2, Alínea a).

A Declaração de Viena alerta para o facto de a violência contra as mulheres dever ser assumida por todos os países e nações como uma grave violação aos direitos humanos e às liberdades fundamentais das mulheres. Dois anos mais tarde, em Pequim, a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres adopta a Declaração e Plataforma de Acção de Pequim, na qual se pode ler que a violência contra as mulheres é um obstáculo à igualdade, desenvolvimento e à paz, ao mesmo tempo que se assinala o carácter transversal desta violência: «In all societies, to a greater or lesser degree, women and girls are subjected to physical, sexual and psychological abuse that cuts across lines of income, class and culture» (Sessão D, Artº112).

Também a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, conhecida como a Convenção de

¹ Segundo a Women Against Violence in Europe, a violência física pode ser definida como «Acts that go

Istambul (Maio, 2011), entende a violência contra as mulheres como uma «(...) violação dos direitos humanos e uma forma de discriminação contra as mulheres» (Artigo 3).

É precisamente através das definições internacionais, cunhadas pelo Conselho da Europa, Nações Unidas, entre outros organismos, que se desencadeia «um processo de profunda transformação social» (Lisboa *et al.*, 2009, p.15). Pelo que se disse, torna-se clara a necessidade de conhecer de forma aprofundada as causas e consequências do fenómeno quando este se assume como persistência social que parece ressurgir, a ritmos nem sempre iguais, mas continuamente lesivos. Para entender a natureza social de qualquer fenómeno é necessário compreender a sua extensão ou dimensão.

Passados 21 anos da revolucionária Declaração de Pequim, que alertava para a necessidade dos Estados signatários desenvolverem esforços no sentido do combate à violência exercida contra as mulheres e desenvolvimento de políticas públicas de combate, impõem-se perceber a dimensão global da prevalência do problema social em discussão.

Um dos mais recentes estudos internacionais de prevalência da violência contra as mulheres (Agência Europeia dos Direitos Fundamentais (FRA), 2014) divulga um relatório sobre a prevalência da violência contra as mulheres. Nele são divulgadas as estimativas da violência exercida contra as mulheres no conjunto dos 28 estados membros da União Europeia. Esses valores, estimados, apontam para cerca de 13 milhões de mulheres vítimas de violência física e/ou sexual no espaço da União Europeia, nos últimos 12 meses anteriores à realização do inquérito e cerca de 3.7 milhões de mulheres já foram vítimas de violência sexual. Os dados revelam ainda que 33% das mulheres inquiridas referiu já ter sido vítima de violência física e/ou sexual a partir dos 15 anos de idade. Um dado de particular relevância prende-se com a violência sexual quando perpetrada isoladamente: 1 em cada 20 mulheres (5%) foi vítima de violação depois dos 15 anos de idade. De entre as mulheres vítimas com parceiros/companheiros íntimos, actuais ou anteriores, 22% revelou ter sido vítima de violência física e/ou sexual perpetrada pelos mesmos.

Em 2013, a World Health Organization (WHO, 2013) aponta para prevalências elevadas da violência contra as mulheres em todo o mundo: globalmente a prevalência

é de 35,6%, subindo para 45,6% no Continente Africano; 40,2% no sudeste da Ásia, para 36,1% no leste do Mediterrâneo, 27,2% na Europa e 36,1% no Continente Americano.

O mesmo estudo refere que, em todo o mundo, de entre as vítimas no contexto das relações íntimas, 30% já experienciou violência, física e/ou sexual, perpetrada pelo parceiro(a). Mas este valor global aumenta de determinadas regiões do globo. Por exemplo, no Continente Africano, a percentagem de mulheres que já foi vítima dos tipos de violência referidos, é de 36,6%, subindo ligeiramente nas regiões do leste do Mediterrâneo e no sul da Ásia (37 e 37,7%, respectivamente). Na Europa e no Continente Americano, esses valores decrescem, mas, ainda assim, andam perto dos 30% da prevalência global registada (25,4 e 29,8%, respectivamente). Este estudo de 2013 revela também dados sobre o femicídio: 38% das mulheres assassinadas em todo o mundo, foram-no pelos actuais ou anteriores parceiros íntimos.

Em Portugal, a dimensão da prevalência da violência contra as mulheres, tem vindo a ser analisada desde 1995, altura em que foi lançado o primeiro estudo nacional sobre a violência contra as mulheres (Lourenço, *et al.*, 1997). Na altura do estudo de 1995, a prevalência dos actos de violência física, psicológica e sexual era de 48%, valor que permitiu constatar a necessidade de aprofundar conhecimento sobre a dinâmica da violência contra as mulheres, as suas causas e as suas consequências. Nesse sentido, em 2003 um estudo que pretendia perceber a dimensão dos custos sociais e económicos (Lisboa, *et al.*, 2006) conclui que as consequências da violência contra as mulheres não se circunscrevem às mulheres, as mais directas vítimas da violência: também a sociedade em geral é afectada atendendo à pluralidade das consequências que decorrem da violência contra as mulheres. Salientem-se os custos económicos com a saúde, com o desempenho profissional, escolar e outros que se situam entre as dimensões mais afectadas em virtude do exercício da violência. Ora, tais consequências têm reflexo na dinâmica e funcionamento de qualquer sociedade. Em 2005 e 2007, os estudos *as Relações Existentes entre a Saúde das Mulheres e as Várias Dimensões da Violência de que tenham sido Vítimas* (Lisboa, *et al.*, 2005) e *Os Custos Económicos da Prestação de Cuidados de Saúde às Vítimas de Violência* (Barros, Lisboa, Cerejo e Barrenho, 2008), reforçam a componente colectiva do impacto negativo das consequências da violência contra as mulheres: consequências nefastas na saúde física

e psicológica das mulheres ma também dos seus filhos e, consequentemente, reflexos negativos nos custos económicos para o Sistema Nacional de Saúde.

Tornando-se referência o conhecimento produzido pelos trabalhos supra indicados, o último Inquérito à Violência de Género, realizado em 2007, permitiu uma visão muito mais clara e abrangente sobre a violência contra as mulheres em Portugal. O Inquérito de 2007 que contempla actos de violência física, sexual e psicológica, revelou que 38% das mulheres inquiridas, com 18 ou mais anos, foi vítima, no ano imediatamente anterior à realização do inquérito, de pelo menos um acto de violência física, psicológica e ou sexual. A prevalência, discriminada por tipos de violência revelou que, 42,1% das mulheres foi vítima pelo menos de 1 acto de violência psicológica, 10,1% de violência física e 10,8% de violência sexual. Assinala-se ainda que 37% das vítimas se situam numa combinação destes 3 tipos de violência. (Lisboa, *et al.*, 2009). Este Inquérito Nacional à Violência de Género revelou ainda que 74,7% dos autores dos actos de violência contra as mulheres são homens e 41,7 % dos agressores são os maridos/companheiros, atuais ou passados, o que permite enquadrá-la como violência doméstica, à luz do Decreto-Lei 400/82 do código penal Português². Esta conclusão permite enquadrar a violência contra as mulheres numa perspectiva de género: reforçando a forte imbricação das desigualdades de género e da discriminação das mulheres, em concordância com as definições de violência contra as mulheres publicadas pelo Conselho da Europa. O estudo de 2013 desenvolvido pela WHO assinala como uma das suas principais conclusões que os homens são os principais actores da violência contra as mulheres. São também eles que durante mais tempo perpetuam o exercício da violência: “The great majority of perpetrators are men: women are at the great risk from men they know (...) Most women who suffer any physical aggression by a partner generally experiences multiple over time”. (Velzeboer, *et al.*, 2003, p.5). Como reconhecia a Declaração de 1993, a violência praticada contra as mulheres, é a manifestação de uma relação historicamente desigual de poder, entre homens e mulheres, que conduziu à dominação e discriminação das mulheres, como exploraremos mais adiante quando nos ocuparmos da problematização sociológica deste trabalho.

² Objecto de referência e definição no próximo ponto deste trabalho.

Ainda que a violência contra as mulheres possa ocorrer nos mais variados espaços da esfera pública, este trabalho assumirá como interesse primordial a violência contra as mulheres exercida no espaço da casa e perpetrada por maridos, companheiros ou namorados actuais ou passados, quando as mulheres vivem em conjugalidade. Conhecida por *Intimate Partner Violence* (IPV), ou Relação Conjugal Violenta, esta forma de violência, circunscrita ao espaço da casa e perpetrada pelos parceiros íntimos, é definida pela World Health Organization como uma violência do tipo física e/ou sexual praticada pelos actuais ou anteriores parceiros íntimos a partir dos 15 anos de idade. A IPV não se refere apenas às relações íntimas formalizadas como o casamento ou uniões de facto, incorpora também relações íntimas informais como namoros, relações sexuais informais ou casuais. Segundo a WHO «In some settings, intimate partners tend to be married, while in others more informal partnerships are more common» (WHO, 2013, p.13). No entanto, este tipo de violência pode ainda assumir contornos mais graves, como reflecte a terminologia, *Severe Intimate Partner Violence*. Este termo é utilizado para caracterizar actos de extrema gravidade como: sovas, queimaduras propositadas, ameaças com armas de fogo ou armas brancas, bem como qualquer tipo de violência sexual ou assédio. Ora, como constataremos mais adiante, as mulheres entrevistadas, para o presente trabalho, incluem-se nesta última definição.

A violência contra as mulheres é um fenómeno transversal a estratos sociais, idades, culturas e sociedades. O seu carácter global reforça a sua natureza de subordinação e dominação das mulheres enquanto processo histórico secular ainda hoje imbricado nas mais diversas estruturas sociais. As desigualdades entre homens e mulheres podem ser um elemento decisivo para uma análise compreensiva da violência contra as mulheres. Mas este tipo de violência não é apenas o resultado dessa desigualdade, sobretudo porque é a desigualdade entre homens e mulheres que reforça exercício da mesma (Council of Europe Task Force to Combat Violence against women, including domestic violence, 2008).

A motivação e relevância do trabalho que aqui se apresenta situa-se na permanência do problema social da violência contra as mulheres que em Portugal, como no resto do mundo, se manifesta com uma prevalência tão elevada e que afasta as mulheres do espaço público, perpetuando, assim, as desigualdades de género.

Nos últimos anos, este premente problema social em Portugal, tem sido confrontado através da aposta em políticas públicas de combate, assistência e apoio às vítimas. A prevenção tem sido uma preocupação manifesta, embora, neste domínio o caminho nos pareça incipiente. Mas as prevalências continuam elevadas, sobretudo porque sabemos que muitas das vítimas silenciam a vitimação (Lisboa, 1995, 2006 e 2009), por vezes durante anos, perpetuando, desta forma, a violência contra elas exercida. Este trabalho procurará demonstrar este tópico que consideramos essencial para determinarmos as causas da violência. Sem pesquisa neste domínio não poderemos determinar a extensão da violência. Urgem, pesquisas académicas, recolhas de dados oficiais, ou decorrentes do trabalho das ONG, para melhorar os instrumentos de análise e promover a implementação de mais e melhores políticas públicas. Estudos, como aqueles que fomos identificando, mostram que uma mudança sustentada deve implicar a articulação de medidas de curto prazo, de combate à violência e de protecção das vítimas, com medidas de prevenção que possam apresentar progressivas alterações dos comportamentos sociais. Para que possam ser produzidas acções políticas e sociais concertadas neste domínio, reconhecemos que permanecem lacunas no conhecimento científico impedindo respostas claras das quais provenham efectivas mudanças. As interrogações que aduzimos a esta última abordagem parecem-nos pertinentes e destacamos, por exemplo, por que se verifica ainda tamanho silenciamento da vitimação. Serão apenas razões que decorrem da dependência financeira da vítima em relação ao agressor? Será a herança social e histórica das mulheres enquanto guardiãs da harmonia familiar³, assente num modelo de sociedade patriarcal que considera as mulheres inferiores aos homens? O manancial de informação de que hoje dispomos sobre o problema social da violência contra as mulheres, permite-nos assumir como verdadeira a tese de que são os homens os principais perpetradores dessa violência fazendo da violência contra as mulheres uma violência de género, como discutiremos na problematização sociológica.

³ A este propósito recorremos a um trecho do manifesto do Sindicato Geral das Indústrias Químicas, de 1920, que bem reflecte a assunção social do papel da mulher enquanto responsável pelo lar e pela família: «Numa sociedade em que as coisas estivessem bem feitas (...) a mulher deveria destinar-se, em primeiro lugar, a ter filhos e, em segundo lugar, a cuidar deles, a manter a casa, a educar os filhos, a instruir-se instruindo-os e a tornar a existência do seu companheiro o mais feliz possível (...) Ora, é este o seu papel social».

Como será debatido em seguida, pensamos que a violência praticada contra as mulheres, quer na esfera pública quer na esfera privada das relações e afectos, deve ser analisada à luz dos papéis, valores e estereótipos de género que têm remetido a mulher para uma posição de menoridade em relação aos homens. Propomo-nos, pela reconhecida acuidade do tema, estudar o papel e a incorporação dos valores sociais relacionados com o género e a forma como se articulam com o percurso das vítimas, nomeadamente ao nível da sua (re)acção e sobretudo os factores que conduzem à manutenção das relações conjugais violentas. Interrogamo-nos sobre as razões que levam as mulheres manterem a relação violenta. Assumimos como um dos objectivos centrais deste trabalho a produção de conhecimento novo a propósito das causas que contribuem para a perpetuação das lógicas de silenciamento dessa mesma violência. Pensamos ainda relevante, compreender o papel das dinâmicas⁴ interpessoais na perpetuação da relação conjugal violenta, particularmente entre vítima e agressor, entre as vítimas e as suas famílias e entre as vítimas e os próprios filhos?

Pensamos que a produção de novo conhecimento sobre as causas do problema contribuirá para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e sobretudo de medidas de prevenção mais assertivas.

Sabemos que a violência contra as mulheres é um fenómeno complexo, onde os afectos, os laços sociais, as interações e as estruturas sociais são penetrados pelas desigualdades entre homens e mulheres, o presente trabalho na medida em que pretende identificar os factores que conduzem à reprodução da violência contra as mulheres, também pode contribuir para o posterior entendimento das consequências dessa mesma violência. Começaremos por analisar a violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica enquanto problema social com estatuto de problema jurídico-legal em Portugal.

⁴ Entendemos dinâmicas como as regularidades, ou alterações de comportamento e os múltiplos aspectos relacionais entre os actores sociais envolvidos nos contextos da violência no espaço da casa-família. Tal como as dinâmicas sociais o termo como o tencionamos utilizar refere-se ao comportamento dos actores sociais envolvidos nos cenários de violência conjugal, resultante da interacção entre eles e as condicionantes de acção que da interacção poderão advir.

1.1.1. O problema social da violência contra as mulheres à luz da evolução jurídica

No que concerne ao fenómeno da violência contra as mulheres em Portugal, a evolução jurídica tem sido considerável, particularmente, nos últimos 20 anos. Mas o uso do conceito de violência, não é sinónimo de crime. Por isso, deverá assinalar-se a diferença conceptual entre violência e crime. Enquadramos o conceito de violência enquanto uma representação social que obedece a determinados códigos morais, culturalmente estabelecidos e nesse sentido, «Um acto é violento na medida em que alguém o classifica como tal: a vítima, o autor ou a sociedade a que ambos pertencem. Ora, tal classificação pode resultar da materialidade como o acto é percebido e vivido, ou como é representado; em qualquer dos casos, para ser considerado violento é representado sempre como uma transgressão. O que varia é a gravidade da transgressão e o nível como esta é representada» (Lisboa *et al.*, 2009, p. 23). A definição de violência incorpora valores, crenças, atitudes, mas sobretudo percepções e representações específicas de cada sociedade, cultura ou país. Nas palavras de Lourenço e Lisboa, “A violência é assim perspectivada como uma transgressão aos sistemas de normas e valores que se reportam em cada momento, social e historicamente definido, à integridade da pessoa” (Lourenço & Lisboa, 1992, p. 17).

Por sua vez, o conceito de crime remete-nos para a esfera da legalidade e dos quadros jurídico-penais e, nesse sentido, um crime pode ou não ser violento e uma violência exercida sobre o outro pode, ou não, ser crime.

A criminalização da prática da violência contra as mulheres (incluindo a doméstica) é um passo essencial para o combate e erradicação do fenómeno. Não nos basta perceber os actos de violência praticada contra as mulheres, como violentos: eles deverão fazer parte da moldura penal e serem globalmente e consensualmente, em todas as esferas da sociedade civil, aceites enquanto crime. Ainda assim, e apesar de todos os avanços e esforços desenvolvidos para a protecção e defesa das vítimas, subsistem dificuldades em penetrar no que ainda é considerado impenetrável: o seio familiar ou a conjugalidade. Na senda destas dificuldades historicamente enraizadas, também a esfera legal foi cúmplice na perpetuação da violência contra as mulheres, incluindo a doméstica, uma vez que, como veremos mais adiante, o «Direito regulava

sobretudo a esfera pública, omitindo-se a esfera privada, por excelência o espaço histórico e social da mulher e das relações privadas» (Lisboa *et al.*, 2009, p. 15).

Impõe-se, por isso, um percurso pela evolução jurídica da violência contra as mulheres em Portugal, incluindo a doméstica, incursão que iniciaremos no ano de 1933 com uma breve análise da Constituição do referido ano, como exemplo da posição de subalternidade da mulher em relação ao homem. Não se encontra referência alguma a nenhum tipo de consagração legal para a punição de violência contra as mulheres. No entanto, as referências à condição da mulher são várias e algumas merecedoras de destaque, nomeadamente ao nível da limitação do acesso da mulher à plena cidadania e igualdade de direitos. A título de exemplo, Jorge Miranda, na sua obra *Os direitos fundamentais e ordem social na Constituição de 1933*, destaca a descrição da condição da mulher: «Rigorosamente, o Art.º. 5.º, 2.º, deveria ser interpretado sem ser em função apenas da mulher, por falar em sexo simplesmente. Mas sabe-se como a proibição de discriminações e privilégios de sexo é ainda hoje uma regra sobretudo de promoção dos indivíduos do sexo feminino. Só ficam autorizadas diferenças de tratamento justificadas pela natureza. Que entender, porém, por natureza? Embora não se desconheça quanto a noção de natureza de um ou de outro sexo anda envolvida com concepções, valores, hábitos sociais, parece que o melhor entendimento será reduzi-la àqueles elementos de ordem biológica e psíquica que objectivamente determinem diferença de conformação e comportamento entre homem e mulher» (Miranda, 2005, p. 278). Seriam, então «os motivos de ordem biológica e psíquica» que consensualizavam o que havia de diferente entre homens e mulheres, conduzindo a "estatutos" diferentes, perante a Lei, e, concretamente, perante a Constituição. Não será, por isso de estranhar, que até 1982 o Código Penal português fosse omissivo em relação ao crime de maus tractos entre cônjuges. Foi, nesse mesmo ano, incorporado no novo Código Penal Português com natureza de crime público (Decreto-Lei Código Penal Português, 1982)⁵, o artigo 153 que

⁵ Em 1995, a Lei nº48/95, (Decreto-Lei Código Penal Português, 1995) altera a natureza no crime contemplado no Novo Código Penal de 1982, de crime público para crime semipúblico, cunhando nova natureza ao crime. Em 1998, com a entrada em vigor da Lei 65/98, de 2 de Setembro (Decreto-Lei Código Penal Português, 1998a), o procedimento criminal continuava a depender de queixa, mas o Ministério Público podia dar início a esse procedimento, se o interesse da vítima o impusesse e se esta não se opusesse até à dedução da acusação. Como veremos, é apenas em 2000 com a Lei nº 7, de 27 de

estabelece o mau -tracto entre cônjuges como crime, punível entre 6 meses a 3 anos de prisão. Nesse artigo pode ler-se «Quem infringir maus tractos físicos, ou tratar cruelmente ou não lhe prestar os cuidados ou assistência A saúde que os deveres decorrentes das suas funções lhe impõem». Este artigo 153 era aplicado a «pai, mãe ou tutor de menor de 16 anos ou todo aquele que o tenha a seu cuidado ou à guarda (...)».

Em 1991, quatro anos antes de ser lançado o primeiro estudo académico que se debruçaria pela primeira vez sobre o tema da violência contra as mulheres, a Lei n.º 61/91, de 13 de Agosto (Decreto-Lei Código Penal Português, 1991a) decreta protecção às «mulheres vítimas de violência». Esta lei refere explicitamente o “reforço das medidas de protecção legal (...) estabelecimento de um sistema de prevenção (...) a criação de secções de atendimento às mulheres (...) incentivo à criação e funcionamento de associações de mulheres com fins de defesa e protecção das vítimas de crimes” (Idem, Capítulo I, Artigo 1 e 2). É, desta forma, e com esta Lei de 1991, que se lançam os primeiros alicerces para o combate à violência contra as mulheres. No entanto, refira-se, não encontrávamos ainda o uso do termo violência doméstica.

Decorria, ainda o ano de 1991 quando o Decreto-Lei nº 423/91, de 30 de Outubro (Decreto-Lei Código Penal Português, 1991b), em consonância com as directrizes do Conselho da Europa, estabelece o regime de indemnização às «vítimas de crimes violentos»; em 1998, a o Decreto-Lei nº 59/98, de 25 de Agosto (Código Penal Português, 1998b) altera o Código do Processo Penal para que passe a haver instrumentos que permitam afastar o ofensor da casa/morada comum da vítima, medida de maior importância ainda hoje, dado que muitas vezes estas vítimas continuam a partilhar a casa com o agressor mesmo após denúncia⁶. Um ano mais tarde, o Decreto-Lei 139/99, de 28 de Agosto (Decreto-Lei Código Penal Português, 1999a), concretiza a primeira alteração ao Decreto-lei 423/99, estabelecendo o regime jurídico de protecção às vítimas de crimes violentos. De salientar, a importância do

Maio (Decreto-Lei Código Penal Português, 2000) é que a natureza do crime volta a mudar para crime Público.

⁶ Parece-nos relevante acrescentar que muito ainda deverá ser feito em termos legais para um total cumprimento desta Lei: ainda hoje assistimos a relatos de mulheres que, após denúncia, permanecem na mesma residência com o agressor, algo que poderá inibir a vítima de denunciar ou mesmo colocá-la em maior perigo. Aliás, muitos dos relatos das mulheres entrevistadas para esta tese, vão nesse sentido, como veremos.

Decreto-Lei n.º 107/99, de 3 de agosto (Código Penal Português, 1999b) que cria a rede pública de casas de apoio às mulheres vítimas de violência, cujo trabalho é hoje de reconhecido valor e importância no combate à violência contra as mulheres.

Mas é em 2000 que assistimos a um marco no quadro do Código Penal Português, quando a violência contra as mulheres transita de crime semipúblico a crime público. A Lei 65/98, de 2 de Setembro (Diário da República, 1998) enquadra a violência doméstica num cenário de início de procedimento: «(...) a quem infligir ao cônjuge, ou a quem com ele conviver em condições análogas às dos cônjuges, maus tractos físicos ou psíquicos. O procedimento criminal depende de queixa, mas o Ministério Público pode dar início ao procedimento se o interesse da vítima o impuser e não houver oposição do ofendido antes de ser deduzida a acusação» (Lei 65/98, Artigo 152). Enquanto crime semipúblico, caso a vítima manifestasse posteriormente vontade de recuar na acusação, o Ministério Público seria impotente para avançar com o procedimento de acusação. Ora, este cenário colocava, muitas vezes, o Ministério Público refém da vontade das vítimas e estas, por sua vez, reféns das pressões, ameaças e coacções por parte do agressor. É por isso que, em 2000, com a Lei nº7/2000, de 27 de Maio (Diário da República, 2000), a sua passagem a crime público é tão relevante no quando legal e, também no combate à violência contra as mulheres. O que esta Lei permite é que o Ministério Público possa iniciar e prosseguir o processo até à sua total extensão. A referida lei, acrescenta ainda que «(...) ao arguido pode ser aplicada a pena acessória de proibição de contacto com a vítima, incluindo a de afastamento da residência desta, pelo período máximo de dois anos» (Art.º 152, Alínea 6).

Foi necessário esperar até ao ano de 2007 para assistirmos à revisão do Código Penal que cunha, finalmente o crime de violência doméstica e o autonomiza em relação a outras formas de violência contra as mulheres. O crime de violência doméstica é definido pelo Código Penal no artigo n.º152 da seguinte forma: «Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tractos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais: a) Ao cônjuge ou ex –cônjuge;) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação». Este Decreto-Lei protege e, ao mesmo tempo, criminaliza os actos ocorridos em situações de

conjugalidade mesmo que não impliquem coabitação⁷ e prevê, pela primeira vez a criminalização da violência doméstica entre casais do mesmo sexo.

O crime de violência doméstica passa a ser também imputável «a progenitor de descendente comum em 1º grau (...) ou a pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite». A preocupação com as crianças em contextos de violência doméstica está também prevista quando se lê que «A pena de prisão aplicável é agravada se os actos referidos forem praticados contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima».

O regime jurídico mais explícito e incisivo sobre a protecção e assistência às vítimas de violência doméstica está expresso na Lei nº. 112/2009 (112/2009, 2009). Esta lei, também conhecida como Lei-quadro, define o estatuto de vítima, na alínea b), enquanto «pessoa especialmente vulnerável». Assim, a vítima cuja especial fragilidade resulte, nomeadamente, da sua diminuta ou avançada idade, do seu estado de saúde ou do facto de o tipo, o grau e a duração da vitimização haver resultado em lesões com consequências graves no seu equilíbrio psicológico ou nas condições da sua integração social». A preocupação com a assistência e protecção às vítimas é igualmente perceptível, não apenas através da menção aos gabinetes de atendimento e informação à vítima nos órgãos de polícia criminal (artigo 27º) mas também através da rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica que compreende o organismo da Administração Pública responsável pela área da cidadania e da igualdade de género, as casas de abrigo, os centros de atendimento e os centros de atendimento especializado (artigo 53º). Esta Lei-quadro⁸ sobre a violência doméstica destaca-se ainda, segundo Pais, pela «natureza urgente dos processos» e pela «utilização de meios electrónicos para o controlo à distância dos agressores» (Pais, 2010, p. 251).

Colmatando o vazio penal em relação à protecção das vítimas de violência doméstica em uniões de facto, a Lei n.º 23/2010, de 30 de Agosto (Agosto, 2010), rectificando o Decreto-lei 7/2001, de 11 de Maio (Decreto-Lei do Código Penal Português Nº 7/2001, 2001), concretiza a extensão da protecção às vítimas neste tipo

⁷ Segundo Pais (2010), esta rectificação incluiria as situações do namoro.

⁸ Segundo o Decreto- Lei nº 38/2009, e em cumprimento com a Lei n.º 17/2006, de 23 de maio (Decreto-Lei n.º 17/2006) - Lei-quadro da Política Criminal, a violência doméstica mantém-se definida como crime de prevenção e investigação prioritárias.

de relação conjugal, até então, não contemplado. Pode ler-se que «A presente lei adopta medidas de protecção das uniões de facto. 2 - A união de facto é a situação jurídica de duas pessoas que, independentemente do sexo, vivam em condições análogas às dos cônjuges há mais de dois anos».

Mais recentemente, a 21 de Fevereiro de 2013, a 29.^a alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro, e primeira alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro, estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas. Em relação aos aspectos da prevenção, protecção e assistência às vítimas, os testemunhos das mulheres entrevistadas para este trabalho ilustrarão a importância de uma rede estruturada de apoio às mulheres em situação de violência, sobretudo no que se refere à protecção e assistência imediata. Frequentemente, este apoio, bem como o conhecimento sobre a sua existência, parece fazer a diferença entre continuar numa relação violenta ou abandonar o agressor.

O percurso jurídico-institucional português não foi apenas feito com o quadro instituído no Código Penal. Com a moldura legal acima descrita, tornava-se necessário um instrumento objectivo que se destinasse a orientar e estabelecer prioridades nos domínios do combate e da prevenção. São frutos dessa necessidade os Planos Nacionais de Acção Contra a Violência Doméstica. O IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica (PNCVD-2011-2013), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010, de 17 de Dezembro (Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010, 2010) está ainda em vigor. O suprarreferido Plano Nacional foi antecedido por outros: I PNCVD (1999-2002) aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/99, de 15 de Junho (Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/99, 1999); o II Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2003-2006) aprovado pela (Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/03, 2003) e o III Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2007-2010) aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/07, de 22 de Junho (Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/07, 2007) .

Nestes Planos definem-se directrizes para um combate mais eficaz e concertado entre todas as forças com possibilidade de intervenção, sejam elas policiais, civis, jurídicas ou institucionais. Estes esforços concertados ajudariam a implementar e consolidar novas políticas de combate à violência contra as mulheres.

Representaram, também, um impulso nacional para a mediatização do fenómeno e consequente visibilidade, com o propósito de contribuir para a formação de uma maior consciência e percepção social em torno da necessidade do combate ao fenómeno. A aposta na protecção e assistência às vítimas, bem como uma maior preocupação com a educação e formação dos jovens a propósito da violência doméstica parece-nos evidente no Plano Nacional actualmente em vigor. Este Plano traça como medidas estratégicas «Proteger as vítimas e promover a integração social; Prevenir a reincidência — intervenção em agressores; Qualificar profissionais; Investigar e monitorizar». O último objectivo estratégico do IV Plano pode ser considerado um incentivo ao desenvolvimento de trabalhos de investigação no sentido do que apresentamos, cujo propósito é contribuir para um conhecimento mais profundo sobre a violência de género. Concomitantemente, pensamos que trabalhos como o que aqui se apresenta poderão facilitar a definição de medidas de combate a esta violência, ainda longe de ser erradicada.

O papel activo que Portugal tem demonstrado no combate à violência contra as mulheres à escala nacional, através dos sucessivos enquadramentos jurídicos e Planos de Acção, vai impondo melhorias à protecção, punição do agressor e estatuto da vítima. Todo esse trabalho faz parte de uma acção concertada, protagonizada por várias instituições internacionais, que desde meados do século XX, vêm empreendendo esforços para a irradicação da violência contra as mulheres.

É precisamente sobre o papel dos organismos internacionais, bem como sobre o papel de Portugal no quadro internacional, que nos debruçaremos em seguida com o propósito de enquadrar a violência contra as mulheres enquanto um problema social à escala mundial.

1.1.2. O combate à violência contra as mulheres e à discriminação de género: o papel das organizações internacionais

A 26 de Junho de 1945, em São Francisco, os “Povos das Nações Unidas” assinam o documento hoje conhecido como a Carta das Nações Unidas. No documento assinala-se a necessidade dos povos assumirem responsabilidade pelas liberdades

«fundamentais, sem distinção de raça, sexo, religião» (Carta das Nações Unidas, 1945, Cap. I, Art.º. 1). Fala-se, assim, pela primeira vez, na necessidade do combate internacional pela igualdade de género ou, pelo menos, na abolição de qualquer tipo de discriminação entre sexos. O artigo 8º da Carta refere-se explicitamente à necessidade de igualdade entre homens e mulheres, referindo que «As Nações Unidas, não farão restrições quanto ao acesso de homens e mulheres, em condições de igualdade, a qualquer função nos seus órgãos principais e subsidiários»

Mais tarde, em 1949 a Declaração Universal dos Direitos Humanos, estabelece a necessidade dos povos das Nações Unidas reforçarem esforços para que os seus Estados Democráticos assentem na igualdade de direitos entre homens e mulheres, quer na esfera pública quer na esfera privada e, também, no casamento (Artº16).

As Nações Unidas pretendiam preparar terreno para se constituírem como um exemplo para a comunidade internacional, assumindo que a discriminação entre homens e mulheres não seria aceitável devendo os Estados proceder às alterações legislativas consideradas necessárias no âmbito dos respectivos territórios políticos. Portugal tornou-se membro das NU em 1955 ficando obrigado ao cumprimento dos princípios enunciados pela organização internacional em que se integrou.

Atendendo à necessidade de políticas internacionais mais concertadas e específicas que se enunciaram em recomendações internacionais, ao mesmo tempo que se criaram Comissões que se debruçassem especificamente sobre todas as formas de discriminação contra as mulheres, reconhecida como um forte obstáculo à plena vivência da cidadania das mulheres. Assim, em 1946 foi criada uma Comissão especificamente dedicada à situação internacional das mulheres (Commission on Status of Women ou CSW⁹). Entre 1946 e 1967, esta Comissão elabora algumas Declarações sobre os direitos das mulheres¹⁰ mas é em 1979 com a adopção nas Nações Unidas em

⁹ Em 1946 a CSW era uma Sub-Comissão da Comissão dos Direitos humanos e não uma Comissão autónoma como vem mais tarde a ser considerada com o estabelecimento do Committee on the Elimination of Discrimination against Women.

¹⁰ A saber: «Convention on the Political Rights of Women, adoptada adopted by the General Assembly on 20 December 1952, the Convention on the Nationality of Married Women, adopted by the Assembly on 29 January 1957, the Convention on Consent to Marriage, Minimum Age for Marriage and Registration of Marriages adopted on 7 November 1962, and the Recommendation on Consent to

Assembleia Geral da Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women que a CSW atinge um dos pontos mais altos na luta internacional contra a discriminação das mulheres. À importância dos seus objectivos, acrescenta-se o facto de o documento que formalizou os princípios da Convenção assumir a forma de tratado vinculativo. Na redacção da Convenção pode ler-se que todas as medidas devem ser tomadas, pelos estados membros, para assegurar «the full development and advancement of women, for the purpose of guaranteeing them the exercise and enjoyment of human rights and fundamental freedoms on the basis of equality with men» (art. 3). O que a Convenção traz de novo é o seu formato de tratado cuja acção e impacto se traduziria em recomendações para todos os estados membros no que respeita à construção de instrumentos internos adequados e eficazes para a eliminação da discriminação das mulheres nos respectivos espaços nacionais.

É com a referida Convenção que nasce o *Committee on the Elimination of Discrimination against Women* (CEDAW), com estatuto de Comissão autónoma, que tem como principal responsabilidade acompanhar a implementação e avaliação da Convenção em todos os países que a assinaram

No que concerne ao papel de Portugal no cenário das convecções internacionais, verificou-se a ratificação da CEDAW em 1980¹¹, bem como o seu protocolo Opcional em 2002, que reafirma a determinação dos estados membros, que procedessem à sua ratificação, em garantir na sua plenitude, que às mulheres fosse assegurado o exercício seus direitos e liberdades fundamentais; que estes estados membros tomassem medidas efectivas para prevenir as violações desses direitos e liberdades; que reconhecessem a competência do Comité para acolher e analisar todas as queixas de indivíduos ou grupos dentro da sua jurisdição (Art.º 1-4 da CEDAW Optional Protocol, 2002).

Apesar do que ficou referido, foi apenas em 1993, durante a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, em Viena, que se assistiu ao uso da expressão violência contra as mulheres bem como à utilização da terminologia *gender-based*

Marriage, Minimum Age for Marriage and Registration of Marriages adopted on 1 November 1965» (<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/history.htm>, consultado em 2014/01/23).

¹¹ Lei n.º 23/80, de 26 de Julho.

violence. Assim, a Declaração produzida em Viena, contém no Art.º 18, a necessidade de reforçar e de serem cumpridos os direitos humanos das mulheres, bem como garantidos os direitos de participação igualitária nas esferas política, civil, económica e social. As referências explícitas à eliminação da violência de género são usadas para defenir a necessidade da sua irradicação: «Gender-based violence and all forms of sexual harassment and exploitation, including those resulting from cultural prejudice and international trafficking, are incompatible with the dignity and worth of the human person, and must be eliminated. This can be achieved by legal measures and through national action and international cooperation in such fields as economic and social development, education, safe maternity and health care, and social support» (Artº18, Vienna Declaration and Programme of Action Adopted by the World Conference on Human Rights in Vienna on 25 June 1993).

Mais uma vez insiste-se no facto da violência de género se constituir como mais um obstáculo à plena cidadania, liberdades e direitos das mulheres, sendo considerada uma manifestação de desigualdade histórica das relações de poder entre sexos. Conforme a Declaração de 1993 que resultou da supra-referida Conferência Mundial, passa a não ser possível conceber o avanço e resolução dos problemas da humanidade negligenciando-se o impacto das questões de género e as assimetrias de poder entre homens e mulheres (Pais, *ibidem*). No âmbito das Nações Unidas, Portugal, enquanto membro da Organização, está vinculado às disposições da Declaração.

Assinala-se, dois anos após a Declaração de Viena, o nascimento da Plataforma de Pequim, como resultado da IV Conferência Mundial das Mulheres (reunida em Pequim de 4 a 15 de Setembro de 1995). Um dos objectivos da Plataforma de Acção de Pequim é a conformidade de todos os estados membros com o empoderamento¹² das mulheres. É, de resto, a primeira vez que a expressão é utilizada em instrumentos de trabalho ou declarações formais provenientes das Nações Unidas.

É igualmente referida, pela primeira vez, a necessidade de se produzir conhecimento sobre as causas e consequências da violência contra as mulheres.

¹² Women's Empowerment em Inglês, refere-se a um processo de ação ou agencia que remete para a capacidade das mulheres para realizarem escolhas estratégicas num contexto onde essas escolhas lhes foram, ou são ainda negadas (Kabeer, 2001). Nesse sentido, o empoderamento, enquanto processo, remete-nos para a capacidade das mulheres agirem com total liberdade de direitos e de acções.

Torna-se, também, mais explícita e conceptualmente mais completa a definição de violência contra as mulheres: «The term "violence against women" means any act of gender-based violence that results in, or is likely to result in, physical, sexual or psychological harm or suffering to women, including threats of such acts, coercion or arbitrary deprivation of liberty, whether occurring in public or private life. Accordingly, violence against women encompasses but is not limited to the following: a) Physical, sexual and psychological violence occurring in the family, including battering, sexual abuse of female children in the household, dowry-related violence, marital rape, female genital mutilation and other traditional practices harmful to women, non-spousal violence and violence related to exploitation (Beijing Declaration and Platform for Action, Artº 133, 1995).

Apesar da importância legal, histórica e internacional das Nações Unidas e da decisiva importância que a produção das Convenções e Declarações assinaladas teve no combate internacional concertado contra a violência de género e discriminação das mulheres, existiram outros organismos internacionais que enviesaram percursos no combate à mesma. Salientamos, pela positiva o caminho feito pelo Conselho da Europa no processo de combate à desigualdade de género e a todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres. Foi o Conselho da Europa que, em primeiro lugar, ultimou a recomendação para a criação de uma *Task Force* encarregue de lançar campanhas pan-europeias para o combate à violência contra as mulheres. Esta *Task Force* (2006-2008), que integrava um representante português, foi criada pela necessidade premente de avaliar o progresso, a nível nacional, dos instrumentos para quantificar os desenvolvimentos a nível Pan-Europeu, com o objetivo de preparar propostas para Ação nos estados-membros (Recomendação da 3ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo do Conselho da Europa, Varsóvia, 17 Maio, 2005, Cap. II.4). Em 2008, esta *Task Force* produz um relatório no qual assinala recomendações que se viriam a revelar de enorme importância para o combate à violência contra as mulheres. De entre as recomendações que foram produzidas destacam-se as que se reportam a medidas preventivas para combater a violência contra as mulheres. No entanto, assinala-se a insuficiência na produção de medidas para a erradicação do fenómeno, tanto ao nível da protecção das vítimas como ao nível da punição para os agressores (Final Activity Report- Task Force to *Combat Violence against Women*,

including Domestic Violence (EG-TFV,2008:78). O relatório salienta ainda que o combate à violência contra as mulheres só poderá ser eficaz caso haja uma abordagem compreensiva e holística do fenómeno, o que implica um suporte efectivo da esfera política, na adopção de medidas preventivas, de protecção e de políticas públicas que viessem, de forma substantiva, eliminar o fenómeno. Este aspecto que implica um compromisso político internacional, foi já reconhecido a nível nacional.

Mais recentemente o Conselho da Europa publicava um documento que fica conhecido como a Convenção de Istambul. Este documento, intitulado *Council of Europe Convention on preventing and combating violence against women and domestic violence*¹³, rapidamente se tornou um instrumento de referência inovador para o combate ao fenómeno de que nos ocupamos com o presente trabalho.

Nas palavras do deputado Mendes Bota¹⁴, a convenção de Istambul «(...) é única, e inovadora em muitos aspectos: trata-se do primeiro instrumento legalmente vinculativo, potencialmente aberto à adesão de qualquer país do mundo, especificamente vocacionado para a violência contra as mulheres, e cobrindo todos os aspectos com esta última relacionados, desde a prevenção a medidas de assistência para as vítimas, da acusação e penalização dos agressores às políticas integradas neste domínio. Para além das mulheres, os Estados podem também alargar a sua aplicação a outras vítimas de violência doméstica» (O ano da Convenção de Istambul, 2013 S/local). Inerente ao seu carácter inovador está a criação de um quadro jurídico pan-europeu para proteger as mulheres vítimas e residindo, neste aspecto específico, o seu carácter inovador.

¹³ Esta convenção obedece a várias recomendações do Comité dos Ministros aos Estados-membros do Conselho da Europa desde 1966, a saber: a Recomendação Rec (2002) 5 sobre a protecção das mulheres contra a violência, a Recomendação CM/Rec(2007)17 sobre as normas e mecanismos de igualdade entre géneros, a Recomendação CM/Rec(2010)10 sobre o papel de mulheres e homens na prevenção e resolução de conflitos e na construção da paz e outras recomendações relevantes. De assinalar ainda as recomendações feitas pelo CEDAW: a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (“CEDAW”, 1979) e o seu Protocolo Opcional (1999), assim como a Recomendação Geral nº 19 do Comité CEDAW sobre a violência contra as mulheres, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989) e os seus Protocolos Opcionais (2000) e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006); (*Convention on preventing and combating violence against women and domestic violence*, 2011, p.2).

¹⁴ Escreve na qualidade de Deputado e Relator Geral sobre a Violência contra as Mulheres (AP Conselho da Europa).

Ensaia-se uma tentativa de definir conceptual e claramente várias noções relacionadas com a violência contra as mulheres, mas também se descortina a intensão de obrigar os Estados-Membros a maior celeridade na resposta à protecção e assistência das vítimas. A Convenção de Istambul considera fundamental a protecção das mulheres de qualquer forma de violência, a eliminação de todas as formas de discriminação e desigualdade entre homens e mulheres, o desenvolvimento de quadros globais de políticas e medidas que confirmam assistência imediata às vítimas e uma abordagem integrada, entre todos os signatários, visando a eliminação da violência contra as mulheres e violência doméstica.

Ressalta o objectivo de tornar esta convenção um instrumento referencial abrangente que se define pelo combate por todas as formas de discriminação baseada no género. Assim, a violência contra as mulheres, incluindo a doméstica, é mais um instrumento dessa discriminação e desigualdade e, sobretudo, uma violência que afecta desproporcionadamente as mulheres em todo o mundo. Cunha-se a definição de violência contra as mulheres como «(...) uma violação dos direitos humanos e como uma forma de discriminação contra as mulheres e significa todos os actos de violência baseada no género que resultem, ou sejam passíveis de resultar, em danos ou sofrimento de natureza física, sexual, psicológica ou económica para as mulheres, incluindo a ameaça do cometimento de tais actos, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade, quer na vida pública quer na vida privada; (Artº3a); o conceito de violência doméstica como «todos os actos de violência física, sexual, psicológica ou económica que ocorrem no seio da família ou do lar ou entre os actuais ou ex-cônjuges ou parceiros, quer o infractor partilhe ou tenha partilhado, ou não, o mesmo domicílio que a vítima» (Artº3b); de violência baseada no género ou violência de género¹⁵ como «violência contra as mulheres baseada no género designa toda a violência dirigida contra uma mulher por ela ser mulher ou que afecte desproporcionalmente as mulheres» (Artº3d) e, finalmente o conceito de género que designa «papéis, os comportamentos, as actividades e as atribuições socialmente construídos que uma sociedade considera apropriados para as mulheres e os homens (Artº3c).

¹⁵ Conceito de que nos ocuparemos no próximo ponto deste trabalho.

Ao mesmo tempo a Convenção apela à implementação de «medidas legislativas e outras necessárias para adoptar e implementar políticas nacionais eficazes, globais e coordenadas, incluindo todas as medidas relevantes para prevenir e combater todas as formas de violência cobertas pelo âmbito de aplicação da presente Convenção e oferecer uma resposta global à violência contra as mulheres» (Artº7). Também se autonomizam, em artigos específicos os tipos de violência mais frequentes contra as mulheres: violência psicológica (Artº33); perseguição (Art.ºº 34); violência física (Artº35); violência sexual, incluindo violação (Artº36); casamento forçado (Artº37); mutilação genital feminina (Artº38); aborto e esterilização forçada (Artº39) e assédio sexual (Artº 40). Reforça-se, novamente, a necessidade de resposta imediata, de prevenção e de protecção das vítimas (Artº 50), sendo que esta deverá ser feita de forma a evitar uma vitimização repetida (Artº56).

Cumpre-nos assinalar a posição precoce de Portugal no contexto da Convenção de Istambul: assinada a Convenção em Maio de 2011 foi promulgada em 2013 em resolução da Assembleia da República (Alínea i do artigo 161º e do nº5 do artigo 166º da Constituição Portuguesa), tornando-se o primeiro Estado-Membro da União Europeia a proceder, me termos de legislação interna, em conformidade com a respectiva assinatura.

Não tendo tido, em todas as etapas da evolução internacional ao nível do combate e erradicação da violência de género e formas de discriminação de género, uma intervenção de destaque, o papel de Portugal na delineação destes avanços internacionais foi bastante profícuo e activo, especialmente na última década. Passou pela incorporação de peritos na *Task force to combat violence against women, including domestic violence*, do Conselho da Europa. Definia-se, então, o objetivo de produzir recomendações que pudessem ser acolhidas de modo a ajudar no combate que se pretendia mais eficaz e produtor. Associou-se ao mais recente e inovador instrumento pan-europeu de combate à violência e protecção às vítimas, através da implementação de medidas jurídicas partilhadas por outros Estados-membros. Resulta destas linhas de força e destes compromissos assumidos, a importância que o País confere à temática, adoptando-a como uma preocupação premente no quadro nacional seguindo os caminhos que, neste domínio, são abertos nas instâncias e organizações internacionais.

1.2. O género é o problema: a problematização sociológica

A problemática da violência contra as mulheres, particularmente a doméstica, tem permanecido, desde há sensivelmente duas décadas, como um problema social de enorme relevância tanto ao nível da consciência social – nomeadamente ao nível da tomada de conhecimento e denúncia - como da agenda política, como já referimos.

A informação reunida desde 1995 pela já citada equipa de investigação permite saber que, quando é pedido à mulher vítima que refira como reagiu a qualquer um dos actos de violência que mencionou, a opção de resposta mais apontada é *não faz nada/vai calando* (Lisboa, et al.,2003; Lisboa et al.,2009; Lisboa et al.,2006; Lisboa et al.,2008; Lisboa et al.,2005). Uma das explicações avançadas nestes estudos é que o acréscimo da dificuldade em agir se deve ao facto das próprias vítimas aceitarem esta violência como “normal”, sendo este um aspecto que explica a razão pela qual a violência exercida contra as mulheres apresenta um padrão de abuso continuado, seja da violência física, psicológica ou sexual.

Já definimos conceptualmente e amplamente a violência contra as mulheres e os tipos de violência mais comuns. Também já enquadrámos a violência contra as mulheres num contexto de desigualdade entre homens e mulheres, no qual as mulheres são vítimas convenientes em sociedades onde o exercício da dominação masculina se faz sentir, também no uso da violência contra elas. No ponto 1 do presente capítulo, ao referirmos que os autores da violência praticada contra as mulheres são maioritariamente homens, consideramos que este era um dos elementos que permitia enquadrar esta violência numa perspectiva de género. No fundo uma violência de género uma vez que encontra as suas origens na discriminação e opressão das mulheres, «uma violência estritamente associada à reprodução de estereótipos e papéis de género e aos complexos e dinâmicos processos de construção de identidades, que não se confina às relações íntimas, heterossexuais e/ou homossexuais, mas que atravessa toda a dimensão interpessoal, e institucional (família, escola, trabalho), intergéneros, intrafeminina e intramasculina» (Lisboa, et al.,2009, p. 26).

Quando falamos em género ou quando discutimos as questões relacionadas com identidades de género, devemos evitar a «epistemologia do senso comum sobre os sexos» (Amâncio, 1994:29). De facto, sexo e género não são sinónimos. Se quando nos referimos ao sexo convocamos a dimensão biológica, dada à nascença, a homens e mulheres, quando falamos de género convocamos todo um imaginário social, um «sistema social que produziu conteúdos simbólicos associados ao sexo» (*Idem, Ibidem*, p.27).

O sexo não explica o género nem o género é adquirido com a pertença a um determinado sexo. É nesse sentido que Amâncio, ao distinguir entre sexo e género, adverte para a necessidade de «evitar a simples colagem do género ao sexo, das orientações comportamentais, dos papéis e divisões sociais que perpetuam a naturalização dos processos de produção de sentido sobre o sexo» (Amâncio, 2003: análise social). O género é então, uma produção social alicerçada na diferença biológica entre homens e mulheres, uma representação social socialmente partilhada onde «a natureza dá a diferença, e a leitura dessa diferença produz esse alfabeto simbólico universal que é o par masculino/feminino» (Héritier, 1996, p. 23). A biologia atribuiu o sexo mas o género é construído através da assimilação dos valores e normas sociais relacionados com a identidade de género. Género é uma «categorização vivida e imposta» (Ferreira, 2001, p. 48), uma convenção social que associa determinados comportamentos, atributos, valores, atitudes, expectativas e comportamentos a cada um dos sexos. Paralelamente à construção das identidades de género os processos de categorização do masculino e feminino na ordem social são inevitáveis. Masculino e feminino, são categorizações construídas socialmente e assentes na dualidade e no instrumentalismo das funções sociais atribuídas a homens e mulheres. Explica-nos Simone Beauvoir que à mulher é imposta uma categorização, uma vivência de uma categoria a que chamamos de feminilidade «Todo o ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade» (1975, p.7). É essa «realidade misteriosa» como apelida Beauvoir, que produz a atribuição de determinadas funções sociais associadas com as mulheres, como sendo a maternidade, o cuidado com o lar, etc., «transformaram o sexo feminino numa outra espécie, numa alteridade» como referia (Amâncio, *ibidem*, p.76). Ser homem ou mulher é estar aceitar pertencer a uma ordem

natural das coisas (Archer, 2002), onde o homem assume uma posição social superior à mulher.

A consciência ou representação social do género e das posições desiguais de poder entre homens e mulheres, não é um produto das sociedades contemporâneas. Pelo contrário, e por ser socialmente produzida, ela “é construída a partir de uma teia complexada de factores históricos, económicos e culturais, esbatida nas práticas sociais” (*Idem, Ibidem*, p.8). O discurso a posição inferior das mulheres na ordem social, enquanto produção histórica, pode ser encontrada desde os escritos do livro do *Génese* da Bíblia Cristã onde Eva é criada a partir da costela de Adão, simbolizando que «A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autónomo» (Beauvoir, *Ibidem*, p.10). A mesma autora também se refere a Aristóteles, para quem a mulher carecia de capacidades e cujo carácter se definia por «uma certa deficiência natural» (*Idem, Ibidem*), tal como para Santo Tomás para quem a mulher é «um ser incompleto, um ser “ocasional”» (*Idem, Ibidem*).

Esta assimetria e estado de oposição entre o género masculino e feminino, que assume na violência a sua expressão mais dramática da dominação, do primeiro para com o segundo, surge nas sociedades como *ius naturalis*. Como salienta Bourdieu, «Esta experiência apreende o mundo social e as suas divisões arbitrárias, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos, como naturais, evidentes, e contém a esse título um reconhecimento pleno de legitimidade (...) A força da ordem masculina deixa-se ver pelo facto de dispensar justificação» (Bourdieu, 1999, p.8). O autor salienta, ainda, que o domínio simbólico do masculino sobre o feminino encontra na ordem social a máquina que faz o controlo e exercício efectivo dessa dominação quer através da divisão sexual do trabalho quer através da distribuição de determinadas actividades. Assim, adverte Bourdieu que «há na estrutura do espaço, com a oposição entre o local da assembleia ou do mercado, reservado aos homens, e a casa, reservada às mulheres (...)» (*Idem, ibidem*, p.9).

Pensamos que a explicação para a diferenciação de género não deve ser procurada nas consequências dessa mesma diferenciação, ou melhor, discriminação da estrutura social em relação às mulheres. Como explica Goffman, as consequências das assimetrias de poder entre ambos deve ser explicada através da compreensão das

formas como as diferenças entre homens e mulheres foram dadas como necessárias, uma espécie de garantia social, para o correto funcionamento da sociedade. No fundo «the way in which the institutional workings of society ensured that this accounting would seem sound (...) Observe that although gender is almost wholly a social, not biological, consequence of the workings of society, these consequences are objective» (Goffman, 1977, p.303).

O exercício da violência contra as mulheres inscreve-se numa categorização social que professando a superioridade do homem determina que contra a mulher se possam exercer variadas formas de discriminação e violência. A própria construção do que significa ser homem está dependente do exercício explícito da dominação masculina. Welzer-Lang descreve os requisitos para a construção social do estereótipo do homem “normal”: «De facto, o duplo paradigma naturalista que define, por um lado, a superioridade masculina sobre as mulheres e, por outro lado, normatiza o que deve ser a sexualidade masculina produz uma norma política andro-heterocentrada e homofóbica que nos diz o que deve ser o *verdadeiro* homem, o homem *normal*. Este homem viril na apresentação pessoal e em suas práticas, logo não afeminado, activo, dominante, pode aspirar a privilégios do género» (Welzer-Lang, 2001, p.21). Também Walker (2009) refere que os resultados das suas pesquisas indicam que a causa principal da violência de género é a *estereotipização* do papel sexual ou, no original, *sex role stereotyping*.

O estudo da violência de género enquanto produto das assimetrias de poder entre homens e mulheres posiciona as últimas enquanto objectos de dominação do homem. O homem por sua vez, para cimentar a sua condição de dominante necessita de controlar e regular o objecto que é entendido como sua propriedade. As questões relacionadas como o domínio, controlo e regulação dos comportamentos das mulheres, nos contextos da violência de género, colocam o foco nas assimetrias de género e de poder, identificando o ciúme e o sentimento de posse do homem como uma das principais dimensões que deve ter-se em conta no estudo deste tipo de violência. De facto, evidências empíricas recolhidas para o desenvolvimento deste trabalho procurarão expressar, através de evidências estatísticas, a relevância destas dimensões.

Dado que o espaço da casa adquire protagonismo por ser o local privilegiado para o exercício da violência, especialmente contra as mulheres e crianças (Giddens, 1996), será incontornável a reflexão sobre a violência no seio da família. Longe do imaginário tradicional da família enquanto local de afectos, de conjugalidades ternas e imunes a perigo, a família constitui-se como um núcleo permeável a situações de tensões e violências. Gelles e Straus sublinham a necessidade de se confrontar a fábula de que o perigo da ocorrência de violência – física, psicológica ou sexual – reside, na sua maioria, na rua. Os mesmos autores, desprezam a ideia pré-concebida de que os actos violentos são perpetrados por desconhecidos, descrevendo, até como irónico, o facto do perigo real residir nas nossas casas e não nas ruas: «You are more likely to be physically assaulted, beaten, and killed in your own home at the hands of a loved one than anyplace else» (1988, p.18).

Segundo Kaufmann (2002), a intensidade dos afectos da família moderna pode estar na origem de um espaço familiar centrado no lar, cada vez mais instável e propenso a conflitualidades¹⁶, onde a mulher ocupa um lugar de destaque, quer pela imposição histórica da sua circunscrição à esfera doméstica, quer pela predominância que foi ganhando como principal responsável pela sua manutenção e harmonia. Não podemos deixar de considerar esta conjuntura histórico-política como a armadilha perfeita: as mulheres adquirem predominância numa esfera, potencialmente violenta, num espaço onde essa violência é, maioritariamente, perpetrada por homens contra as mulheres, ao mesmo tempo que lhes é pedido que mantenham a coesão desse lar e do núcleo família, considerado o principal bastião da ordem social.

Temporalmente e deslocando-nos, no esforço, para a análise do percurso das mulheres em Portugal, não nos encontramos distantes de um quadro histórico-cultural que nos permite convocar explicações para o exercício da dominação masculina e do aprisionamento das mulheres à esfera doméstica. A ideologia salazarista em relação ao papel das mulheres, mas sobretudo ao arquétipo da família portuguesa, caracteriza-se

¹⁶ A construção social do ideal da família moderna rejeita, em absoluto, o exercício de violência entre cônjuges ou crianças que a compõem. Ela é vista como um lugar de companheirismo e realização afectiva (Nunes de Almeida, Sobral e Ferrão, 1997). No entanto o que os dados da violência de género e violência no contexto familiar e do espaço doméstico apontam que o exercício de violência tem como espaço de eleição a casa e a família. Como nos refere Dias (2010): «Tudo isto significa que ao lado da imagem ideal da «família refúgio» temos de considerar a imagem, também realista, da «família que mata» (Dias, 2010, p. 56).

da seguinte forma: «A ideologia dominante e conservadora que vigora durante o regime de Salazar impõe publicamente a noção de que Portugal é povoado por famílias felizes, ordeiras, trabalhadoras e pacatas. Insistentemente, e por todos os meios (incluindo do ponto de vista jurídico), defende-se a apologia da mulher «esposa», modesta, «maternal», submissa, com um papel expressivo no seio da família: a prestadora de cuidados cuja principal ocupação consiste em cuidar da casa, qual boa «fada do lar». A mulher era vista como o elemento que unifica e concilia e que deve auxílio e obediência ao marido» (Casimiro, 2011, p.112).

Este desvio propositado da mulher da esfera pública para a esfera privada, permite-nos explicar que Portugal apresentasse, em vésperas do 25 de Abril, 68,9% de donas de casa com idades compreendidas entre os 20 e os 54 anos (Rodrigues, 1983:913). Como dizia Salazar num dos seus Discursos e Notas Públicas: «Nunca houve uma boa dona de casa que não tivesse muito para fazer». (Guimarães, 1986, p.557).

Na própria legislação em vigor durante o Estado Novo, encontramos vários exemplos para do exercício de poder e dominação do homem sobre a mulher e até de desculpabilização o uso da violência quando contra ela exercida. A Constituição de 1933 e o Código Civil de 1966 sublinham o estatuto menor da mulher perante o marido. A igualdade de direitos dos cidadãos era, na Constituição, salvaguardada por uma pequena ressalva em relação à mulher, devido «às diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família». Essas diferenças permitiam aos maridos, entre outros exemplos, autorizar ou negar o acesso das suas mulheres a passaporte, abrir a sua correspondência, administrar os seus bens (Wall, 2011, p.345). Esta subalternidade encontra-se cunhada, de forma ainda mais explícita, pelo artigo 1674 da Constituição Portuguesa de 1933, que declara que «o marido é o chefe da família, competindo-lhe, nesta qualidade, representá-la e decidir todos os actos de vida conjugal».

Em relação à complacência do uso da violência contra a mulher, no contexto do matrimónio, um acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 3 de Maio de 1952 referia que «se os maus tractos forem infligidos pelo marido à mulher, sem exceder os limites de uma moderada correcção doméstica, eles não constituirão sevícias capazes de justificar o pedido de divórcio» (Casimiro, 2011, p. 118).

Talvez porque esta naturalização histórica da dominação do homem sobre a mulher faz ainda parte de um passado tão recente, assistimos hoje, ao silenciar da

violência de género, especialmente quando ela é praticada na esfera doméstica. Se na altura do Estado Novo «As agressões físicas e psicológicas (...) não eram vividas por todas como um efectivo abuso por parte do homem», mas sim «integradas na sua mundividência como fazendo parte da ordem natural da vida familiar e, muito especificamente da relação hierárquica estabelecida entre marido e mulher» (*Idem, ibidem*), será que podemos hoje atribuir este silenciamento, e concomitantemente a manutenção da relação conjugal violenta a esta ideologia temporalmente tão próxima? Será o actual silenciamento e manutenção das relações conjugais violentas uma herança de um passado de 40 anos? Pais (2010) defende que ainda hoje a violência experienciada na conjugalidade é «por diversos motivos silenciada, ocupando um «lugar secreto» na conjugalidade (...) isto deve-se não só à pressão social para a não denúncia, como também a imperativos de ordem sociocultural, pelo que a violência contra a mulher tem sido considerada um comportamento normal, tradicional e socialmente legitimado na relação entre os cônjuges» (Pais, 2010, p.89).

Acreditamos que a violência de género tem a sua génese precisamente na construção social das identidades de género que contribuem para a produção e reprodução de uma prática de violência que é exercida contra as mulheres, que ocorre no espaço da casa-família e que é maioritariamente praticada pelos maridos/companheiros com contornos que remetem aos modelos e estereótipos de género.

Mas na génese da construção social das identidades e papéis de género, existem outros elementos, também eles historicamente produzidos, assimilados e (re) produzidos que poderão assumir particular interesse. A incorporação das emoções, nomeadamente as emoções sociais, passíveis de serem socialmente adquiridas e cuja inscrição é de tal forma subtil que incorporam elementos de socialização, nem sempre identificáveis, serão um dos pilares teóricos incontornáveis deste trabalho. Nesse sentido, emoções sociais como a vergonha e a culpa serão analisadas à luz do seu papel na manutenção da relação conjugal. Algumas teorias da sociologia das emoções referem o papel importante da vergonha e da culpa na acção dos indivíduos mas nenhuma ainda os utilizou como instrumentos de análise empírica em contexto sociológico. Tentaremos perceber se estas emoções sociais, sem prejuízo de outras emoções sociais que também abordaremos, se constituíram como inibidores da acção

das mulheres. Tal como a construção das identidades de género, masculino e feminino, se faz desde a infância (os valores, normas, modelos e expectativas pré-existem ao nascimento) e se vai actualizando através de instituições, organizações e grupos como a família e a escola, os amigos, os colegas, através de relações interpessoais (Archer & Lloyd, 2002), também a incorporação das emoções sociais se faz nos mesmos trâmites inscrevendo-se por idênticos vectores.

Assim, um dos objectivos centrais da nossa pesquisa prende-se com a necessidade de compreendermos se determinadas emoções sociais, mais associadas às mulheres, fazem parte de uma herança cultural, passada de geração em geração e cuja (re) produção começa muito antes do tempo de vida dos actores sociais.

Desta forma, propusemos a análise dos percursos de vida das mulheres entrevistadas, com especial enfoque na análise e desconstrução do papel de determinadas emoções sociais. Para a compreensão dos motivos que conduziram à permanência na relação conjugal violenta, consideramos que os factores de ordem emocional poderão ser tão importantes como outros condicionalismos de ordem mais objectiva – dependência económica, existência de filhos, por exemplo.

Sabemos que as emoções sociais e porque são sociais, incorporam símbolos, normas, valores, crenças, e que variam de acordo com idade, extracto social, religião. Não obstante, no âmbito que definimos para o presente trabalho, interessa-nos sobretudo a forma como determinadas emoções sociais albergam, na sua incorporação, a condição de género, os seus papéis sociais e estereótipos. A sociologia, através dos modelos de socialização primária e secundária, já demonstrou a importância manifesta dos actores sociais na manutenção da ordem social. Nesse sentido, questionamo-nos sobre o peso efectivo do cumprimento do papel social de mulher/esposa/companheira, que a tem feito refém ao longo de várias décadas de uma posição de menoridade em relação aos homens. Poderá a necessidade de cumprir as expectativas sociais associadas ao mesmo papel de mulher/esposa/companheira, sobrepor-se ao direito de viverem livres de violência? E, se assim for, qual será o papel da família na transmissão desses mesmos modelos e arquétipos do género feminino?

Gelles e Straus, num estudo sobre a violência nas famílias, já tinham admitido como hipótese a necessidade que o indivíduo sente de cumprir os papéis sociais que

lhe são atribuídos e consequentemente reforçar a ordem social, necessidade que apelidam de «paixão pela ordem social» que faz com que tenhamos menos medo da violência do que da ordem social (1988, p.19).

Tentaremos a compreensão do fenómeno da violência de género, de acordo com as hipóteses levantadas e objectivos enunciados, pretendemos, através das entrevistas realizadas a mulheres vítimas, explorar as formas como estas mulheres desconstroem a vivência e experiência emocional individual da vergonha e da culpa¹⁷, o seu papel na relação e também na interacção com os outros, nomeadamente com a família. Tentámo-lo através da análise dos discursos das mulheres entrevistadas das dinâmicas entre vítima e outros intervenientes, no contexto da violência de género para que conseguíssemos identificar algumas causas e desconstruir a produção e reprodução dessa violência. Recorremos, concomitantemente, ao uso de uma metodologia que permitisse analisar as emoções e estados de espírito das entrevistadas para melhor compreender se as emoções sociais que assinalámos, poderiam ter manietado as vítimas e as suas (re)acções. Ao mesmo tempo, utilizamos essa metodologia, que nas considerações metodológicas explicaremos, para tentar perceber em situação de entrevista que emoções sobressaem nas descrições, narrativas e desconstruções das suas relações conjugais violentas.

Se este trabalho identificar as condições sob as quais decorre o exercício da violência e quais dessas causas são socialmente produzidas, conseguiremos isolar os elementos cruciais envolvidos no processo de concretização e perpetuação da violência. Importa, também compreender tais condições para que se possa actuar com maior e melhor conhecimento da problemática em causa. Estas são as linhas de foco que nortearão e nos propomos seguir com esta tese.

¹⁷ Não serão apenas estas emoções sociais que merecerão análise neste trabalho. Como veremos mais à frente, o decurso do trabalho de campo e a análise da informação recolhida alertaram-nos para a existência de outras emoções importantes para a explicação da manutenção das relações conjugais violentas.

1.3. Dados macrossociológicos da violência contra as mulheres: manifestação de estados emocionais

Os últimos dados relativos à prevalência da violência de género em Portugal, são os Inquéritos de 2007¹⁸ e 2008 no Continente e nos Açores, respectivamente. Alguma da informação produzida sobre os contornos deste tipo de violência, pode abrir caminho para alguns dos objectivos que nos propomos alcançar.

Da análise dos indicadores mais relevantes para este trabalho, escolhemos algumas variáveis que nos permitissem confirmar algumas das hipóteses levantadas para a presente pesquisa, nomeadamente ao nível das dinâmicas da violência de género. Corroborando o elevado peso das reacções passivas das vítimas, também a vergonha é, aqui considerada como uma forma de condicionamento da acção.

Elegemos algumas variáveis pertinentes¹⁹ para uma visão mais integrada do fenómeno da violência e para a prossecução dos objectivos que nos propusemos²⁰.

Todas estas variáveis complementam a informação das entrevistas em profundidade e histórias de vida recolhidas para este trabalho. Queremos com isto assinalar a preocupação premente em complementar da informação qualitativa

¹⁸ O Inquérito Nacional “Violência de Género”, realizado durante o ano de 2007, sucede ao primeiro estudo nacional sobre a violência contra as mulheres, o Inquérito Nacional “Violência contra as Mulheres”, desenvolvido em 1995. Toda a investigação centrou-se na análise da violência interpessoal de género na sociedade portuguesa e teve como objectivo geral traçar a evolução quantitativa da violência exercida contra as mulheres, desde 1995 até à actualidade, bem como detectar a extensão dos padrões da violência exercida contra as mulheres e homens.

¹⁹ As variáveis de interesse são as seguintes: “Porque nunca contactou instituições de apoio à vítima”, variável que nos remete para a vergonha e a culpa, bem como para o medo do que “os outros iam pensar”; “Alguma vez se tentou separar do agressor” e “Em caso de separação com regresso, porque regressou”, variável que revela o peso da vergonha/embaraço, laços afectivos com o agressor, falta de condições para viver sozinha, hipóteses de resposta que nos fornecem algumas pistas para perceber os motivos pelos quais as mulheres vítimas vão perpetuando o ciclo de violência; “Porque nunca se separou do agressor”, variável que nos remete para os motivos da manutenção da violência, muitos dos quais destacados pela variável anterior; “Quem assistiu aos actos de violência”. Sabendo que a violência doméstica não afecta somente as mulheres, o papel dos filhos será abordado mais adiante neste trabalho sendo que pretendemos também demonstrar o seu papel na dinâmica da violência.

²⁰ Com este propósito, os dados produzidos por estes dois inquéritos permitiram a construção de nova informação através de uma análise quantitativa mais fina. Significa que apuramos resultados por actos e não por vítimas para que as bases de dados produzidas permitissem uma visão quantitativa sobre os actos em si e a sua caracterização. Desta forma, cada entrada corresponde a um acto de violência e não a cada mulher respondente.

recolhida no trabalho de campo com as variáveis quantitativas produzidas através dos Inquéritos Nacionais.

1.3.1. Primeiras abordagens macrossociológicas sobre os estados emocionais das mulheres vítimas de violência em Portugal

Exploraremos, em primeira instância, as reacções que as mulheres inquiridas referiram ter tido aos actos de violência²¹. Como veremos, existe um silenciamento da violência, reflexo da reacção passiva que as vítimas revelam. Alguns autores referem-se ao carácter fatalista da violência de género (Luísa Silva, 1991; Pais, 2010) que se traduz na «reacção submissa das mulheres agredidas (...) Mesmo nos casos em que a mulher considera ter a razão do seu lado, ela não só não manifesta exteriormente a sua revolta, como intimamente não a admite, de modo a garantir a estabilidade do casal, valor ancestral, inquestionável quer por parte do homem, quer da própria mulher» (Pais, 2010, p.104). Mesmo quando a vítima escolher o "desabafo com outras pessoas", tal não consiste, em si, numa atitude que vise a denúncia do acto de violência, pelo menos, às autoridades competentes. Dias, descreve esta falta de reacção explícita da seguinte forma: «Na família de constituição, a reacção dominante da mulher à violência conjugal é de conformismo e tristeza» (2010, p.349)

Em relação às reacções das vítimas, a reacção mais referida é *Não fez nada/ Vai calando* (com 46%). Ora, estes dados demonstram dois fenómenos interessantes: o primeiro é que as reacções mais passivas como (a *Não fez nada/ Vai calando* e *Desabafou com outra/s pessoa/s*) juntamente totalizam mais de metade das reacções (65%); o segundo factor que merece ser destacado é a baixa percentagem de vítimas que deixou o agressor. No entanto, 9% dos actos mereceram um contacto com as autoridades, elemento relevante dado que no primeiro estudo à violência contra as mulheres realizado em Portugal em 1995 (Lisboa (Lisboa, Lourenço, Pais (1997), apenas 1% das mulheres referiu ter contactado as autoridades ou outras entidades

²¹ De assinalar ainda que, em ambas as bases de dados (Continente e Açores), todos os dados apresentados correspondem a dois momentos temporais diferentes: actos que ocorreram no último ano (à data da realização do inquérito) e actos que ocorreram em anos anteriores (ou seja, anteriores à data da realização do inquérito).

competentes. Os resultados que se referem às reacções das vítimas a actos ocorridos em anos anteriores, revelam resultados semelhantes: 45% das vítimas reagiram de forma passiva. No Inquérito realizado na região Autónoma dos Açores, os resultados das reacções passivas aumentam quando comparadas com os apuramentos do Continente: *Não fez nada / Vai calando* foi a resposta de 58% das mulheres vítimas (para actos ocorridos no último ano).

Perante estes dados e na tentativa de caracterizar este silenciamento, tentamos perceber o que leva algumas vítimas a contactarem instituições de apoio e, ao invés, porque razões não o fazem. Os dados do Inquérito Nacional provam que na grande maioria dos actos as vítimas nunca contactaram qualquer instituição de apoio à vítima (84%)²². Estes valores revelam que, apesar de todo o trabalho já feito ao nível de implementação de redes nacionais de protecção e assistência às vítimas, existem muitas mulheres que não recorrem nem usufruem dos serviços de assistência que podem ser prestados para o efeito.

Em relação às vítimas que não contactaram instituições de apoio, o motivo enunciado como impedimento principal foi o *Não iria fazer nada para ajudar* (25%). Assinalamos a importância e peso desta categoria: por um lado reforça a ideia do desgaste emocional a que a vítima é sujeita, conduzindo ao sentimento de fatalismo da violência que se traduz numa ausência perspectivada de alternativas à mesma. Ainda em relação a esta questão, se juntarmos as categorias de resposta *Embaraço com a situação medo que a culpassem* e *Medo da reacção da família/amigos e pressão social do meio onde vive*, que totalizam 19% dos actos, percebemos que alguns estados emocionais, neste caso o embaraço e o medo, podem erigir-se como pedras basilares nas decisões das vítimas. O que este dado, indica é que alguns contextos emocionais como vergonha e o medo de ser julgada pelos outros são muitas vezes, inibidores da separação.

²² No Inquérito à Região Autónoma dos Açores em 64% dos actos de violência nunca houve qualquer contacto com nenhuma instituição, percentagem elevada mas menor do que a verificada no Continente o que revela que as mulheres residentes nesta região autónoma recorrem mais aos apoios prestados pelas instituições referidas.

Importava, também, conhecer os contextos da separação do cônjuge, parceiro ou namorado quando este é o autor dos actos de violência, bem como as vítimas que nunca o tentaram.

Podemos afirmar que existe algum equilíbrio entre a percentagem de vítimas que *se separou definitivamente / divorciou-se da pessoa que a agrediu* (46%), e a percentagem que *não se separou* (42%). Este aparente equilíbrio indica como pode ser frágil e ténue a linha que separa as reacções explícitas das mais passivas, evidência de uma situação periclitante de vítima e de um limbo complexo entre a separação e a continuação da relação conjugal violenta.

Quanto às causas da separação do agressor, o motivo que se destaca é *Não aguentava mais / estava farta* (55%). Com um peso menos significativo, segue-se o *receio que as agressões piorassem/receio pela sua segurança* (em 16% dos actos). O motivo mais referido é reflexo de um estado de desgaste físico e sobretudo emocional, que pode demorar anos a ser atingido e que se consolida em período idêntico de longos anos de vitimação. Este desgaste pode funcionar como catapulta para a decisão de abandonar o agressor, ainda que nalgumas situações, se verifique um posteriormente retorno.

Dos actos que nunca conduziram a uma separação do companheiro / namorado, foi perguntado se nunca tinham pensado em fazê-lo: em 57% dos actos relatados a resposta foi negativa. Posteriormente, procurámos identificar as razões pelas quais nunca o fizeram. É possível verificar que os motivos mais referidos são: *não tinha condições económicas para viver sozinha / medo de ficar só com os /as filhas* (14%) e *achou que as coisas iam melhorar /parceiro mostrou-se arrependido* (12%). Lisboa (2009) salientava a importância destes factores mas identificava também outras explicações para compreendermos as razões para que as vítimas continuassem as relações: «a dependência emocional, a ausência de suporte familiar e de amigos e a eterna esperança de que “um dia ele irá mudar”. Esta esperança é, geralmente, sustentada pelo próprio autor por períodos que podem variar em tempo e em intensidade, pois as mulheres vítimas de violência não são agredidas constantemente, nem a violência que lhes é infligida ocorre ao acaso» (Lisboa, *et al.*, p.65). De facto, veremos na análise do trabalho de campo efectuado para este estudo, que estes factores são cruciais para que as mulheres escolham manter-se nas relações. Outro

motivo em destaque é a presença da emoção social vergonha/embaraço, embora seja uma das causas menos apontadas (com uma importância inferior a 5%), acompanhada pelo *medo de ameaças / medo de mais actos de violência e gostava do parceiro / medo que perder o parceiro*²³.

Também nas inquiridas que revelaram ter-se separado do agressor mas que posteriormente retomaram a relação, os motivos invocados foram os que se relacionam com os laços emocionais que prendem a vítima ao agressor, neste caso: *Achou que as coisas iam melhorar* (29%) e *Gostava do parceiro(a)/medo de o(a) perder* (18%).

Uma das mais prementes situações relacionadas com as dinâmicas de violência contra as mulheres quando ocorre no espaço da casa, é a existência dos filhos, que tanto são vítimas directas dos abusos e da violência, como vítimas indirectas quando assistem aos actos praticados. Desta forma, os filhos são os que mais presenciam a violência. Em 23% dos actos no último ano e em 30% dos actos ocorridos nos anos anteriores, as vítimas identificaram o *Filho/a* (23%) como os que, com maior frequência, assistiram aos actos. Já em 2005 num estudo realizado nos Institutos de Medicina Legal do Porto e de Coimbra, (Lisboa, Barroso e Marteleira), denunciavam o papel dos filhos nos contextos de violência praticada no espaço da casa. Estes autores referiam que na quase totalidade dos casos, os filhos assistem às agressões²⁴ (97,8% em Coimbra e 95% no Porto). Mas mais preocupante é o facto da «(...) maioria destas mulheres refiram que os filhos também são vítimas de agressão (83,3% em Coimbra e 66,7% no Porto), alargando assim de uma forma expressiva o conceito de violência doméstica às crianças, que são um dos principais actores sociais vítimas deste problema (...) Embora a maioria dos estudos refira que, aquando da agressão à mulher se pratica, igualmente, a agressão aos filhos, alguns trabalhos sobre maus tractos infantis apontam para o facto de cerca de 50% das mulheres que maltratam ou negligenciam os seus filhos serem igualmente vítimas de violência doméstica, o que

²³Em relação aos resultados destas variáveis para a região Autónoma dos Açores, os dados são semelhantes aos apurados para o Continente.

²⁴ McGee (2000) revela dados preocupantes para o contexto Norte-americano. A autora escreve que das 41 famílias que entrevistou, em 85% delas as crianças estavam presentes quando as suas mães foram vítimas dos abusos.

demonstra que, em muitas situações, a mulher canaliza a violência de que é vítima contra os seus próprios filhos» (*Idem*, 2007, p.20).

Num ponto dedicado ao impacto na saúde e bem-estar emocional e psicológico dos filhos das vítimas, verificaremos a extensão que os impactos nas crianças podem atingir e que condicionam toda a sua vivência presente e futura: comportamentos violentos, receios e medos frequentes; más prestações escolares, problemas de saúde física, etc. Este estudo reforça a exposição das crianças à violência quando aponta que a frequência com que as crianças assistiram aos actos de violência: *Muitas vezes/ a maior parte das vezes* (em 49% das situações), verificando-se uma repetição de hábitos e a exposição frequente à violência²⁵.

Os dados que atrás registamos serviram para apoiar algumas das análises que pensamos pertinentes e por isso pretendemos aprofundar como este trabalho. Foram também importantes para a consolidação da estratégia de investigação seguida. Encontramos pistas para aprofundar os factores de manutenção das relações íntimas violentas, e concomitantemente, beneficiamos do conhecimento já adquirido através de inquéritos o que nos proporcionou o aprofundamento do conhecimento do fenómeno e uma melhor percepção a uma escala macro analítica.

Desenhámos este trabalho, em termos metodológicos, através de uma perspectiva mais qualitativa, nomeadamente através da realização de histórias de vida e entrevistas em profundidade numa observação micro analítica, que nos pareceu que pudesse enriquecer o conhecimento a produzir. Daí a necessidade de comparar informação quantitativa com a recolha de informação através do trabalho de campo realizado para esta investigação. No entanto, nas páginas que se seguem, nomeadamente ao nível dos resultados da Análise de Conteúdo e dos Indicadores de expressão Emocional, serão perceptíveis os elementos em comum que ambas as abordagens identificam. Alguns dos resultados apresentados, reforçam a pertinência das interrogações que colocámos aquando do delineamento deste trabalho, especialmente no que se refere ao papel e importância de emoções sociais como o

²⁵ O papel dos filhos, como vítimas directas e indirectas da violência de género repete-se na Região Autónoma dos Açores. As vítimas identificaram o Filho/a (36%) como os indivíduos que, com maior frequência, assistiram aos actos de violência ocorridos nos anos anteriores, mas a frequência com que assistiram aos actos reparte-se entre *Muitas vezes/ a maior parte das vezes* (41%) e *Algumas vezes* (42%) para actos ocorridos nos anos anteriores à realização do inquérito.

embaraço enquanto emoções capazes de fazer a vítima perpetuar a continuidade da relação violenta; a participação e envolvimento “directa” dos filhos nos cenários de violência; o desgaste físico e emocional a que as vítimas sucumbem mas que tem como resultado, ainda que numa situação limite quer psicológico quer físico, a ruptura com o agressor.

Capítulo II. Estratégia de investigação e instrumentos metodológicos

2.1. Da análise quantitativa à pesquisa qualitativa

Parte da estratégia de investigação e de análise do fenómeno da violência contra as mulheres e da violência de género e os seus contornos, desenvolveu-se em torno de uma abordagem qualitativa centrada em instrumentos sociológicos como as entrevistas em profundidade e as histórias de vida. Tendo em vista a informação quantitativa disponível nas bases de dados dos Inquérito Nacionais e Regionais à Violência de Género (SociNova/CesNova), também recorreremos ao aprofundamento de alguns dados que nos pareceram pertinentes para melhor explorar os contornos e contextos da violência exercida contra as mulheres no contexto português. Esta análise quantitativa teve como mais-valia a disponibilização de dados com indicadores relevantes para o estudo e para a caracterização da dimensão do fenómeno da violência contra as mulheres e violência de género em Portugal. Esse foi, precisamente, um dos primeiros passos dados para a produção de novo conhecimento: uma análise detalhada das bases de dados qualitativas dos Inquéritos da Violência de Género no Continente e nos Açores.

A análise realizada para a exploração de determinadas variáveis dos referidos inquéritos nacionais, implicou a criação de duas bases de dados diferentes, dos inquéritos à Violência de Género no Continente e nos Açores. As bases relativas aos dados para ambos os Inquéritos foram tratadas de modo a permitir-nos uma visão quantitativa por acto e não por vítima. Sendo que as bases de dados originais foram organizadas para que cada entrada fosse uma inquirida (independentemente do número de actos de violência de que tenha sido vítima), para este trabalho, optamos por construir bases de dados em que cada entrada corresponde um acto de

violência²⁶. Os resultados produzidos exploram os aspectos específicos do contexto de violência através de variáveis como a reacção das mulheres, os motivos para a permanência na relação violenta, motivos pelos quais não foram contactadas as instituições competentes, etc. Esses resultados, permitiram que a construção da metodologia qualitativa fosse delineada a partir de alguns elementos que destacamos no capítulo anterior, ao mesmo tempo que foram concebidas outras hipóteses a explorar.

2.2. Construção do campo de observação

Ao nível da metodologia qualitativa foi construído um guião de entrevista semiestruturado²⁷ e foram entrevistadas 30 mulheres a residir, ao tempo da entrevista, em casa abrigo ou que já tivessem por lá passado mas nunca num período de tempo superior a 2 anos.

A escolha das mulheres, em situação de casa abrigo foi uma decisão de investigação e que teve como preocupação com alguns vectores que nos importa destacar: as mulheres que recorrem as casas abrigo, encontravam-se em situações de violência extrema e perigo efectivo, em situações em que nem a protecção da família ou amigos, se revelou suficiente para que elas se pudessem considerar seguras. Assim, os casos de violência extrema quer na sua forma física, psicológica ou sexual, revelam-se casos ideais para tentarmos perceber porque é que, mesmo em cenários de violência extrema e perigo de morte, a mulher opta por manter-se na relação.

Um outro elemento que se revelou importante para a escolha da realização do trabalho de campo no cenário das casas abrigo, é a ruptura abrupta que representa a ida para uma casa abrigo. Nestes casos, importava perceber os instrumentos decisórios que conduziram as mulheres a deixar a relação e começar uma nova vida que, nalguns casos, significa um corte com filhos, família e amigos. A inevitabilidade de romper com toda a vida construída até então, personificada na ida para a casa abrigo,

²⁶ Cada mulher que revelou ter sido vítima de algum dos actos que constam do questionário, poderia ter sido vítima de 1 ou mais actos (até a um máximo de 62 actos, que perfazem o total de actos do inquérito).

²⁷ O guião de entrevista poderá ser consultado no anexo V deste trabalho, página 403.

significava começar de novo, o que obrigou a que essa escolha fosse seriamente ponderada de acordo com múltiplos factores de decisão. Era, então necessário identificar esses factores. Importava, paralelamente, perceber o que diferenciou o momento da ruptura efectiva, dos outros momentos em que estas mulheres escolheram não se separar, perpetuando a relação violenta. O momento da ruptura efectiva é decisivo para acrescentar conhecimento sobre os motivos identificados como decisivos para a separação.

Na escolha das entrevistadas, foi dada preferência a alguns critérios essenciais para corresponder aos objectivos da pesquisa:

1. Idade: mulheres entre os 20 e os 65 anos. Sendo um dos objectivos a análise da incorporação dos papéis e estereótipos de género, era essencial entrevistar mulheres mais jovens e menos jovens a fim de averiguar possíveis diferenças entre elas em termos dos referenciais de género.
2. Filhos: mulheres com filhos e que estes tenham sido vítimas directas ou indirectas da história de violência. Os filhos desempenham um papel central no contexto da violência contra as mulheres, sobretudo na decisão de abandonar ou permanecer na relação conjugal violenta.
3. Estado civil: mulheres a viverem em situação de conjugalidade (casadas ou juntas). Este critério deveria verificar-se para que pudéssemos enquadrar as mulheres entrevistadas no quadro penal de violência doméstica em Portugal.
4. Situação perante a casa-abrigo: mulheres que ainda estão a residir em casa abrigo ou mulheres que já saíram da casa-abrigo mas não há mais de 2 anos. Este critério prende-se com a necessidade de entrevistar mulheres cuja separação ou ruptura tenha sido concretizada por serem situações iminentes de perigo de vida ou risco imediato para a integridade física das mulheres.
5. Distribuição geográfica equitativa em relação a diferentes zonas do país: Norte, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve²⁸.

²⁸ Por questões de segurança, as equipas técnicas que coordenam as casas abrigo, tal como as vítimas, preferiram não identificar a cidade ou localidade onde residiam com os agressores. Devido a esta

Ao nível da caracterização sociocultural das entrevistadas, apresentamos alguma informação relevante, começando pelo Distrito de Nascimento e o Distrito onde residiam antes de serem deslocadas para as casas abrigo.

Quadro 1 -Distrito de Nascimento e Distrito onde residia antes da casa-abrigo

Distrito de Nascimento		Distrito onde residia	
Aveiro	1	Aveiro	1
Castelo-Branco	1	Beja	1
Évora	1	Bragança	1
Faro	3	Évora	1
Fora PT	8	Faro	2
Leiria	1	Fora PT	3
Lisboa	7	Lisboa	13
Porto	4	Porto	4
Santarém	1	Santarém	1
Viana do Castelo	1	Viana do Castelo	2
Vila Real	1	Viseu	1
Viseu	1		

Das entrevistadas, 26 são Portuguesas e 4 nasceram fora de Portugal. Quanto às idades, 8 entrevistadas tinham idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos; 10 entre os 30 e os 39; 7 entre os 40 e 49; 3 entre os 50 e 59 e 2 delas 60 ou mais anos.

Em relação ao seu nível de instrução, as entrevistadas distribuem-se entre o 1º e o 3º ciclo: 3 entrevistadas têm o primeiro ciclo, 14 têm o 2º Ciclo e 13 o 3º ciclo de instrução. Quisemos ainda saber a situação perante a profissão antes de ter ido para a casa abrigo e no momento em que foi realizada a entrevista²⁹. Assim, antes de ir para a casa abrigo, 20 das 30 mulheres estavam empregadas, mas aquando das entrevistas,

precaução, que a investigadora respeita e partilha, optamos por trabalhar apenas com a identificação dos Distritos de nascimento e os Distritos onde viviam com o agressor. Como sabemos, estas mulheres nem sempre são acolhidas em casas-abrigo alocadas nos seus distritos ou zonas de residência. Por isso não se revelou necessária a deslocação a outras sedes regionais destas associações uma vez que conseguiríamos respeitar a distribuição geográfica, como traduzem os quadros 1 e 2, ainda que com alguma proeminência do Distrito de Lisboa.

²⁹ Quando a mulher vai para a casa abrigo, por razões de segurança não pode manter o emprego, por isso achamos que seria importante perceber, também os custos profissionais para as vítimas.

apenas 15 já estavam novamente empregadas, 14 estavam desempregadas e uma entrevistada estava reformada por invalidez como consequência directa da violência sofrida. Apenas uma das entrevistadas não tinha filhos: 26 delas tinham 1 a 3 filhos; três delas tinham mais de 3 filhos.

Ao nível dos percursos temporais da vitimação e caracterização da mesma, importava conhecer o tipo de relação conjugal que mantinham com o agressor bem como o tempo durante o qual as entrevistadas mantiveram a relação conjugal já com situações de violência. No que se refere ao tipo de relação conjugal, 17 das 30 mulheres estavam casadas e 13 delas viviam juntas com o agressor ou em união de facto. Das 30 relações conjugais analisadas, os tempos de manutenção da relação dividiram-se de acordo com os seguintes intervalos temporais:

Quadro 2 - Tempo que esteve casada ou junta/união de facto com o agressor

2-10 anos	15
11- 20 anos	7
Mais de 20 anos	8

De acordo com a explanação teórica que já fizemos sobre a violência de género e os seus contextos e dinâmicas, a longa duração destas relações conjugais violentas assinalada pelo Quadro 3 reforça os cenários de longas trajectórias de violência.

Quadro 3 - Tempo que esteve casada ou junta/união de facto com situações de violência

2-10 anos	18
11- 20 anos	6
Mais de 20 anos	6

O percurso temporal das entrevistadas em casa abrigo revelou-se um factor que condicionava o decorrer das entrevistas: as mulheres que tivessem rompido a relação há menos tempo poderiam apresentar-se numa situação de maior fragilidade emocional. Ao invés, as entrevistadas que já tinham saído das casas abrigo

apresentavam, uma descrição dos acontecimentos menos emotiva ou com um grau maior de consciência reflexiva do *self* (Giddens, 1995:30). A situação emocional em que o investigador irá encontrar o seu objecto de estudo, é sempre crucial para a preparação da pesquisa.

Quadro 4 - Tempo de permanência em casa abrigo

1- 6 Meses	10
7- 12 Meses	4
> 12 Meses	8
Já saiu de Casa Abrigo	8

De entre as mulheres que realizaram entrevistas em profundidade e que corresponderam a estes critérios, foram escolhidas as mulheres que demonstraram maior empatia ou “à vontade” com a entrevistadora durante as entrevistas em profundidade. De entre estas mulheres, todas elas se disponibilizaram ainda para a realização das referidas histórias de vida. Subjaz a este critério de selecção a necessidade de aprofundar mais as suas trajectórias de violência.

2.2.1. Trabalho de campo e selecção das entrevistadas

No que ao trabalho de campo diz respeito, iniciamos contactos em 2009 com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género para que as diversas instituições com redes montadas de apoio a mulheres vítimas de violência, especialmente aquelas que disponibilizam casas-abrigo, pudessem colaborar. Averiguada a disponibilidade de algumas associações em participar, procedemos aos contactos com os técnicos e responsáveis pela gestão e funcionamento das casas-abrigo para que as mulheres, aí residentes, se disponibilizassem para participar. A este propósito, assinalamos a preciosa colaboração de associações como a AMCV, a UMAR, a APAV e a Associação pelo Sonho é que Vamos. O quadro que se segue assinala a distribuição de entrevistadas, que connosco colaboraram.

Quadro 5 - Entrevistadas por Associação/Instituição de apoio

APAV	6
UMAR	12
AMCV	10
Associação pelo Sonho é que vamos	2

Apesar do esforço de colaboração das referidas associações, não podemos deixar de referir o carácter sensível deste trabalho de campo. A entrada numa casa-abrigo, sendo um momento importante da ruptura da violência, é igualmente um momento de enorme fragilidade emocional, uma vez que o processo de reconstrução das suas vidas e perspectivas futuras é ainda uma incógnita. Por isso, o esforço das técnicas que trabalham mais de perto com estas mulheres assenta no desenvolvimento de um sentimento de protecção. Neste sentido, e de acordo com a preocupação com o resguardo emocional e de segurança das mulheres, não pôde ser a investigadora a seleccionar. Essa tarefa foi empreendida pelas técnicas das casas-abrigo, mas que tiveram a preocupação de respeitar os critérios que acima assinalamos. Este processo de selecção estava, naturalmente dependente da vontade das potenciais participantes.

Dada a natureza sensível deste trabalho de campo, os contactos institucionais, os cuidados com a segurança das vítimas, os encontros para a realização das entrevistas (especialmente no que diz respeito aos locais para a sua realização), são questões sobejamente importantes e cujo planeamento demorou, algum tempo a coordenar. No entanto depois de ultrapassadas todas as questões de segurança, elas dirigiam-se às sedes das associações e as entrevistas decorriam nas salas de apoio às vítimas. As entrevistas duraram entre 2 a 3 horas, tendo sido permitida pelas técnicas e pelas mulheres a gravação de áudio. Sempre que se revelou necessário acrescentar informação ou explorar uma temática ou ponto específico das entrevistas, a investigadora responsável pela realização das mesmas solicitava um novo contacto com a entrevistada para completar ou explicitar algumas questões entretanto levantadas.

Por razões de protecção e segurança destas mulheres, em todas as entrevistas, o seu nome, o local de nascimento bem como o local onde vivem, serão ocultados. Também as citações serão identificadas através de um nome fictício por elas escolhido.

2.3. Tratamento e análise dos dados

Para que a análise qualitativa, que nos propusemos realizar pudesse ser desenvolvida, todas as entrevistas foram transcritas e posteriormente objecto de tratamento numa base de dados onde procedemos a uma Análise de Conteúdo³⁰ que se define por ser «Um conjunto de técnicas de análise de comunicações» (1977, p.31). A análise de conteúdo respeita um conjunto de regras que reforçam a sua fidedignidade enquanto técnica de análise e compreensão dos discursos: a homogeneidade (divisão clara de temáticas); exaustividade (esgotar a totalidade dos textos em análise); exclusividade (o mesmo indicador ou elemento de análise do discurso, não poderá constar, aleatoriamente num outro); objectividade (um outro investigador, seguindo os mesmos passos e critérios, deverá chegar às mesmas conclusões); adaptabilidade ou pertinência, aspectos que devem remeter-se para o conteúdo e objecto de análise que interessa estudar (Bardin, 1977).

Todas as entrevistas foram analisadas com recurso à Análise de Conteúdo. A unidade de contexto escolhida foi o parágrafo (com o máximo de 10 linhas). Recorremos ao uso da técnica da análise de conteúdo tradicional, que tem por base a «identificação dos *corpus* centrais da entrevista a analisar em profundidade e, com recurso à identificação e à contagem de categorias e subcategorias, faz-se uma análise de conteúdo temática» (Guerra, 2006:83). Nesse sentido a detecção das dimensões de análise foi feita de acordo com uma lógica de presença/ausência de qualquer uma das dimensões construídas em qualquer um dos parágrafos. Como a grelha analítica que se segue explicitará, a Análise de Conteúdo dividiu-se em problemáticas de análise que posteriormente se subdividem em dimensões de análise e estas em indicadores de análise. A detecção desses indicadores de análise nos discursos das entrevistadas,

³⁰ Sabemos que as terminologias poderão divergir no que à construção das grelhas analíticas diz respeito. Esta pesquisa utiliza a denominação Problemática, Dimensões e indicadores seguindo as denominações de Bardin (1977). Também Quivy e Campenhoudt (2008) salientam a importância da construção de dimensões e indicadores para a produção de conceitos e de interpretações científicas.

permitirá a quantificação dos indicadores pertinentes e seleccionados para este trabalho.

O quadro 6 apresenta a grelha analítica definida, onde enunciamos as problemáticas, respectivas dimensões e os indicadores.

Quadro 6 – Grelha analítica das problemáticas, dimensões e indicadores da Análise de Conteúdo

Problemáticas	Dimensões de análise	Indicadores
A) Dinâmicas familiares na infância	A1) Valores e representações familiares sobre o género A2) Modelos de relação conjugal dos pais	Família separada/não cresceu com a família
		Mãe era vítima de violência doméstica
		Pais com modelos de género assimétricos (tradicionais) entre homens e mulheres
		Ruptura familiar depois da relação com o agressor
		Outras situações de violência na infância
B) Práticas e dinâmicas sociais: relação conjugal e relações sociais com familiares e amigos	B1) Primeiras situações de violência	O início da relação com o agressor
	B2) Tipos de violência exercida	Violência durante o namoro
		Violência psicológica
	B3) Reacções da vítima	Violência Física
	B4) Interações com familiares e amigos	Violência sexual
	B5) Os filhos e o exercício da violência	Reacção activa
		Reacção passiva
	B6) Exercício da violência através do controlo social e do isolamento	Desabafava com família/amigos
		Ajuda efectiva de familiares e amigos para deixar agressor
	B7) A Ruptura	Desinvestimento de familiares/amigos na ajuda para sair
		Ocultava marcas violência/não contava
		Situações de violência começaram/aconteceram na gravidez ou pouco depois
		Filhos eram vítimas/assistiam
		Filhos culpam mãe pela ruptura
		Agressor isolava/controlava socialmente a vítima
		Violência ocorria em casa
		Violência ocorria por ciúmes/posse
		Abuso de álcool ou drogas agressor
		Existência de ameaças de morte
		Tentativas de deixar o agressor com regresso
		O momento da ruptura
C) Estados mentais: racionalidades e argumentos tornados conscientes (razões para a manutenção)	C1) Manutenção devido ao isolamento social imposto	Isolamento social (não tinha para onde ir e sem ajuda família/sem condições financeiras)
	C2) Manutenção por pressões externas	Esperança que algo mude/gostava do agressor
		Ficar pelos filhos
	C3) Manutenção por valores e modelos relacionados com os	Pressão familiar para aguentar
		Alusões ao cumprimento tradicional dos papéis de género/referências ao bom desempenho feminino

	papéis de género	no lar
D) Emoções tornadas conscientes e admitidos mas sem se inscreverem em modelos compreensivos	D1) Emoções sociais experienciadas no decurso das trajectórias de violência	Vergonha
		Culpa
		Raiva
		Medo
		Alienação emocional
E) Estados de saúde física e psicológica: vítima e filhos	E1) Saúde física da vítima	Tentativas suicídio
	E2) Saúde psicológica da vítima	Problemas saúde física e psicológica (depressões) dificuldade psicológicas de superação (consequências directas da violência)
	E3) Consequências saúde nos filhos	Consequências para a saúde dos filhos
F) Presente e futuro	F1) O presente e a incerteza do futuro	Persistem sequelas físicas e psicológicas da violência O futuro como incógnita

No que diz respeito à estruturação da análise de conteúdo para posterior análise dos seus resultados, foi criada uma base em Excel que continha todos os parágrafos resultantes das 30 entrevistas realizadas. Desta primeira base de dados, resultaram 8688 parágrafos para análise da sua pertinência de acordo com a presença ou ausência das dimensões de análise definidas.

Posteriormente foi criada uma outra base em Excel contendo apenas os parágrafos pertinentes para a análise das problemáticas e dimensões definidas. Desta nova base resultaram 4148 parágrafos válidos ou seja, parágrafos com relevância para a posterior produção de resultados³¹. Esta nova base de dados, com 4148 registos foi exportada para SPSS para que permitisse o cruzamento de algumas variáveis³² bem como a análise quantitativa dos indicadores definidos para produção de resultados estatísticos.

A detecção da presença ou ausência dos indicadores foi assinada com recurso a “sim” ou “não” na respectiva base de dados. A título de exemplo caso seja detectada a presença do indicador “Mãe sofria de violência doméstica”, a célula que resulta da intercepção da coluna desse indicador e a linha dessa unidade de contexto, apresenta um “sim”. Neste caso significaria que uma das entrevistadas se referia ao facto da sua

³¹ Dado que este trabalho se alicerça numa perspectiva de análise qualitativa robusta e para que nenhum tipo de informação fosse negligenciada, a análise de validação dos parágrafos foi feita manualmente, sobretudo para não perdermos determinadas subtilidades de discurso e informação fornecida pelas entrevistadas.

³² Quando nos referimos a variáveis, referimo-nos aos indicadores da Análise de Conteúdo já enumerados, mas para fins de análise estatística, passam a denominar-se variáveis.

mãe ter sido vítima de violência doméstica. Através da passagem dos indicadores da Análise de Conteúdo a variáveis, foi possível a produção de resultados estatísticos como os que apresentaremos³³ ao longo dos próximos capítulos. Com o propósito de produzir possíveis associações entre variáveis, recorreremos ao teste do Qui² e do resíduo estandardizado ajustado. De referir ainda que todas as tabelas de resultados na análise estatística produzida em SPSS, poderão ser consultados nos anexos deste trabalho. A ordem pela qual esses resultados estatísticos aparecem no anexo, corresponde à mesma ordem pela qual eles são referidos ao longo dos capítulos desta tese.

2.3.1. Aspectos metodológicos relativos aos Indicadores de Expressão Emocional

Para além do discurso manifesto e verbalizado pelas entrevistadas, quisemos com este trabalho, interpretar os sinais emocionais que emergiam nas mulheres vítimas em situação de entrevista. Sendo que a capacidade dos indivíduos em reconhecer as emoções é limitada, aos cientistas sociais cabe a tarefa de tentar analisar o fenómeno através de tantos ângulos e abordagens quanto possível, tantos quantos os que se revelem importantes para a compreensão de determinado fenómeno social. Desta forma, a demanda por respostas aos objectivos deste trabalho implicou uma análise das emoções sociais, nestes contextos, de duas formas: a primeira refere-se às emoções que são tornadas conscientes pelas mulheres vítimas, ainda que não se inscrevam em modelos explicativos que sejam evidentes para elas, foram experienciadas, vividas e, posteriormente, admitidas em situação de desconstrução narrativa durante as entrevistas. A outra abordagem alicerçou-se numa estratégia de reconhecimento da emoção vergonha, através de alguns Indicadores de Expressão Emocional (I.E.E.) que pudessem emergir durante as entrevistas. Esta detecção fez-se ao nível de indicadores corporais, gestuais e faciais, demonstrados pelas mulheres em momentos específicos das entrevistas.

³³ Toda a produção e análise estatística produzida em SPSS poderão ser consultadas em anexo que acompanhará a presente tese.

Assim, a recolha de informação durante as entrevistas, fez-se também ao nível dos indicadores de expressão emocional (corporal, gestual e paralinguísticos). A metodologia desenhada para proceder a este registo teve de ser agilizada para que a entrevistadora se pudesse concentrar em dirigir a entrevista, por um lado, e anotar o momento específico da entrevista em que foi detectado determinado indicador de expressão emocional, por outro. Coube igualmente à entrevistadora a tarefa de anotar qual o indicador de expressão revelado. A demonstração de um determinado indicador de expressão emocional, era registado³⁴ num diário de campo³⁵ com indicação do símbolo a que correspondia cada um desses I.E.E., bem como o exacto momento (minuto e segundo) em que ele se manifestou.

De acordo com os objectivos definidos, propusemo-nos identificar e analisar as emoções sociais que se evidenciam nos contextos das relações conjugais violentas, particularmente a vergonha e a culpa. Já anteriormente nos interrogamos sobre a possibilidade destas emoções sociais serem condicionadores da acção, quer elas sejam conscientemente admitidas quer sejam exteriorizadas de uma forma menos evidente, por vezes até negligenciados pelas próprias entrevistadas. Cada vez mais, os investigadores parecem apostar na leitura das posturas corporais e gestuais dos seus entrevistados o que revela a crescente necessidade e a possibilidade de retirar informação pertinente. Tal necessidade parte do reconhecimento de que a experiência das emoções nem sempre é consciente mesmo quando somos nós a experienciar as emoções. Nesse sentido Ekman, remete-nos para os processos de emissão de indicadores emocionais que muitas vezes não se tornam conscientes: “The initial translation of an expression into some meaning is likely to be so immediate that we are not aware of the process we go through” (Ekman, 1997, p.334).

Sabemos que as emoções ou alguns estados emocionais podem facilmente não ser apreendidos pelos outros actores sociais em momentos específicos de interacção.

³⁴ A este propósito é importante referir que foram testadas algumas técnicas diferentes para assinalar os momentos específicos em que as entrevistadas emitiam estes indicadores de expressão emocional. Uma das técnicas testadas foi a produção de um sinal sonoro, para sinalizar esse indicador. Seguidamente, a investigadora teria apenas de anotar no diário de campo o sinal correspondente ao indicador revelado. No entanto rapidamente se percebeu que a emissão desse sinal sonoro distraia as entrevistadas, comprometendo a narrativa do discurso.

³⁵ Para que a investigadora não tivesse que perder muito tempo com a sinalização do Indicador de expressão emocional, fez-se corresponder, a todos eles, um símbolo específico de rápida anotação.

Por isso mesmo, Damásio chama-nos a atenção para a diferença entre a experiência emocional no corpo e na mente e a consequente diferenciação entre a emoção e o sentimento: “As emoções desenrolam-se no teatro do corpo. Os sentimentos no teatro da mente (...) as emoções e as várias reacções que as constituem fazem parte dos mecanismos básicos de regulação da vida” (2003, p.44).

Segundo Damásio, uma emoção propriamente dita é “uma colecção de respostas químicas e neurais que formam um padrão distinto (...) as respostas são produzidas quando o cérebro normal detecta um estímulo-emocional-competente, o objecto ou acontecimento cuja presença real ou lembrada desencadeia a emoção. As respostas são automáticas” (Damásio, 2003, p.71). Mas o autor não se resigna ao estudo da emoção apenas através dos processos cerebrais. A passagem da emoção, apenas como processo neurológico, para uma experiência cultural e social (ou seja, da emoção *strictu sensu* para as emoções sociais) é colocada pelo autor da seguinte forma: “Com efeito, uma das finalidades principais da nossa educação é interpor uma etapa de avaliação não automática entre os objectos que podem causar emoções e respostas emocionais. Essa modulação é uma tentativa de acomodar as nossas respostas emocionais aos ditames da cultura” (*Idem, Ibidem*).

Mesmo antes de Damásio, também Goffman (1993) nos chamava a atenção para o processo comunicativo e de interacção entre os actores sociais, focando a sua análise nas motivações estratégicas dos indivíduos para manipular gestos bem como todas as suas formas de apresentação ao outro (discurso, disposição corporal e facial, etc.), com o propósito de respeitarem o guião cultural partilhado. Mas nem sempre a comunidade sociológica considerou importante ou significativa a análise da experiência subjectiva dos indivíduos em relação à experiência emocional vivida em situações de interacção com outros. Sobretudo a análise das emoções foi por demais considerada como demasiado vaga ou carregada de demasiadas variáveis complexas para ser capaz de acrescentar conhecimento à realidade social (Niedenthal, 2007). Talvez por isso a sociologia tenha, até recentemente, afastado as emoções do seu perímetro de análise. Hoje sabemos que a capacidade de interpretação e decodificação das expressões emocionais e corporais dos outros é uma ferramenta capital na interacção quotidiana com os outros actores sociais (Ekman, 1997; Russell, 2003; Navarro, 2010; Turchet, 2011).

Consciente do desafio que esta metodologia representa, uma primeira opção metodológica seria encarar as mulheres entrevistadas como seres sociais mas também biológicos. O biológico e o social não são entidades separadas e a forma como os actores sociais agem, as emoções e sentimentos serão demonstráveis através de reacções ou gestos, muitas vezes inconscientes, mas reflexo de um processo interior biológico que, extravasando estes sistemas, termina com uma actividade ou demonstração corporal, gestual ou fisiológica. De acordo com Tomkins, a forma como as emoções são experienciadas ao nível biológico e cerebral explica a necessidade de se tentar ir mais além na detecção destes mesmos indicadores uma vez que a activação da experiência emocional produz panóplia de diferentes respostas e manifestações nos indivíduos tais como: «facial and vocal expression, changes in peripheral physiology, subjective experience, and instrumental action. Because they have a single cause, these components tightly cohere in time and are intercorrelated in intensity” (Russell *et al.*, 2003, p.331).

Tentámos uma abordagem que nos permitisse captar informações sobre o contexto emocional destas mulheres e a ocorrência de determinadas emoções *in loco*. Esta particularidade metodológica assume a necessidade e considerarmos importante analisar outras formas de comunicação entre actores sociais. Este trabalho utiliza uma metodologia que cremos ser aquela que poderá permitir a produção de novo e mais aprofundado conhecimento no domínio da produção científica sociológica. A sua base é decorrente da já utilizada e testada por Scheff & Retzinger³⁶ (1991), no que se refere à detecção de indicadores de expressão emocional, particularmente para a vergonha³⁷.

O quadro 7 assinala os indicadores de expressão emocional, que se subdividem em indicadores paralinguísticos, gestos visuais e expressões corporais, seleccionados e detectados em contexto de entrevista.

³⁶ Uma explicação mais aprofundada sobre esta metodologia, na sua forma original, será realizada no capítulo IX.

³⁷ Por rigor científico devemos esclarecer que os indicadores de expressão emocional utilizados nesta pesquisa se referem explicitamente, e também de acordo com a metodologia testada pelos autores enunciado, à vergonha. No entanto, é importante referir que Scheff e Retzinger consideram que a culpa está directamente relacionada com a vergonha: «Guilt is a shame-anger transformation where anger is directed to the self» (2001, p.xiii). Neste sentido, poderá haver uma aproximação entre as duas emoções sociais. No entanto, exploraremos mais à frente as divergências e similitudes entre as duas emoções bem como debateremos a validade destes I.E.E. para ambas as emoções.

Quadro 7 - Indicadores de expressão emocional detectados em situação de entrevista

Indicadores de expressão emocional	
Gestos e expressão corporal	Baixar a cabeça
	Afastar-se da entrevistadora
	Tapar cara/boca/olhos
	Corar
	Fechar os olhos prolongadamente
	Desviar olhar
	Esfregar mãos/esconde-las no colo
	Pressionar/morder a boca e/ou lábios
Indicadores paralinguísticos	Pausas longas (indicadas na transcrição)
	Choro/comoção (voz tremida)
	Risos forçados
	Suspiros
	Discurso desorganizado

A construção das bases de dados dos I.E.E. foi semelhante à seguida para a Análise de Conteúdo. Foi construída uma primeira base de dados em Excel que continha todos os parágrafos (8688). Desses parágrafos, apenas foram considerados pertinentes os que continham algum dos detectados I.E.E. anteriormente definidos. Desta forma, no seu formato final, esta base contém 3132 parágrafos nos quais as mulheres manifestaram pelo menos um dos I.E.E. referidos³⁸ no quadro 7.

Esta base de dados contém três tipos de informação importante para perceber o contexto da manifestação dos I.E.E: os parágrafos ou frases nos quais se manifestaram os indicadores emocionais; o tempo preciso em que foram detectados; qual o(s) indicador que ocorreu e as temáticas sobre as quais as entrevistadas falavam aquando dessa manifestação³⁹. Desta forma, foi-nos permitido fazer uma análise quantitativa que permitirá salientar os temas específicos em que os I.E.E. foram emitidos e a sua interpretação.

³⁸ As entrevistadas poderiam exibir mais do que um I.E.E. ao mesmo tempo, por exemplo, baixar a cabeça e tapar a boca/cara/olhos. Nesses casos ambos os indicadores eram assinalados.

³⁹ Estas novas temáticas são, em parte, decorrentes das dimensões traçadas para a Análise de Conteúdo, como será perceptível pela comparação do quadro 6 e do quadro 8. A criação deste novo grupo de temáticas nasceu sobretudo da necessidade de se produzirem resultados estatísticos para compreender a existência de associações estatísticas entre os determinados I.E.E. e as temáticas a ser abordadas no momento. Este método permitiu-nos perceber em que temáticas as mulheres mais sentiam, ou demonstravam sentir, vergonha ou embaraço em falar ou evitavam falar.

O quadro 8 indica as temáticas que foram criadas e que abrangem todos os parágrafos/frases sobre os quais os indicadores de expressão emocional incidiram.

Quadro 8 - Temáticas abordadas no momento de detecção dos Indicadores de expressão emocional

Temáticas abordadas no momento de detecção dos Indicadores de expressão emocional
Descrição das situações de violência
Dinâmicas ⁴⁰ familiares e/ou amigos durante a relação conjugal violenta
Os filhos nos meandros da violência
Problemas saúde psicológica/física como consequência
Alienação emocional
Vergonha e culpa
Medo
Outras emoções
O Presente e o futuro
O momento de ruptura
Razões da manutenção

O trabalho que aqui se apresenta pretendeu desconstruir e analisar de forma exhaustiva toda a informação recolhida no terreno. No caso do trabalho de campo para a realização das entrevistas, todas as palavras, expressões verbais, corporais ou faciais foram alvo de uma leitura e análise quer permitisse expor algumas das causas da manutenção das relações conjugais violentas.

Estamos conscientes do desafio da aplicação desta metodologia. Sabemos que representa uma forma pouco habitual de recolha de informação em sociologia. Mas é a invenção de novas metodologias que tem permitido às Ciências Sociais avançar com explicações para os fenómenos sociais. Não temos a pretensão de ser pioneiros em termos metodológicos, mas apenas de colocar a “primeira pedra” da fundação de novas formas de recolher informação do mundo social onde vivemos.

⁴⁰ Entendemos dinâmicas como regularidades, padrões ou alterações de comportamento e os múltiplos aspectos relacionais entre os actores sociais envolvidos nos contextos da violência no espaço da casa-família. Tal como as dinâmicas sociais, o termo com a acepção que procuramos atribuir-lhe, refere-se ao comportamento dos actores sociais envolvidos, directa ou indirectamente, nos cenários da violência conjugal.

Capítulo III. Contextos e dinâmicas da violência de género

Com o presente capítulo propomo-nos analisar os aspectos que mais se destacam nas dinâmicas da violência de género. Começaremos por analisar os tipos de violência exercidos sobre as mulheres vítimas, ao mesmo tempo que demonstraremos como nenhum tipo de violência é praticada de forma isolada das outras. Interrogar-nos-emos em que moldes os três tipos de violência se assemelham e distinguem ao mesmo tempo que nos debruçaremos sobre as consequências da prática destes tipos de violência. Nesse sentido, intitulamos cada ponto do presente capítulo com a característica que melhor qualifica o exercício de cada um dos tipos de violência, de acordo com a desconstrução das narrativas individuais de cada uma das entrevistadas. Em cada um dos em análise, apresentaremos dados estatísticos que identificarão alguns dos indicadores de análise com o qual o exercício da violência física, sexual e psicológica se associam. Com este processo esperamos aprofundar conhecimento sobre a teia complexa dos factores que contribuem para a perpetuação da violência contra as mulheres nos contextos das relações conjugais.

3.1. A tríade da violência de género: sobre a violência física, sexual e psicológica

A já referida Declaração da Eliminação da Violência contra as Mulheres de 1993, define a Violência contra as mulheres como qualquer acto do qual resulte dano ou sofrimento de cariz físico, psicológico ou sexual⁴¹. Não se encontra no Código Penal

⁴¹ A propósito dos três tipos de violência referenciados em termos internacionais, Claudia Garcia Moreno refere que a violência contra as mulheres pode ser física, psicológica ou sexual mas não se limita a eles: «It can include, although it is not limited to, physical, sexual and psychological violence, including battering, sexual abuse, dowry-related violence, rape including marital rape, female genital mutilation, sexual harassment and intimidation at work, trafficking and forced prostitution and violence related to exploitation» (García-Moreno & Riecher-Rössler, 2013, p. 2). A autora alerta, assim, para que o espectro de actos de violência relacionada com cada um dos seus tipos, pode ser muito mais alargado. Blanchfield e Margesson, numa obra de 2009, chamam a atenção para outros tipos de violência contra as mulheres menos falados porque ocorrem em regiões do globo onde a violência contra as mulheres é ainda mais naturalizada e são eles: «Honor killings, for example, occur when women are stoned, burned, or beaten to death, often by their own family members, in order to preserve the family honor. The practice is most common in Middle Eastern and South Asian countries, though it has been reported in other parts of the world, such as Latin America and Africa. Dowry-related violence, where victims might

Português uma descrição do tipo de actos que tipificam cada um destes três tipos de violência. O Artigo nº 152 Lei 59/2007 apenas se refere a «castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais» sem no entanto avançar com uma tipologia. Por sua vez, a Resolução de Conselho de Ministros Nº 88/2003 declara que se considera como violência doméstica «toda a violência física, sexual ou psicológica». Perante esta ausência no quadro jurídico e penal recorremos a Lisboa (2009) para quem a violência física pode contemplar, embora não se limite, os seguintes actos: bofetadas/murros/pontapés/arranhões/beliscões/mordidelas; sovas; atirar com objectos; empurrões; socos no peito; apertar o pescoço; puxões de cabelo; cabeçadas e queimaduras ou cortes.

A violência psicológica pode contemplar acto(s), embora a eles não se limite, como: gritos ou ameaças verbais, escritas ou gestuais; perseguições; atemorizações; rasgar ou retirar documentos de identificação ou roupa pessoais; ameaças de morte e coacções; danificar propriedade pessoal ou privada; controlar a vida social, com o objectivo de favorecer o isolamento; espiar; impedimentos de contacto com o exterior; comentários negativos à sua aparência física e/ou condição física; proibição de uso de maquilhagens ou roupas; insultos com vista à humilhação ou atingir a auto-estima.

Os actos que caracterizam a tipologia da violência sexual podem ser: obscenidades com o propósito de a assediarem; tentativas de contacto físico com conotação sexual; exibição, contra a vontade da vítima, de fotografias, revistas ou filmes pornográficos; prática de actos sexuais contra a vontade da vítima, de vontade, actos de sodomia, ou formas de relações sexuais sadomasoquistas; exibicionismo e ultraje ao pudor; violação e tentativa de violação; forçada a interromper uma gravidez ou a prosseguir com uma gravidez, não desejada.

O conhecimento já produzindo nesta temática permite perceber que estes três tipos de violência são os mais comuns⁴². No panorama nacional eles já se destacavam, primeiro no estudo realizado em 1995 que apresenta como uma das suas grandes

be attacked or killed by in-laws for not bringing a large enough dowry to the marriage, is also prevalent in South Asian countries such as Pakistan, India, and Bangladesh. Female genital cutting (FGC), which has also been referred to as female genital mutilation (FGM) or female circumcision, is common in some African and Middle Eastern countries» (Margesson, Seelke, Salaam-Blyther, & Serafino, 2008, p.143).

⁴² São também os tipos de violência considerados em perspectivas comparativas e internacionais.

conclusões a predominância da violência psicológica (Lisboa, *et al.*) e, mais tarde, o estudo de 2007 concluía que a violência psicológica continuava a ser a violência mais denunciada (42,1%). Esse mesmo estudo de 2007 destacava, ainda a elevada percentagem da combinação destes três tipos de violência⁴³ (cerca de 37% das inquiridas).

Procuraremos explicar como a violência física, psicológica e sexual raramente ocorrem separadamente. Aliás, verifica-se uma ordem de ocorrência entre elas que, normalmente, começa na violência psicológica culminando na violência física e/ou sexual. A violência psicológica é tendencialmente a primeira a manifestar-se. Ela vai-se tornado constante, constituindo-se como uma ferramenta de condicionamento das acções das mulheres. Não é por isso de estranhar a importância que lhe é dada por parte das vítimas. O exercício da violência psicológica, parece-nos, inclusivamente, facilitar os restantes tipos de violência, uma vez que o desgaste emocional que causa contribui para uma crescente incapacidade de reacção. É por isso que alguns autores (Dias, 2010; Murphy e Cascardi, 1993) alertam para o facto de poucos estudos se terem debruçado sobre os efeitos da violência psicológica, o que muitas vezes faz com que a sua análise se dilua ou menorize nos meandros mais visíveis da física e sexual.

Na presente pesquisa, a violência psicológica desacata-se nos relatos das entrevistadas e, sobretudo, através da produção dos resultados estatísticos e da Análise de Conteúdo. Na tentativa de compreensão da violência psicológica, percebemos que este tipo de violência é crucial para melhor desconstruir e explicar as causas da manutenção das relações. Com esse objectivo, debruçamo-nos sobre os factores emocionais que possam explicar a ausência de uma reacção explícita, como a ruptura da conjugalidade. Como veremos, o desgaste protagonizado por este tipo de violência, parece conduzir a um estado que apelidamos de alienação emocional, caracterizado pela redução drástica da auto-estima, pela anulação da identidade individual. Emoções como a tristeza, o desespero tornam-se permanentes e paralisantes.

⁴³ Os mais recentes dados internacionais mostram como a combinação dos três tipos de violência é apanágio da violência de género. Por exemplo, nos Estados Unidos da América, 21% das mulheres confessaram já ter sofrido violência física e/ou sexual. Na Europa 25% das mulheres alemãs e finlandesas referiram o mesmo (García-Moreno, *et al.*, 2013, p. 3).

A produção dos resultados da Análise de Conteúdo⁴⁴ corrobora a proeminência dos relatos da violência psicológica. Dos 4148 parágrafos com informação válida, as referências ao exercício da violência psicológica são feitas em 869 vezes sendo, o indicador de análise mais referido. Mas se uma mera quantificação geral pode não ser suficiente para entendermos a importância deste tipo de violência, o facto de ela ser referida pelas 30 entrevistadas atesta a sua protuberância.

Quanto à análise que faremos a propósito do exercício da violência física, veremos que também é um tipo de violência cuja transversalidade se destaca nos discursos, sendo referida em 439 dos parágrafos analisados. A violência física é, segundo alguns autores (Gelles e Straus, 1979, 1988, 2009; Dobash e Dobash 1992; Macgee, 2000; Walker 2009; Stark 2007) o tipo mais comum, aquele que as famílias tendem a naturalizar com maior facilidade. Ela é também o tipo de violência cuja prática pode conduzir aos desfechos mais dramáticos e trágicos como o Feminicídio⁴⁵. Reside aqui, eventualmente, o lugar de destaque que lhe é conferido no estudo da violência de género.

Finalmente a quantificação do exercício da violência sexual é a que menos aparece referida nos discursos das vítimas foi referida 63 vezes e apenas por 17 das 30 entrevistas. No entanto, este dado não nos deve iludir em relação à sua ocorrência e frequência. Os seus meandros são obscuros e reféns das percepções das mulheres. Paralelamente com a dificuldade em se percepcionarem algumas formas de violência sexual como tal, a sua prevalência é preocupante. A título de exemplo, dados recolhidos no Reino-Unido, Estados Unidos da América e Austrália, revelam que entre 10 a 15% das mulheres casadas já foram vítimas de violação por parte do marido e um terço de todas as violações e outros tipos de violências sexuais, contra mulheres adultas, foram perpetrados por um actual ou ex-parceiro/companheiro/marido (Russell, 1990; Randall & Haskell, 1995; Ullman & Siegel, 1993). Estes estudos referem ainda que é muito mais provável a mulher ser violada ou sofrer algum tipo de ataque sexual por um parceiro íntimo do que por um estranho. Outro estudo, contribuí para

⁴⁴ A apresentação de todas tabelas com os resultados estatísticos (frequências, Qui2 e resíduos estandardizados ajustados) que se revelam neste capítulo III podem ser encontrados no anexo I (página 322 à página 335), bem como no anexo II (página 336 à página 338).

⁴⁵ O feminicídio pode definir-se como «The misogynist killing of individual women by men» (Radford e Russel, 1992, p. 3).

ilustração da escala do fenómeno: 10% das inquiridas foram forçadas a ter relações sexuais com os maridos e 14% delas confessou ter sido vítima mais de uma vez (Finkelhor e Yllo, 1985)

Será precisamente pela exploração dos meandros da violência sexual que começaremos o primeiro ponto do presente capítulo.

3.2. A violência silenciada: os contornos da violência sexual

A violência sexual, pode ser definida como qualquer acto físico, verbal ou visual, entendido como uma ameaça e/ou coacção sexual. Mas outras definições da violência sexual alargam esta abordagem e definem-na como: «any physical, visual, verbal or sexual act experienced by a woman or girl at the time or later as a threat, invasion, or assault, that has the effect of hurting her and/or takes away her ability to control intimate contact» (1987, p.41). Em termos legais e no contexto nacional, o código penal de 1982 sobre crimes sexuais excluía a violação matrimonial (Lisboa *et al.*, 2009). Foi em 1991 que se produziu a primeira lei que introduzia no código penal medidas de protecção das mulheres vítimas dos crimes sexuais praticados pelo cônjuge (*Idem, Ibidem*). Mas foi em 1995, com a alteração do código penal, que a criminalização da violência sexual ganha centralidade especial. Talvez devido à sua tardia inclusão no contexto Jurídico-penal, as próprias mulheres ainda revelem dificuldades no reconhecimento de que o acto sexual forçado ou não consentido entre cônjuges se figura como uma violência de cariz sexual⁴⁶.

O facto da violência sexual ser o tipo de violência menos referido nos discursos das mulheres, reside na dificuldade em percepcionar a violência sexual como tal, nos contextos das relações conjugais. Apesar de o Artigo do Decreto-Lei 496/77 estabelecer como deveres dos cônjuges «respeito, fidelidade, coabitação, cooperação

⁴⁶ O Conselho da Europa define a violência sexual como: «any sexual act, attempt to obtain a sexual act, unwanted sexual comments or advances, or acts to traffic, or otherwise directed, against a person's sexuality using coercion, by any person regardless of their relationship to the victim, in any setting, including but not limited to home and work (...) that refers to acts like assault, abuse, unwanted sexual advances and harassment, rape, harmful practices and sexual exploitation» (EIGE visited on: <http://eige.europa.eu/content/sexual-violence-against-women-in-the-european-union>, em 24 de Setembro de 2014).

e assistência», as relações sexuais são ainda hoje percepcionadas por muitas mulheres como um dever, tal como aqueles que acima mencionamos. Por isso, será difícil para as mulheres em situação de conjugalidade percepcionar certos actos de cariz sexual como de índole violenta.

A conjugalidade socialmente convencionada permite que muitas mulheres sejam coagidas a desempenhar o acto sexual com o cônjuge e/ou com os namorados. A dificuldade em recusar encontra explicação na percepção de que tal é um dever dos cônjuges, neste caso da mulher. Num estudo realizado nos Estados-Unidos (Gelles e Strauss), a maior parte das Leis Estatais dos Estados-Unidos da América não consideravam o acto sexual forçado entre cônjuges como uma violação, ou *marital exclusion of rape*. As consequências desta lacuna nas Leis Estatais deste país foram duas: o impedimento legal das mulheres actuarem contra os seus cônjuges nas situações de actos sexuais forçados e a incapacidade das mulheres reconhecerem que o acto sexual forçado entre cônjuges é uma violência. (Idem, 1988).

As alterações do quadro penal são, obviamente importantes, mas serão tanto mais ineficazes e inúteis quanto maior for a percepção do que o abuso sexual entre parceiros íntimos, especialmente no quadro da conjugalidade, não é exercício de violência. Esta incapacidade, que sabemos ainda hoje persistir, é o reflexo de uma sociedade patriarcal, que se estrutura em formas rígidas estereotipadas de ser homem e mulher (Boira, 2012), onde a mulher e o seu corpo são posse do marido. Ao tornar-se mulher ou companheira, numa sociedade patriarcal significa ser encarada como propriedade do parceiro. Ao mesmo tempo, a mulher vincula-se «Legally and morally bound to obey the husband's wishes, and being subject to the husbands control even to the point of physical chastisement or murder» (Giustina, 2010, p. 18).

Este sentimento de posse dos agressores em relação às vítimas foi também explorado por outros autores (Wilson e Daly, 1998; Heitmeyer e Hagan, 2005) sobretudo pela via da psicologia evolucionista que optou por se centrar no estudo das características mentais e psicológicas dos indivíduos. O conceito do homem como “proprietário sexual” da mulher é identificável através dos dados recolhidos para este trabalho. O “proprietário” atinge essa condição através de estratégias de controlo social e consequentemente isolamento e coerção. O objectivo é tornarem-se o centro da vida das mulheres e vice-versa, alcançado através do exercício de todos os tipos de

violência e das estratégias de controlo social, coerção e manipulação das vítimas. Em conjunto, estes elementos conjuram para que as mulheres se sintam manietadas e incapazes de reagir activamente. Qualquer acto sexual forçado, é mais uma das ferramentas da dominação masculina, tendo como objectivo principal inculcar medo nas vítimas, reforçar a dependência da mulher em relação ao homem e limitar a sua acção na esfera pública (Kelly, 2013).

Os dados que recolhemos para este trabalho também reforçam os aspectos acima enumerados mas sobretudo revelam dados concretos e novos sobre os contornos socialmente obscurecidos da violência sexual.

Foi perceptível nos discursos das mulheres que a relação sexual com o agressor era encarada como uma obrigação conjugal. No preambulo do presente capítulo, já aludimos à menorização discursiva da violência sexual por parte das entrevistadas. Também referimos que apesar do silêncio das vítimas ou da obscurização do exercício da violência através da sexualidade masculina, não podemos concluir que ele ocorre em menor escala. Como nos refere Foucault «Em torno do sexo faz-se silêncio» (1999a:9). Em torno da sexualidade, especialmente no mundo Ocidental, encontramos uma forte ideologia de silenciamento, controlo social e repressão da sexualidade que o autor data do século XVII e que foi protagonizada pelo Direito, os Estados, e a Igreja Católica. A sexualidade é instrumentalizada, tornam-se uma das ferramentas do exercício de poder onde a sexualidade se torna o instrumento dotado de maior instrumentalidade (*Idem, Ibidem*).

A vivência de uma sexualidade “permitida” foi, então, aferrolhada e transferida para a conjugalidade. É assim que a sexualidade da mulher é acorrentada à conjugalidade e, ao seu uso, conferidos legítimos direitos ao homem. Será, talvez e segundo o autor, uma das conexões históricas que ainda permite hoje perpetuar a satisfação sexual do companheiro/cônjuge como uma das “tarefas” da “mulher conjugal”.

Ana, nome fictício, nunca usa o termo violência ou abuso sexual por parte do seu companheiro. Explícita que teve relações sexuais com o companheiro por vontade própria. No entanto deixa escapar o que nos parece ser uma clara inscrição num modelo do género feminino, assente na subordinação ao homem e às suas vontades e desejos sexuais:

«Entrevistadora: E sexualmente ele...como é que geria isso?»

Ana: Eu acho que depende muito das alturas. Está claro que uma pessoa, eu não vou dizer que só fiz sexo com ele porque ele quis, foi também porque eu queria estar com ele, foi porque eu gostava dele porque achava que devia...»

(Ana, 27 anos)

A assimilação dos papéis de género, sobretudo do “dever” das mulheres em satisfazer sexualmente os seus parceiros, ter-se-á sobreposto à capacidade de percepcionar o acto como uma forma de violência sexual.

O caso de Luana é idêntico. No seu discurso, tenta encontrar algumas explicações para nunca ter reconhecido ser vítima de violência sexual: muito nova quando se juntou com o agressor e a sua proveniência geográfica encontram-se entre os factores que contribuíam para a sua “inocência” e que, concomitantemente condicionaram a sua percepção do que seria uma relação conjugal livre de violência. Hoje reconhece que foi vítima da prática da violação conjugal, repetida ao longo de vários anos.

Luana: «Ele começava-me a dizer que eu tinha de fazer tudo o que ele queria porque eu era mulher dele e comecei a ser o objecto dele... A minha vida tornou-se num inferno sempre, desde aí. Eu era abusada, era fisicamente e era sexualmente porque eu comecei a ter medo dele, ele dizia-me que eu era a mulher dele e que era obrigada a fazer aquilo que ele queria. Eu pensava que sim, que era assim – com 18 anos o que é que uma pessoa pensa... fazia tudo o que ele queria e acreditava em tudo o que ele dizia»

(Luana, 53 anos)

A eficiência da assimilação e veiculação dos estereótipos de género parece facilitar o exercício da violência sexual, descrita de forma ambígua pelas entrevistadas: não era uma violência, mas uma insistência e que, perante a sua recusa e possível

agressão, o acto sexual era “consentido” pela vítima. Para Bourdieu seria a «força da ordem masculina que se deixa ver pelo facto de dispensar justificação» (1999, p.8).

As palavras de Ana reflectem a necessidade da satisfação sexual do agressor. Não recusar a prática do acto sexual era, neste caso, uma estratégia de evitar novo episódio de violência física:

Ana: *«Ele não me obrigava mas também não desistia e depois uma pessoa praticamente...já nem para se chatear queres toma faz o que quiseses. Era mesmo assim. Porque na ideia dele a mulher tem que...a mulher é para isso mesmo, para satisfazer o homem, quer ele tenha outro quer ele não tenha a mulher é para isso mesmo, portanto...»*

(Ana, 27 anos)

O exercício de dominação masculina através do acto sexual, bem como a validação da performance são aspectos definidores das socializações de género. Usamos o termo dominação masculina de acordo com a definição conceptual de Pierre Bourdieu: um *paradoxo da doxa* que se baseia numa «ordem estabelecida, com as suas relações de dominação» que perpetua condições de existência «intoleráveis» mas que são produzidas e reproduzidas pelos indivíduos como aceitáveis ou mesmo naturais. A dominação masculina é, segundo o autor, «o exemplo por excelência dessa submissão paradoxal, efeito daquilo que chamo a violência simbólica, violência branda, insensível, invisível para as suas próprias vítimas» (*Idem, Ibidem*, p.1).

O autor reflecte também sobre a vivência da experiência sexual nos homens e nas mulheres e como a mulher é socializada para falar, tocar, acariciar, abraçar. Por sua vez, o homem constrói a vivência da sexualidade de uma forma compartimentalizada, «concebida como um acto agressivo e sobretudo físico de conquista orientado para a penetração e para o orgasmo» (*Idem, Ibidem*: 18). Bourdieu vai mais longe na sua reflexão e discute como muitos actos sexuais são, para os homens, actos de dominação que implicam a submissão das mulheres. Nesse sentido o autor não negligencia a dinâmica da experiência sexual entre homens e mulheres, sobretudo na forma como uma se orienta pela outra. O prazer que o masculino retira do acto também está dependente do prazer que sente ter

proporcionado ao feminino, numa lógica de necessidade de confirmação da performance sexual, imprescindível para a sua virilidade e respectivo reforço. É precisamente nesse sentido que o autor convoca o exemplo da simulação do orgasmo por parte das mulheres, referindo que se trata de «uma confirmação exemplar do poder masculino de tornar a interação entre sexos em conformidade com a visão dos homens, que esperam do orgasmo feminino uma prova da sua virilidade e o prazer garantido por essa forma suprema de submissão» (*Idem, Ibidem*, p.22).

O caso de Anabela é o exemplo paradigmático do reforço feminino da virilidade e performance sexual da identidade masculina. É aliás curioso verificar que a violência sexual é relacionada, pela entrevistada, com a necessidade em validar a performance do agressor mesmo perante o exercício desse tipo de violência:

Anabela: *«Depois aparece, aparece a, a violência, não é? Sexual, que também é uma violência e não é pouco pequena, que eu tive que aprender a simular orgasmos»*

(Anabela, 47 anos)

Não entendemos que as mulheres são cúmplices na subordinação e na dominação das quais são vítimas. Também não pensamos que Bourdieu o defenda, apesar de sua ideia que os dominados são sempre cúmplices da sua própria dominação. O que a recolha de informação para este trabalho nos revelou é que a assimilação dos arquétipos de género é poderosa o suficiente para retirar às mulheres capacidade para questionar algumas das práticas contra si perpetradas como uma das ferramentas dessa mesma dominação masculina. Para o dominado ser cúmplice da sua própria dominação, a dominação terá de ser reconhecida como tal. Nalguns discursos de algumas entrevistadas, tal não parece ser o caso.

Vejamos agora Inês. Refere que há muito que tinha deixado de gostar do companheiro devido ao desgaste emocional experienciado pelo exercício da violência psicológica. Numa clara referência aos ideais de género do agressor, a entrevistada descreve como o exercício de validação sexual do agressor era necessária:

Inês: *«Pois, deixei de gostar dele, deixei de ter prazer, e a pessoa tinha que estar ali, tinha que mostrar que realmente tinha que fazer a coisa... sem vontade não ... ele achava que era para isso que uma mulher servia»*

(Inês, 45 anos)

Existe um outro aspecto que nos parece importante referir e que se prende com o facto da violência sexual aparecer várias vezes associada a uma emoção em particular: o nojo. Esta emoção nem sempre foi estudada como uma emoção social, estando no entanto presente em quase todos os quadros referenciais das emoções básicas ou primárias desde Darwin (1872). Mais recentemente foi Damásio que fez a aproximação do nojo ao contexto das relações sociais. O nojo é descrito pelo autor como uma emoção primária, demonstrativa de uma "emocionalidade visceral" que pode emergir quando da prática deste tipo de violência. O nojo evoluiu em "associação com a rejeição automática e benéfica de alimentos tóxicos" (Damásio, 2003, p.62), estando, por isso, intimamente ligado ao nosso sistema fisiológico.

No entanto, no contexto que o pretendemos emprestar, o nojo passou a fazer parte de um quadro referência de moral, valores e costumes, tal como refere Elias quando nos explica o processo civilizacional. Um dos aspectos desse processo foi, precisamente, a evolução de determinadas práticas de normais a censuráveis ou «tabus». Para o autor essa evolução faria parte da «ritualização ou institucionalização dos sentimentos de desprazer, de repugnância, de nojo, de medo ou de vergonha, que foram cultivados socialmente em circunstâncias muito específicas e que depois reproduziram constantemente (...) determinados comportamentos» (2006, p. 238).

Outros autores explicam que a ligação entre o nojo e a violência sexual se explica pela vergonha e culpa que as mulheres sentem durante e depois do abuso sexual (Miller, 1997). Ora a associação entre nojo, vergonha e culpa ajudaria a conter e a preservar a ordem moral da civilização, precisamente porque em conjunto estabilizam, limitam e restringem acções individuais. Para Ian Miller, o nojo, a vergonha e o ódio⁴⁷ são emoções que apelida de vizinhas mas com efeitos diferentes

⁴⁷ Veremos mais adiante como o ódio é várias vezes referido pelas entrevistadas, sobretudo no seguimento de descrição de emoções como a vergonha e a culpa.

na identidade e no comportamento quem os experiencia: ao sentirmos nojo, desejamos fazer desaparecer o objecto ou individuo que o provoca, quando sentimos vergonha, queremos ser nós a desaparecer. Através da análise das sucessivas convocações da vergonha, nos discursos das entrevistadas, conseguimos perceber a relação que autor procura estabelecer entre a experiencição do nojo e da vergonha: «One feels that if the disgust barriers are too weak one's sense of shame must suffer correspondingly. Disgust works first and if it fails shame will be the consequence unless the offender is shameless» (*Idem, Ibidem*, p. 34).

Também segundo Haidt, o nojo é referido quando os indivíduos são colocados perante situações de violência ou de abuso sexual (Haidt *et al.*, 1997). Por sua vez, Miller, entende o nojo como um aspecto sempre presente no quotidiano dos indivíduos, quer nos seus actos quer nas imagens que apreendem sobretudo através de situações de violência, sexuais e de ausência de decoro social. Ao mesmo tempo que repele, o nojo capta a nossa atenção. Na relação que defende ser inevitável que se estabeleça entre o nojo e os laços amorosos (de natureza sexual ou não sexual), o autor defende que é necessário haver o que denomina de «suspension of some, if not, all rules of disgust» (1997, p. xi). Mas quando o acto implica alguma forma de abuso o nojo emerge.

O testemunho de Margarida parece permitir transpor a barreira entre a teoria e a dimensão empírica e sobretudo perceber como é que a experiencia do nojo e da vergonha operam para inibir o desejo sexual da mulher:

Margarida: *«Sentimentos? Como é que eu posso-lhe explicar? Os sentimentos eram... Para o fim, já nos últimos quatro anos já não há sentimentos. Eu já, sentia-me enojada. Sentia nojo dele e sentia nojo de mim própria. Sentia-me mal. Era tipo a usarem o meu corpo. Sentia-me mal. E eu sentia-me mal por isso, porque não era esse sentimento de gostar dele. Era uma... Sentia nojo, de mim e dele, já.»*

(Margarida, 27 anos)

Esta emoção, particularmente associada ao abuso sexual entre os cônjuges, não é apenas sentida da vítima para o agressor, sendo também projectada para as próprias mulheres, numa construção reflexiva que parece explicar-se pela incapacidade sentida em reagir ao abuso sexual e à própria condição de vítima.

A análise efectuada reforça como esta violência sexual é um exercício de poder, controlo e desgaste emocional e que parece aglutinar os 3 tipos de violência: sendo um acto sexual forçado, constitui-se como uma forma de violência sexual, mas também um exercício de dominação física de um corpo sobre o outro⁴⁸, ao mesmo tempo que é uma forma de tortura psicológica. Mas não podemos afirmá-lo sem evidências empíricas. Ora, essas foram encontradas nas entrevistas onde a violência sexual raramente aparece dissociada dos outros tipos de violência. Mesmo quando as vítimas foram inquiridas especificamente sobre a violência sexual, o discurso remete para as combinações dos três tipos de violência. Se a narrativa individual de cada entrevistada não fosse suficiente para perceber a imbricação dos três tipos de violência, e como o seu exercício reforça o domínio sobre as mulheres, os resultados estatísticos indiciam essa articulação. Do cruzamento da variável “violência sexual” com os outros dois tipos de violência conseguimos perceber que se encontram associadas. Assim e através do cálculo do resíduo estandardizado ajustado, podemos referir que existe uma associação nos discursos de todas as entrevistadas, entre as variáveis “violência sexual”⁴⁹ e “violência psicológica” ($R_{ij}=4,0^{50}$). A mesma associação pode ser encontrada entre a variável “violência sexual” e a variável “violência física” ($R_{ij} = 6,7^{51}$).

⁴⁸ Gelles e Straus argumentam que a diferença da estatura e porte físico são o primeiro factor a ter em conta quando olhamos para a violência intergeracional e sexual: «Sexual and generational inequality take on many forms. First and most obvious, are the physical size differences. Husbands are typically larger and stronger than their wives». (1988, p.30).

⁴⁹ Para efeitos de cálculos estatísticos e de tratamento dos dados, às anteriores dimensões de análise da análise de conteúdo chamaremos agora variáveis. Cada uma dessas variáveis passa a ter 2 categorias: presente ou ausente, referindo-se à presença ou ausência dessa mesma variável em todas as entrevistas.

⁵⁰ Os cálculos do χ^2 revelam uma associação entre a variável “violência sexual” e “violência psicológica”, expressa por: $\chi^2_{(1)}=15,950$; $p<0,001$.

⁵¹ Os cálculos do χ^2 revelam uma associação entre a variável “violência sexual” e “violência física” expressa por: $\chi^2_{(1)}=45,432$; $p<0,001$.

Estes resultados acrescentam dados relevantes ao conhecimento dos contextos da violência de género. Não é inovador referir que os três tipos de violência tendem a ocorrer em paralelo. Mas a compreensão de que as vítimas dificilmente dissociam os três tipos de violência é um dado de sobejá importância. Em definitivo contrariamos e desafiamos alguns dos mitos do senso comum sobre os contornos da violência doméstica, sobretudo ao nível da menorização da violência psicológica. Assim, o que este resultado nos permite afirmar é que não existe um tipo de violência mais grave do que outra e, sobretudo, não existe um tipo de violência que provoque consequências menos danosas do que outro. É a combinação da violência física, psicológica e sexual que contribui para o contínuo desgaste psicológico e emocional das vítimas, tornando-as num alvo de fácil manipulação, dominação e controlo. Exemplo disto são os discursos de Maria, Carla e Rosinha. As três entrevistadas contam como eram forçadas a ter relações sexuais com os respectivos companheiros/maridos. Mas nessa descrição fazem acompanhar o exercício concomitante do abuso físico e sexual:

Maria: *«Levava sovas, chamava-me nomes, que eu não presto para nada, nem para a cama sirvo” e depois estava eu a tentar descansar, quando lhe apetecia rasgava-me a roupa toda e servia-se, não se preocupando com os meus sentimentos e com o meu...aquelas pauladas que merecia e levantava-me e ia-me lavar e arranjar, sentia-me enojada.(...) ia buscar filmes pornográficos para eu ver e obrigava-me a fazer aquilo que estava a ver. É horrível, ninguém imagina o que é uma pessoa estar a fazer uma coisa contra a nossa vontade».*

(Maria, 48 anos)

A instrumentalização do acto sexual, ou da sua imposição às vítimas é mais uma das formas de dominação do homem. O uso indiscriminado e abusivo do corpo de outrem (espartilhando as vítimas e tornando-as cada vez mais vulneráveis ao exercício dessa, e de outros tipos de violência), não carece de permissão. Essa já foi dada historicamente e advém das estruturas sociais e culturais de dominação que «são produto de um trabalho incessante (portanto histórico) de reprodução para que contribuam agentes singulares (entre os quais os homens, com armas como a violência

física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado» (Bourdieu, 1998, p.30).

3.3. A violência naturalizada: contornos da violência física

A violência física não foi o tipo de violência mais referida na Análise de Conteúdo, contando apenas com 439 referências, de entre os 4148 parágrafos válidos. No entanto ela perpassou todas as mulheres entrevistadas para este trabalho.

A violência física é vivida pelos actores sociais, pela primeira vez, no seio da família e praticada por aqueles que se encontram unidos por laços de sangue e amor, adquirindo desses laços o seu carácter universal e comum. A sua prática é usada, por exemplo, como forma de disciplinar as crianças, cimentando nelas a ideia de que algumas situações justificam o uso da violência física. Mas o reflexo que essa naturalização pode ter no desenvolvimento da sua personalidade individual é preocupante, dado que tem a potencialidade para se tornar numa dimensão de interacção legítima e generalizável em muitas das relações sociais e/ou familiares: pais/filhos; marido/mulher. Experiências precoces com o abuso físico parecem abrir caminho para a legitimidade normativa do uso da violência no cenário intrafamiliar e por isso «the family teaches approval of the violence» (Gelles, 1979, p.553).

Este é também o tipo de violência mais facilmente identificada e identificável, levando alguns autores (Stark, 2007, Dobash e Dobash, 1991) a criticar o excessivo protagonismo conferido ao abuso físico nos primeiros estudos relacionados com a temática e como esse excesso terá, inclusivamente, prejudicado os avanços conceptuais na temática, dado que limitava a efectivação de uma abordagem e conceptualização mais abrangente⁵².

Assistimos hoje a uma mudança de abordagem, o que significa que, para além da violência física, a face mais visível e de mais fácil detecção da violência de género, a violência sexual (cujas dificuldades de percepção e detecção foram já abordadas) e a

⁵² Gelles, por exemplo, define, no seu primeiro estudo sobre a violência nas famílias da América do Norte, há 15 anos atrás, a violência como estritamente relacionada com o abuso físico: «an act carried out with the intention, or perceived intention, of causing physical pain From Spankings to Murder: Defining and Studying Intimate Violence or injury to another person. The physical pain could range from the slight pain of a slap to murder (1988, p.55).

violência psicológica (cujos actos se poderão perder na própria percepção das vítimas em os considerar violência ou não), são hoje alvo de igual atenção na análise e compreensão da violência contra as mulheres.

No contexto português, o último Inquérito Nacional à violência de género (2007) que abarca 62 actos reflecte precisamente esta multidimensionalidade da violência de género: apenas 15⁵³ actos se referem à sua dimensão física e 12 à sexual. A violência psicológica está representada num número superior de actos (26 no total)⁵⁴. Nesse sentido, ao mesmo tempo que os autores salientam o exercício e a expressão da violência física, pretendiam encontrar ferramentas conceptuais para uma melhor definição da violência psicológica e sexual, até então em Portugal as menos exploradas tendo em conta todas as possíveis formas em que poderão manifestar-se.

De acordo com os dados que obtivemos para a construção do presente estudo, e para além da já discutida violência sexual, a presença da violência física, nos discursos, confirma a respectiva importância. A exposição destas mulheres a abusos físicos e corporais é frequente, de resto foi a descrição deste tipo de violência que mais motivaram choro ou comoção por parte das entrevistadas, tendo muitas vezes ocorrido interrupções nas entrevistas. Estes contornos revelam a capacidade da violência física se perpetuar no tempo, com reflexos no sofrimento das vítimas, mesmo em situação de afastamento físico do agressor.

De facto a descrição de alguns dos actos de violência física, apontam para a sua gravidade e, sobretudo, para a sua capacidade de potenciar consequências dolosas e de longa duração para a saúde das vítimas.

Filipa, por exemplo, descreve-nos um episódio particularmente dramático de violência física. Nele refere como o companheiro a agredia fisicamente na cabeça, onde já tinha sofrido lesões graves em virtude de anteriores agressões. Perceptíveis são, também, as consequências para a saúde que ultrapassam o tempo da relação conjugal:

⁵³ Os actos de violência física contemplados são: puxões de cabelos; agarraram, torceram-lhe o braço, deram-lhe bofetadas, murros, pontapés, arranhões/ beliscões ou mordidelas; cabeçadas; socos no peito; queimaduras e/ou cortes; atirar objectos; empurrões e/ou mandar pelas escadas abaixo; sovas; bater com a cabeça nas paredes e/ou chão; apertar o pescoço; trancada em casa ou proibida de sair ou contactar com alguém; rapto; tentativas de homicídio ou actos que tenham conduzido a tentativas de suicídio.

⁵⁴ Como já vimos, a violência psicológica foi o tipo de violência com maior prevalência.

Filipa: *«Ele começou a apanhar-me, a apanhar-me o ponto fraco que era, dava-me um murro na cabeça e eu como sou muito frágil da cabeça, fico logo estendida no chão e ele aproveitava-se quando eu estava no chão e dava-me pontapés desde a cabeça até aos pés... e uma coisa que eu digo é graças a ele que eu tenho uma data de problemas de saúde...graças a ele...»*

(Filipa, 22 anos)

O discurso de Filipa alerta-nos para consequências no domínio da saúde das mulheres, tanto mais que a violência física é uma presença constante no quotidiano destas mulheres. A frequência e gravidade de muitas destas agressões projectam um futuro com problemas de saúde física ou psicológica, muitas vezes para toda a vida.

Mesmo quando são necessários cuidados médicos, as lesões sofridas são, muitas vezes, negligenciadas pelas vítimas, durante o período que permanecem com o agressor. A história de Maria corresponde a um dos casos que só após a separação é que conseguiu tratar dos graves problemas de saúde, como resultado de 8 anos de violência:

Maria: *«Depois do primeiro ano até que saí de casa foi uma tortura constante... a minha saúde estava a ficar pior, com aquela situação ficou muito pior, ele batia-me, partiu-me a anca e tive que pôr uma prótese na anca, mas muito tempo depois...depois de sair.»*

(Maria I, 48 anos)

Defendemos que é o exercício dos três tipos de violência em simultâneo que contribui para a debilidade crescente da saúde física e psicológica das mulheres, algo que também podemos detectar nos discursos das entrevistadas. A simultaneidade com que a violência física e psicológica aparece nos discursos, permite-nos perceber

que não é pertinente circunscrever as consequências físicas, como apenas resultado da violência física. O depoimento que se segue é ilustrativo dessa imbricação:

Maria III: *«Física, psicológica e física também muito grave...como entrou uma cabeçada, sangrei ao máximo, foi uma torneira de sangue, só não desfaleci ali porque não tive que desfalecer porque isto estancou, uma cabeçada mesmo directamente aqui mesmo.....e tive um machado à cabeça, um cutelo...a feridas do corpo também ficam na minha cabeça»*

(Maria III, 51 anos)

Cingindo-nos, por agora, ao exercício da violência física e suas consequências, é pertinente referenciar o estudo de (Lisboa, *et al.*, 2006) que, incidindo sobre uma amostra estatisticamente representativa da população portuguesa, assinala que as mulheres vítimas de violência tinham uma maior probabilidade, (em percentagens bem superiores) de sofrer de inúmeros problemas de saúde física⁵⁵. Uma outra conclusão importante prende-se com a inibição das vítimas em recorrer aos estabelecimentos de saúde, mesmo quando estamos perante agressões físicas graves. Os autores concluem que apenas 21% das vítimas alegou ter recorrido a estabelecimentos de saúde, em virtude das agressões. Que razões condicionarão as restantes? Mesmo quando as agressões resultam em lesões graves, a inibição em fazê-lo permanece.

⁵⁵ Os problemas de saúde física indicados no estudo são: equimoses/hematomas (82% mais provável acontecer nas vítimas); feridas (100% + provável); coma (94% + provável); hemorragias (95% + provável); intoxicações (79% + provável); lesões genitais (73% + provável); obesidade (57% + provável). O rol de problemas adensa-se com questões como asma, queimaduras, palpitações, tremores, colite, cefaleias, vômitos, dermatite, úlceras, dificuldades respiratórias, hipertensão, etc., com percentagens entre os 46% e os 36%, respectivamente. Estes dados são coincidentes com outros realizados nos Estados Unidos da América, que concluem que as vítimas apresentam níveis mais elevados de dores crónicas; desfiguramento permanente; incapacidade física (Campbell, 1998). Mas, ao contrário do estudo português, o Norte-Americano permite concluir que «domestic violence is a major reason for both injury and noninjury visits to emergency departments, and also shows that abused women are 6–8 times more likely to use health services than non-abused women (Heitmeyer e Hagan, 2005, p. 743).

Por exemplo, Catarina conta-nos que como resultado de agressões graves, ficou com graves problemas de visão, antecidos por vários dias sem ver. No entanto, Catarina não recorreu a nenhum hospital ou centro de saúde para ser tratada:

Catarina: «(...) passei muita coisa, passei, ele...uma vez ...apertou-me o pescoço com o cinto até eu desmaiar, tapou-me...actuou-me as mãos atrás e tapou-me com um pano a boca e o nariz para eu não conseguir respirar... queria cortar-me a mão, cortou-me primeiro a pele aqui só com a faca, quando viu que não podia cortar os dedos com a faca foi buscar um machado...tive a cara assim...não conseguia ver nada nada duas semanas, ia à casa de banho só pelas paredes, mas nunca fiz queixa, nunca nunca... batia-me nas costas, eu cai-a, levantava-me batia outra vez...depois apanhou um pau, ele partiu aquele pau nas minhas costas e mesmo assim não acabava...»

(Catarina, 29 anos)

Gelles e Straus (1982) tentaram explicar porque é que as mulheres vítimas de violência negligenciam as lesões graves que sofrem e nesse sentido colocam como hipótese que a naturalização da violência física no seio familiar explicará, em parte, a menorização das lesões sofridas nesse contexto. As representações sociais de alguns actos de violência como normais, tal como o exemplo dos castigos corporais aplicados às crianças, reforçam essa naturalização da violência física.

Mas como vimos, quando nos referimos ao último Inquérito Nacional de 2007, também em Portugal as mulheres vítimas minorizam as lesões sofridas. Tal como a ordem social que legitima o poder simbólico da dominação masculina como algo aceitável ou normal, também a violência física poderá depender das representações sociais partilhadas que a naturalizam. Mas onde começar a procurar explicações para essa naturalização da violência física no contexto nacional? Já anteriormente, expusemos a tolerância que o regime do Estado Novo, demonstrava para a imposição de alguns castigos físicos perpetrados pelos “chefes de família” às mulheres e/ou crianças. É possível que a representação social (produzidos e reproduzidos de geração

em geração até aos nossos dias) de alguns actos usados durante o regime do Estado Novo como pequenas “correções” tenha permitido que ainda hoje não sejam consensualmente encarados como violentos⁵⁶.

Truilda, uma vítima de 45 anos, foi questionada sobre a atenção que tinha dado às lesões físicas que tinha sofrido em resultado das agressões. O seu discurso permite perceber essa naturalização da violência física sofrida que é inclusive desvalorizada. As lesões que mais preocupavam esta entrevistada eram as que deixavam marcas visíveis aos outros.

Entrevistadora: *«E em agressões mais graves a senhora ficou com lesões, teve problemas de saúde, precisou de ir ao hospital?»*

Truilda: *«Não, não. Só uma vez é que ele me deu um murro que fez um pequeno hematoma no olho, mas não cheguei a ir ao hospital. Mas também não saí de casa para as pessoas não verem. Agora tirando isso as agressões eram puxões de cabelo, umas bolachadas, uns pontapés, mas nada de muito grave, nunca fui ao hospital, nem nunca pedi ajuda a ninguém.»*

(Truilda, 45 anos)

O discurso de Ana, ajuda a compreender como a vergonha impede as mulheres de recorrerem a estabelecimentos de saúde ou outros. Esta entrevistada, contava-nos que acompanhava o filho ao centro de saúde uma vez que ele era acompanhado por uma psicóloga. Quando a psicóloga, percebendo que ela era vítima de violência

⁵⁶ A obra de 1878 de Cobbe (Apud, Stark, 2007) dá-nos o exemplo da Inglaterra do século XIX onde o abuso físico à mulher era natural, tal como o era em Portugal no regime de Salazar. Esta violência era entendida como necessária para corrigir a mulher nas suas acções menos apropriadas: «Violence against wives was rooted in the mutually reinforcing systems of sexual inequality and gender stereotypes. Few men who beat women were held accountable, regardless of circumstance. But she drew on court cases and anecdotal information to show how differences in class circumstances elicited different types of abusive behavior. Men in “respectable” drawing rooms could depend on broadly defined gender norms to regulate a wife’s behavior and so needed only an occasional “blow or two” to exact obedience» (Stark, 2007, p. 187). Este exemplo permite-nos perceber o quão atrás no tempo, poderíamos recuar e encontrar múltiplos exemplos que nos apontam para a normalização do exercício da violência do homem contra a mulher, bem como para a construção dos estereótipos de género. Estas reflexões remetem para um processo histórico e cultural de séculos.

doméstica, passou a solicitar a sua presença durante as sessões da criança, confessou que sentia vergonha. De acordo com a sua percepção, o que mais a incomodou foi a antecipação do que achava que as outras mães poderiam pensar sobre ela:

«Porque ele batia-me e dizia-me eu nunca te bati, eu nunca te bati porque eu nunca te fiz sangue, eu nunca te deixei marcada. Um dia fui levar o meu filho à clínica para a psicóloga e a médica a psicóloga mandava sair o João e mandava falar com a mãe porque sabia que a mãe tinha mais problemas que o filho e a mãe depois ficava com vergonha de vir cá para fora e ter que olhar para as outras mães e afinal, para quem é que é a consulta?! O que é que se passa aqui?»

(Ana, 27 anos)

Mesmo quando as mulheres recorriam ao centro de saúde, a vergonha de contar a situação e pedir ajuda, torna-se num impedimento para denunciar e pedir ajuda. Raquel, sem se referir explicitamente à vergonha, deixa perceber como esta emoção a impedia de contar que era vítima e pedir apoio para sair de casa:

Raquel: «No centro de saúde de onde eu estava pronto, muitas vezes eu chorava mas nunca explicava a situação toda porque, pronto, é um meio pequeno, tudo se conhece»

(Raquel, 41 anos)

Apesar de nenhum tipo de violência funcionar isoladamente, como já vimos. A violência física deixa marcas que perduram no tempo e apresenta inúmeros custos individuais e sociais. Parece ser então necessário actuar ao nível das mentalidades e representações sociais partilhadas a fim de erradicar a naturalização da violência física no seio das famílias, que parecem ser os principais percursos e perpetuadores deste tipo de violência. Esta continuada naturalização da violência física poderá explicar, em parte, porque é que as marcas da violência psicológica merecem mais destaque por parte das entrevistadas. Será um dos vértices a explorar no próximo ponto deste trabalho.

3.4. A violência mais destrutiva: contornos da violência psicológica

O conhecimento já produzido na área da violência de género há muito que nos alerta para as consequências da violência psicológica exercida contra as mulheres (Gelles e Straus, 1988; Dobash e Dobash, 1981, 1985, 1987, 1992), algo que estudos mais recentes reforçam (Stark 2007; Heitmeyer e Hagan, 2005; Walker 2009; Campbel 2002; Garcia Moreno 2005; Lisboa *et al.*, 2006, 2007).

Talvez o primeiro estudo que maior importância conferiu a este tipo de violência tenha sido o de Gelles e Straus (1988). Interrogavam-se a propósito da facilidade em definir o abuso físico e sexual mas da dificuldade em definir o abuso psicológico, chegando mesmo a designá-lo como a forma de violência mais escondida e insidiosa. Na senda deste argumento, os autores dizem que não é possível afirmar de um modo fidedigno a verdadeira dimensão do abuso psicológico no seio das famílias e entre cônjuges, mas que este tipo de violência quase sempre acompanha o exercício da dominação física e o abuso. Os autores afirmam que não existem, em parte nenhuma do mundo, menos vítimas de abuso psicológico do que físico e na tentativa de encontrar explicações para o fraco relevo conferido ao abuso psicológico remetemo-nos, à semelhança do que fizemos para a violência física, para o domínio das representações sociais para a naturalização de algumas formas de violência no seio da família: «We suspect that one reason so little research on emotional abuse has been conducted is that so many of us are guilty of occasional or even frequent emotional attacks on loved ones that the behavior is too close and too common to allow for objective research» (*Idem*, 1988, p.68).

Tendo estas considerações em conta, com este trabalho, tentamos aprofundar os contornos da violência psicológica, também por estarmos cientes da potencial menor capacidade dos intervenientes para o seu reconhecimento. Tentamos, igualmente, estar atentos às formas de abuso psicológico que muitas vezes têm uma conotação social positiva, como por exemplo o ciúme. Ainda hoje a sabedoria popular nos lembra que «Não há rosa sem espinhos, nem amores sem ciúmes», o que tende a naturalizar os ciúmes.

Tal com já referimos, os resultados do último Inquérito Nacional à violência de Género confirmam a importância deste tipo de violência uma vez que foi a que mais se

destacou nas mulheres inquiridas (com 42,1%). Outros estudos nacionais (Dias,2010; Casimiro, 2002) também concluem que é à violência psicológica e aos seus efeitos e consequências que as suas entrevistadas mais se referiam.

Este tipo de violência não é dependente do exercício das outras, mas raramente está ausente. A pesquisa empírica para este estudo, que ilustra os contornos específicos do seu exercício, permitiu perceber o desgaste emocional que a violência psicológica causa nas mulheres. Ela também se exerce no recurso a estratégias de isolamento social. O objectivo é condicionar cada vez mais as interacções com outras pessoas ao mesmo tempo que vão cultivando nas mulheres um sentimento de impotência para a acção. A alienação emocional conduz à percepção de uma incapacidade para a acção, no fundo, uma circunstância de falta de capacidade ou vontade para agir, é percebida, pelas mulheres, como uma realidade incontornável. Algumas expressões a que as entrevistadas recorreram foram identificadas como ilustrativas dessa condição de alienação: “eu não sentia nada”; “nada me fazia reagir”; “estava completamente morta”; “já nada me importava”; “já não sabia quem era”, etc.. Estas expressões e outras a elas semelhantes, retratam o que com este indicador de análise se tentava descrever: um vazio emocional que se tornava paralisante da acção. É esta alienação emocional que vai prendendo as mulheres nas teias da violência, consequentemente impondo falta de capacidade para a ruptura.

Episódios de humilhação, agressões verbais controlo social, temporal e espacial, isolamento e afastamento forçado dos outros, inculcação de sentimentos de baixa auto estima e de sentimentos de inutilidade, são algumas das formas que o agressor encontra para exercer o seu controlo coercivo (Stark, 2007). Este controlo tem como propósito induzir as vítimas num estado de alienação emocional ou "learned helplessness" (Walker,1999).

Algumas vias mais eficazes de coerção e intimidação no exercício da violência psicológica são: «Threatening to use violence; intimidating looks and gestures; destruction of personal property; threatening and using violence against pets; displaying and threatening with weapons; and continuous criticism of the woman and those close to her» (Heitmeyer e Hagan, 2005, p.742).

Os paralelismos entre os exemplos dados pelos autores supracitados e a investigação empírica realizada para este trabalho, são recorrentes. Assim, não surpreende que as referências à violência psicológica seja o indicador de análise com mais quantificação na Análise de Conteúdo. Esta violência é, também, comum a todas as entrevistas. A supremacia da quantificação acompanha a importância dada na desconstrução narrativa que as vítimas fazem deste tipo de violência e dos seus efeitos. Foi, aliás essa desconstrução narrativa das vítimas que nos permitiu perceber que os seus efeitos são muito mais eficazes e devastadores, mesmo quando comparados com a violência física, como nos conta Lua:

«Ele batia-me e a psicológica eu acho que é pior, porque eu muita das vezes quando eu estava sozinha pensava, eu preferia mil vezes levar uma estalada, eu sei que isto não se deve dizer do que, acho que há certas palavras que dói mais do que propriamente um estalo ou um empurrão...»

(Lua, 32 anos)

Algumas das explicações que avançaremos para tentar compreender a importância do abuso psicológico, prendem-se com o desgaste emocional que ele causa e que resulta na alienação emocional. A frequência do recurso a este tipo de violência através da inculcação de sentimentos de inutilidade, incapacidade, baixa auto-estima, acaba por ser uma arma eficaz na passividade demonstrada pelas vítimas. As declarações de Vanessa permitem-nos compreender como estes sentimentos se vão gerando:

Vanessa: «Passa-se muitas vezes, passa isso muitas vezes pela cabeça...e será que sou eu que não é ele? se ele diz é porque é...mas...se eu sei fazer uma conta, sei muitas coisas... ficamos mesmo um farrapo a pensar que não prestamos para nada. Dizemos que ele tem razão, ele tem razão e...mas depois...alguém que te bate às costas e diz: ele é que não te sabe dar o valor porque não há mulher nenhuma que se submeta ao que tu te estás a submeter»

(Vanessa, 38 anos)

A associação entre a variável “violência física” e a variável “violência psicológica” feita por Vanessa é detectada estatisticamente quando são analisadas as suas ocorrências na totalidade das entrevistas ($R_{ij}=13,3^{57}$). Este resultado estatístico permite-nos reforçar a ideia de que é muito difícil às entrevistadas isolarem os tipos de violência dado que é a sua sobreposição que congemma para a manutenção da relação com o agressor.

O discurso de Marta também ilustra essa associação entre a violência física e psicológica. A entrevistada convoca a violência física ainda que apenas inquirida sobre a violência psicológica e refere como o abuso psicológico é profícuo na anulação individual das vítimas:

Marta: *«Usam muito chantagem não é? E como dizem, não vales merda nenhuma, és isto, és aquilo e uma pessoa sente-se assim um bocadinho rebaixada e depois comecei...começas mesmo a sentir-te assim...A minha situação agora a primeira vez foi...batia física, psicológica, foi muito mau, até para mim me escarrava...mesmo à frente da polícia chegou a fazer isso “não és merda nenhuma” e escarra e pronto...»*

(Marta, 37 anos)

Expressões como “a violência física doía mas depois passava, mas a psicológica fica muito tempo...ainda hoje”; “mata devagarinho”; “dura para toda a vida o mal que nos dizem”; “corroí uma pessoa e anula-a por dentro”; “mata a nossa personalidade e destrói tudo o que conhecíamos de nos”, permitem explicitar a eficiência deste abuso como estratégias de anulação da capacidade de reacção das vítimas, com efeitos que perpetuam no tempo. Muitas das entrevistadas referem que parte da luta que ainda travam para a superação dos traumas psicológicos, continua a ser a libertação desses sentimentos de anulação:

⁵⁷ Os cálculos do χ^2 revelam uma associação entre a variável “violência física” e “violência psicológica” expressa por $\chi^2_{(1)}=176,216$, $p<0,001$.

Xana: *«Porque a psicológica é...é assim, às vezes eu acordo e penso que estou a viver na mesma, parece que não sou feliz porque porque...não sei, parece que, olho-me ao espelho e penso muita coisa muita coisa como ainda estou igual ou sou aquilo que ele me quis tornar... fico...ainda estou revoltada com isto tudo mesmo»*

(Xana, 33 anos)

Para além da sua capacidade de acompanhar a vítima muito para além do tempo de separação (Lisboa *et al.*, 2009) enumeravam uma panóplia de estados emocionais relacionados com as consequências da violência psicológica: sentir sempre desespero, vazio, desânimo, tristeza, pesar, sentimentos de culpa, auto-desvalorização. Mas o dado mais preocupante apontado pelos autores é aquele relativo às ideações suicidas e tentativas de suicídio⁵⁸ (121% e 393% mais provável ocorrer nas inquiridas vítimas do que nas não vítimas, respectivamente).

Os meandros da violência psicológica devem ser analisados à luz dos métodos usados na sua prática: a coacção, a limitação, inibição, o controlo dos movimentos ou interações das mulheres, são as suas armas predilectas, tornando difícil a ruptura da conjugalidade. O desgaste psicológico e emocional decorrente desta violência expressa-se no processo descrito por Walker: «Exhausted from the constant stress, she usually withdraws from the batterer, fearing she will inadvertently set off an explosion. He begins to move more oppressively toward her as he observes her withdrawal» (Walker, 2009, p.59).

Julgamos que estes aspectos são determinantes para aprofundar conhecimento sobre a perpetuação da relação conjugal violenta. Por isso, estas estratégias de isolamento o controlo do agressor serão aprofundados num ponto autónomo.

Por agora, e em jeito de súmula do presente ponto, limitamo-nos a concordar com Dobash e Dobash (1992) quando apelidam a conjugalidade como uma *“hitting licence”* tornando as mulheres em “vítimas apropriadas” devido às suas vulnerabilidades. Que debilidades serão essas que as tornam alvo tão fácil e tão apropriado e conveniente para o exercício de tanta e tantos tipos de violência?

⁵⁸ Ideações sem ser sob o efeito de álcool ou drogas.

Podemos enunciar quatro dessas vulnerabilidades: men's greater strength, the status of married women as male property, sexual inequalities in power, or psychological deficits induced by the violence itself» (Stark, 2009, p. 121).

Estes factores que se transformam em debilidades, tornam a mulher num alvo fácil para o exercício da violência precisamente porque são mulheres. É este o argumento decisivo para entendermos esta violência como violência de género: culturalmente e historicamente enraizada nos nossos símbolos, valores, crenças, padrões de comportamento orientados pela ordem social do género e que se inscrevem nas socializações e práticas quotidianas.

Capítulo IV. Dinâmicas interpessoais da Violência de Género

Neste capítulo analisaremos as dinâmicas das relações entre os vários intervenientes, directos e indirectos, das relações conjugais violentas. Da relação entre a vítima e agressor, analisada desde a fase do namoro, resultam condicionantes da interacção entre as vítimas e outros intervenientes, sobretudo a sua família. Perceberemos como o contexto de violência, circunscreve e condiciona a interacção das mulheres com as suas redes sociais de apoio com o propósito do afastamento e isolamento social, diminuindo a capacidade da vítima deixar o agressor. Isolamento, controlo e ciúme são instrumentalizados para diminuir a capacidade reactiva das vítimas e aumentar a subordinação ao agressor.

Tentaremos, igualmente, analisar as reacções das vítimas, ao mesmo tempo que explicitaremos as causas que parecem motivar a passividade das mulheres vítimas de violência que conjuram para a perpetuação dos ciclos de violência conjugal.

4.1. A vítima e o agressor: o exercício da dominação

Quando nos centrámos nos tipos de violência referimos em que medida estavam associados entre si, ou seja, detectámos, tanto ao nível das narrativas das entrevistadas como ao nível da produção de resultados estatísticos, uma sobreposição entre os três tipos de violência aqui analisados. O presente ponto, também será desenvolvido à luz das estratégias, ou seja, instrumentos que o agressor utiliza para paralisar as vítimas e condicionar as suas acções e reacções, consequentemente, aprisionando-as. Estes métodos, embora distintos, assemelham-se no seu propósito: induzir na vítima o vislumbre de uma saída da relação como improvável, ou até impossível.

Os mecanismos de dominação nem sempre são óbvios, como vimos. Por isso, e para percebermos algumas das causas da violência de género nas dinâmicas conjugais, é necessário reflectir sobre os enredos da relação entre agressor e vítima. Nesse sentido, analisar-se-á e contextualizar-se-ão os objectivos com que o agressor aplica as

estratégias controlo e coerção social, enquanto facilitadores desse mesmo exercício de controlo.

Uma relação conjugal violenta, pode começar a manifestar os primeiros indícios durante o namoro: as situações de exercício de poder ou controlo das acções das mulheres; ciúme e atitudes intrusivas e controlo das pessoas com que a mulher interage, entre outros (Walker, 2009). Estas formas de controlo do comportamento e delimitação da interacção com os outros funcionam em uníssono trabalhando o afastamento das mulheres de outras pessoas, isolando-a. O propósito deste isolamento é o afastamento de todos aqueles que potencialmente representam um risco para o exercício da dominação, fazendo com que estas mulheres definham num cenário de perda de autonomia individual e social.

O exercício de controlo social sobre a vítima e consequente subjugação e isolamento da mesma concretiza-se através da ocorrência dos ciúmes. O ciúme e o sentimento de posse do agressor em relação à vítima, justifica, entre outras formas de exercício de violência psicológica, o controlo social e, o afastamento das outras pessoas. Da conjugação destes factores e do exercício da violência, o medo não é factor de somenos importância, como se verá mais adiante. O ciúme é ainda usado como pretexto para impor às mulheres determinados códigos de conduta relacionados com os estereótipos de género. O arquétipo do agressor sobre o que significa ser do género feminino funciona como pretexto para manipular as mulheres a agirem da forma que o agressor entende “apropriada”. A inadequabilidade a esse arquétipo também tem como uma das suas consequências a auto- culpabilização por parte das vítimas, como muitas vezes elas próprias assinalam nos seus discursos.

Mas qual é o primeiro passo desse controlo? Como subordinar a vítima aos desejos e preferências do agressor sem intromissão de outros? Uma das primeiras formas de domínio é precisamente o afastamento daqueles que podem representar uma ameaça a essa dominação. A separação da vítima da sua família e amigos (das suas redes sociais de apoio) é essencial para o controlo social da acção e crucial para isolar as mulheres. Qualquer elemento exterior ao casal torna-se numa ameaça directa ao agressor e ao exercício do seu domínio. É por isso necessário, aprisionar a mulher ao círculo doméstico, aos filhos e ao marido/companheiro. Veremos como o processo é conseguido.

O controlo social com vista ao isolamento manifesta-se, frequentemente como se referiu, logo na fase do namoro sendo por isso pertinente descrever as trajetórias de violências das entrevistadas conferindo especial atenção ao início da respectiva relação.

4.1.1. O namoro: da precocidade do controlo social e do ciúme

Quisemos analisar o percurso da relação conjugal violenta que forçou a ida das entrevistadas para as casas-abrigo, desde a fase do namoro. Interessava-nos perceber se os comportamentos violentos são manifestados desde cedo na relação e, nesse caso, que tipo de comportamentos ou actos violentos ocorreram.

Após uma análise da existência de violência desde o namoro, verificamos que apenas 6 das 30 entrevistadas referiram não ter começado a ser vítimas de violência durante esse período. O indicador de análise “ocorrência de violência durante o namoro” foi registada 71 vezes⁵⁹, dados que embora não permitam extrapolações, indiciam uma forte possibilidade da maior parte das vítimas de violência de género, ter começado as suas trajetórias de violência durante o namoro⁶⁰. Esta conclusão, encontra-se em consonância com os dados de Barroso (Barroso, 2007) e Lisboa e colegas (Lisboa *et al.*, 2006), indiciando longos ciclos de violência efectiva. O estudo de Barroso retira como uma das suas principais conclusões que as situações de vitimação mais frequentes são aquelas que ocorrem há mais de 10 anos, podendo ter sido iniciadas, nas primeiras fases da relação. Já o estudo sobre os Custos Sociais e Económicos da Violência contra as Mulheres (Lisboa *et al.*, 2006) mostra que entre os 52% de mulheres que descrevem longas trajetórias de violência, 39% desses casos podem ir até 10 anos de violência.

⁵⁹ Todos os resultados estatísticos que neste capítulo se apresentam, podem ser consultados no anexo II (da página 339 à página 351).

⁶⁰ A propósito da violência no namoro, Arriaga and Foshee, num estudo de 2004 a 526 adolescentes Norte Americanos (alunos do 8º e 9º ano correspondente ao Eight e Nine grade nos Estados Unidos) apresentam os seguintes resultados: «One kind of restrictive definition—one that isolates physical violence for study—yields rates, as noted, from 10 to nearly 40 percent. While high and in a wide range, these rates are still lower than those for psychological/emotional forms of abuse, which are reported to have a prevalence rate as high as 76 percent among dating teens. 21 Sexual violence tends to be reported at lower rates than the other two subtypes, i.e., at 3 to 11 percent» (Arriaga & Foshee, 2004, p. 174).

A recolha de informação realizada no corrente trabalho revela longas trajectórias de vitimação. De acordo com alguns dados já referidos na metodologia, das 30 entrevistadas, 18 delas estiveram juntas ou casadas com violência entre 2 a 10 anos, corroborando o período de 10 anos ao qual os estudos acima supracitados se referem. No entanto 12 delas dividem-se entre trajectórias de violência de 11 a 20 anos e de mais de 20 anos. Estes dados, apesar de não pretenderem ser representativos para o universo das mulheres vítimas de violência de género em Portugal, não deixam de coincidir com algumas das conclusões anteriores, nalguns dos casos até com trajectórias de vitimação mais longas que ultrapassam os 10 anos de violência (Lisboa *et al.*, 2006).

A análise dos resultados estatísticos realizados para este trabalho, apresenta uma associação entre a variável “violência no namoro” e as variáveis “violência física” e “violência psicológica”⁶¹ ($R_{ij}=5,2$ e $R_{ij}=3,9$, respectivamente⁶²). Desta forma, não é apenas a violência psicológica que se começa a manifestar durante as fases do namoro (Walker, 2009). O que estes resultados acrescentam é que também a violência física começa a ser exercida nas fases iniciais destas relações, ao contrário do afirmado pela autora suprareferida.

Uma das entrevistadas descreve como foi durante o namoro que começou a perceber que o agressor controlava todas as suas actividades e acções. Mas numa atitude de desculpabilização até achou que esse controlo a fazia sentir protegida. No fundo, a entrevista revela uma expressão da incorporação dos estereótipos de género onde o homem é visto como o principal protector das mulheres:

Ana: *«Ele perseguia-me, ele...era por telefone, era com quem falaste, com quem estiveste, quem viste, com quem...tudo. Tudo, queria sempre pormenores de tudo. E eu comecei a ver que alguma coisa não está bem.*

Entrevistadora- Mas isto na fase do namoro?

⁶¹ Em relação à violência sexual, não se encontrou associação nem no cálculo dos resíduos estandardizados ajustados nem no χ^2 .

⁶² Os cálculos do χ^2 revelam associação entre a variável “violência psicológica” e “violência física” na fase do namoro. Em relação à associação entre “violência física” e a “fase do namoro” expressa-se por: $\chi^2_{(1)}=27,539$; $p<0,001$. Quanto à variável “violência psicológica” e “fase do namoro” a associação expressa-se por: $\chi^2_{(1)}=14,907$; $p<0,001$.

Ana- Também na fase do namoro. Também.

Entrevistadora- E na fase do namoro houve violência...quer dizer houve...

Ana- Física...Houve nesse sentido. Mas eu também pensei é porque ele se preocupa comigo, isto é porque ele gosta mesmo de mim, ou seja na fase do namoro a gente justifica. Eu arranjava justificação para aquilo que ele fazia. Ou seja, ele de uma certa maneira estava-me a controlar e eu achava que era sinal que ele gostava de mim.»

(Ana, 27 anos)

A situação acima descrita coincide com os primeiros sinais de uma relação violenta que muitas vezes passam sem o reconhecimento da vítima: «Uncontrollable jealousy by the batterer was reported by almost all of the battered women, suggesting this is another critical risk factor. Again, enjoyment of the extra attention and flattery masked these early warning signs for many women» (Walker, 2009, p. 18)

Consideremos o exemplo de Rosinha: casada durante 20 anos, período antecedido por 4 anos de namoro. Ela descreve-nos que o controlo social por parte do seu parceiro começou logo no namoro e tinha como objectivo afastar a mãe da entrevistada:

Rosinha: «Perdi o contacto com a minha mãe. Ele ficou diferente, já dizia o que eu tinha que fazer. “Tu não podes ir ali”, a mandar. “Não quero que tenhas contacto com essa amiga”, começou logo tudo. Aí eu disse: “Mas o que é isto?” Por exemplo, eu não podia ter amigos homens, amigos rapazes, amigos rapazes. E, e ele não aceitava isso. Estava eu, parece de quatro meses (ainda namorados pouco depois de nos juntarmos), quando eu disse: “Vou lá até a baixo beber um café com uns amigos”. Oh, e pronto. Ele disse: “Mas tu não vais.”, eu alevanto-me, finjo que ia abrir a porta, ele vai logo, dá-me um grande estalo na cara, e disse: “Tu não vais.” E eu aí vi o que é que se passava. Eu tentei ter contacto com a minha mãe, e ela depois já fechou as portas. Já não deixou. Eu vi o que é que se passava, e vi que estava sozinha.»

(Rosinha, 41 anos)

Mas a manifestação de violência e do controlo social não é apenas apanágio das relações conjugais violentas mais longas. Cristina, por exemplo viveu com o seu companheiro durante 2 anos. Logo no início do namoro, foi vítima da primeira agressão física:

Cristina: «Logo no primeiro mês de namoro, no mês de namoro ele numa discoteca mostrou-me agressividade porque deu-me...bebeu e chateou-se, via coisas que não se estava a passar, via coisas e com...não sei. Chegou-me ao pé e toma com o telemóvel...uma chapada com o telefone, porque dizia que eu estava a dançar muito ou que o amigo estava a olhar muito para mim e não estava a gostar, pronto, ciúmes.

Entrevistadora: Ele era possessivo?

Cristina: Muito. Mas pronto...»

(Cristina, 28 anos)

O aparecimento do ciúme é precoce nas relações violentas, tal como a violência psicológica e física. O controlo social é rapidamente exercido e torna-se permanente, instigado por uma coercividade sobre todas as acções, interacções e movimentos das mulheres. O controlo social é motivado pela necessidade do agressor em manter as mulheres sob o seu domínio sem que ninguém, exterior à relação, o possa questionar mas principalmente, impedir que alguém possa fazer com que a mulher o questione. A acumulação dessas situações vai contribuindo para que as mulheres se afastem cada vez mais dos seus amigos e/ou família. É por isso relevante explorar o exercício do controlo social.

4.1.2. Do controlo social ao isolamento

Randall Collins descrevia a violência doméstica como «an effort to control» (2009:20), expressão que nos parece particularmente adequada após a reflexão sobre os mecanismos de controlo social impostos à vítima. Esse controlo regula as vivências individuais, práticas e sociabilidades das mulheres. A expressão desse controlo é

assinalável pelo facto do indicador de análise “agressor isolava/controlava socialmente a vítima” foi referido por 543 vezes no total das 30 entrevistas tendo sido reportada por todas as entrevistadas, o que constitui reflexo da importância que lhe é conferida.

O controlo social e o isolamento são elementos que poderiam ter sido analisados de forma separada. Todavia, entendemos que um é a consequência do outro: o controlo social é o instrumento que permite atingir o objectivo que é o isolamento social. O controlo social é fundamental para percebermos a violência de género: ele oprime e limita o raio de ação das mulheres, adensando e incentivando o isolamento. É uma ferramenta poderosa para cultivar sentimentos de impotência e incapacidade para operacionalizar uma reacção perpetuando, consequentemente, os ciclos de violência.

O conceito de controlo social, aqui usado, partilha algumas características com o que Stark (2007) cunhou como controlo coercivo: um estado objectivo de subordinação que visa eliminar qualquer resquício de resistência à dominação. As situações criadas pelos agressores para atingir esse controlo coercivo, partilham alguns elementos em comum com outros tipos de crimes como o rapto, *stalking* ou assédio: «(...) Like hostages, victims of coercive control are frequently deprived of money, food, access to communication or transportation, and other survival resources even as they are cut off from family, friends, and other supports» (*Idem, Ibidem*, p. 12).

Mas os mecanismos de controlo social sobre estas mulheres podem ser mais incisivos, numa clara tentativa de afastar a mulher do mundo exterior. Limitar a vivência das mulheres e o acesso à informação, reforça o controlo que se pode exercer sobre elas ao mesmo tempo que solidifica o isolamento em relação a outras esferas sociais de influência como a cultura, a informação ou a literatura. Rosinha conta-nos como era proibida de ler determinados livros ou ver determinados filmes ou programas televisivos.

Rosinha: «*Naquele tempo, naquele tempo que eu passei violência, que eu estava presa naquela casa, não há nem um passo que eu dava que ele não soubesse. Ele dizia-me: “Tu estiveste ali. Estiveste nas compras.” Eu disse: “Como é que tu sabes?” – Praticamente controlava-me sempre.. Eu não podia ler livros ou ver alguns filmes. Que ele controlava logo os livros,*

“O que é que tu estás a ler? Então e estás, estás a ler porquê? Isso dos livros dá...” Como é que ele dizia? “Dá... Dá à volta da cabeça das mulheres.” E eu escondia os livros.»

(Rosinha, 41 anos)

Estes depoimentos descrevem métodos coercivos de micro-regulação do comportamento das mulheres que os agressores usam. Este controlo social é uma forma de violência psicológica que, pela sua natureza coerciva é, por vezes, ignorada pelas vítimas como vimos nas descrições das fases do namoro. Notar-se-á que os meios aos quais os agressores mais recorrem, para o exercício de controlo, se constituem como um claro atentado a uma vivência plena dos direitos de cidadania destas mulheres em relação às quais até o tempo em determinadas actividades, como ir às compras ou ir buscar as crianças à escola, é regulado. O controlo é sempre mais incisivo quando as mulheres não se encontram no espaço da casa.

Joana II descreve que era chamada à atenção quando demorava mais do que o normal a ir buscar os seus filhos à escola. Como estratégia de redução da possibilidade de abuso, acaba por conceder ao agressor a possibilidade deste a acompanhar sempre. Para além do controlo social já exercido pelo agressor, a estratégia que esta entrevistada adopta acaba por potenciar o exercício de maior controlo sobre as actividades e deslocações da entrevista:

Joana II: «Às vezes ia ao supermercado para ir buscar o pão, encontrava alguém, uma vizinha, falava um bocado “e tanto tempo para ires buscar o pão”, às vezes até que demorava imenso tempo “ah foste tão rápido”, acabava por...nada agradava. Tudo começou sem problema, porque ia bem vestida, porque eu ia buscar o meu filho à escola às vezes ficava um bocadinho a falar com a mãe dele, a mãe dele estava a falar com o neto. “Ah tanto tempo para ires à escola” eu às vezes até lhe dizia “porque é que não vieste tu comigo?” porque muitas vezes ele dizia “ah vai buscar o menino” “anda comigo” para ele não me começar a chatear a cabeça e ele dizia “não vai lá tu”»

(Joana II, 35 anos)

Dispondo de contacto reduzido com o exterior e por vezes já isoladas e sob permanente vigilância, torna-se mais difícil a ruptura da relação. O exercício do controlo social baseia-se na violação de alguns direitos básicos de qualquer cidadão: «violation of their physical integrity (domestic violence), denying them respect and autonomy (intimidation), depriving them of social connectedness (isolation), and appropriating or denying them access to the resources required for personhood and citizenship (control) » (Stark, *Ibidem*, p. 15).

Esta interligação entre o controlo exercido sobre as mulheres e o seu isolamento impele e circunscreve-as à esfera doméstica e às vontades impostas pelos seus companheiros, conduzindo-as, simultaneamente, a um afastamento da sua família e dos seus amigos. O isolamento é um dos principais factores inibidores de uma reacção explícita das vítimas que ao sentirem-se cada vez mais sozinhas se conformam com a sua situação de vítima, o que acaba por reforçar o afastamento em relação aos outros:

Cristina: «Tinha amigas, amigos não podia ter depois passou uns tempos nem amigas podia ter porque ele proibia-me falar com esta com aquela porque para ele todas as mulheres eram putas “ah, não quero que fales com ela porque ela é puta ela é isto é aquilo”. Então com o tempo praticamente deixei de falar com as amizades que eu tinha.»

(Cristina, 28 anos)

Os métodos de intimidação associados ao controlo social, a restrição em contactar amigos ou familiares (por vezes com ameaças directas, por demais referidas), juntamente com o historial de abuso, cimentam a percepção de inevitabilidade da manutenção. É assim que para muitas destas mulheres, a experiência do casamento ou a união de facto parece ser equivalente a viver numa prisão. A saída não parece possível o que leva as mulheres a adoptarem estratégias de protecção e sobrevivência que reforçam ainda mais o seu isolamento:

Inês: «A pessoa já não (pausa 2 seg) não sei, era bicho-do-mato, eu já o evitava à noite, esperava que ele adormecesse, ficava na sala, evitava-o à noite o máximo que pudesse, já ia tentar na mesma casa, como é que eu hei-de dizer... Mansinha, a bolinha baixa... já não... já não servia de nada, se falasse era uma coisa, se não falasse, se mostrasse cara feia às tantas já não (pausa 2 seg) qualquer coisa irritava-o, via que ele andava triste, tentava... Se dissesse alguma coisa era pior. Fui ficando em casa sozinha com os filhos, afastou-me, foi-me afastando da família dele. Depois eu também fui ficando isolada de amigos e tudo e nem sequer tinha dinheiro para sair dali e ir para algum sítio»

(Inês, 45 anos)

Vivendo num clima de permanente medo, em que a mais pequena situação pode originar uma agressão, estas mulheres vêem-se forçadas a aceitar o exercício do controlo, catapultando-as para o isolamento em relação ao exterior. As vítimas, começam, progressivamente a afastar-se das suas redes sociais de apoio, a restringir os seus movimentos e actividades, a suprimir as suas opiniões. Nesses casos «At this point, women can be controlled through fear and anticipation as well as through direct action (Dobash & Dobash, 1998, p. 163).

Um dado relevante para entender os motivos que conduzem à manutenção, por parte das mulheres vítimas, das relações conjugais violentas encontra-se na conjugação entre o isolamento imposto pelo agressor e uma atitude de perda de esperança por parte das vítimas. O isolamento, enquanto forma de controlo social, torna-se um factor ainda mais condicionante se pensarmos na importância da família e dos amigos para a consumação da ruptura.

Terminaremos com um breve epíteto da capacidade destrutiva das privações impostas pelo controlo social e como elas podem, por vezes, ser mais nefastas do que o abuso físico ou sexual: «Assault is an essential part of this strategy and is often injurious and sometimes fatal. But the primary harm abusive men inflict is political, not physical, and reflects the deprivation of rights and resources that are critical to personhood and citizenship» (Stark, 2007, p. 5).

4.1.3. A imposição dos papéis de género como forma de controlo social

Como vimos, o agressor circunscreve a acção das vítimas, numa clara tentativa de delimitar as suas actividades. Esse controlo vai muito além do contacto com os outros e da micro-regulação das actividades diárias das mulheres que acima explorámos. Engajam-se, igualmente, na imposição de comportamentos e condutas relacionados com os estereótipos de género baseados em construções assimétricas do masculino e feminino. Os estereótipos de género são usados pelos agressores como mais uma ferramenta que lhes permite submeter a mulher a uma conduta feminina considerada como a “correcta” aos olhos do agressor.

Essa imposição do que é considerado adequado para uma mulher demonstrar resulta da regulação estabelecida através da roupa que se pode usar, ou da maquilhagem, da determinação da escolha das pessoas com quem se fala, e na selecção dos filmes, leituras e programas de televisão que os agressores consideram toleráveis. Estas restrições, impõem uma espécie de “código de conduta” às mulheres e também funcionam como uma forma de controlo social das suas acções. A roupa quer as mulheres usam deve ser adequada àquilo que o agressor entende corresponder à sua construção social do feminino. Vanessa, por exemplo, era proibida de usar determinadas roupas, que pudessem ser alvo de maior atenção por parte de outros homens, comportamento que denuncia, igualmente, as questões do ciúme e da posse do agressor:

«Eu não comprava roupa sozinha ele às vezes, a gente ia “olha, experimenta” e comprava-me e a gente comprava. E então naquele início da nossa reconciliação espectacular e era...no outro ano a seguir a mesma roupa já andava seminua e eu usava um babero com frente e costas todo amarrado aqui de lado...[respirar fundo] cheguei a ter que ir a casa trocar de roupa para descer e vestir outra roupa mais chegada aqui, ou mais tapada aqui... Tinha que ser roupa aconchegada aqui, mangas e...e então se subia aqui um bocadinho, chegou-me a pedir para ir ao balcão buscar coisas, dentro do balcão para eu me baixar a ver se conseguia ver aqui...é assim, só pessoas doentes é que fazem essas coisas, ou baixar-me para ver

se a camisola descia para se ver as as...se se via...o que se via, no fundo...o que os outros pudessem estar a ver...»

(Vanessa, 38 anos)

Rosinha foi proibida de vestir-se como gostava e nem o corte de cabelo era por si escolhido. Esta entrevistada descreve-se, na altura, como alguém que era obrigada a vestir-se como um homem:

«Eu era moça homem. Eu não tinha direito a nada. Eu não tinha direito de vestir o que eu quero, eu tinha que ter o cabelo como ele queria, ele queria... Era tudo controlado. Eu não podia ser a mulher que eu queria ser»

(Rute, 31 anos)

Estudos recentes referem que os agressores naturalizam o exercício de violência conjugal através das suas representações do género, imputando a responsabilidade às vítimas por não corresponderem ao seu ideal de feminilidade (Boira e Marcuello, 2013; Boira e Aragonés, 2011). Também, Stark, no seu trabalho com os agressores que pretendia identificar as principais razões que estes referiam para terem agredido as suas mulheres/companheiras ou namoradas, concluiu que o motivo mais apontado era a falta de adequação das mulheres aos papéis e arquétipo do género feminino do agressor. O autor vai ainda mais longe, referindo que a dada altura da relação essa construção social do género feminino começa a ser partilhada por ambos: agressor e vítima. A convergência dos estereótipos de género evita, aos olhos da vítima, mais situações de violência: «When a batterer brings a litany of complaints about a woman's failures to the table, he is expressing (...) that conventional role behavior does not meet her needs and that her behavior contradicts his expressed sense—a sense she may share—of how women *should* behave. However fantastic the man's accusations, many of the women with whom I work are deeply ambivalent about their gender roles » (*Idem, Ibidem*, p. 248).

Um outro estudo (Wouters, 1987) revela a ferocidade com que os estereótipos de género são assimilados por alguns homens, concluiu que, enquanto as mulheres

conseguiam descrever com elevado pormenor a personalidade dos seus maridos, os seus maridos só eram capazes de as descrever com recurso a estereótipos de papéis *genderizados* e generalistas, encaixando-as no que apelidavam frequentemente de as mulheres em geral.

A aproximação dos arquétipos estereotipados dos papéis de género, entre vítima e agressor, pode explicar-se enquanto mais uma estratégia para evitar a violência. Mas outros autores (Berk *et al.*,1983; Straus *et al.*,1980, Boira, 2012) estudaram a hipótese dos homens, mais do que as mulheres, assumirem uma visão mais estereotipada do género, como resultado da ideologia patriarcal. Walker, defende que a ideologia patriarcal impõe padrões rígidos de comportamento para o masculino e o feminino e que os agressores avaliam o desempenho das vítimas de acordo com a eficácia com que elas cumprem essas expectativas sociais: «Thus, if she does not have his dinner on the table when he returns home from work, even if she also has worked outside the home, he believes she does not care for him» (Walker, 2009, p. 17).

Estamos então perante um controlo que utiliza a *estereotipização* de género, como instrumento que resulta eficaz, num contexto que faz com que as mulheres auto-avaliem o seu desempenho enquanto mulher ou companheira de forma negativa e aproximando-se da visão do agressor. A génese deste processo reside na inculcação eficaz dos estereótipos de género, produzidos e reproduzidos geração após geração, transmitidos pela ideologia patriarcal, partilhada socialmente por homens e mulheres ao longo de séculos.

Como veremos ao longo deste trabalho, é possível destringir, no discurso das entrevistadas, várias alusões ao seu desempenho e cumprimento do papel socialmente atribuído à mulher/companheira/esposa. Estes desempenhos aproximam-se muitas vezes da ideia de “mulher” a que os próprios agressores esperam que ela corresponda. Mas este facto, a que atenderemos mais à frente em maior profundidade, não nos pode conduzir a uma interpretação superficial que alia a estas mulheres a responsabilidade da manutenção das trajectórias de violência: essa responsabilidade deve ser procurada nas estruturas sociais e na forma como essa estrutura social eficazmente se difunde num movimento de produção e reprodução. Quando nos fala da dominação e da necessidade da cumplicidade de dominador e dominado, Bourdieu

advertia-nos para essa consciência partilhada do lugar do masculino e feminino na ordem social. Rejeitando a ideia de que são as mulheres que abraçam a dominação, mas ao invés, assumindo que os mecanismos de dominação são de tal maneira subreptícios que as mulheres podem não ter consciência deles, o autor discute que é a própria estrutura social que impõe essa dominação como "natural": «Devemos admitir que as disposições "submissas" por vezes invocadas para "acusar a vítima" são produto de estruturas objectivas e, ao mesmo tempo, que estas estruturas devem a sua eficácia apenas às disposições que desencadeiam e que contribuem para a sua reprodução. O poder do simbólico não pode exercer-se sem a contribuição dos que o sofrem e que só sofrem porque o constroem como tal» (1998, p. 34).

Do ponto de vista sociológico, concordamos com Elias quando elabora sobre o elo de ligação entre indivíduos e entre estes e a sociedade. Segundo o autor, esse vínculo edifica-se através das teias culturais, de valores e de códigos sociais de conduta que são determinantes para a perpetuação das estruturas e da ordem social. A função desses vínculos, valores e códigos, é comprometer os indivíduos com as estruturas sociais, que se definem pela sua versatilidade, inquestionabilidade e por vezes se apresentam intangíveis: «(...) cada ser humano encontra-se na verdade numa situação de ligação; está ligado pelo facto de viver constantemente em dependência funcional de outras pessoas; representa um elo nas correntes formadas por outros seres humanos (...) Estas correntes não são de igual modo visíveis e palpáveis como correntes de ferro (...) É esta conexão de funções que os seres humanos têm uns para os outros, unicamente esta teia de funções que constitui aquilo a que chamamos «estruturais sociais». E quando falamos de «regularidades sociais» o que na realidade visamos é o seguinte: a regularidade própria das relações entre os indivíduos» (1993, p. 34).

A incorporação dos papéis de género são as correntes de ferro de que Elias fala. Eles são encarados pelos actores sociais como naturais, estruturadores das relações entre homens e mulheres que por sua vez, pelo carácter “natural” das estruturas sociais, não possuem razões para as questionar. A forma como o agressor avalia a mulher assenta na demonstração de determinadas competências: «Stereotypic female roles, such as how women dress, cook, clean, socialize, care for their children, or perform sexually» (Stark, 2007, p. 5). Também Dias, refere no seu estudo da violência

na família que, «Para os homens, uma boa esposa e mãe deve possuir, pelo menos, quatro atributos essenciais, que devem coexistir preferencialmente na mesma pessoa: ser boa dona de casa, colaborar com o marido, ser afectuosa com este e com os filhos, zelar pela educação destes" (2010, p. 296). Ora, todas estas "qualidades" que devem ser evidenciadas pela "boa esposa" patenteiam a sua proximidade dos agressores com o modelo tradicional do papel da mulher: papel de boa esposa e mãe e companheira que zela pela harmonia familiar e dedicação à esfera doméstica.

Aboim ao retractar sincrónica e diacronicamente as conjugalidades, refere que o primado da família moderna se caracterizava pela «diferenciação sexual interna, seguindo tendências de organização comuns aos pequenos grupos: ao homem caberia o papel instrumental (...) e à mulher o papel expressivo de manutenção da estabilidade emocional dos membros da família (...) nesse retrato, a diferenciação de género enclausura a mulher no interior das fronteiras domésticas» (2006, p. 51).

A descrição que se segue é particularmente importante porque articula o controlo social com o concomitante isolamento, e porque convoca as concepções assimétricas do género. Assim, e numa clara *estereotipização* do que é da responsabilidade ou função do homem ou da mulher, o agressor deixa claro à entrevistada que os homens é que devem ter o controlo das finanças domésticas:

«Eu comecei a sentir-me isolada e “pera aí que isto não é para mim” e comecei a saltar fora. Abri uma conta só em meu nome, o meu dinheiro começou todo a ser desviado. Aí foi o fim do mundo, começou a andar, comecei a ser uma ameaça. Por exemplo, o meu ordenado começou a cair naquela conta. Uma conta que está em nome dele, estava em nome dele e em meu nome. E eu “ai é, não estou mais para isto” e eu peguei e abri uma conta só em meu nome e ele começou assim “mas o ordenado não caiu lá porquê?” “Porque abri uma conta em meu nome” nesse dia foi o fim do mundo. “Agora também já és homem?” e eu assim “Sou!”»

(Margarida, 27 anos)

Este exemplo concretiza a relação que se tenta estabelecer entre o exercício de algumas formas de controlo social e a *estereotipização* de género. Os atributos que o

agressor associa a homens e mulheres são diferentes e neles a mulher ocupa uma posição inferior apresentando competências diferentes: «It is clear that these men do not believe women have the same right as men to argue, negotiate, or debate. Instead, it is a nuisance and a threat to his authority, and violence is often used to silence debate, to reassert male authority, and to deny women a voice in the affairs of daily life (...) Authority is at stake» (Stark, 1998, p. 153). Do estudo dos agressores condenados por violência conjugal ou doméstica, fica a conclusão que, na sua maioria, eles revelam resistência à mudança, especialmente em abdicarem da sua posição dominante em relação às mulheres e em abdicarem das suas crenças na superioridade masculina (Boira, 2012, Boira S. e Esteban, 2010).

A imposição de determinados desempenhos ou condições expectáveis ao desempenho do papel social de género das mulheres é, em si, mais uma forma de controlo social. Neste caso esse controlo social despoja as mulheres da sua própria construção identitária de género para que possam abraçar as concepções de género dos agressores, que lhe servem o propósito do exercício da dominação. Não poderemos compreender as dinâmicas conjugais, mesmo as que não se caracterizam pela violência, sem abordar as desigualdades de género, que possuem ainda nos tempos que correm, uma centralidade incontornável nas vivências da conjugalidade e nas relações de poder entre homens e mulheres. Nesse sentido «O casal não é um par de indivíduos homogêneos entre si, sendo impossível compreendê-lo fora da sua ancoragem em relações sociais de género» (Aboim, *Ibidem*, p. 54).

4.1.4. Do ciúme e da posse

Um dos dados que mais sobressaiu no decorrer do trabalho empírico com as entrevistadas, que consideramos ser o principal instigador do controlo social foi o sentimento de ciúme ou posse. O ciúme é o pretexto mais comum para o exercício do controlo social. Todas as proibições de interacção com outras pessoas têm como motivação primordial o ciúme. Parece-nos, no entanto, que o ciúme é mais um dos instrumentos do agressor para a subordinação das vítimas. Veremos como os

episódios de ciúme servem para justificar as agressões; como eles servem para controlar as sociabilidades das mulheres e sobretudo como eles são, muitas vezes, desvalorizados pelas vítimas.

Importa-nos clarificar o sentido exacto do que nos propomos quando nos referimos ao ciúme. O Dicionário da Língua Portuguesa (Porto Editora, 2010) define o ciúme como «Inveja de alguém que usufrui de uma situação ou de algo que não se possui ou que se desejaria possuir em exclusividade». De acordo com esta definição, conseguimos perceber a estreita conexão entre o sentimento de posse e o ciúme, mas também com o exercício do controlo: o ciúme é motivado pela necessidade de controlar uma situação com o propósito de a «possuir em exclusividade». Nesse sentido, o ciúme é sobretudo, um estado emocional ou um sentimento de medo de perda de algo que se julga possuir, o que o torna exclusivo das relações humanas. Mas no caso das relações íntimas, o ciúme refere-se à perda da pessoa com quem se partilha essa relação íntima encontrando-se, por isso, relacionado com os sentimentos amorosos. A parceria do ciúme e da vivência amorosa, pode ser encontrada desde há séculos e de forma perniciosa foi-se incorporando nas dinâmicas e vivências das conjugalidades e relações amorosas ou sexuais. Santo Agostinho, por exemplo, escrevia que «Aquele que não tem ciúmes é porque não ama» (1999:87). La Rouchefoucauld refere que o ciúme nasce sempre com o aparecimento de sentimentos amorosos ou afeições amorosas. Estas ideias são ilustrativas da tríade à qual o ciúme pertence e que se completa com o objecto do ciúme, o parceiro(a), e com a posse do mesmo parceiro(a) que se quer preservar.

Mas como contextualizar conceptualmente o ciúme na violência de género? Podemos analisar o ciúme como mais um dos elementos que potencia a violência exercida contra as mulheres? Daly e Wison, autores com um longo percurso na análise do ciúme nestes contextos, definem-no como: «(...) a distinct form envy refers to a complex mental state or "operating mode" activated by a perceived threat. It motivates (...) violence, aimed at countering the threat» (1998, p. 202). Espiar ou seguir as mulheres na rua, espiar os telemóveis, conversas telefónicas, correspondência, diários, etc., são situações comuns nos contextos das relações conjugais violentas, que encontram no ciúme a sua principal motivação.

O'Toole & Schiffman (1997) descreviam a família como o foco principal da violência. Entre os elementos mais sombrios dessa violência no âmago da família estavam as ameaças o controlo das actividades e os ciúmes. A origem dos ciúmes pode ser real ou imaginária⁶³ (Dobash e Dobash, 1998) mas são sempre usados como formas de controlo das sociabilidades e fonte para um potencial uso de violência física, psicológica ou até sexual.

O ciúme é apontado como um factor de risco na violência de género (por exemplo, Wilson e Daly, 1992, 1993, 1995, 1997, 1998; Campbell, 1981, 1981; Walker, 2009). No contexto Português o ciúme é um dos principais factores enunciados, pelas próprias mulheres inquiridas que foram vítimas, como um importante instigador à violência contra elas praticada (Lisboa *et al.*, 2006; Lisboa *et al.*, 2009).

O que estes estudos nos permitem concluir, em confluência com o presente trabalho, é que os agressores agem de acordo com o sentido de "propriedade": a mulher pertence-lhe. Expressões usadas pelas entrevistadas como "és minha", "senão és minha não és de mais ninguém", "se alguma vez me trocares por outro mato-te", ilustram o ciúme como arma para o exercício de posse e de controlo sobre a mulher. A mulher, enquanto objecto desse ciúme, é vista como propriedade, alguém que pertence ao agressor, cuja sujeição ao seu domínio deve ser inquestionável. Por isso mesmo, consideramos que não podemos dissociar o ciúme das concepções de género. Desde cedo, os homens são socializados a demonstrarem comportamentos agressivos, especialmente quando se refere a tomar controlo de algo que é - entendido como- seu e que lhes foi tomado. Por isso mesmo, o exercício da violência é socialmente legitimado quando está em causa tomar de volta algo que lhes pertenceu mas cuja posse foi ameaçada. Na grande generalidade, os homens que usam violência também demonstram, igualmente, comportamentos possessivos. Esses comportamentos expressam-se como referência a um outro mecanismo da ideologia patriarcal⁶⁴

⁶³ Muitas das descrições das situações que originavam o aparecimento dos ciúmes, referiam-se a situações imaginárias, criadas pelos agressores como veremos adiante.

⁶⁴ O exercício do domínio da ideologia patriarcal apresenta-se, nestes exemplos, de forma bastante evidente, sobretudo ao nível do controlo a que o agressor sujeita a vítima. Nesse sentido, Ruby (2003) define a ideologia patriarcal como "the form of society where men's needs, concerns, and interests are central: where a family's children are named after the father, not the mother, and the authority of the father/husband over both wife and children is revered. In more extreme cases, men are seen to "own" women and children, and they materially control women's bodies and lives (Ruby, 2003, p. 38).

considerada, pelos autores supracitados, como transversal a todas as sociedades e culturas: "*sexual proprietariness complex*" (Daly e Wilson, 1998), um conceito que se relaciona directamente com as desigualdades e assimetrias de poder entre géneros. Criada a partir da psicologia evolucionista, a ideia de "*sexual proprietariness*" é explicada através do estudo da evolução da psique do homem. Segundo estes autores, o complexo da propriedade sexual tende a ultrapassar as fronteiras culturais, o que obriga a uma reflexão sobre o ciúme enquanto mecanismo concebido séculos após séculos de evolução da psique do homem. O argumento dos autores é que o complexo de propriedade, sexual nasce como resposta à competição entre homens, que se terá desenvolvido durante a evolução do hominídeo. A ferramenta essencial nos contextos da caça e da guerra, especialmente pelo controlo de alimentos e de propriedade era o uso da violência. Os autores concluem com a premissa de que a violência de género é um resquício desse uso da violência nos hominídeos, e que ao contrário dos homens a mulher não é propensa a usar a violência como resposta ao ciúme. Acrescentamos nós, que este pode ser mais um elemento distintivo da violência contra as mulheres enquanto violência de género. Desta forma, os autores concluem que normalmente as mulheres que assassinam os homens não os matam motivadas pelo ciúme, apesar do seu comportamento mais promíscuo. Ao invés, os homens matam as mulheres com motivações bem diferentes: «Men commit familicides, killing their partner and children. Men kill women as part of a planned murder or suicide; women rarely do so. Men hunt down and kill ex-partners, sometimes after years of pursuit; women rarely pursue ex-partners and are even less likely to kill them. These are the acts of men and rarely those of women (Dobash e Dobash 1992, p. 266).

A mulher, enquanto propriedade do homem, deve ser protegida de qualquer ameaça, real ou imaginária. O ciúme funcionará como um alarme para uma potencial ameaça. Desta forma, o complexo da propriedade sexual masculina constitui-se como uma das principais causas da violência de género uma vez que os homens controladores e possessivos querem evitar qualquer tipo de interacção que as mulheres possam ter ou vir a ter com outros homens, sejam eles amigos, familiar ou colegas de trabalho.

A discussão científica em torno do ciúme, nos contextos da violência de gênero, foi ainda analisada enquanto patologia,⁶⁵ embora esta reflexão conceptual se encontre mais direccionada para os casos do uxoricídio. Os ciúmes, enquanto patologia do agressor, permitiram que muitos homicidas tenham ficado por condenar por serem considerados como insanos, ou incapazes de enfrentar julgamento por sofrerem das seguintes condições clínicas: «Psychiatrics call such cases “morbid jealousy”, “delusional jealousy” or “Othello syndrome”, more or less synonymous diagnoses that are based on obsessive concern with a (presumably imaginary) interloper and/or a tendency to invoke bizarre evidence in support of jealousy suspicions (Wilson e daly, 1998, p. 208). Proust compara os ciúmes a um historiador sem documentos sobre os quais possa sustentar a veracidade das suas suspeitas. No encadeamento da interpretação de Proust sobre o ciúme, também Ben-Ze’ev destaca a importância da percepção ou da cognição no aparecimento dos ciúmes. Também este autor concorda que os ciúmes poderão ser, muitas vezes imaginários e fantasiosos e que serão esses os mais difíceis de eliminar referindo que «our jealousy does not die when we realize our error; any pretext whatsoever is suficiente to revive this emotion» (2001, p. 292).

Ana, revela como o seu parceiro criava situações de ciúmes com base em argumentos de *lana caprina*. Este exemplo permite-nos ilustrar a descrição dos episódios nos quais o agressor imagina uma situação de ameaça:

«Cismava...eu fui comprar uma chupeta para o João uma vez, cheguei à beira dele dei-lhe um beijo e ele disse que tinha os lábios quentes e que tinha andado a beijar alguém. Saiu-se assim com essa, não sei de onde e isso começou a...não sei não sei sinceramente o que passava na cabeça daquele homem»

(Ana, 27 anos)

⁶⁵ Sabendo que a análise do ciúme enquanto patologia seria uma argumentação sociologicamente questionável, Wilson e Daly (1998) referem que, embora o exercício da violência seja resultado de uma adaptação complexa nos hominídeos, não uma patologia, existem provas irrefutáveis de patologias cujo principal sintoma são os frequentes episódios de violência como a raiva: «Rabies provides na obvious exemple, and the almost chronic rage of some patients with limbic system damage is another» (Idem, p. 208).

Os casos de uxoricídio ocorridos nos Estados Unidos da América (Daly e Wilson 1988B in Dobash 202) revelam o ciúme como motivação para o homicídio em 80% dos casos. Outros estudos demonstram que o ciúme e a posse são os elementos mais apontados pelas mulheres vítimas como causa da expressão da violência dos seus companheiros/maridos/namorados (Brisson, 1983; Dobash e Dobash, 1979, 1984; Rounsaville, 1978).

Em Portugal a expressão da sua importância não é nova: o ciúme e a posse estão entre as causas mais apontadas para o exercício da violência. Os autores referem que, ao contrário dos homens vítimas onde as causas apontadas são o consumo de álcool e os mal-entendidos, no caso das mulheres vítimas, o “ciúme”, o “sentimento de posse” bem como a “mentalidade dos homens em relação às mulheres” são as causas mais enumeradas (Lisboa *et al.*, 2009, p. 62).

De acordo com o conceito de propriedade sexual emprestado pela psicologia evolucionista, historicamente a mulher persiste enquanto pertença do homem, e o sentido de propriedade do homem sobre a mulher tem subjacente o exercício de controlo. A este propósito, Irene Vaquinhas chamava a atenção para o código civil Português de 1867 que cunha o dever de subordinação da mulher ao cônjuge e obediência ao marido. Por sua vez, o marido teria como principal responsabilidade o dever de «(...) proteger e defender a pessoa e os bens da mulher» (2001, p. 125). Outro exemplo demonstrativo desta argumentação é o do Código de Processo civil, aprovado em 1867 que prevê que a mulher seja «entregue judicialmente» ao marido em casos em que ela se recusasse a acompanhá-lo ou em caso de abandono do lar. Apenas em 1910 a lei do divórcio anula um dos artigos do Código Penal de 1886, que previa castigos diferentes para homens e mulheres adúlteros: «(...) a esposa adúltera era punida com prisão maior celular de dois a oito anos, enquanto o homem casado adúltero era condenado a uma simples multa que podia ir de três meses a três anos do seu rendimento» (Pimentel, 2008, p. 654).

Mas os “castigos” para as mulheres adúlteras podem ter desfechos bem mais graves e ser encontrados em momentos não muito recuados da história das mentalidades. A título de exemplo no código penal que vigorava em Inglaterra entre os séculos XVII e XVIII, lia-se que a morte da mulher adúltera era um acto de um

"homem sensato"⁶⁶ (Edwards, 1954). Esta desculpabilização do homicídio da mulher, nos casos em que esta traga desonra ou vergonha ao marido ou à família, pode ainda ser detectada actualmente nos apelidados homicídios de honra não só nalguns países da América do Sul (Nelson, L. S, 1993; Pimental, S., Pandjarian, V. and Belloque, J., 2005) e do mundo Árabe (Abduh, J., 1999; Abu Odeh, L., 1996; Al-Fanar, 1995; Al-Khayyat, S., 1993), mas também na Europa - no Reino-Unido, na Bélgica, França e Noruega - (Conselho da Europa WIKAN, Unni, 2008).

Pensamos que toda a argumentação anteriormente convocada conseguiu estruturar a articulação entre a posse ou ciúme, o controlo e as desigualdades de género - expressa na ideologia patriarcal de domínio, posse e controlo de um género sobre o outro⁶⁷. O ciúme é mais um instrumento das assimetrias de poder entre géneros.

A centralidade deste elemento é perceptível na análise de conteúdo. Quando se perguntava às mulheres o que normalmente originava a violência, o ciúme e a posse foram referidos 184 vezes por 25 das 30 entrevistadas. Os resultados estatísticos corroboram, ainda, uma associação⁶⁸ relevante entre os episódios de ciúme e a ocorrência da violência psicológica ($R_{ij}=8,4$ ⁶⁹).

Se como vimos, o ciúme se articula com o controlo e esse controlo com o consequente isolamento, o ciúme é para o agressor um argumento fundamental para a mulher cortar relações com todos os que possam representar uma ameaça à continuidade da relação íntima. A articulação entre a variável "ciúme/ sentimento de posse" e a variável "isolamento/controlo social" comprova-se através dos resultados da análise estatística, podendo mesmo falar-se em associação entre as duas variáveis dado por $R_{ij}=21,1$ ⁷⁰. O que este resultado traz de novo é a estreita articulação entre o ciúme e a forma como ele contribui, reforçando o controlo social e a consequente isolamento social. A ocorrência dos episódios de ciúme servem para reduzir o contacto

⁶⁶ No original: "*reasonable man*".

⁶⁷ É, por isso inevitável analisar o ciúme e votarmos a referir-nos ao controlo social exercício.

⁶⁸ χ^2 revela associação entre a ocorrência da violência psicológica e o facto desta ser motivada por ciúmes/sentimento de posse: $\chi^2_{(1)}=70,944$; $p<0,001$.

⁶⁹ Os dados não revelam essa mesma associação entre a violência física e sexual e o ciúme/posse.

⁷⁰ Os cálculos do χ^2 associação entre a variável "isolamento e controlo social" e "ciúmes/posse": $\chi^2_{(1)}=450,311$; $p<0,001$.

com outras pessoas, e ao fazê-lo as mulheres vão cimentando o isolamento social em relação àqueles que representam uma ameaça para o agressor.

A teia de proibições e restrições montada pelo agressor e que serve o processo de consolidação do isolamento, é uma armadilha de interesses sub-reptícios: o ciúme motiva a discussão ou o acto violento, que poderá ser potencialmente evitado se a companheira actuar de acordo com a construção social de género do agressor. Simultaneamente, a vítima deverá evitar contacto com todos os indivíduos exteriores à relação que estão geralmente na origem do ciúme. As palavras de Ana vão nesse sentido, num discurso que menciona directamente a ideia da mulher enquanto propriedade do companheiro:

«Eu acho que...ao ele me afastar da minha família e dos meus amigos, que ele afastou-me de toda a gente, que era tipo...eu só o tenho a ele...era tipo... estou ali, só o tenho a ele não posso fazer mais nada, não me posso virar para mais lado nenhum... eu passava pelo meu irmão na rua era capaz de virar a cara e fazer que não o via porque ele tinha ciúmes do meu irmão, porque ele não gostava que eu conversasse com o meu irmão, ou com qualquer tipo de homem. Então acho que era mesmo para ele me meter segura, que eu era uma propriedade para ele, automaticamente não ter a quem me dirigir não ter com quem falar não ter com quem contar da família era eu e ele, e a família dele, está claro.»

(Olivia, 23 anos)

Um outro factor com um interesse particular consiste na avaliação que as mulheres fazem dos primeiros episódios de ciúme, encarando-o como revelador da preocupação do seu parceiro e como uma espécie de reforço positivo do laço íntimo que une os dois. A naturalização e desculpabilização das atitudes ciumentas e possessivas dos agressores são perceptíveis nalgumas histórias de vida. O depoimento de Magda é ilustrativo do que pretendemos enunciar:

«No princípio eu não reparava que fosse (ciumento), porque pronto, no início é aquele cortejar e protecção que até nos sabe bem, mas agora,

ao longo dos anos eu vejo que ele realmente é muito ciumento, tinha ciúmes de toda a gente, ciúmes de, eu era uma pessoa muito alegre, estava sempre portanto, se estava na cozinha tinha a música, eu estava a lavar a loiça e estava a dançar, mas sempre fui assim, e cantava, gosto de cantar e ele não queria que eu cantasse, eu uma vez estava a cantar em casa, morava no rés-do-chão e tinha as janelas fechadas e lá fora bateram palmas, isso foi terrível para ele, nunca mais quis que eu cantasse. E então, não queria, chegava a casa se eu tinha o rádio desligava, se eu tinha, tudo o que tivesse música desligava para eu não andar a cantar...»

(Magda, 52 anos)

O último depoimento denuncia a naturalização e desculpabilização dos ciúmes nas relações íntimas ao mesmo tempo que parece corroborar o argumento de Santo Agostinho uma vez que os primeiros indícios de ciúme pareciam ser indiciadores de um vínculo amoroso forte entre ambos. O ciúme é frequentemente associado com fortes laços amorosos entre os parceiros e as formas de amar, particularmente nas culturas monogâmicas, parecem valorizar a associação entre o amor romântico e o ciúme. A ausência de ciúme não indica carinho, laço afectivo ou amor mas sim de indiferença (Ben- Ze've, 2001).

Também Maria II, numa afirmação demonstrativa da aceitação social e cultural do ciúme e da posse e da sua naturalização, nos conta como, na fase do namoro, os ciúmes eram "bonitos":

«Pronto os ciúmes também é bonito, mas quando as coisas começaram mesmo, eu não podia ir ao pão, não podia ir ao pão porque aquele café não, porque o café está cheio de homens e tu queres ver os homens a olhar para ti, eu dizia “não, mas que loucura é esta”, “então não vais...então tens que me provar que me amas”, que era assim que as coisas tinham sempre “tens que me provar que me amas e que me respeitas, e é assim, tens que respeitar o teu, se eu digo para não ires para ali não vais”. Não podia ir sozinha para lado nenhum, nem para a médica porque ele

ficava..."não, eu levo-te, fico ali à porta e depois vamos embora para casa",
"ok, está bem"».

(Maria II, 23 anos)

A aceitação e naturalização do ciúme permitem, com o tempo, a materialização do controlo social. Este processo, culminará no isolamento da vítima, como explica Stark: «Victims accommodate a partner's jealousy by cutting off old friendships and curtailing their social activity. To placate their partner and prove their loyalty, they quit school or church, stop seeing friends or family, and come straight home after work, choices that increase their felt isolation» (*Ibidem*, p. 249).

Todas as proibições e formas de controlo, assim como os episódios de ciúme, instigam nas vítimas medo, dependência e conformidade com os desejos do agressor. A concepção do "medo feminino" desenvolvido por Gordon (1989), indica-nos que todas as mulheres em contextos de relações conjugais violentas se sentem vulneráveis a qualquer acto de violência perpetrada por homens, em qualquer sítio. Assim, este medo pode explicar, em parte, a dificuldade em contrariar o exercício do controlo: não querendo agudizar ou potenciar situações de violência, as mulheres não revelam resistência, pelo menos explícita, ao exercício de controlo. Dado que o ciúme pode dar origem à violência em qualquer espaço e em microssituações do quotidiano, como por exemplo uma ida ao supermercado, parece colocar estas mulheres num estado de alerta permanente para potenciais episódios de violência:

«Era como se eu fosse só dele e pronto mais, não podia ser para mais ninguém, já era ciumento com a minha filha, quando a minha filha se aproximava de mim dizia que eu ligava mais a ela do que a ele começava com essas cenas de ciúmes, e cada vez que a gente ia às compras ou qualquer coisa e algum me ajudava...Não podia olhar para lado nenhum, não podia olhar para homem nenhum nem qualquer coisa porque já estava a galar ou já me estava a atirar. Tinha de controlar muito bem para onde olhava e o que dizia aos outros para não dar origem a pancadaria»

(Teresa, 27 anos)

Falar com outros, especialmente homens, ou passar tempo com outras pessoas para além do agressor são as situações que mais comumente motivam os episódios de ciúmes e consequente violência. Mas é também a sua imprevisibilidade e capacidade de ir evoluindo para outros cenários, novos para a vítima, que conduz ao referido estado de permanente vigilância⁷¹ (Walker 2009).

O ciúme utiliza as fantasias de infidelidade desenvolvidas pelos agressores e como argumento decisivo para o controlo social. O ciúme é uma inegável fonte de conflito entre o casal, precipitando uma panóplia de limitações às mulheres: os homens acusam as mulheres de serem adúlteras e por isso escrutinam o seu comportamento, restringem a sua mobilidade, para que a possam controlar, impõem um corte de relações com qualquer outro homem e até com a sua família, amigos e outros membros exteriores. Tal como revelam as nossas entrevistadas, em caso de incumprimento, o exercício da violência tratará de impor novamente a dominação masculina.

O ciúme é um dos mecanismos sociais mais eficazes para manter a ordem social no contexto das relações íntimas e desta forma o modelo familiar burgues e patriarcal vigente e dominante nas sociedades ocidentais, presente nos dias de hoje, ainda que, muitas vezes, diluído nas relações conjugais e no espaço da casa-família. O ciúme é um dos factores que não deve estar ausente em qualquer reflexão sobre a violência de género. Todavia não deve ser apenas circunscrito a esta temática. É um factor cultural e social que persiste em muitas sociedades, sobretudo através da sua normalização e naturalização. Por nos remeter para questões da posse de um indivíduo sobre o outro, conjuga elementos de dominação e poder que são centrais para analisar qualquer tipo de relação social ou de interacção entre actores sociais.

4.2. As reacções das vítimas: estados emocionais que condicionam

A aparente passividade na reacção das mulheres vítimas de violência de género é um dos dados recorrentes nos trabalhos efectuados em Portugal nas últimas duas

⁷¹ Uma das entrevistadas utilizou a expressão "andava sempre com a sensação de andar a pisar em cascas de ovo", para ilustrar este estado de vigilância contínuo.

décadas. Por exemplo, no estudo de Lourenço, Lisboa e Pais (1997), conclui-se que a maioria das mulheres refere "não fazer nada/deixar andar". Como já vimos, no Inquérito de 2007, Lisboa e colegas dão conta da manutenção desta tendência: a grande maioria das mulheres (71,7%) continua a ter uma reacção do tipo passivo, o que permite aos autores referir que a "passividade" feminina contraria com a "pró-actividade" masculina (Lisboa *et al.*, 2009). A tendência para silenciar da violência é também comprovada pelo facto das vítimas inquiridas no estudo de 2007, não referirem em grande número a participação das agressões na polícia. Mesmo quando analisamos a violência psicológica e física, acto a acto, a análise continua a revelar que as mulheres referem não fazer nada/ir calando. Ora, estas reacções à violência contrastam com as reacções mais activas dos homens que recorrem mais às polícias e tribunais e nalguns actos, chegam mesmo a ter uma probabilidade 5 vezes maior do que as mulheres vítimas de recorrer a estas instituições (Lisboa, *et al.*, 2009, p. 64). Os mesmos autores encaram estes dados como mais um exemplo da socialização masculina e feminina, onde o homem não se deve deixar atemorizar ou amedrontar com actos ou ameaças e, nesses casos, deve reagir, até para proteger a sua identidade masculinidade.

Também Dias revela que no conjunto das mulheres vítimas de violência doméstica "a reacção dominante da mulher à violência conjugal é de conformismo e tristeza" (2010, p. 349).

Do ponto de vista da abordagem sociológica, as acções ou reacções como sociais. Nesse sentido entendemos a acção social através do definido por Weber como «Aquela em que o sentido intentado pelo agente ou pelos agentes está referido ao comportamento de outros e por ele se orienta no seu curso» (*Idem, Ibidem*, p. 7).

Nesse sentido a análise das acções e reacções das entrevistadas far-se-á de acordo com a interacção com o agressor. Mas como reagem as nossas entrevistadas? Aquilo que a quantificação dos dados da Análise de Conteúdo nos indica, é que existe um aparente equilíbrio entre as reacções passivas e activas, ainda que com uma considerável superioridade das reacções passivas: ter tido reacções passivas foi identificado 280 vezes enquanto as reacções activas foram identificadas 206 vezes. Quanto à análise das reacções por entrevistada apenas 3 referiram nunca ter reagido de forma activa e apenas 1 nunca revelou passividade nas reacções. Mas do que

falamos quando nos referimos a reacções activas e passivas? Para este trabalho e ao nível da quantificação da análise de conteúdo, consideramos reacções activas os actos como os seguintes: reagir com insultos verbais contra o agressor, reagir com agressões ou tentativas de agressões físicas contra o agressor, sair de casa (ainda que com posterior regresso para o agressor); contactar polícia, instituições de apoio, ONG's) e a ruptura definitiva com o agressor. Consideramos as reacções passivas as seguintes situações: não fazer nada/não reagir; refugiar-se no espaço da casa para se proteger; ficar quieta até que as agressões acabassem e esperar que o agressor se acalmasse.

Mas existe um outro elemento ao qual devemos ter em consideração e que se prende com as questões das representações das vítimas sobre o que é uma reacção activa ou passiva. Nesse sentido, uma reacção activa para uma mulher pode ser atacar o marido verbalmente ou até mesmo tentar atacar fisicamente o agressor e para outras, reagir activamente pode ser virar as costas ao agressor. Estaríamos, pois, no campo das representações sociais das mulheres sobre o que seria para elas uma reacção passiva ou activa. Por esse motivo, definimos as situações que entendemos referir-se às reacções passivas ou activas, de acordo com a enunciação acima referida. Mead (1934) referia-se a estas (re)acções passivas como (re)acções rotineiras: um conjunto de reacções quase automáticas e que implicam pouca ou nenhuma reflexividade por parte do actor social. Também através da teoria de Mead da acção social, Mills e Kleinman (1988) assinalam que a mulher vítima suspende a sua capacidade reflexiva também dominada pela dormência reactiva que eventualmente as condiciona.

Estas (re)acções rotineiras articulam-se com o conceito, também de Mead, de *"delayed action"* que nos parece importante neste contexto das reacções das mulheres. O processo da acção adiada em Mead é complexo mas ao mesmo tempo essencial para que a decisão, quando tomada, seja entendida como a melhor para o actor social: «Delayed reaction is necessary to intelligent conduct. The organization, implicit testing, and final selection by the individual (...) would be impossible if his overt responses or reactions could not in such situations be delayed until this process of organizing, implicitly testing, and finally selecting is carried out; that is, would be impossible if some overt response or other to the given environmental stimuli had to be immediate» (1934, p. 99).

Porque todas as entrevistadas referiram ter, num momento ou outro reacções passivas, mas que resultaram num processo final de ruptura, portanto uma (re)acção activa, o adiamento ou suspensão da (re)acção explicado por Mead parece-nos crucial para tentar explicar as reacções das mulheres, enquanto sequências de decisões que suportam o curso de acção ou decisão final que é a ruptura. Por isso, e como veremos mais hà frente, analisamos as rupturas realizadas pelas mulheres como processos. O conjunto de (re)acções passivas serão, por isso necessárias, mas questionamos se serão, de facto passivas, à vista do argumento acima explicitado. Para Mead, todo o comportamento e interacção social envolvem o que denomina por impulsos ou estados de desequilíbrio com o ambiente exógeno ao indivíduo. Esses desequilíbrios necessitam que se aumente a percepção acerca das nossas escolhas de acção. É, assim, com base nessa percepção que os indivíduos iniciam um processo de manipulação do ambiente exógeno para que o estado de desequilíbrio seja eliminado. Esse é o momento em que todos os agentes sociais iniciam um processo reflexivo que permite a capacidade de perceber quais são as linhas de conduta possíveis e alternativas ao mesmo tempo que delineiam possíveis desfechos de cada uma dessas linhas de conduta ou (re)acções. Nesse sentido, uma escolha de acção é sempre um processo activo, mesmo que a (re)acção escolhida possa indiciar um maior nível de passividade.

Todavia e tal como o interaccionismo simbólico evidência, a emissão de sinais, gestos e símbolos cuja captação, compreensão e descodificação é feita pelo receptor é essencial para que possamos colocar-nos no lugar do outro, processo que nos permite avaliar as disposições do outro com quem interagimos e prever o seu comportamento. Todavia, toda a acção social implica tensão, isto porque isto porque o comportamento do outro e desfecho de uma situação de interação nunca pode ser totalmente prevista: «That which takes place in present organic behavior is always in some sense an emergent from the past, and never could have been precisely predicted in advance— never could have been predicted on the basis of a knowledge, however complete, of the past (...) this element of spontaneity is especially prominent by virtue of the present influence exercised over such behavior by the possible future results or consequences which it may have» (Mead:1972, p. 99).

O indivíduo, em interacção, não é apenas um receptáculo do guião cultural ou das normas e valores da estrutura social mas um «self in a situation and always in an

active process» (Turner, 2005, p. 100). Esse permanente processo activo que os indivíduos usam quando são confrontados com uma escolha de acção, pode ajudar a explicar o aparente equilíbrio e as oscilações das entrevistadas entre as (re)acções mais passivas e activas. No culminar do processo reflexivo a escolha do curso da acção das mulheres vítimas, e ao desconstruir as atitudes consideradas mais activas, destacamos uma escolha de acção que ilustra a complexidade das estratégias que as mulheres desenvolvem quando estão eminentes as agressões. Nesses momentos, a escolha de um curso de acção é também importante e a decisão pende entre a passividade e o confronto do agressor. Concretizando, uma das situações recorrentes nos discursos das mulheres vítimas, e que se prende com as suas estratégias para lidar com a violência, foi a descrição de episódios de confronto verbal com o agressor mas com o propósito de a própria vítima tentar evitar ser agredida em determinados locais, situações que de acordo com a nossa classificação nos remetem para as (re)acções activas. Esta estratégia, seve apenas para protelar as agressões uma vez que posteriormente, elas ocorrem no espaço da casa. Esta última questão é importante no contexto das dinâmicas da violência dado que se relaciona com as estratégias de reacção, por vezes até provocatórias, protagonizadas pelas vítimas para evitar ataques em determinados espaços. As mulheres uma vez que tomam consciência da sua impotência para fugir à violência, desenvolvem mecanismos para controlarem o tempo e o espaço do local da agressão. Estes comportamentos podem assemelhar-se a reacções activas e afrontas ao agressor, mas na realidade são apenas estratégias de lidar com a violência. O exemplo de Margarida, pode, à primeira vista, ser considerado como uma forma de reacção activa e até de confronto com o seu companheiro, mas rapidamente percebemos que as suas reacções activas em público eram estratégias para conseguir ser ela a controlar o espaço onde ocorriam as agressões:

Margarida: *«Estávamos num bar e o meu companheiro disse:” Não estás a tomar conta do teu filho?” e eu assim “Estou porquê?” “Estás aí a olhar para os outros” e não sei quê, como se eu estivesse a olhar para alguém. Foi-me embora. E depois chegou a casa à uma da manhã e eu aí fiquei com medo: “vai ser uma surra daquelas” porque eu deixei-o para*

trás. Ele entra dentro de casa e eu meti os óculos, que eu assim “ele vai-me bater, está lixado. Vai-me bater vai ter que pagar uns óculos novos” e eu com os óculos tinha a certeza que ele não me batia e era assim, quando vinha para me bater eu punha os óculos, então punha sempre os meus óculos (risos) já era uma técnica que eu tinha.»

(Margarida, 27 anos)

As tentativas de ruptura ainda que com posterior regresso para o agressor, são uma atitude explicitamente activa e, por isso mesmo, a variável “tentativas de romper a relação” ainda que com posterior regresso para o agressor, está estatisticamente associada com as reacções activas ($R_{ij}=4,5^{72}$). A associação entre a variável “reacções passivas” e “tentativas de deixar o agressor” não existe o que nos coloca perante a constatação das mulheres que frequentemente revelaram reagir passivamente mais dificilmente tentaram sair da relação, apontando para a conceptualização da ruptura da conjugalidade como um processo. Exploraremos esta questão no ponto em que analisaremos os momentos da ruptura da conjugalidade.

A violência é exercida independentemente do tipo de reacção que a mulher tenha. A violência não é evitada por nenhum tipo de reacção particular. Por isso, os dados revelam uma associação entre as variáveis “violência física”, “violência psicológica” e “violência sexual” e as “reacções passivas” ($R_{ij}=13,6$, $R_{ij}=9,8$ e $R_{ij}=11,0$, respectivamente)⁷³. Encontramos, também, associação entre a variável “reacções activas” e a variável exercício da “violência física” ($R_{ij}=10,5^{74}$) e a variável “violência psicológica” ($R_{ij}=5,8^{75}$). O que estas associações nos permitem perceber é que tanto quando as mulheres reagem de forma passiva ou activa, a violência acontece,

⁷² Os cálculos do χ^2 revelam uma associação entre as duas variáveis referidas, expressa por: $\chi^2_{(1)}=20,149$; $p<0,001$.

⁷³ A associação entre as “reacções passivas” e a ocorrência da “violência física” é expressa por: $\chi^2_{(1)}=183,610$; $p<0,001$; a associação entre as reacções passivas e a ocorrência da violência psicológica é expressa por: $\chi^2_{(1)}=93,737$; $p<0,001$; para a associação entre as “reacções passivas” e a ocorrência da “violência sexual” expressa por: $\chi^2_{(1)}=121,102$; $p<0,001$.

⁷⁴ A associação entre as “reacções activas” e a ocorrência da “violência física” $\chi^2_{(1)}=110,269$; $p<0,001$.

⁷⁵ Para a associação entre as reacções activas e a ocorrência da violência psicológica $\chi^2_{(1)}=33,271$; $p<0,001$.

excepção feita para o exercício da violência sexual sobre a qual não encontramos uma associação entre ela e os dois tipos de reacções.

Assim, nenhum tipo de reacção, seja ela mais activa ou mais passiva, se caracteriza por conseguir evitar os abusos, nomeadamente na violência física e psicológica uma vez que a violência sexual não regista associação com as reacções activas, como reflectimos. Um dos elementos que estas entrevistadas têm em comum é que, apenas quando elas recorrem às instituições de apoio é que a exposição à violência pode ser evitada. O que perceberemos quando analisarmos os processos de ruptura definitiva, é que a percepção de que a violência não terminará enquanto a separação não for consumada, é um dos elementos decisivos para que as mulheres consigam sair de casa. Alguns exemplos que nos foram descritos de episódios em que as mulheres tentavam reagir de forma mais ostensiva, as consequências implicaram reacções ainda mais violentas por parte dos agressores. As mulheres vão percebendo que as retaliações à violência não as protegem de futuros abusos:

«Quando eu agia era quando eu apanhava, porque eu reagia, eu não me deixava ficar (...) Um dia, ao chegar a casa continuou a discutir, mas fiz de conta, porque é assim ou eu, eu cheguei a um ponto em que já não entendia muito bem. Ou eu agia e apanhava, ou eu agia e ele reagia e eu calava-me, ou eu agia, reagia, ele vinha para mim e eu apanhava».

(Vera, 62 anos)

Mas nas intermitências entre as reacções passivas e activas, com altos e baixos de pró-actividade, ou processos "permanentes de acomodação e resistência" (Lourenço, Lisboa e Pais, 1997; Pais, 1998; Costa e Duarte, 2000; Fisher, 2001) não parece provável que estas mulheres estejam em estados de inércia total. A esse propósito Lisboa e Vicente (2005) colocam a hipótese das aparentes reacções passivas encobrirem processos psicossociais que podem ter como consequências directas agravamentos abruptos de complicações de saúde (física e psicológica) mas, e sobretudo, no que mais nos interessa analisar neste ponto, situações de alienação emocional. O depoimento de Anabela, acompanhada por um psicólogo já depois de se ter separado do marido, permite perceber o impacto que a violência tem na saúde das

mulheres e como as reacções passivas implicam processos complexos do foro psicológico:

«O médico só me disse: “Você é um perigo andar na rua.” E eu assim: “Porquê doutor?” – É que qualquer pessoa que lhe mande um encontrão, que lhe mande um estalo, você fica na boa, não tem reacção.” Eu não tinha reacção nenhuma (...) Ah, ele se lembrasse de ter um tema de conversa para uma tarde inteira, eu tinha que estar ali a ouvir, a olhar para ele, nem para a casa, nem à casa de banho eu podia ir. Portanto eu era completamente anulada, era como se fosse um animal de estimação. Estava ali, quietinha, pronto. E pronto! (...) Achava muito giro quando me apertava o pescoço, diz que eu abria muitos os olhos, e que não reagia».

(Anabela, 47 anos)

A estes processos de alienação emocional não são alheias ao isolamento e controlo social. A alienação emocional (situação na qual a vítima sente que já nada importa porque não há vislumbre de saída para a situação), reforçada pelo corte com familiares e amigos, cimenta esse sentimento de inevitabilidade. A incapacidade para acção é suportada por uma panóplia de emoções, que, como veremos mais adiante, neutralizam a resistência à violência. A primazia das emoções negativas (vergonha, culpa, desespero, etc.) não pode ser alheio quando estudamos os contextos aqui em debate.

A alienação emocional, tal como aqui se entende e enquanto estado mental rendido ao sentido de fatalismo, onde a existência de emoções positivas é escassa e onde as descrições das entrevistadas parecem apontar para um aparente vazio emocional tem implicações nas reacções das mulheres? Poderemos associar o estado de alienação emocional com as reacções mais passivas? A análise estatística revela uma associação entre as “reacções passivas” e a “alienação emocional” ($\mathcal{R}_{ij}5,5^{76}$). Esta associação estatística ajuda a corroborar a hipótese levantada no início deste capítulo quando descrevemos a alienação emocional como um estado de espírito provocado

⁷⁶ A associação entre as “reacções passivas” e a “alienação emocional” é expressa por: $\chi^2_{(1)}=30,726$; $p<0,001$.

pelo desgaste emocional das vítimas e que posteriormente se traduz numa passividade ou ausência de capacidade reactiva, reflectida no uso de expressões como: “*eu estava mesmo neutralizada*”, “*eu era completamente anulada*”, “*já nada me importava*”, “*já nem se vivia ou morria queria saber*”. Ora, pensamos que a análise dos estados emocionais das vítimas são essenciais para se perceber as suas reacções, precisamente a lacuna que apontamos ao conceito de “incapacidade aprendida”. Tal como já referimos não negligenciaremos os factores mais instrumentais ou pragmáticos que mantêm a mulher nos contextos de violência conjugal (dependência financeira, os filhos, não ter para onde ir). No entanto, não podemos ignorar o papel que as emoções aqui desempenham, sejam elas ou não conscientes para as mulheres.

O caso de Inês expressa a paralisação emocional em que caiu logo após os primeiros 3 anos de violência. As tentativas de afronta ao agressor foram rapidamente anuladas. O testemunho de Inês refere ainda o medo, enquanto factor determinante no contexto da violência. Para a alienação emocional, o medo do agressor é mais um elemento inibidor das tentativas de reacções mais activas:

«Eu estava era mesmo neutralizada, eu estava sem capacidade de reacção nenhuma, tentava quase me esconder, de me virar, tentei responder uma vez ou duas mas ele foi comando e...metia-me muito medo até a falar...»

(Inês, 45 anos)

Inês e Anabela, paralisadas com o medo do agressor, nem sequer tentavam esboçar qualquer tipo de reacção com receio das retaliações. A sua estratégia centrava-se na adaptação ao controlo e abuso do agressor, cedendo à violência infligida, e desenvolvendo, concomitantemente, o estado de alienação emocional:

«Eu era completamente anulada, era como se fosse um animal de estimação. Estava ali, quietinha, pronto. E pronto, eu... A minha reacção, nenhuma, eu tinha um medo terrível daquele homem».

(Anabela, 48 anos)

Pelos testemunhos anteriores, é perceptível como o medo é um elemento importante na teia de impedimentos para enfrentar o agressor. A análise estatística revela uma associação entre as “reações passivas” e o “medo” ($R_{ij}=4,9$)⁷⁷. O medo, enquanto emoção social, a explorar adiante, é capital no exercício da violência, funcionando lado a lado com a coerção física e psicológica e com o controlo social. Todos estes factores, entre outros, encontram-se na origem da consequente passividade das vítimas. O isolamento, conseguido através do controlo social, também contribui para os comportamentos mais passivos, como comprovado pela associação estatística entre as variáveis “isolamento e controlo social” e a “reação passiva”⁷⁸ ($R_{ij}=3,0$). Numa tentativa de explicar o que chamava de *breakdown* das vítimas ou sensação de impotência e incapacidade para reagir, Okun enfatizava os seguintes elementos: «severe external threats highlighted the extreme emotional and behavioral adaptations to this process, ranging from guilt, loss of self-esteem, identification with the controller’s aggressiveness, and fear of escape to difficulty planning for the future, detachment from violent incidents, and overreaction to trivial incidents» (Okun,1988, p. 200).

Numa clara articulação entre as reações passivas e o medo do agressor, Maria, descreve-nos uma situação concreta que também se inscreve nas formas de controlo social. Assim, esta entrevistada conta-nos como foi proibida de trabalhar e como se sentia com medo e impotente perante a violência e as imposições e proibições feitas pelo marido:

«Para mim não fazer nada era o melhor... estar quieta no meu lugar e não lhe dar muitas hipóteses de fazer ou dizer nada...sabe que às vezes até já tinha medo de respirar mais alto quanto mais afrontá-lo... sentia-me frustrada, anulada [voz de choro] como ser humano...sentia-me ...impotente, a impotência de saber como transformar a minha vida ...pela situação financeira que, que não tinha saída, gosto muito de trabalhar sou

⁷⁷ A associação entre a “reação passiva” e “medo” é expressa por: $\chi^2_{(1)}=23,862$; $p<0,001$.

⁷⁸ A associação entre a “reação passiva” e “isolamento e controlo social” é expressa por: $\chi^2_{(1)}=8,995$; $p<0,001$.

capaz de desempenhar o meu trabalho, tenho boas referências mas senti-me impotente»

(Maria III, 23 anos)

A ausência de mecanismos para questionar a dominação e a violência, esvazia a capacidade das vítimas para reagir. Para elas, a sobrevivência passa pela escolha da não reacção. Esta escolha assenta numa teia complexa de apreensão do nosso contexto individual e das nossas interacções com o outro. Cooley explica-nos como a escolha da acção depende desta dinâmica entre o individual, a recolha de informação do contexto e a interacção entre agentes sociais: “In its social aspect - for all, or nearly all, our choices relate in one way or another to the social environment (...) Precisely as the conditions about us and the ideas suggested by those conditions become intricate, are we forced to think, to choose, to define the useful and the right” (Cooley, 2002:53).

Também um estudo da WHO se refere que quando as mulheres se conforma na aceitação da sua condição de vítima, mais facilmente permanecerão na relação conjugal. Num estudo comparativo entre mulheres vítimas e não vítimas que se destinava a medir o seu grau de aceitação à violência de género, a “naturalização” ou aceitação das mulheres que eram ou já tinham sido vítimas era sempre superior às mulheres não vítimas. Perante este dado os autores do estudo concluem que: «(...) women learn to “accept” violence in circumstances where they themselves are victims, or that women who see violence as “normal” are more likely to enter or remain in violent relationships» (WHO, 2013, p. 10)

A passividade das reacções das vítimas, foi também analisada por Lundgren. O autor utiliza dois conceitos relevantes para a análise do contexto em causa: *adaptation* e *internalization*. Ambos tentam traduzir os processos de naturalização da violência e alienação emocional. Lundgren explica-nos que quando sujeita às estratégias de controlo e abuso a vítima responde através da adaptação às suas exigências, numa clara tentativa de se proteger e evitar novas agressões. Esta adaptação faz, no entanto, com que a mulher mude permanentemente a sua concepção e percepção da violência. Concomitantemente, ela “internaliza” a violência, os motivos para a sua ocorrência, as exigências do agressor bem como respectivo ideal do que a sua mulher deve ser/fazer (Lundgren, 1991). Nas palavras do próprio, “the woman starts to regard herself with

his eyes” (*Idem, Ibidem*, p. 20), num processo idêntico ao que assinalamos em relação à internalização dos estereótipos de género que a mulher partilha com o agressor.

Tal como referimos na passagem do problema social à problemática sociológica, as reacções das mulheres vítimas de violência conjugal, constituem-se como um dos indicadores mais relevantes para o estudo deste fenómeno. Que continuamos a assistir a um silenciamento da violência por parte das vítimas é um dado que já salientamos, pela sua resistência, o estudo dos meandros e causas desse silenciamento pode ser a chave para o quebrar. Quanto melhor conhecermos estas “correntes” de aprisionamento e de silenciamento das mulheres, melhor conseguiremos promover a denúncia e prevenir a violência.

Capítulo V. Dinâmicas familiares: entre a (re)produção e a vitimização das famílias

A forma como o exercício da violência de género desestabiliza as vivências familiares é a temática que nos propomos analisar no capítulo que agora iniciamos. A família que transmite valores, modelos, ideais de género, de conjugalidade, de mulher/companheira e mãe, será analisada através das interações com as mulheres vitimizadas. As mulheres, votadas ao isolamento e permanente controlo social, assistem ao progressivo afastamento das famílias que, muitas vezes, esgotam a capacidade para ajudar na ruptura. Veremos como as famílias são também elas vitimizadas e como reagem nesses contextos.

As crianças, os filhos do casal são os “filhos da violência”: na maior parte das vezes expostos a eles, também ele instrumentalizados pelo agressor para intimidar as vítimas, serão analisadas em dois dos pontos do presente capítulo. Em primeiro lugar analisar-se-á a exposição directa às agressões e como, em muitos casos, são também eles violentados. A sua exposição à violência faz deles intervenientes directos de um contexto com claras implicações na sua saúde física, psicológica e para o seu e desenvolvimento pessoal.

5.1. As famílias das vítimas nos meandros da violência

A centralidade da família no contexto da violência de género é incontornável. Suzanne Steinmetz e Murray Straus aplicavam-na de "berço da violência" (1970)⁷⁹. Gelles, numa obra intitulada *The Violent Home*, escrevia que “Not only does the family expose individuals to violence and techniques of violence (...) the family teaches approval of the violence” (1972, p. 171). Neste sentido, um apoio à ruptura de uma relação conjugal violenta não é, ao contrário do que se poderia pensar à primeira vista, algo garantido, uma vez que, como veremos, nem todos os casos se pautam por um apoio familiar à ruptura. Mas nos casos em que a família não se constitui como suporte à decisão da ruptura, tentaremos demonstrar como essa falta de apoio pode ser

⁷⁹ Reunião em 1970 da National Council on Family Relations.

bloqueado pelas concepções e arquétipos de género predominantes no seio das famílias em análise. No contexto da violência de género a importância do elo familiar será por nós abordado em 3 níveis: existência de situações de violência doméstica entre os pais da vítima; importância da família para a manutenção da relação conjugal (através da pressão para a manutenção suportado pelas concepções de género das famílias) e, num cenário oposto a este, a importância da família para a ajuda efectiva na ruptura.

Heggie (1986), concluiu que 84% das famílias das mulheres vítimas de violência doméstica tinha conhecimento da sua ocorrência e que as vítimas tinham maiores probabilidades de voltar para o agressor quando percebiam que os seus familiares as apoiavam na decisão de voltar para o agressor. Desta forma, quando as famílias revelam tolerância à relação violenta, a probabilidade das vítimas permanecerem mais tempo nas relações é maior. Em sentido inverso, quando a família apoia ou incentiva a ruptura, o tempo de permanência na relação violenta diminui.

Mas de acordo com a hipótese que estabelece que os entraves familiares ao apoio à ruptura são suportados pelos papéis e estereótipos de género das famílias das vítimas, começaremos por reflectir sobre a transmissão intra-geracional dos papéis de género. E porque falamos de transmissão de papéis de estereótipos de género tentaremos, igualmente perceber quais as concepções de género nas quais as mulheres entrevistadas se movem e qual o papel das famílias na transmissão desses valores relacionados com o feminino e masculino.

5.1.1. A transmissão intra-geracional dos papéis de género e a violência entre os pais

As consequências da violência de género têm reflexo (in) directo no quotidiano das famílias das vítimas. É com a família que muitas das entrevistadas referem ter desabafado e, pode ser ela o principal suporte e apoio à decisão: romper ou manter o ciclo de violência. Mas a família é, também, a principal (re) produtora de valores, símbolos, normas, papéis e estereótipos de género, transmitidos e partilhados ao longo de gerações. Descartes escrevia que «Os preconceitos da nossa infância são a causa primeira e principal dos nossos erros» (2005, p. 233). Ora, na análise que se

segue, tentaremos perceber o impacto desses «preconceitos de infância», assimilados por via da socialização familiar, na vida conjugal das entrevistadas. Pretendemos, então, discutir se os arquétipos, concepções e referenciais de género herdados, tiveram influência na dinâmica da própria relação conjugal e, em última instância, se tal se reflectiu na manutenção da relação. Nesse sentido, inquirimos as entrevistadas sobre os modelos de referência sobre o casamento ou relações conjugais transmitidos em ambiente familiar. A Análise de Conteúdo releva que foram feitas 158 referências aos pais como transmissores de modelos de género assimétricos entre homens e mulheres, com claro reflexo nas concepções e arquétipos mais tradicionais sobre o masculino e o feminino. Concomitantemente, apenas 5 das 30 entrevistadas não reconheceu importância às concepções de género passadas pelos seus pais.

Foi, sobretudo, interessante verificar que nos seus discursos as mulheres conferiram maior protagonismo ao papel da mãe na transmissão destes valores relacionados com os modelos de género, sobretudo no que se refere ao papel social da mulher, esposa, mãe e dona de casa. Kaufmann, que se debruçou sobre a importância das mães nos percursos femininos e nas suas concepções dos papéis sociais reservados ao masculino e feminino, destacava os «modelos de imitação e de reprodução bastante fiéis de uma geração para a outra». O autor escreve ainda que apesar de vivermos em tempos de modernidade que se pautam pelo seu «aspecto multifacetado», tal não deve «disfarçar o facto dos modelos de imitação e reprodução dos papéis sociais de género conservarem toda a sua eficácia (*Idem*, 2000, p. 31).

No espectro das responsabilidades e atributos da competência feminina, encontramos como principal responsabilidade a esfera doméstica: o cuidar dos filhos e do marido/companheiro, preservar a família como núcleo coeso e esteio de uma sociedade onde a ordem social depende muito do ideal normativo mas “romantizado” da família unida, que protege e trata os elementos que a constituem. Assim, à mulher cabe a tarefa de manter a família, fruto de um dos principais atributos do feminino como referia Bourdieu «afastadas do universo das coisas sérias, dos afazeres públicos, e muito especialmente dos económicos, as mulheres permaneceram por muito tempo confinadas no universo doméstico e nas actividades associadas à reprodução biológica e social da linhagem (...) É assim que uma parte muito importante do trabalho doméstico que incube às mulheres tem ainda hoje por fim, em numerosos meios,

manter a solidariedade e a integração da família alimentando as relações de parentesco» (*Idem*, 1998, p. 84).

Para Torres, algumas mulheres assumem a conjugalidade como «destino social (...) o bem-estar pessoal está ligado sobretudo à sobrevivência do casamento» (1997, p. 182). Desta forma, o imperativo social, herdado, da manutenção da conjugalidade e o papel da mulher como a sua principal defensora, encontra expressão em muitos dos depoimentos seleccionados para este ponto. Cabia-nos então perceber quais os ideais e referenciais relacionados com o arquétipo do feminino que foram herdados e, sobretudo, se estes modelos se manifestavam nos discursos e, em última análise, se são uma das causas da manutenção da relação.

Catarina foi educada de acordo com um modelo assimétrico de poder entre homens e mulheres. Hoje, afasta-se do modelo tradicional que a sua mãe lhe transmitiu e que encarava a desigualdade entre homens e mulheres como uma verdade absoluta, algo em que outrora acreditou. Essas concepções, baseadas em assimetrias de poder entre homens e mulheres é, hoje, algo que Catarina recusa transmitir às suas filhas:

«Mesmo...é assim, é uma coisa que eu posso dizer que não vou ensinar às minhas filhas, não é porque acho que está mal mas já passou aquele tempo porque é assim, já passou aquele tempo de ser muito conservador, aquela coisa de sermos que temos sempre que conhecer os homens, aquilo que o homem diz é regra e aquilo, e eu acho que esses tempos já passaram, acho que esses tempos já passaram. Eu não estou a dizer que culpo a minha mãe por me ensinar essas coisas, ela ensinou-me aquilo que achava que era o correto e talvez o melhor para eu vingar na vida...»

(Catarina, 29 anos)

Desconstruindo os discursos, conseguimos perceber que a transmissão dos valores das mães para filhas, incidiam, especialmente, nos modos de ser boa mãe e boa mulher/companheira. Esta passagem dos modelos e valores normativos do género associados ao feminino é descrita por Vaquinhas como o modelo da «mulher dona de

casa, encarregada da esfera privada e pilar espiritual da família; o homem, centrado na esfera pública e provedor do material do lar (...) aquele que chefia a família e assegura o sustento, mediatizado pela mulher, sua companheira obediente e submissa, cuja principal tarefa consistia em cuidar da casa» (Idem, Ibidem, p. 128).

Nesse sentido, colocamos como essencial as identificações dos referenciais de género de cada entrevistada: como se auto-avaliam, como caracterizam o seu “desempenho” de acordo com os seus modelos de socialização. Esta análise permitir-nos-á compreender a maior ou menor similitude com os modelos de género dominantes nas famílias. Neste trabalho o indicador de análise “alusões a factores relacionados com o cumprimento tradicional dos papéis de géneros/referências ao bom desempenho no cuidado do lar” foi detectada 197 (mais vezes do que as referências aos valores e papeis de género baseados em modelos de poder assimétrico entre homens e mulheres passados pelos pais). De resto, a pergunta foi delineada para perceber que elementos as próprias entrevistadas escolhiam, livremente, destacar no que respeita aos papéis de género. Vejamos por isso alguns depoimentos demonstrativos da importância conferida ao cuidar da casa, dos filhos e do marido/companheiro:

Entrevistadora: *«Apesar de tudo o que passou nessa relação como avalia o seu papel de companheira/esposa?»*

Entrevistada: *Sinto, porque tinha a roupa dele sempre pronta, lavada, passada a ferro e no guarda-fatos. Senti que...comida feita, mesa posta, não deixar que lhe faltasse nada nem a ele nem à filha. Sim, acho que me senti, pronto que cumpri o meu papel de mulher, de empregada, porque eu hoje sinto-me empregada»*

(Deolinda, 48 anos)

Deolinda reconhece, hoje, que se moveu num cenário que a coagiu a mover-se apenas no espaço doméstico onde a sua função de esposa era assente na prestação de funções de cuidado do lar. Joana, por sua vez, descreve uma situação em que se sentiu ameaçada na sua concepção dos papéis de género. Esta declaração evidencia a forma como os estereótipos de género são assimilados e das formas como se manifestam

muitas vezes sem que quem as profere se dê conta. Assim, esta entrevistada conta-nos como se sentiu "revoltada" pelo facto do seu marido ter pedido à filha de ambos para fazer determinadas tarefas do foro doméstico que, entendia ela, seriam da sua própria responsabilidade:

«Depois no outro dia, houve logo outra discussão, o que é que ele fez? Em vez de me vir pedir a mim por exemplo para lhe ir mudar a cama ou para lhe ir lavar a roupa, porque eu não preciso que ele me peça, eu tenho olhos na cara eu ia. Ou para fazer qualquer coisa, qualquer favor, sei lá, pagar o seguro do carro, ia pedir à filha. ... E eu senti-me, também revoltada. Então quer dizer, eu é que sou a mulher dele, e ele vai pedir à filha?! E eu não admiti isso. Numa noite chegou a casa e eu perguntei-lhe “por que é que tu foste pedir à tua filha para ir pagar o seguro da carrinha e não me pediste a mim?” e ele disse logo “Ah eu quero é que tu...” pronto, aquelas asneiras»

(Joana, 45 anos)

A proximidade da mulher com o lar e as tarefas domésticas, o que Hochschild apelida de *Second Shift*, parece ser uma realidade perene: a ideia da mulher como “fada do lar” e mãe extremosa não definhou embora tenhamos assistido a mudanças, como salientam alguns autores (Giddens, 1996; Kaufmann, 2002; Torres, 1992, 2011; Wall, 2000; Aboim 2006). Estas alterações não são contudo suficientes para ignorarmos a importância dos referenciais de género transmitidos intra-geracionalmente. Sofia, por exemplo, tem 35 anos e vejamos como ela descreve a sua relação no dia-a-dia com o seu companheiro:

«Apesar de violência que havia eu nunca deixei de ter almoço e jantar pronto a tempo e horas, nunca deixei de ter a roupa dele arranjada mesmo sabendo que ele saía e ia para onde é que ia com quem ia e acho que de mim também ele nunca teve razões para desconfiar, nunca teve razões para nada e acho que ele era injusto.»

Atentemos que a declaração anterior parece relacionar o cumprimento dos papéis de gênero com a “injustiça” do exercício da violência. A entrevistada cumpriu naquilo que entende ser o “dever” de uma mulher e por isso não consegue vislumbrar as razões da violência. Este depoimento alerta para os processos de «controle que ela [a mulher] exerce sobre a gestão da família- desde os cuidados e acompanhamento da criança à execução e organização das tarefas domésticas – e, portanto uma divisão sexual do trabalho amplamente diferenciada e assimétrica» (Rosa, 2013, p. 137). A assimilação do primado da ideologia patriarcal que reserva a gestão da esfera da casa e da família à mulher, libertando o homem para o domínio da esfera pública, pode ser identificada nalguns dos trechos das entrevistas aplicadas.

Entendemos que os discursos das entrevistadas, revelam concepções tradicionais dos estereótipos de gênero e como, muitas vezes, assumem com “naturalidade” a sua responsabilidade perante a esfera doméstica.

A transmissão entre mães e filhas de valores relacionados com estereótipos femininos é justificada sobretudo pela capacidade para manter o lar coeso. Essa coesão é conseguida através da manutenção da relação conjugal, base da identidade feminina, em claro contraste com a representação social do masculino que incentiva à autonomia e valorização individual: *«Girls are often socialized to define themselves in the context of relationships with others and to base their self-value on how well they form and maintain relationships (...) boys, in contrast, are socialized to independence and to define and value themselves by their personal achievements»* (Baum, 2007, p. 50).

Torres, descreve as «contradições e armadilhas» que as mulheres enfrentam na sua socialização, sobretudo ao nível da sua interação com o gênero masculino. Esta «armadilha do paradoxo» assenta na ideia da “domesticidade-glamour” onde «Por um lado, elas têm de interessar sexual e eroticamente o homem, desde que escolhem e são escolhidas, até ao decurso do casamento, em que devem esforçar-se por conservar os maridos. Mas, ao mesmo tempo, têm de revelar recato, conformismo, competências maternas. (...) Elas dependem do favor pessoal dos homens e isso afasta-as completamente dos sonhos de identificação com a mãe, quando julgaram que para serem felizes bastava copiar o seu papel. Chegam a sentir-se enganadas e

podem também, desenvolver ambivalências em relação ao futuro papel materno» (Torres, *ibidem*, p. 72).

Ana não consegue evitar analisar o seu percurso em paralelo com o da sua mãe, também no que concerne a uma experiência de violência conjugal vivida por ambas. No seu discurso salienta como o seu parceiro revelou ter semelhanças com o seu pai, sobretudo ao nível da prática da violência:

Entrevistadora: *Como é que era a relação dos seus pais? Lembra-se ou sabe?*

Entrevistada: *Sei. A relação dos meus pais ainda hoje é de violência. Uma relação que...costuma-se dizer que as filhas procuram no companheiro...sim, costuma-se dizer isso, pelo menos lá para cima costuma-se dizer isso. Eu não, com o pai do João não foi com essa intenção, mas realmente calhou-me um homem praticamente igual ao meu pai»*

(Ana, 27 anos)

As palavras de Ana ilustram assim o que vários estudos de cariz sociológico nos mostram, que o espaço da família é “frequentemente aquele onde actos de violência são mais perpetrados. Este contexto social e psicoafectivo, em que a relação dos actores sociais é intensa, surge assim no centro da discussão do problema da violência, tanto pela via das causas, como dos efeitos” (Lisboa *et al.*, 2006, p. 68). Era por isso importante analisar a natureza da relação conjugal entre os pais. Concluímos que quase metade das entrevistadas tinha experiência com a violência doméstica já desde a infância: de entre as 30 entrevistadas, 14 descreveram como a mãe tinha sido vítima de violência. As referências encontradas na Análise de Conteúdo no indicador de análise “Mãe sofreu de violência doméstica”, contabilizaram 114 ocorrências.

Embora aceitemos que o espaço da casa, seio da convivência familiar, como o cerne da violência de género, não existem estudos que afirmem com fidedignidade qualquer tipo de causalidade entre a vivência de situações de violência na infância a perpetuação nas futuras relações amorosas. Mas também não podemos deixar de conferir importância à sua menção. Nalguns casos, eram as próprias mães que reconheciam os sinais de perigo para as suas filhas e, de acordo com a sua experiência

de violência, tentavam alertar as suas filhas para o que consideravam que as poderia esperar. Nesse sentido, Margarida descreve a reacção da mãe quando lhe contou que se iria casar:

“A minha mãe diz que a partir do momento que entrou da porta para dentro o meu pai disse: a partir daqui não sais mais daqui hoje. Não vais mais sair com os teus pais, não vais mais nada.” E a minha mãe disse assim “Porra, avisaram-me” é verdade. Sabe o que é que a minha mãe me disse? E tem-me dito das últimas vezes que tem falado comigo? “Não venhas já para cima sem resolves as coisas. Porque ele é predador, e aconteceu-me isto a mim, vai-te acontecer a ti igual.” Porque vai andar à tua, à tua volta, vai, vai dizer “Eu estou arrependido, e desculpa lá, e vamos fazer uma vida não sei quê, vai voltar tudo igual, porque a partir do momento que o predador, o dono, que é o marido, sabe que a pessoa está novamente ali no território dele, não sais mais».

(Margarida, 27 anos)

Mas nem sempre a família sabe ou suspeita da violência praticada, até porque muitas vezes são as próprias vítimas que, movidas por um sentimento de protecção em relação às mães já marcadas pelo próprio historial de violência, não denunciam a situação em que se encontram. Esta “protecção” em relação à família também reforça o isolamento das vítimas em relação aos seus familiares, concomitantemente reforçando a desarticulação das redes sociais das vítimas.

O afastamento entre as vítimas e as suas respectivas famílias é um dos pontos cruciais para se compreender os processos de isolamento e como esse isolamento pode concretizar uma maior probabilidade de manutenção de uma relação conjugal violenta. Cortar e/ou enfraquecer os laços entre a mulher e a sua família aumenta a capacidade do agressor dominar e controlar a vítima. Acrescendo a esta teia de complexidades, que consequência poderá ter o afastamento, propositado, das famílias das vítimas? Poderá esse afastamento ter reflexos na decisão da ruptura? Procuraremos respostas a estas perguntas no ponto seguinte.

5.1.2. A família: entre o apoio, a pressão social e o afastamento

Já nos referimos anteriormente ao afastamento das vítimas das suas redes sociais de apoio mas é incontornável nova convocação para reflectirmos sobre os motivos da manutenção da relação. Embora consideremos que nenhum aspecto, por si só, contribui isoladamente para a decisão da ruptura, e reconhecendo que nos deparamos com uma multiplicidade de factores, admitimos como hipótese que a sua concretização será facilitada quando as mulheres dispõem de suporte familiar, algo comprovado por alguns estudos (Johnson, 2005; Patton, 2003; Chung, Kennedy, O'Brian, Wendt, 2000; Heggie, 1995). Assim sendo, o isolamento ao qual o agressor sujeita a mulher é um factor crucial para condicionar uma decisão de ruptura, isto porque, quando a mulher tenta abandonar a relação, muitas vezes o afastamento da família é já uma realidade, sendo-lhe difícil recorrer à sua ajuda.

Uma das entrevistadas refere mesmo que, muitas vezes, quando as mulheres necessitam de recorrer a amigos ou à família, a distância imposta, dificilmente permite essa reaproximação:

“Muitas vezes quando as mulheres decidem que querem sair e já querem ser ajudadas, já estão isoladas de amigos, muitas vezes a própria família gosta dele, depende da família, não estou a falar, muitas vezes nem do lado da própria família elas não têm apoios nenhuns, e custa muito mesmo depois quando saem a pessoa sai das casas está sozinha, não tem raízes nem pode contactar com a família por questões de segurança...”

(Inês, 45 anos)

Mesmo quando a família apoia a ruptura, as situações de reincidência, ou seja, situações em que algumas delas voltam para o agressor, põem em risco a continuação do apoio familiar, uma situação que pode indiciar um sentimento de frustração da família em relação ao apoio e, por vezes, tem como resultado um desinvestimento no

apoio às vítimas. A ajuda prestada resulta imponente, com o regresso das mulheres para o agressor. Luana descreve-nos essa mesma situação:

«Ainda saí de casa, ainda fui para a casa do meu irmão, grávida, entrei e o meu irmão disse para ficar, mas disse-me “mas eu não quero que tu voltes para aquele homem, foste avisada, estás grávida se precisares de ajuda eu ajudo-te quando o bebé nascer”. Mas eu não... A irmã dele, do meu marido, telefonou a dizer que ele estava muito mal por causa de eu ter ido embora e não sei quê, e eu como tive muita pena, fui...

Entrevistadora: *E o seu irmão como é que reagiu depois?*

Luana: *Nunca mais entras na minha casa (choro)».*

(Luana, 53 anos)

O fenómeno da violência doméstica não é um drama apenas das vítimas. Ele estende-se às suas famílias e pode resultar em processos de desestruturação familiar, em parte, criados pela incapacidade da família ajudar as vítimas, uma vez confrontados com as situações de regresso para o agressor. Parece-nos que nestas situações A família procura no afastamento uma forma de se proteger emocionalmente de uma situação que pode manter-se durante muitos anos.

Por vezes, a reacção familiar pauta-se por uma incapacidade de lidar com a situação ou de confrontar a própria vítima, muitas vezes reflexo das concepções tradicionais de preservação da privacidade do casal. Multiplicaram-se os exemplos de famílias que não se encontravam cientes de que deveriam intervir. O modelo patriarcal perspectiva o poder do marido/companheiro sem admitir intervenções na esfera doméstica. Esta situação pode ser percepcionada pelas vítimas como falta de apoio para a saída da relação conjugal violenta:

«A minha irmã dizia: “Pois tu és parva e estás com ele, ainda por cima contas-me estas coisas e não sei que, e larga-o”. Quando discutíamos muita das vezes a minha mãe sabia pelas vizinhas, que as vizinhas depois iam contar à minha mãe por isso é que eu digo... e eu sabia que as minhas vizinhas iam contar e por isso é que eu já disse que a minha mãe sabia, os

meus pais sabiam, mas nunca não, nunca tocaram no assunto, ou nunca perguntaram o porquê é que discutíamos ou prontos, não nunca...»

(Joana, 29 anos)

Como referimos no preâmbulo deste capítulo, o apoio que a família pode conceder, ou não, para a mulher romper, deverá ser analisado à luz das concepções de género perpetuadas pelas famílias, transmitidas de pais para filhos. Nesse sentido, a sociologia adverte para a eficácia da assimilação inter-geracional dos papéis de género, para a forma como estes se manifestam, como se produzem e reproduzem e como são essenciais no desenvolvimento do quadro referencial de todos os agentes sociais das concepções da identidade masculina e feminina. A forma como esses estereótipos de arquétipos de género se relacionam como a violência é expressa por Bourdieu quando nos diz que a probabilidade da ocorrência da violência aumenta quanto maior tiver sido a assertividade com que as mulheres assimilaram os papéis de género e os subjacentes mecanismos de submissão (Bourdieu, 1999). Também Lisboa reforça esta ideia referindo que, “No caso da violência doméstica, é frequente que ocorra uma articulação entre os papéis de género com os que estão associados ao desempenho das funções familiares, nomeadamente, o do marido e de esposa. De facto, a violência doméstica pode estar relacionada com os papéis de género que se associam à vida doméstica, mas também às relações de poder que se estruturam no seio da relação conjugal” (Lisboa *et al.*, 2006, p. 133).

De acordo com a reprodução e assimilação familiar dos papéis de género, assentes em fortes desigualdades de poder segundo as quais o homem assume o papel de domínio e controlo do universo familiar, Dias (2010) remete-nos para a noção de “*doing gender*”⁸⁰, importante porque “nos levou a considerar o modo como certos

⁸⁰ “Doing Gender”, refere-se a uma rotina do quotidiano e que em cada prática ou interação social estaria presente, sendo inevitável aos indivíduos a representação de valores, atitudes e práticas associadas com o masculino ou com o feminino. O conceito de género é definido pelos autores supracitados como «(...) the activity of managing situated conduct in light of normative conceptions of attitudes and activities appropriate for one's sex category. Gender activities emerge from and bolster claims to membership in a sex category» (West e Zimmerman, 1987, p. 127). Assim, o “doing gender” significa «creating differences between girls and boys and women and men, differences that are not natural, essential, or biological. Once the differences have been constructed, they are used to reinforce the "essentialness" of gender» (*Idem, ibidem*, p. 137). Ao mesmo tempo que se “faz o género” criam-se

comportamentos agressivos contribuem para a reprodução social das relações de género (assimétricas), apesar de poderem ser considerados como comportamentos de género (masculino e feminino) supostamente normais ou naturais” (Dias, 2010:226).

Estas considerações do foro teórico permitem analisar as situações em que as mulheres vítimas são pressionadas pelas famílias a manterem a sua relação conjugal. O papel social das mulheres continua a assentar na responsabilidade pela manutenção da harmonia familiar o que poderá explicar as pressões efectivas para a manutenção das relações conjugais protagonizadas pelas suas famílias. A ruptura da conjugalidade, quando protagonizada pelas mulheres, ainda não deixou de parte todos os estigmas a ela associados. Por exemplo, o estigma da mulher divorciada ou da mulher que “abandona” o lar e o marido, continua a ter peso na identidade feminina, socializada para ser o principal bastião do cuidar, do afecto, da maternidade, em suma, o bastião da união do lar, ideologia que empurrou a mulher para a casa, como salienta Lupton «Women were represented as possessing the appropriate innate capacities – gentleness, attention to others, empathy, lack of aggression, tenderness, love – for playing this role that men did not have (...) viewed as important to maintaining home as a place of Comfort (...) This tended to position women well within the home context» (1998, p. 110).

A família, apresentando aqui um papel crucial, aconselha muitas vezes as vítimas a manterem a relação ainda que esta seja pautada por um «quotidiano de violência. Os resultados deste trabalho⁸¹ apontam precisamente neste sentido: a pressão familiar⁸² para permanecer na relação conjugal violenta foi referida 92 vezes e em apenas 10 das entrevistas não foi detectada qualquer tipo de pressão familiar para a manutenção da relação conjugal. O que significa que a maioria das entrevistadas encontrou na família mais um obstáculo à ruptura.

práticas sociais que os «membros responsáveis de uma sociedade» cumprem e que ao fazê-lo estabelecem «fundamental and enduring differences seemingly supported by the division of labor into women's and men's work and an often elaborate differentiation of feminine and masculine attitudes and behaviors that are prominent features of social organization» (*Idem, Ibidem*:128)

⁸¹ Todos os resultados que se apresentam ao longo deste capítulo, poderão ser consultados no Anexo II (da página 352 à página 355).

⁸² A pressão familiar para a manutenção da conjugalidade, será também abordada quando nos referirmos às razões dadas pelas vítimas para terem mantido o laço conjugal com o agressor.

Mas mais do que uma mera quantificação da pressão familiar para a manutenção, foi necessário perceber se essas famílias seriam as mesmas que transmitiram a estas mulheres visões estereotipadas e tradicionais dos papéis de género. Nesse sentido, encontrou-se uma associação entre a variável “Pressão familiar para aguentar a relação conjugal” com a variável “Pais com valores e papéis de género baseados em modelos de poder assimétrico entre homens e mulheres” ($R_{ij}=22,9^{83}$). Este permite-nos ultrapassar a barreira das hipóteses teóricas e considerar que, quando as concepções de género das famílias das vítimas assentam nas visões estereotipadas do género, em que ao masculino e feminino cabem atributos e responsabilidades diferentes, as pressões exercidas sobre as mulheres serão sempre para que elas não abandonem o lar, ainda que isso signifique uma perpetuação da violência.

Mas pretendíamos também perceber se a inculcação de valores relacionados com o género foram suficientemente eficazes a ponto de influenciarem as próprias concepções e papéis de género das entrevistadas. Para isso, trabalhamos com a variável que nos dava informação sobre as “Alusões ao cumprimento dos papéis de género tradicionais/referências ao bom desempenho feminino no lar”. O que encontrámos foi uma associação entre a variável acima assinalada e a variável “Pressão familiar para aguentar” ($R_{ij}=7,7^{84}$) e que consideramos comprovar como estes modelos, valores, códigos de conduta e referenciais, relacionados com os papéis sociais reservados ao masculino e ao feminino são (re)produzidos ao longo das trajectórias de vida das mulheres, num processo que se inicia nas suas socializações familiares e que se estende no tempo.

Uma entrevistada fala-nos da influência que a visão tradicional dos pais, no que se refere à diferença nos papéis de género, teve na ponderação das suas alternativas. Esta citação permite perceber como essa transmissão influenciou Lua na decisão de continuar a sua relação conjugal violenta:

⁸³ Associação entre “Pressão familiar para aguentar a relação conjugal” e “Pais com valores e papéis de género baseados em modelos de poder assimétrico entre homens e mulheres” expressa por: $\chi^2_{(1)}=522,403$; $p<0,001$.

⁸⁴ $\chi^2_{(1)}=60,036$; $p<0,001$.

«Como eu ia ser mãe e depois acho que também têm aquele pensamento também da aldeia, antigamente não era, uma mãe solteira, ui deus me livre, mesmo a minha avó e as minhas tias ainda têm esse pensamento. Mas eu por acaso também tinha este pensamento eu sempre desde miúda quando me casasse ou juntasse era para toda a vida, agora acho que é também um bocado por aí. (...) Eu acho que aguentei mais porque queria que o meu filho tivesse um pai... Os meus pais já sabiam mas a única pessoa que tocava nesse assunto era a minha irmã».

(Lua, 53 anos)

Repare-se como Lua começa por referir que hoje o ideal da conjugalidade e da família já não é igual ao da sua mãe, tias e avó, onde a figura da mãe solteira parece ser *persona non grata*, não correspondendo pois, ao referencial de mãe/mulher/companheira. No entanto, rapidamente confessa que também o seu ideal da mãe/esposa não era imaginado fora do espaço da conjugalidade. A conjugalidade, quando acontecesse, era para Lua algo para “toda a vida”: um ideal romantizado e idílico da vida em casal, muito mais presente nas mulheres do que nos homens, fruto das socializações de género (Giddens, 1997; Kaufman, 2002).

Muitas vezes, a pressão familiar, para manter a relação conjugal, é fruto da experiência das mães com a violência e das formas que foram encontrando para lidar com essa situação. As mães aconselham as suas filhas transmitindo conselhos, que lhes pareciam adequados para irem superando a violência contra elas exercida. O que as mães tentam assegurar é a correspondência das suas filhas aos padrões da vivência feminina, ainda hoje baseados no que Anne-Marie Sohn apelidava de "O estereótipo da mulher, «anjo da casa»" e que se na segunda metade do século XIX se cimentava sobretudo através da «a exaltação da «natureza» feminina e *da sacred womanhood*, é usado para definir um estatuto inferior. (...) A esfera pública é reservada ao homem, o *home, sweet home* à mulher». (Sohn, 1995, p. 117).

Vejamos o que nos conta Magda quando é inquirida sobre as características que melhor assentam à mulher/esposa e que no seu caso foram transmitidos pela mãe:

«Entrevistadora- Que ideal, que representação do que é ser mulher ou ser mãe, ou ser esposa, é que a sua mãe lhe passou?»

Magda- Olhe... não foram, não foi o melhor que ela passou e aquilo que eu presenciei também nela, na vida dela, acho que, acho que eu estou a repetir um bocado, a minha vida é um bocado a repetição da vida dela...Ela também não, não foi bem tratada pelo meu pai. A minha mãe era naquele, falava muito “ah, temos que aguentar, é assim e o casamento é para toda a vida”, e eu interiorizei isso um bocado... (...)...Olhe a minha família também dizia, muitas vezes dizia-me “então, cada um tem a sua cruz, o teu já sabes!”»

(Magda, 52 anos)

Nalguns casos, a oposição das famílias era tão forte que mesmo após a separação tiveram ainda de lidar com o afastamento e crítica da família por discordarem da ruptura. Algumas famílias dificilmente aceitaram a ruptura apesar de saberem dos contextos de violência exercida sobre a mulher. Raquel foi questionada sobre o papel que a sua mãe lhe passou sobre o que significava ser mulher e conta como a sua mãe representava as relações entre homens e mulheres e como a sua família ficou revoltada com a sua decisão:

Raquel: «Uma pessoa tem que obedecer ao marido...para a minha mãe foi um choque eu, eu sair, eu tive que sair sem me despedir da minha mãe, do meu pai, da minha filha, nem ninguém. (...) Lidaram muito mal, muito mal, tanto que ainda chegaram a ir à APAV saber onde é que eu estava, onde é que eu não estava isso tudo. Liguei para eles pelo natal e a minha mãe disse: “Ligaste-me para dar os parabéns e então, estás contente pelo que fizeste?”...Um bocado difícil...não sei...mas tento...pronto, tento não pensar muito nisso não é? gosto muito deles isso gosto não é mas...tento...sinto-me magoada...»

(Raquel, 41 anos)

Pensamos que os resultados produzidos através da análise das entrevistas realizadas nos permitiram acrescentar conhecimento novo sobre as dinâmicas relacionais entre a família e as mulheres vítimas bem como a sua importância no contexto da manutenção ou ruptura das relações. Essa dinâmica caracteriza-se pela sua complexidade e necessita, sem dúvida, de futuros aprofundamentos. Se, por um lado, temos lógicas de apoio e de “resgate” da violência a que estas mulheres estão sujeitas, por outro, temos situações em que a própria família, por via da inculcação dos papéis de género e consequentes mecanismos de poder a estes subjacentes, influenciam a vítima a manter a sua relação conjugal violenta, contribuindo para o que, por demais vezes, são longas trajetórias de vitimação.

5.2. Os Filhos: as vítimas esquecidas

Um relatório das Nações Unidas da responsabilidade da Secretary-General's study on Violence against Children, de 2006, descreve os filhos como “as vítimas esquecidas da violência praticada dentro de casa” (UN, 2006) ao mesmo tempo que refere que cerca de 275 milhões de crianças em todo o mundo estão expostas a situações de violência nas suas casas e no seio das suas famílias.

Nos Estados-Unidos, por exemplo, o último estudo sobre a exposição de crianças à violência⁸⁵ perpetrada em casa pelos pais⁸⁶, retira as seguintes conclusões:

⁸⁵ A World Health Organization define as tipologias de mau-trato contra as crianças da seguinte forma: «All forms of physical and/or emotional ill-treatment, sexual abuse, neglect or negligent treatment or commercial or other exploitation, resulting in actual or potential harm to the child's health, survival, development or dignity in the context of a relationship of responsibility, trust or power. (...) The perpetrators of child maltreatment may be: parents and other family members; caregivers; friends; acquaintances; strangers; others in authority – such as teachers, soldiers, police officers and clergy; employers; health care workers; other children. A mesma organização descreve que a violência praticada contra as crianças no espaço doméstico, o que inclui a presença durante qualquer tipo de abuso físico ou psicológico de um dos pais sobre o outro é, ainda, a forma mais oculta da violência contra as crianças dado que se passa na intimidade familiar. (WHO, 2006, p. 7)

⁸⁶ De referir, a este propósito que as Nações Unidas, através da Convention on the Rights of the Child (UNCRC) em 1989, concede às crianças o direito a serem protegidas de negligência e maus-tratos perpetrados pelos pais (Artº 19). O artigo 3º da referida convenção destaca a importância de accionar todos os meios legais, em casos de violência doméstica entre os pais, para que a intervenção seja imediata e que se tenha em consideração os melhores interesses da criança.

«These results confirm that children are exposed to unacceptable rates of violence in the home. More than 1 in 9 (11 percent) were exposed to some form of family violence in the past year, including 1 in 15 (6.6 percent) exposed to IPV between parents (or between a parent and that parent's partner). One in four children (26 percent) were exposed to at least one form of family violence during their lifetimes. Most youth exposed to family violence, including 90 percent of those exposed to IPV, saw the violence, as opposed to hearing it or other indirect forms of exposure» (U.S. Department of Justice, 2011, p. 1).

Alguns dados sobre as crianças nos meandros da violência de gênero no espaço da casa, revelam uma relação causal entre a violência praticada em casa contra a mulher e a violência contra a criança (Pagelow, 1989; Calder 2004; Hester *et al.*, 2007; Romito 2008). Os autores mostram ainda que quanto mais severa for a violência contra a mulher, mais severa será a violência praticada contra a criança (Bowker, Arbitell, and McFerron, 1988). Um da WHO, sobre a exposição das crianças à violência entre os progenitores, para além de revelar a mesma conclusão preocupante, ao mesmo tempo aponta ainda as possíveis fragilidades e condicionamentos do futuro destas crianças ⁸⁷: «Child maltreatment often occurs alongside other types of violence. For instance, child maltreatment by adults within the family is frequently found in the same settings as intimate partner violence. Maltreated children are themselves at increased risk in later life of either perpetrating or becoming the victims of multiple types of violence – including suicide, sexual violence, youth violence, intimate partner violence and child maltreatment» (WHO, 2006, p.7).

Também a exposição das crianças à violência de gênero é uma forma de desigualdade e assimetrias de poder, dado que faz parte de um legado de séculos,

⁸⁷ Muitas investigações científicas tentaram cunhar relações casuísticas entre a exposição das crianças à violência e a possibilidade de se tornarem, no futuro, agressores. Embora seja um argumento altamente controverso e que carece ainda de provas e evidências poderá haver uma forte possibilidade de tal se verificar: «Violent parents are likely to have experienced or been exposed to violence as children. Although this does not predetermine that they will be violent (and likewise, some abusive parents grew up in nonviolent homes), there is the heightened risk that a violent past will lead to a violent future» (2007, p. 86).

assente na ideia de que crianças e mulheres são propriedade do pai e marido (Gelles⁸⁸, 1988).

No contexto português, a exposição dos filhos às situações de violência foram analisadas já em vários estudos, (Lisboa, *et al.*, 2002, 2005, 2006). O estudo sobre a violência extrema participada aos Institutos de Medicina Legal (2003), dá especial enfoque a esta questão. Referem os autores que «A existência de filhos é outra dimensão importante para compreender os processos que se desenvolvem nestes contextos. Os valores obtidos não deixam margem para dúvidas: na quase totalidade dos casos, os filhos assistem às agressões (97,8% em Coimbra e 95% no Porto). É significativo que a maioria destas mulheres refira que os filhos também são vítimas de agressão (83,3% em Coimbra e 66,7% no Porto), alargando assim de uma forma expressiva o conceito de violência doméstica às crianças, que são um dos principais actores sociais vítimas deste problema» (Lisboa, Barroso e Marteleira, 2003, p. 20).

Na pesquisa empírica realizada, a centralidade dos filhos nas relações conjugais violentas é, por si só, merecedor de uma investigação autónoma. A exposição dos filhos às situações de violência revelou-se um assunto que as entrevistadas apenas referiam quando inquiridas directamente⁸⁹. A consciência de que os filhos também foram vítimas, quer directas quer indirectas, é um assunto particularmente sensível para estas mulheres, que talvez por isso tentam evitar falar desse assunto. Na totalidade das entrevistas, as crianças eram filhos biológicos da vítima e do agressor. Este facto é importante para refutar a presença do “efeito Cinderella” neste trabalho⁹⁰,

⁸⁸ O autor descreve a forma como essas assimetrias foram desenvolvidas na Inglaterra do século XIX: «The legacy of women and children as property was carried forth with laws that allowed, under certain circumstances, the chastisement and physical punishment of women and children. The expression "rule of thumb" is said to come from old English common law which stated that a husband could beat his wife with a rod no thicker than his thumb. Colonial "stubborn child laws" gave Puritan parents the right to put unruly children to death, although there is little historical evidence that such a drastic punishment was ever meted out» (1988, p. 31).

⁸⁹ Normalmente, quando as entrevistadas descreviam os actos de violência física ou psicológica, a investigadora perguntava se alguns dos filhos tinha assistido (a pergunta não foi colocada na descrição dos actos de violência de cariz sexual).

⁹⁰ Uma investigação Portuguesa intitulada, “Cinderela”: do conto de fadas à realidade (Simões, Mota, Loureiro, 2005/2006) tentou comprovar a existência do efeito Cinderela com crianças portuguesas. Numa amostra de 100 crianças mal tratadas, com processos no Instituto de Medicina Legal de Coimbra entre 2002 e 2003, com idades entre os 0-16 anos, da região centro do país, permitiu confirmar «a hipótese de Daly e Wilson (1988b), de que as crianças cujo grupo doméstico é reconstituído são os principais alvos de maus-tratos e abusos. As famílias em que está presente um elemento não

Este efeito, apelidado por Daly e Wilson, foi usado para descrever a hostilidade de madrastas e padrastos para com os enteados (popularizado na história de Cinderela). Utilizando esta analogia, os autores pretendiam destacar que a ocorrência de violência sobre a criança é muito superior em famílias nas quais apenas um dos progenitores era o biológico, apontando os pai(s) não biológicos como potenciais agressores. Assim, não havendo laço de sangue, não existem paralelamente, ferramentas ou «mecanismos inibitórios da agressividade entre indivíduos não aparentados, como os que existem entre parentes» (Simões, Mota, Loureiro, 2006, p. 119). Baseados em conclusões empíricas, o trabalho efectuado permitiu aos autores revelar que «Children of the marital union enhance husband-wife solidarity and reduce the risk of divorce, compared with children of former mates who are often a source of conflict» (Dobash e Dobash, 1998, p. 224).

A inquirição directa sobre a presença dos filhos durante os actos de violência revelou que estes presenciavam mais os actos de violência física, perpetrados contra as mães, do que a violência psicológica. Esta conclusão é adensada pela existência de associação entre a variável “filhos assistiram e/ou foram vítimas” e a variável “violência física”⁹¹ (praticada contra a mãe)” ($R_{ij}=9,3^{92}$). Por 347 vezes, as entrevistadas nos descreveram como os seus filhos estiveram expostos à violência, quer como vítimas directas dos abusos quer como espectadores. 28 das 30 mulheres confessaram que os filhos assistiram à violência e também foram vítimas⁹³

A violência exercida contra as mulheres, quando presenciada pelos filhos, pode rapidamente fazer dos filhos vítimas directas das agressões, como nos ilustra uma das entrevistadas:

aparentado (padrasto ou madrasta) têm uma maior incidência de violência do que aquelas onde ambos os elementos são pais biológicos. Segundo a hipótese evolutiva, tal deve-se ao facto de o investimento parental depender do grau de parentesco entre adultos e crianças. Contudo, a violência em famílias reconstruídas é principalmente atribuída aos homens, independentemente de serem padrastos ou pais. Deste modo, a explicação para este comportamento pode residir tanto na presença directa do padrasto, como na ausência ou negligência dos cuidados parentais de protecção da criança» (*Idem*, p. 127).

⁹¹ Como veremos, muitas vezes em tentativas de proteger as mães, os filhos acabam por ser alvo de ataques físicos.

⁹² $\chi^2_{(18)}=87,375$; $p<0,001$.

⁹³ Apenas 1 das entrevistadas referiu que nunca viu os seus filhos serem agredidos e que nunca presenciar as situações de violência. A outra entrevistada, não tinha filhos.

«Uma vez a minha filha era pequenina viu ele bater-me e começou a chorar muito e meteu-se no meio de nós os dois, deu um safanão à filha – há coisas que a gente quer esquecer e não esquece – a minha filha foi assim para trás e bateu com a cabeça na parede, chorou, chorou, chorou, eu fui logo pôr-lhe gelo na cabeça e tudo e ele quando acontecia isso, quando tocava à filha saía logo porta fora».

(Luana, 53 anos)

Se separarmos as situações em que os filhos foram vítimas e as situações em que apenas presenciaram as agressões às mães, a Análise de Conteúdo revela que o segundo cenário é o mais frequente. Mas como já referimos, esta foi uma situação que as entrevistadas evitavam falar o que nos coloca a hipótese que a violência exercida sobre os filhos, atinja uma frequência muito mais elevada. Ao invés, as reacções dos filhos, ao presenciarem a violência, foi alvo de maior enfoque por parte das entrevistas, sucedendo-se os relatos da sua ocorrência:

«Quando me bateu eu desmaiei e quando acordei estavam as minhas filhas a chorar, aterrorizadas aos gritos porque não foi propriamente, também porque certamente porque eu desmaiei mas ele deu-me uma bofetada que me apanhou esta parte foi por causa disso é que eu desmaiei, apanhou-me a parte da fonte, conforme eu caio só me lembro das meninas gritarem...»

(Sónia, 25 anos)

A exposição dos filho(a)s às situações de violência, constitui-se desde logo como um acto de violência psicológica e emocional sobre eles. Mas, nalguns casos, esse abuso atingia proporções mais graves: o agressor impedia os filhos de prestar auxílio à mãe após agressões. Uma das entrevistadas revela como o seu companheiro fazia questão que as crianças assistissem aos actos de violência, sendo, neste caso, propositada a exposição à violência, estratégia comum de humilhação usada pelos agressores (MacGee, 1994):

«Assistiram a tudo, ele até faia, fazia mesmo de propósito para chamar a minha filha mais velha para dizer-lhe, dizer-lhe “a tua mãe é assim é assado”, então a chamar nomes, mas mesmo chamava, ele para ele era mesmo e depois dizia “filha, se tu alguma vez fizeres aquilo que a tua mãe está a fazer-me a mim eu mato-te”, dizer à criança, como é que uma criança não há-de ficar com medo?»

(Catarina, 44 anos)

Estes trechos, replicam uma das principais conclusões de um estudo sobre as crianças expostas à violência conjugal onde os autores revelam que «The most common way in which children had been made parties to the abuse involved men deliberately and systematically forcing them to witness the abuse and/or compelling them to listen to accusations about, and the demeaning of, their mothers» (Mullender *et al.*, 2002, p. 162).

«Eu prefiro levar mil vezes como levei do que falar aquilo que ele fez, que ele começou-me a chamar caixote do lixo, agarrou no caixote do lixo e despejou em cima de mim e ele disse aos meninos, quando vocês quiserem mandar lixo mandem para cima da mãe, e o meu Daniel e o meu Gabriel, como eram pequeninos [voz de choro] ... E o meu Daniel assim “então mas o lixo não é para pôr aí é para pôr dentro do caixote do lixo e o e o Paulo era assim “então mas a mãe é um caixote do lixo”, “não é minha mãe” ele assim “então mas mandas o lixo que a mãe gosta de levar com o lixo” e ele agarrou no lixo e começou-me a mandar e eu aí fiquei...»

(Teresa, 35 anos)

Mesmo nas situações em que as crianças não presenciaram, a exposição à violência era já tão frequente que elas percebiam quando os actos eram perpetrados. Após uma tentativa de ruptura com posterior regresso para o agressor, Joana II foi, novamente, agredida. Posteriormente, o seu filho questiona a mãe sobre a situação:

«Entretanto eu regressei, nesse período até eu sair novamente, não nesse dia em que eu saí propriamente mas uns dias antes tinha havido uma situação que ele deu-me um murro aqui de lado e na hora fiquei sem conseguir respirar e o menino não viu mas... Perguntou-me o que é que eu tinha, porque eu estava cheia de dores. E ele perguntou e eu “ eu não sei filho, a mãe doí-lhe aqui” mas não disse, e ele na altura disse “foi o pai, mãe, não foi?” e eu disse “não filho” e ele disse “oh mãe, faz os sacos e vamos para aquela casa em que tivemos...”»

O papel dos filhos no contexto da violência de género praticada no seio da família revelou alguns dados que não devemos ignorar para melhor compreender a violência conjugal, nomeadamente ao nível da motivação para a acção. Iremos explorar esta dimensão quando abordarmos os momentos da ruptura conjugal, mas entretanto, teceremos breves considerações sobre esta questão uma vez que e de acordo com os nossos dados os filhos têm influência na decisão da ruptura⁹⁴. Essa influência exerce-se das mais diversas formas: ora questionando as mães sobre as mazelas visíveis, ora questionando a sua passividade ou até através de comportamentos e sinais preocupantes e indicativos de saúde física ou psicológica débil. Alguns estudos revelam como todos os contornos da violência conjugal, até os

⁹⁴ Ainda assim, em nove dos trinta casos estudados, a posição dos filhos após a ruptura foi contraditória. Se, como assinalamos, são os filhos a incentivar a saída da mãe, posteriormente (especialmente nas situações em que os filhos tinham mais de 16 anos), manifestaram revolta com esse mesmo abandono. Muitas destas mulheres ao pedirem ajuda, tiveram de deixar os filhos com o agressor (umas vezes por decisão própria, outras por vontade manifestada pelos mesmos em ficar em casa). Luana foi um desses casos: «Entrevistadora- E o seu filho está com ele? O meu filho ficou com ele, porque o meu filho não me perdoa, não me perdoa... Quando foi o divórcio, o advogado disse que ia pedir uma pensão derivado a eu ter ficado sozinha e não ter apoio sem ser aqui da associação, eu vou ter que sair daqui um dia, ele vai ter que me dar uma pensão. Agora veio o advogado da queixa-crime “o seu marido vai ter de a indemnizar, por ter armas em casa e por a senhora andar na psiquiatria há já uma quantidade de anos, vai ter de ser indemnizada”. Ele já recebeu uma carta, já me telefonou o meu filho, ele não me diz nada a mim, é tudo aos filhos, está a ver? Está a tentar pôr os filhos contra mim. Ele ficou calado, não disse nada, mas chegou a casa e foi dizer ao filho “a tua mãe vê lá, foi pedir uma pensão está-me só a tirar dinheiro”, o meu filho telefona-me “mas o que é que tu estás a fazer ao pai, queres que ele fique na falência? Como é que queres que eu viva? Não te esqueças que é o pai que me está a ajudar... O meu filho então diz-me que eu é que sou a culpada “tu é que és a culpada, não saíesses de casa, resolvias as coisas de outra não saías assim de casa sem dizer nada a ninguém” “Oh Tiago se eu te dissesse que ia sair de casa o que é que tu fazias?” “claro que não te deixava, não é?!” “então tive de fazer assim” “não tinhas nada de fazer assim, nunca mais te perdoo por teres feito isso”.

gritos entre o pai e mãe são um tipo de abuso é fundamental e deve ser visto como mais uma forma da prática de abuso psicológico sobre as crianças: «Though less commonly recognized as domestic violence than physical attacks, and harder to take action against through the police and the courts, men's emotional abuse and verbal denigration of their mothers are as frightening for children as they are intolerable for women» (Mullender, Hague, Imam, Kelly, Malos e Regan, 2002, p. 183).

O que os depoimentos revelam é que estas e outras crianças são os descendentes directos da violência conjugal. É por isso, premente a protecção das crianças dos contextos de violência tanto das que presenciam a violência como daqueles que são, também, vítimas do abuso. Nesse capítulo há, ainda, muito a fazer. Apesar dos compromissos nacionais e internacionais assumidos por inúmeros governos, o relatório das Nações Unidas, *Report on Violence Against Children* (2006) denunciou que muitos desses compromissos e esforços contratam, na maioria dos casos, com o pouco investimento ao nível da adopção de políticas públicas eficazes, sobretudo nos casos de violência doméstica.

Sob o risco de perpetuarmos o acto de silenciar a violência contra a criança, tal como acontecia no passado em relação às mulheres sob o epíteto “entre marido e mulher não metas a colher”, devemos reflectir sobre as consequências inevitáveis da exposição das crianças à violência, até porque o seu futuro poderá encontrar-se hipotecado se não actuarmos no sentido da prevenção da violência.

Embora não seja um dos objectivos deste trabalho, somos obrigados a questionar se o impacto da violência que presenciam e de que são vítimas, não poderá ir muito para além do período da infância destes jovens. Seria importante que o campo da sociologia e de outras Ciências Sociais explorasse melhor os cenários de potenciais perpetuações da violência nas suas futuras relações e/ou interacções sociais. Estarão estas situações a condicionar o futuro destes jovens, crianças, filhos e filhas? Estaremos a hipotecar o futuro das próximas gerações? Deixamos pela acuidade que lhe reconhecemos, estas questões em aberto. Talvez possam enformar outros trabalhos de investigação.

5.2.1. Consequências da exposição à violência (saúde física e psicológica)

A exposição das crianças à violência é considerada um dos factores fundamentais geradores de problemas e desequilíbrios para a sua saúde e bem-estar. É essa percepção que alerta as mulheres, com maior assertividade, para a necessidade de abandonarem a relação conjugal violenta (a explorar). As crianças são sujeitos activos nas dinâmicas da violência de género, sobretudo quando são vítimas directas do que Kelly apelida de ‘double level of intentionality’, definida por «an act directed against one individual is at the same time intended to affect another or others» (1994, p. 47).

A lista de consequências, demonstradas em filhos vítimas directas ou indirecta da violência doméstica é extensa. Um dos estudos de referência mundial a este nível elabora alguns sobretudo ao nível da saúde física e psicológica: «the emotional and psychological impact of both direct and indirect abuse, including fear, distress, guilt, embarrassment, confusion, hate, depression, loss of self-esteem, self-confidence and self-respect, disturbed sleep (wakefulness, nightmares), bedwetting and eating disorders, behavioral changes (whether clinginess or aggression), impact on school attendance or performance and disrupted schooling, leaving home very young or being thrown out the lasting memories (or emotionally blocking them out) and continuing impact» (Mullender, *et al.*, 2006, p. 14).

Muitos dos sintomas acima descritos foram identificados durante o trabalho de campo com as entrevistadas. Estes sintomas iniciam-se durante a relação conjugal dos pais, mantendo-se até depois da separação. Era, por isso expectável a associação que encontramos entre a variável “filhos eram vítimas e/ou assistiam à violência” e a variável “consequências ao nível da saúde física ou psicológica dos filhos”: ($R_{ij}=16,4^{95}$). Isoladamente, a variável “consequências na saúde física ou psicológica dos filhos” foi referida por 193 vezes, o que por si só constitui um dado importante para percebermos os efeitos nefastos no crescimento, desenvolvimento e bem-estar físico e psicológico destas crianças. Apenas 10 das mulheres que colaboraram com este trabalho, não assinalaram nenhuma consequência a nível da saúde física ou psicológica

⁹⁵ Associação entre filhos eram vítimas e/ou assistiam à violência” e a variável “consequências ao nível da saúde física ou psicológica dos filhos”, expressa por: $\chi^2_{(18)}=270,092$; $p<0,001$.

dos seus filhos. Estes resultados parecem estar em concordância com as conclusões de outros autores (McGee, 1997; Silvern and Kaersvang, 1989), que apontam para os traumas e danos psicológicos demonstrados pelas crianças, mesmo nos casos em que elas foram apenas espectadores da violência.

Os problemas de ordem psicológica ou física podem manifestar-se nas crianças das mais variadas formas (Lisboa *et al.*, 2006): abandono escolar ou fraco desempenho, isolamento, dificuldades em interagir com outros, falta de concentração, dificuldade em dormir, pesadelos recorrentes, entre outros são sintomas manifestados e que têm como origem a sua exposição à violência: «Many children also talked about problems in sleeping, either lying awake for hours or being woken from sleep by shouting and screaming. This, in turn, had caused headaches or problems in concentrating at school the next day. The two other major tolls on children that mothers reported were interruptions in education and more serious psychological and health effects such as speech and language problems, developmental delays and learning difficulties» (Hagemann-White, 2006, p. 110).

Em paralelo com as conclusões dos autores supracitados, uma entrevistada descreve como um dos filhos ficou com problemas de aprendizagem como consequência da exposição à violência:

«Ele não falava muito no pai, queria, não sei quê. Mas pronto, isso não... Nunca aconteceu. Os anos foram passando e na escola comecei a ver que ela não tem capacidade de uma pessoa normal. De uma criança normal, não é de uma pessoa, de uma criança normal, e neste momento está, portanto, tudo o que ela tem, o problema que ela tem psicológico é a nível emocional»

(Viviane, 34 anos)

Os efeitos da filha de Maria III começaram a manifestar-se na escola. Uma boa aluna cujas notas subitamente começaram a cair. Juntamente com esse indicador, as professoras e auxiliares começaram a reparar no comportamento, pouco habitual na criança:

«Só depois percebi, quando o mal já estava feito, como isto é traumatizante para os filhos sabe? ...isto é uma coisa muito difícil, em que ela está a comer e me alertam que a menina, e eu estava sempre preocupada que ela comia mal e ela punha-se assim no refeitório, para comer punha as mãos na cabeça, e ela começou a dizer, a reparar mais, porque eu também, também disse que havia problemas em casa, também divulguei...mas o comportamento dela mudou muito muito...»

Tal como dissemos anteriormente, os traumas psicológicos para as crianças, continuam a ser experienciados muito após a separação dos pais e manifestam-se, por exemplo, com pesadelos e dificuldade em dormir. Muitos dos filhos das entrevistadas manifestaram problemas em adormecer e sobretudo em dormir no escuro. Catarina descreve como as suas filhas acordavam durante a noite com pesadelos:

«Acordam no meio da noite a dizer “mãe, estás aqui?”, mesmo no escuro- elas não gostam de dormir no escuro porque dizem que assim não vêem o que se está a passar- a dizer “mãe, estás aqui?”. Às vezes... muitas vezes acordam e dizem: “oh mãe, eu sonhei que o pai batia-te, o pai batia-te”...»

As consequências da violência e os seus efeitos sobre as crianças, parece-nos que deverão ser alvo de investigações autónomas. Muitos desses efeitos poderão ser de difícil quantificação mas, inequivocamente, carecem de abordagens mais específicas cujo propósito mais seja produzir conhecimento para melhor agir, para os proteger, como alude Lisboa: “Quer pela vitimação, quer por assistirem enquanto crianças a actos de violência, estas mulheres inscrevem-se em trajectórias de conduta muitas vezes aprendidas de geração em geração. Muitos dos seus filhos que hoje assistem ou são agredidos poderão ser amanhã vítimas ou agressores. Isto porque, mesmo que a criança não sofra directamente os maus-tratos, sofre os transtornos emocionais resultantes do clima de instabilidade que emerge da relação entre os pais.

Assim, a banalização da violência enquanto elemento de socialização revela-se um terreno fértil à sua reprodução” (Lisboa, 2003, p. 20).

Os filhos serão sempre testemunhas da violência, mesmo nos casos em que existe a percepção de que eles não assistem, a distância física dos actos de violência não é suficiente para os afastar do epicentro do flagelo da violência doméstica: «The concept of witnessing is easily associated with being a distant eye witness. This is a misrepresentation of children’s position (...) They can be in the next room or in the same room with their eyes shut. They may not see the violence, but they hear it. They can experience violence after the fact through marks on their mother or on the furniture. (Stark, 2012, p. 173).

Capítulo VI. Da manutenção à ruptura da conjugalidade

Importa-nos, no presente capítulo, analisar as causas apresentadas pelas principais intervenientes, para a manutenção da relação conjugal. Para tal, concentrar-nos-emos a análise dos discursos das mulheres que connosco colaboraram. Veremos como a prática da violência através do isolamento e do afastamento das redes sociais de apoio; as estratégias de perdão, mobilizadas pelo agressor quando confrontado com a saída da vítima, inibem a ruptura. Atenderemos a motivos mais “práticos” como a dependência financeira, mas também destacaremos a importância dos factores emocionais como o medo do agressor e os laços amorosos que prendiam as vítimas ao agressor.

Os filhos serão novamente abordados, desta feita para percebermos o quanto o ideal da família nuclear e a preservação da mesma continua a ser o modelo preconizado pelas mulheres entrevistadas.

A ruptura será procurada, e para isso iremos isolar os principais factores que fazem com que o momento da separação se distinga de todas as outras tentativas falhadas de abandonar a relação.

6.1. Os discursos sobre a manutenção das relações conjugais violentas

A pergunta que nos ocupará neste capítulo foi colocada às entrevistadas da seguinte forma: “porque foi ficando?” Queríamos com ela obter informação para conseguir analisar e explicar os longos períodos de conjugalidade violenta a que estas mulheres se sujeitaram em tempo de vivência das relações amorosas e afectivas que cada vez mais se caracterizam pela fraqueza, a debilidade e vulnerabilidade (Bauman, 2003), com reflexos no aumento das separações e divórcios?

Não avançaremos com modelos explicativos irrefutáveis, mas sim com as explicações e percepções dadas pelas entrevistadas avançando, de acordo com os resultados da análise estatística realizada, com hipóteses explicativas que apontam para as causas do aprisionamento nos contextos da violência conjugal. Nesse sentido,

de acordo com o planeado na metodologia, os 4 indicadores de análise da Análise de Conteúdo relacionadas com a problemática C Estados mentais: racionalidades e argumentos tornados conscientes/verbalizados (razões dadas pelas entrevistadas para a manutenção) são as seguintes: Isolamento social (não tinha para onde ir e sem ajuda família/sem condições financeiras); Esperança que algo mude/gostava do agressor; ficar para bem dos filhos e, por último, pressão familiar para aguentar.

O indicador de análise mais frequentemente referido no conjunto das entrevistas, com 223 ocorrências, foi o que se relaciona com o isolamento social e pode ser encontrado nas 30 entrevistas. Mais uma vez reforçamos que os dados estatísticos produzidos para este trabalho, não são representativos dos cenários da violência conjugal íntima. Assim, no contexto das entrevistas realizadas, o Isolamento social, cujos meandros já explorámos mas que aqui abordamos novamente enquanto razão dada pelas mulheres para a manutenção das suas relações conjugais, subdivide-se nos seguintes factores inibidores da ruptura: falta de ajuda/apoio de familiares/amigos; motivos de ordem financeira ou económica (ser financeiramente dependente do agressor) e/ou ausência de um espaço para onde ir (casa de familiares ou amigos, factor intimamente relacionado com a ausência de apoio de familiares/amigos). Em seguida, destaca-se a esperança de que algo pudesse mudar no agressor, alimentada pela ligação afectiva que prendia a vítima ao agressor, com 162 ocorrências e condicionante para a ruptura assinalada por 28 das 30 entrevistadas. A percepção de que ficar na relação era o melhor para os filhos, com 94 ocorrências e apenas ausente em 6 das entrevistas realizadas, aparece como a terceira causa mais referida e, por último, a pressão familiar para aguentar, com 92 ocorrências foi o indicador de análise menos apontado mas ainda assim foi detectado em 20 das 30 entrevistas.

Ainda que abordadas individualmente, todas estas causas, apontadas como as que melhor explicam as razões da manutenção, funcionam articuladamente, ou seja, nenhuma das causas apontadas explicará, por si só, a manutenção tal como será perceptível nas próximas páginas com as quais procuraremos dar conta da densa teia que se organiza em situações de violência.

Começaremos por analisar a causa mais apontada para a continuação da relação: isolamento social (não tinha para onde ir e sem ajuda família/sem condições financeiras).

6.1.1. Do isolamento social que reforça a manutenção

No capítulo com o qual abordamos as dinâmicas entre o agressor e a vítima, referimo-nos ao isolamento e ao controlo social. Voltaremos a ele na medida em que constituí uma das razões que aprisiona as mulheres às relações violentas tendo como objectivo precisar os condicionamentos de natureza socioeconómica que, também, se constituem-se como elemento capital para a decisão da ruptura ou permanência. A ausência de meios económicos para sustentar a saída, é, também em grande parte, um condicionamento imposto pelo agressor: o controlo social exercido estende-se ao controlo das finanças da família reforçado pelo impedimento de que a mulher trabalhe. Um estudo realizado por Warrington (2001) sobre mulheres residentes em casas-abrigo no Reino Unido convalida os cenários de isolamento já apresentados e reflecte sobre a necessidade de explorar as causas da manutenção a que chama *practical reasons*. Entre estas *razões práticas* encontra-se a falta de condições financeiras; o facto de não ter um espaço físico para onde ir; o ter falta de suporte familiar ou apoio para sair, sendo este último ponto uma clara consequência da estratégia de isolamento a que o agressor força a vítima. Neste sentido, percebemos como ela é presentânea uma vez que constitui um poderoso impedimento para a ruptura.

O isolamento social remete-nos para o exercício de poder de um cônjuge sobre o outro. Segundo Dias, o desequilíbrio no *status* entre cônjuges e, mais concretamente, a superioridade simbólica de um em relação ao outro é “tradicionalmente atribuída ao homem quer como pai, quer como marido (...) consequentemente esta inconsistência de *status* pode resultar em violência na família, quando o homem se sente ameaçado, no seu papel tradicional, pela mulher que pode possuir recursos ocupacionais e de instrução superiores ao homem. Assim, a violência pode surgir para manter a dominação” (Dias, 2010, p. 164). Para não permitir a perda

de dominação ou controlo, o agressor impõe restrições à vítima, sobretudo ao nível do corte de relação com familiares, amigos ou até ao recurso a qualquer forma de crescimento intelectual ou educacional ou profissional.

O conceito de *entrapment*, (Few e Rosen, 2005), apresenta similitude com as formas de isolamento social descritas. *Entrapment* reflete uma perceção de ausência de saída, o que culmina num estado de passividade e incapacidade de ação: "the abused woman is somehow "stuck" in her relationship and is defined typically as a decision process whereby individuals escalate their commitment to a previously chosen, though failing, course of action in order to justify or "make good" on prior investments (...) If she perceives that she has no control, then learned helplessness many prevent leaving" (*Idem, Ibidem*, 2005, p. 266).

Raquel tinha-nos contado que o agressor fez com que ela deixasse de falar com a família. Os amigos, mal recebidos pelo agressor cada vez que visitavam Raquel, também se tinham afastado de si. Assim, Raquel revela como a falta de apoio que foi sentiu de parte dos familiares e amigos foi decisiva para não romper:

Entrevistadora: «Porque é que acha que foi ficando?»

Acho que foi um acomodar...um acomodar e não ter o tal, o tal apoio de ninguém, foi... não ter apoio de ninguém nem com quem falar, uma força nem um...tipo uma luzinha a dizer vai para ali faz isto»

(Raquel, 41 anos)

Ana foi sujeita, durante 8 anos, a repetidos episódios de violência psicológica. Conta como a sua auto-estima e a imagem que tinham de si, foi completamente alterada e anulada pelo exercício da violência. Até ao dia em que pediu ajuda a uma Instituição, nunca tinha tentado abandonar o agressor. A entrevistada explica-nos porque é que, até então, a saída nunca lhe tinha parecido uma hipótese viável:

«E eu ia para onde? Eu ia fazer o quê? Lá está, uma pessoa tem um pensamento, eu não sirvo para nada, o que é que eu vou fazer?! Eu deixar o meu filho eu não deixo, o meu filho vai ter que ir comigo e vou para onde? Para casa da minha mãe? Não, porque a minha mãe não

tem condições nem financeiras, nem de nível nenhum. Para casa das minhas amigas não podia ir porque, primeiro algumas não tinham casa, não sabia onde as outras viviam, não podia ir»

(Ana III, 27 anos)

O afastamento da família, por imposição do agressor, consolida nas mulheres uma percepção de isolamento e de ausência de suporte familiar. É precisamente esse suporte que o agressor percebe como uma ameaça directa à estabilidade da relação, desenvolvendo métodos que reforcem o afastamento entre a vítima e a família.

Vejamos: Ana II partilhava a sua história de violência com a irmã, mas cedo o seu marido começou a perceber que esta ligação poderia ser uma ameaça à relação conjugal. Ana II foi forçada a afastar-se:

Entrevistadora: «Ele isolava-a das outras pessoas?»

Muito, mesmo minhas famílias e a minha irmã. Até uma vez ele disse “a tua irmã chega aqui em casa eu vou a expulsar»

(Ana II, 27 anos)

Este processo de progressivo isolamento só se torna perceptível mais tarde, quando a separação entre vítima e as redes sociais de apoio já se encontra numa fase bastante avançada. O processo de isolamento e controlo baseado no exercício de poder é apelidado por um outro autor (Johnson, 1995) como *intimate terrorism*, que se alicerça em ameaças e padrões permanentes de controlo através dos quais os agressores limitam abruptamente a capacidade de tomada de decisão das suas companheiras. Por sua vez Okun, utilizando uma analogia semelhante - *conjugal terrorism*- compara os processos de isolamento a que as mulheres vítimas eram sujeitas aos métodos de tortura usados contra terroristas com o propósito de «depict the threats and the larger pattern of control by which batterers constricted the victims’ decision-making powers. Although the aim of domestic violence is widely

understood as “power and control” (as in the “power and control wheel”), in this reformulation control tactics are also the primary means of subordinating female partners» (Okun, 1988, p. 121).

Okun, hiperbolizando refere-se ao controlo social e isolamento como lavagens cerebrais. Através desta analogia o autor pretende clarificar a eficiência dos mecanismos de controlo do acesso à informação (contacto com pessoas da família ou amigos e até com os media) bem como o desgaste emocional e físico a que as vítimas se encontram sujeitas através do exercício de violência física, psicológica e sexual. Psicologicamente, emocionalmente e fisicamente esgotadas, afastadas do mundo social exterior, despojadas de muitas das capacidades para exercer qualquer tipo de tomada de decisão, estas mulheres remetem-se ao espaço da casa e à imposta convivência exclusiva com o agressor. O que lhes resta? A permanência dentro de casa onde o agressor pode exercer todo o seu domínio e controlo:

«Ele nunca me deixava muito sair, ele estava-me sempre a criticar por eu sair, eu levava a minha filha a uma festinha de aniversário, porque aconteceu lá com a, com a notária que tinha a menina no na mesma escolinha que a minha, de quem a minha filha era amiga e eu fui levar ao Vale da Telha a minha filha à festinha. Ele inclusive dizia que é mentira, que eu que não ia levar a minha filha à festa, não ia comigo, nunca queria que eu saísse, para ele era se eu tivesse ali em casa e não saísse dali era tudo o que ele mais queria, ele não queria que eu fosse a casa dos meus compadres, do filho, não gostava muito...não gostava muito porque depois que não queria que eu me relacionasse muito bem com a família, queria que eu tivesse sempre à beira dele ali em casa.»

(Maria II, 23 anos)

As formas de isolamento são variadas e tecidas para diferentes domínios: «*Isolation*, which was common across all cultural groups, included being treated as a possession, controlling when and if she saw family and friends, accompanying her to and from her job, restricting her time if she was allowed to go out by herself, frequent telephone contact» (Walker, 2009, p. 65).

Os relatos incluem inúmeras descrições de proibição de trabalhar e até de frequentar cursos de formação profissional ou a escola, traduzindo-se numa impossibilidade, imposta, de acesso a recursos materiais, educacionais ou profissionais. Ora, se a «exposição das mulheres à violência doméstica aumenta quando as relações entre o marido e a mulher são menos igualitárias e quando o controlo masculino dos recursos materiais é maior» (Lisboa *et al.*, 2006), essas proibições fomentam, ainda mais, as desigualdades entre ambos.

Mas vejamos as situações em que o isolamento imposto pelo agressor, condiciona uma possível decisão de saída da relação violenta:

“Eu depois fui-me apercebendo como é que ele era, não levantei poeira, comecei a ficar em casa fechada, também não pronto, fui ficando isolada (...) Fui ficando em casa sozinha com os filhos, afastou-me, foi-me afastando da família dele que quando era... não sei se ele também ia para lá dizer, que eu era a culpada de tudo, da falta de dinheiro de tudo, que eu era antipática, viam-me assim... Sim, constantemente em ameaças, de me por na rua, pôs-me várias vezes, várias vezes fazia a mala e depois arrependia-se.... Depois eu também fui ficando isolada de amigos e tudo e nem sequer tinha dinheiro para sair dali e ir para algum sítio...”

Anabela descreve como o isolamento social a que foi sujeita e que posteriormente percebeu, condicionou a sua decisão para a saída. O seu testemunho serve também para averbar que a percepção que as vítimas têm do isolamento que lhes está a ser imposto, é gradual e não imediata:

“É... São aquelas coisas que nós não compreendemos. Depois uma pessoa sozinha, sem família, sem amigos, sem ninguém porque as minhas amizades eram todas controladas. Eu saía a tomar café ou, com uma amiga, onde, a que horas, ou vou-te buscar, sem carro não é preciso, “Ah não faz mal, eu até vou para aquele lado. Eu trago-te” e não sei quê, portanto. Comecei-me a aperceber assim do, do controle”.

O papel da família nos contextos da violência de género não pode ser apenas analisado pelo prisma do apoio ou da falta dele⁹⁶. Por vezes, após várias tentativas que visaram ajudar as vítimas para que abandonassem o agressor, as famílias vêem o seu apoio gorado quando as mulheres decidem reatar a relação conjugal. Nestes casos, as famílias vão reduzindo o seu apoio, desinvestindo de um auxílio que resulta ineficaz por acção do regresso das mulheres para o agressor. A este terceiro cenário chamaremos "desinvestimento familiar na ajuda" quando, após várias tentativas de ajuda para a saída, os esforços resultam gorados por manifesta falta de eficácia. Emerge então um sentimento de frustração familiar⁹⁷ que faz desvanecer o seu suporte. Das 30 entrevistadas, 18 referiram que apesar de algumas situações em que houve apoio familiar para que elas pudessem abandonar o agressor, com a manutenção da relação, as famílias acabavam por se mostrar, também elas, resignadas com a incapacidade de reacção da vítima. Corroborando as repetidas narrativas sobre esta articulação, a análise estatística⁹⁸ revela uma associação entre o isolamento social e o desinvestimento familiar/amigos na ajuda para romper ($R_{ij}=4,3^{99}$). O que sobressai deste dado é a solidez com que o crescente isolamento pode contribuir para o afastamento e frustração da família impossibilitada de agir de forma assertiva. Mais uma vez, assinalamos a importância dos processos de isolamento para a perpetuação dos ciclos de violência.

Sandra é um dos casos que revela que a família sempre a quis ajudar a romper com o companheiro. Desabafava e contava os episódios às suas irmãs que muitas vezes interferiam, até confrontando o agressor. Esta entrevistada conta como foi percebendo que as suas irmãs começaram a interferir e a aconselhá-la cada vez menos, uma vez que as suas tentativas de ajuda se revelaram inconsequentes:

⁹⁶ A respeito da ocorrência destas 2 situações distintas, assinalamos que a presença do indicador de análise "Ajuda efectiva de familiares/amigos para sair" foi detectado por 77 vezes, ligeiramente menos do que a variável "pressão familiar para aguentar", com 94 ocorrências. Apenas 6 mulheres entrevistadas nunca tiveram nenhum apoio quer de familiares quer de amigos para abandonar a relação, enquanto apenas 10 mulheres referiram não ter tido nenhum tipo de pressão familiar para aguentar a relação violenta.

⁹⁷ Este desinvestimento de familiares/amigos na ajuda para sair, foi contabilizada por 81 vezes na Análise de Conteúdo realizada.

⁹⁸ Todos os resultados estatísticos produzidos para este capítulo, poderão ser consultados no anexo II, das páginas, 356 à página 372.

⁹⁹ Teste Exacto de Fisher: $p<0.001$.

«Que conselhos as pessoas lhe davam?

Nada sequer...as minhas irmãs às vezes diziam “deixa-o, vem-te embora, mas porque é que tu não o deixas?”, as outras pessoas, as outras senhoras nem me diziam nada, não me falavam nada, agora as minhas irmãs muitas vezes aconselhavam-me a deixá-lo. Mas depois como eu não fazia nada elas também se cansavam não é...andar sempre a repetir o mesmo e depois eu não fazia nada...as pessoas por mais que queiram ajudar também se fartam»

(Sandra, 33 anos)

O isolamento social é assim fundamental para explicar a manutenção das relações e os meandros da violência de género. Um importante estudo no Reino Unido concluiu que as mulheres que sofriam de violência de género se encontram mais isoladas socialmente (família, amigos, colegas, participação em actividades públicas ou cívicas) quando comparadas com não vítimas. Eles concluem que esse isolamento parece preceder o abuso e também aumenta de intensidade paralelamente com a intensidade da violência exercida (Nielson, Endo, Ellinton, 1992).

6.1.2. Esperança que algo mude/gostava do agressor

Anália Torres refere-se a uma das formas de conjugalidade, em particular ao casamento, da seguinte forma: «Casar é brincar aos Deuses e jogar aos dados (...) Brincar aos Deuses porque amamos e escolhemos uma relação, temos o poder de decidir, de construir, mas também de destruir (...) Jogar aos dados, pois. Dizer que se quer estar com alguém para sempre, cada vez mais parece um jogo comprometedor mas arriscado» (1996, p. 32). No caso das conjugalidades em análise, a esperança que a mulher cria de sair vencedora desse jogo, parece ser o critério que justifica as inúmeras oportunidades dadas para que o agressor se retracte dos seus modos violentos. O laço emocional da mulher ao agressor é, por isso, forte e o adiamento da

decisão da ruptura prende-se com essa ligação afectiva que a prende à relação. O jogo vai-se, então, desenrolando mas as mulheres não saem vencedoras.

Do rol de causas que as mulheres identificaram como as que mais contribuíram para a manutenção da relação íntima remete-nos para o domínio dos laços afectivos que unem vítima e agressor e que se expressou nos discursos das mulheres como “gostar” do agressor. A utilização do termo “gostar”, aqui utilizado por ser a expressão mais referida pelas entrevistadas para descrever o sentimento que as unia ao agressor, revela a força do laço afectivo. Entendêmo-lo como uma das expressões que ilustra a vivência do «amor romântico» de Giddens: um amor «essencialmente feminilizado» (1995, p. 53) e que, ao contrário do que a expressão possa dar a entender, é um tipo de amor «completamente assimétrico em termos de poder; os sonhos femininos do amor romântico conduziram muitas vezes a uma severa submissão doméstica» (*Idem, Ibidem*, p. 41). É, então, um “gostar” *genderizado*, tipicamente feminino e que faz assentar na esperança de mudança do comportamento do outro a razão para se perpetuar a relação conjugal. Assim, também este tipo de amor ou laço amoroso acopla os papéis de género, aqueles que reforçam o arquétipo da mulher como a guardiã do espaço casa-família. Como dizem Beck e Beck-Gernsheim (1995), o amor e a desigualdade parecem ser tão mutuamente exclusivos como a água e o azeite.

A expectativa que de que o seu companheiro/marido mudasse, pode encontrar explicação no conceito que alguns autores, (Enander e Holmberg, 2008; Dutton e Painter, 1981, 1983,1993), utilizaram o de *traumatic bond* para descrever os fortes laços psicossociais que as vítimas criam com o agressor. Esse laço cria-se na conjugação dos períodos de acalmia da violência, caracterizados pelos pedidos de desculpa do agressor e ausência de violência, com a incapacidade que as mulheres sentem em agir. O resultado é «strong symbiotic relationship from which neither party can escape (Rhodes e Mackensy, 1999, p. 398). Long e McNamara, refletem que será a ocorrência do abuso físico que faz aumentar a necessidade da vítima em sentir-se amada e acarinhada. Segundo os autores, muitas das teorias explicativas da manutenção das relações conjugais violentas, negligenciam que «The motivation to gain love may be so strong that it somewhat mitigates the abuse endured to obtain it» (1989, p. 201).

O conceito de *traumatic bond* desvia a atenção das dimensões materiais para os aspectos emocionais da violência de género. O laço traumático desenvolve-se na articulação e combinação de várias emoções: amor, medo, ódio, compaixão¹⁰⁰, culpa e esperança. O medo é, em si, uma emoção forte e com influência na manutenção da relação. No entanto, o que os autores defendem é que o amor - emoção que classificam de *binding*- e o ódio¹⁰¹, são emoções que "prendem" a mulher ao objecto no qual projecta essas emoções.

Mas a esperança na mudança do comportamento do agressor reflecte um mecanismo de compensação de todas as situações de violência sofrida. A esperança funcionaria, segundo os autores supracitados, como uma «*compensation for all bad things, which is exactly how it seems to function within a violent relationship (...)*» (*Idem, Ibidem*, p. 207).

Magda confessa ainda gostar do seu ex-marido. Por ter consciência da perpetuação desse laço afectivo que ainda tem com o agressor, encontra-se confusa porque não consegue arranjar explicações para tal:

«Eu acho que foi sempre mesmo gostar dele, se eu lhe disser que eu ainda gosto dele, mas sei que nunca mais o quero ver. Mas gostar eu gostarei sempre...não me diga porquê porque se eu, se alguém me contasse isto eu dizia “oh pah, és uma parvalhona, mas como é que se pode gostar de alguém que nos faz mal”, mas o que é certo é que isso é verdade»

¹⁰⁰ Caracterizada pelos autores como importante na desculpabilização dos actos do agressor é algo que também encontramos frequentemente nas nossas entrevistas, sobretudo nos casos em que o agressor é descrito como alguém que não teve uma infância fácil ou que presenciou violência entre os pais. Por exemplo, o caso de Sofia, parece paradigmático: «Não, nunca lhe tive raiva. Às vezes cheguei a ter pena dele também não, sei lá...acho que ele também não gosta de ser assim só que eu acho que ele...ele não gosta de ser assim só que foi o que ele aprendeu e foi o que ele viu. Eu acho que tanto rapazes como raparigas vão ser um bocadinho daquilo que vêem e daquilo que aprendem em casa, acho que se viverem num meio de violência e que vejam isso diariamente, acho que vão acabar por ser assim também. Acho eu»

¹⁰¹ Quando abordámos o exercício da violência física e sexual, caracterizamos algumas das emoções experienciadas pelas mulheres, após as agressões e o ódio era uma das mais referidas.

A esperança que o agressor mude, ou que a vítima consiga que ele mude; os pedidos de desculpa; os períodos de acalmia na relação¹⁰²; a percepção de incapacidade em reagir perante a violência, são elementos que contribuem para o reforço do vínculo emocional ao agressor, uma dinâmica que é de difícil desconstrução:

«Fui uma parva, estava obcecada, dependente dele...pensei que podia mudar a vida...tentei ajuda-lo...mas não deu certo porque ele também não quis. Ia mudar e mudava e pedia desculpas e eu acreditava e tentava ajudar mas no fundo também sabia que se ele não quisesse...»

(Margarida, 62 anos)

Margarida é um dos casos paradigmáticos da força dos vínculos afectivos que unem a vítima ao agressor. No seu discurso, faz referência à dependência que sentia do agressor, situação que Giddens aborda na obra *Transformações da Intimidade* e que entende como uma «desistência do *self*, um abandono temporário da preocupação reflexiva» (1993, p. 50), à semelhança do que Mead entende por «acção adiada».

Esta dependência afectiva a factores psicossociais que as unem ao agressor é uma espécie de “miracle glue” (Walker, 2009). Stark, avança com alguns elementos explicativos da manutenção, relacionados com o laço afetivo ao parceiro ou ao ideal de família, determinantes na avaliação subjetiva das mulheres: «Many women “stay” with abusive men because love, loyalty to a partner, gratitude for past support, marriage, the integrity of their family and striving for a real partnership even in the face of domination mean more to them than personal safety or other self-interests served by leaving. Though some may consider these beliefs hopelessly naive or romantic, they have a positive valence in female subjectivity as well as an evolutionary function in the maintenance of the race» (Stark, 2007, p. 154). Esta análise, articula-se com a feminilização do amor romântico de Giddens, uma forma de amar feminina que

¹⁰² Processo que faz parte dos ciclos de violência descritos por Walker e que abordaremos quando desbravarmos o processo de ruptura.

reforça os modelos, valores e estereótipos de género que atribuem à mulher uma maior “vocação” para as matérias do coração proverbial. Assim, também a experiência do amor é vivida de forma diferente por homens e mulheres, sendo a mulher a sua protagonista.

Debruçarmo-nos sobre o campo dos afectos, das emoções é essencial para tentar abrir caminhos para a compreensão desta teia de afectos que espalha as mulheres. Tentar retirar sentido da leitura cognitiva por elas feita e a experiência emocional vivida descrita é também fundamental. Mas as formas como vivemos e percebemos as emoções não são indissociáveis das expectativas individuais, alvo de socialização primária e secundária e que, por isso, precedem o objecto do afecto (Frijda, 2002). Os valores, modelos e padrões sociais e culturais que apreendemos, influenciam a forma como vivemos as emoções e, nesse sentido, a esperança ou a expectativa que o agressor mude, é em si mesma, uma construção social assente no cumprimento socialmente expectável dos papéis sociais. A esperança que algo mude, funciona como mecanismo de compensação para aguentar a violência e evitar que seja imputado à vítima a falha no cumprimento social do seu papel de esposa/companheira/mulher. Este laço afectivo, que se transforma num laço traumático, incorpora emoções que em conjunto contribuem para a manutenção, tal como Enander refere: «Some of the emotional ties described were love, compassion, hope and desire to understand the abuser; ties that together created a traumatic bond binding women to their abusers. (...) Conceptualizing the abuser as a hurt boy is highly concordant with the emotional ties described and is hardly useful when trying to break them» (2010, p. 88).

6.1.3. Ficar para bem dos filhos

Referimo-nos aos filhos no contexto da violência de género enquanto intervenientes directos. No entanto, a questão deve ser pensada no contexto específico que nos ocupa neste capítulo – as razões determinantes para a manutenção da relação. A decisão passa pela forma como as mulheres perspectivam o bem-estar e segurança dos filhos. Se numa primeira etapa, um dos motivos apontados para a

manutenção é o bem-estar dos filhos, associado a um arquétipo da família nuclear tradicional - crescer com a ideia de família tradicional com um modelo de referência masculino e feminino ou mãe/pai- numa segunda fase, o aparecimento de indícios na criança de uma saúde psicológica e física débil, nomeadamente através de comportamentos emocionalmente instáveis, alerta a mulher para a necessidade de salvaguardar o bem-estar dos filhos.

Assim, a primeira fase enunciada caracteriza-se por incorporar a visão tradicional do modelo familiar que se inscreve num arquétipo de família nuclear, no qual pai e mãe são o modelo de referência da criança e devem estar presentes durante o seu crescimento. Era assim que pensava Rosinha:

«Queria dar aos meus filhos a família que eu nunca tive. Foi por isso que eu o aguentei tanto tempo. Aquilo era uma aldeia, estava a família toda junta, eles sentiam-se bem. Mas era aquele caso da violência. Eles passaram... O problema não foi, aaa a violência não aconteceu atrás deles, foi à frente dos meus filhos. Eu olhava para os meus filhos e lembrava-me muito o que eu podia dar aos meus filhos aaa uma paz, que a, que a gente nunca teve. Aaa, olha para os meus filhos e dizia aaa “Eu vou aguentar. Vou tentar arranjar uma solução»

(Rosinha, 41 anos)

Paralelamente, a dependência financeira das mulheres, a ausência de um local seguro para se refugiarem e a incerteza relativa ao que a separação possa significar para as crianças, não permitem às mulheres seguir, desde logo, um curso de acção alternativo à manutenção. Quando tomam esta decisão, prendem-se à esperança de que a alternativa é pior do que manter as crianças no seio familiar ainda que expostos à violência. Esta esperança também se nutre no ideal de educação tradicional no seio de um núcleo familiar estruturado. A inculcação destes estereótipos e modelos familiares nucleares, transmitidos pelos seus pais, conduzem à insistência na educação dos seus filhos seguindo os modelos segundo os quais foram educadas: com mãe e com o pai. Novamente aqui, não podemos deixar de salientar a forma poderosa como os padrões e modelos socialmente vigentes do casamento ou união matrimonial, que

de acordo com os quais a socialização da mulher é muito mais orientada do que a do homem.

Mas deixemos que as mulheres com quem trabalhamos descrevam as suas preocupações a este propósito. Maria II era assolada com preocupações sobre a sua capacidade de tomar conta dos seus filhos, sozinha uma vez que dependia do rendimento do marido. Mas sobretudo a sua inquietação era determinada pela importância que confere à educação de criança pelo pai e pela mãe juntos, numa clara identificação da sua identidade feminina com o modelo do casamento tradicional e a sua própria auto-realização pessoal:

«Porque da última...quando a Luana tinha 3 meses, nessa reconciliação foi aí que apareceu o outro bebé, este. E portanto...eu ficava a pensar se era realmente o que eu queria, se eu ia conseguir sustentar uma filha sozinha sem a presença de um pai porque a presença de um pai é importante. Assim pensei que pudesse ser mais ou menos realizada».

(Maria II, idade)

As questões levantadas por Maria III são semelhantes, mas ancoradas na esperança de que o agressor pudesse vir a mudar:

«Foi por esse motivo e ver se ele conseguia melhorar, também ao mesmo tempo queria criar a minha filha ao lado do pai, porque achava bem que as crianças devem ter o pai e a mãe, eu sou daquele tipo antigo, conservadora que acha que o pai e a mãe devem estar juntos para criar um filho.»

A articulação que Maria III faz entre a esperança da alteração de comportamento do agressor e ainda permanecer para bem dos filhos é acompanhada de resultados estatísticos importantes. Assim, os resultados obtidos permitem-nos perceber uma associação entre a variável “ficar para bem dos filhos” e “esperança que

o agressor mudasse” ($R_{ij}=2,2$,¹⁰³). Este resultado confirma o que já dissemos acerca da importância dos padrões mais tradicionais das uniões conjugais e dos papéis de género para a manutenção das relações conjugais, assentes nos ideais normativos da conjugalidade. O desejo de que os filhos cresçam com ambos os progenitores, acrescido da esperança relativa à mudança do comportamento do agressor, alimenta a permanência da mulher na relação.

Um outro dado que reforça a importância das visões estereotipadas de género na educação dos filhos é a associação estatística encontrada entre “ficar por ser melhor para os filhos” e a variável que assinala as alusões nos discursos ao “cumprimento tradicional dos papéis de género e/ou referências ao desempenho feminino no lar” ($R_{ij}=5,2$)¹⁰⁴. Não podemos deixar de nos interrogar se as motivações familiares para a pressão que exercem no sentido da manutenção da relação, se encontram articuladas com a associação estatística acima enunciada, como veremos em seguida. Mesmo nos casos em que essa pressão familiar se não coloque, admitimos como hipótese que os padrões e modelos de género e de conjugalidade herdados através da socialização familiar atuem no sentido de condicionar a mulher na ruptura.

6.1.4. Pressão familiar para aguentar

Este ponto intrinca-se com outros já mencionados, sobretudo com o isolamento social e com as visões tradicionais dos papéis de género e da conjugalidade transmitidos pela família. Por esta altura, já é perfeitamente clara a relevância da família para a escolha de um caminho de acção. De resto os resultados da análise estatística realizada permitiram perceber a associação entre o isolamento social - enquanto causa da permanência na relação- e a pressão familiar para a manutenção da conjugalidade ($R_{ij}=2,8$)¹⁰⁵. Concretizámos em termos estatísticos aquilo que muitas das vítimas descreviam como um factores de suprema importância para a manutenção

¹⁰³ Associação entre as variáveis ficar para bem dos filhos” e “esperança que o agressor mudasse” expressa pelo Teste Exacto de Fisher: $p<0,001$.

¹⁰⁴ Associação expressa pelo Teste Exacto de Fisher: $p<0,001$.

¹⁰⁵ Associação expressa pelo Teste Exacto de Fisher: $p<0,001$.

da relação: quanto maior o isolamento, maior a percepção de que não havia saída. Paralelamente, quanto maior a falta de apoio familiar para a ruptura, maior o reforço desse mesmo isolamento e incapacidade para agir. Ainda que, nalguns casos, a pressão familiar se não coloque, o simples facto da família demonstrar tolerância e/ou aceitação pelo exercício da violência é, por si só, suficiente para a manutenção (Warrington, 2001).

Numa clara correspondência entre os valores educacionais que as entrevistadas consideram os mais adequados para os seus filhos, as pressões familiares são, também, motivadas por esse último argumento. Assim sendo, estaremos perante uma evidente transmissão de valores sociais e culturais transgeracionais, relacionados com a conjugalidade, de resto validada pelos testes estatísticos: associação entre a variável “pressão familiar exercida para manter a relação” e a variável “ficar para bem dos filhos” ($R_{ij}=2,1$). Logo, e tal como tínhamos já admitido como hipótese, a incorporação dos arquétipos de género e do papel da mulher no contexto da conjugalidade, herda-se através dos modelos de socialização de género moldados dentro da família e passados de geração em geração, numa perspectiva secular.

Lua, já tinha sido atacada fisicamente pelo seu companheiro quando contou aos pais que estava grávida e que tinha sido agredida. Apesar do apoio que os pais ofereceram à sua filha, veja-se como o discurso do pai teve como principal argumento, para suportar o sentido da manutenção o facto da entrevistada estar grávida:

Lua: «Disse à mãe, aos meus pais, eles ficaram super contentes e disseram que apesar de eu estar separada dele, e disseram que me apoiavam na gravidez, só que aí está o meu pai, depois falou comigo “Lua!” eu tinha vinte e dois anos quando estava grávida da Alexandra “És muito nova, dá uma oportunidade, vais ter um filho” E pronto aquelas coisas, comecei a pensar “Ah ele muda” e aí está também “Ah ele muda e também é novo e pronto dá-lhe mais uma oportunidade, agora também vão ser pais e não sei quê” e eu pensei, pois realmente vou ser mãe e aquelas coisas, dei-lhe mais uma oportunidade»

Repare-se como neste trecho o discurso feito pelo seu pai no início da citação - *"dá uma oportunidade, vais ter um filho"* - se torna rapidamente no discurso da própria mulher quando refere *"pois realmente vou ser mãe e aquelas coisas, dei-lhe mais uma oportunidade"*.

Maria II aborda o elo amoroso e vínculo emocional entre ela e o agressor. Também é perceptível no seu discurso como os conselhos dados pela sua família para a manutenção da relação foram importantes para "naturalizar" a violência: um estalo não deveria ser, no entender dos seus pais, motivo suficiente para abandonar a relação.

«Depois o amor, o nosso amor, é que gerou os filhos gerou...portanto, é muito difícil estar a explicar porque é que a gente aguenta tanto tempo. O elo de ligação é tão forte que essa pessoa que nos trata mal romper assim de repente não é... e como também os meus pais me disseram que não é fácil ter uma relação e pronto... eles diziam "ah, deu-te um estalo e já se vão separar? Não, tenta falar, tenta compreender"»

(Maria II, 23 anos)

Parece existir ainda, no seio das famílias, uma menorização de alguns actos de violência e que tal conduz não só à sua perpetuação como à escalada da violência praticada. Assim, poderemos ainda estar perante situações de "naturalização" da violência na família.

Se os modelos e arquétipos relacionados com o género são intergeracionais, deveremos olhar mais atentamente para a transmissão dos valores familiares de género, para melhor entendermos a dimensão da sua intromissão na manutenção das relações. Como explica Lisboa: «A construção das identidades de género masculino e feminino faz-se desde a infância (os valores, normas, modelos e expectativas pré-existem ao nascimento) e vai-se actualizando através de instituições, organizações e grupos como a família, a Escola, os amigos, os colegas, nas relações interpessoais» (Lisboa *et al.*, 2009, p. 23).

De acordo com esta hipótese, as alusões ao cumprimento tradicional dos papéis de género e as referências das entrevistadas ao bom desempenho no lar, teriam sido influenciadas pelas visões apreendidas dos pais (especialmente das mães) e poderíamos estar perante uma associação entre estes padrões de género das entrevistadas e os modelos familiares dominantes sobre a conjugalidade. Para tal, seria fundamental analisar se a pressão familiar para a manutenção, se encontra associada aos modelos e padrões de género pelos quais as entrevistadas se orientam. A associação entre as duas variáveis¹⁰⁶ é ilustrativa de uma transmissão de valores e modelos tradicionais do que representa ser mulher, sobretudo do papel da mulher como a responsável pela coesão da família. Concomitantemente as concepções, modelos e valores de género descritos pela variável “Pais com valores e papéis de género baseados em modelos de poder assimétrico entre homens e mulheres”, estão estatisticamente associados com a “pressão familiar para que as vítimas se mantenham na relação conjugal” ($R_{ij}=22,9^{107}$). Logo, podemos concluir que, mesmo vivendo num ambiente de violência, a escolha de manter a relação ou separar-se é fortemente condicionada pelos valores sociais e culturais sobre o que significa ser mulher/companheira/esposa. Indubitavelmente, o cumprimento das expectativas sociais pesa na decisão das mulheres. Esta herança familiar¹⁰⁸, social e cultural aumenta a vulnerabilidade e passividade das vítimas, alicerçada em práticas socializantes que incentivam a mulheres à passividade e à dependência de um homem/companheiro (Walker, 2009). A essa socialização não é alheia a particular vulnerabilidade e alienação emocional em que estas mulheres se encontram.

Mariana foi pressionada pela família para manter a relação, com o argumento que era uma vergonha uma mulher pedir o divórcio até porque já tinha filhos. O seu discurso evidencia até que ponto podem chegar as pressões familiares:

¹⁰⁶ Associação entre as variáveis “pressão familiar para aguentar” e “alusões a factores relacionados com o cumprimento tradicional dos papéis de género/referências ao bom desempenho feminino no lar” é expressa por: $R_{ij}=7,7$ e Teste Exacto de Fisher: $p<0,001$.

¹⁰⁷ Teste Exacto de Fisher: $p<0,001$.

¹⁰⁸ Já nos referimos à preponderância das mães nas transmissões dos modelos e referenciais de género mas Walker (2009), confere às mães e pais uma relevância decisiva para a maior ou menor passividade demonstrada pelas mulheres vítimas, ou a mencionada “learned helplessness”. A autora considera, por exemplo, que os modelos de feminilidade da mãe em conjunto com a vivência da violência doméstica em crianças, estão entre os factores que mais poderão potenciar uma futura passividade perante o exercício da violência conjugal.

Entrevistadora: «Mas você foi aguentando a violência que ele exercia sobre si...

Mariana - Não é assim, isso não aguentei. É assim eu não aguentei porque eu fiquei lá porque houve pressão familiar, da comunidade, que não podia sair. Estava tentada a respeitar as regras mas vi que quebrar era melhor para mim, quebrar as regras para ter liberdade é melhor que não quebrar as regras para morrer.»

Impõe-se assim uma reflexão sobre a análise do que Lisboa (2010) referia como os "factores estruturais" da violência que considera mesmo serem condicionantes da acção dos directamente envolvidos (família, escola, instituições, e sociedade em geral, etc.).

A aposta na mudança das mentalidades impõe-se uma vez que muitos destes dados apontam para estes factores estruturais que cimentam estereótipos e arquétipos de género, que nem perante o exercício da violência parece definhar. Daqui resulta o reconhecimento da sua preponderância também nestes contextos.

6.1.5. Entre as ameaças e o medo

O medo é uma das razões dadas pelas próprias mulheres para a manutenção, é pertinente que aqui nos refiramos a ele dado que se pretende expor as razões dadas pelas mulheres para a manutenção. Posteriormente, voltaremos ainda a abordar o medo enquanto emoção.

O tipo de ameaças ou comportamentos que colocam medo nas vítimas assumo várias formas: perseguições em via publica e/ou nos locais de trabalho, esperar pelas horas de saídas do trabalho para confirmar se as mulher se dirigem para casa, chamadas telefónicas frequentes para controlar ou inquirir sobre a localização, aparecer sem anunciar a encontros ou cafés entre as mulheres e outras pessoas, são apenas alguns dos comportamentos que fazem com que o medo se apodere destas mulheres.

Nesta panóplia de actividades que visa o aprisionamento da mulher, muitas já foram por nós analisadas, mas as ameaças são mais um instrumento de aprisionamento e inibidor de uma reacção por parte das vítimas. Elas podem ser várias e dirigidos a actores diferentes: a própria vítima e a sua integridade física, os filhos e a sua família e/ou amigos. A manipulação e intimidação também fazem parte da panóplia das ameaças. Da análise das entrevistas, resultam situações de ameaça: retirar os filhos¹⁰⁹; ameaças de sair de casa; de retirar o sustento às mulheres (quando estas são financeiramente dependentes); entre outros. As formas de intimidação e de ameaça incluem ainda simulações de suicídio por parte do agressor, numa clara tentativa de exercer violência psicológica mas também forçar a emergência de sentimentos de culpa nas vítimas

As ameaças que têm como alvo os filhos, foram identificadas com mais frequência. Os agressores deixavam a mulher abandonar a casa e procurar refúgio mas manegavam a ameaça que ao fazê-lo nunca mais iriam ver os seus filhos:

“Se eu sáísse ele ia dizer que era a minha culpa, que me tirava os meus filhos, e que ele ia tentar mudar de vida. E ao fim de três dias eu, entrou-me o medo outra vez de perder os meus filhos porque eu... Ele sempre teve sucesso com isso”.

(Glória, 49 anos)

Tal como ilustra o discurso de Glória, segundo MacGee, este é um instrumento bastante eficaz na permanência das mulheres: «Women frequently discussed how their partners would threaten to harm or take the children in order to control the woman. Threats of taking the children away from their mothers worked very effectively to keep women in violent relationships» (Macgee, 2000, p. 26).

Maria II conta como a ameaça do agressor ficar com os filhos e não deixar que nunca mais vissem a mãe, foi argumento decisivo para a impedir sair de casa após uma violenta discussão:

¹⁰⁹ Questão explorada mais adiante quando analisarmos as razões para a manutenção da relação conjugal violenta.

«Então eu decidi ficar porque ele me ia ficar com os filhos. Sem os meus filhos eu não saio». Então, no dia seguinte a Luana foi para a cresce eu agarrei no pequenino, tinha 2 meses e meio e fui ao IML, e no IML disseram-me “Maria II, tem que tomar uma atitude”, eu sei que tenho porque...mas onde é que eu vou pedir ajuda? E vou ficar sem os meus filhos e sem saber o que ele pode fazer aos meninos e se foge com eles?»

Outro tipo de ameaças que condicionam o curso de acção das mulheres são as ameaças de morte que as mulheres receiam que se concretizem. Na Análise de Conteúdo as ameaças de morte foram detectadas por 132 vezes no total dos parágrafos analisados e são transversais a todas as mulheres que entrevistamos. As ameaças de morte são uma das formas de violência psicológica e de inculcação de medo na vítima. Não é por isso de estranhar a associação encontrada entre as ameaças de morte e a violência psicológica e entre as ameaças de morte e o medo ($R_{ij}=9,4^{110}$ e $R_{ij}=9,0^{111}$, respectivamente). O objectivo primordial das ameaças é, obviamente que o medo se torne paralisante.

No caso de Rosinha, o reconhecimento das expressões de raiva e descontrolo na expressão facial do agressor fizeram com que ela fosse perpetuando o ciclo de violência como ela própria admite no final da afirmação. Mas um outro ponto importante no discurso de Rosinha é o regresso do já referido ciúme. A associação por ela feita entre as ameaças de morte e o ciúme é também revelada pelos resultados dos testes estatísticos realizados e que demonstraram a associação entre as ameaças de morte e o ciúme ($R_{ij}=2,2^{112}$). Muitas vezes o relato das ameaças de morte vem na sequência de episódios de ciúme:

«Era o ódio dele, dizia: “Eu pego na motosserra, eu corto-te viva. Corto-te aos bocadinhos. Tu não vais pertencer a mais nenhum. E ameaçava-me sempre assim. Apertava-me o pescoço e... e

¹¹⁰ Associação entre a variável ameaças de morte e violência psicológica $\chi^2_{(1)}=88,775$; $p<0,001$.

¹¹¹ Associação entre a variável ameaças de morte e medo $\chi^2_{(1)}=81,542$; $p<0,001$.

¹¹² Associação entre ameaças de morte e ciúme $\chi^2_{(1)}=4,885$; $p<0,027$.

espancava-me totalmente, totalmente. Era sempre, que eu não podia pertencer a mais homem nenhum. E eu fui ficando.»

(Rosinha, 41 anos)

Tal como o exemplo acima retracta, as ameaças de morte estão estatisticamente associadas aos episódios de violência física ($R_{ij}=7,2^{113}$). Muitas vezes exercidas em simultâneo, o seu efeito é devastador para as vítimas que vezes sem conta referem como eram eficazes para as manterem passivas e com medo que essas ameaças se concretizassem em caso de separação.

Como o último inquérito à violência de género revelou, as ameaças de morte encontram-se entre os actos de violência psicológica mais referidos. Analisado o enquadramento das ameaças de morte no contexto da violência de género, os autores deste inquérito argumentam que este tipo de ameaças pode significar a percepção de perda de algum domínio sobre a vítima: «Tendo em consideração que os autores destas ameaças são sobretudo homens cuja relação de parentesco com a vítima é de marido/companheiro(ex) ou namorado(ex), será por isso de admitir a hipótese que, numa fase de transição, o reforço das ameaças de morte possa estar associado a condutas de resistência dos actores sociais que, em última análise, percebem que o seu poder e influência na relação está em causa. Todavia, estas situações podem configurar contexto de risco em que é necessário agir rápido e, se possível, preventivamente» (Lisboa, *et al.*, 2009, p. 53).

De facto, o que encontramos no discurso das vítimas é que as ameaças de morte surgem nos contextos de tentativas de reacção aos actos de violência. Quando o agressor percebe que a mulher tem uma atitude mais proactiva em relação à violência, as ameaças surgem como instrumento para voltar a colocar a mulher sob o seu controlo que, de novo, perspectiva através do exercício da violência.

Analisemos o exemplo de Cristina. Uma das vezes que tentou deixar o agressor, reacção diferente das anteriores atitudes mais passivas, foi coagida com perseguições e ameaças para que voltasse para casa.

¹¹³ Associação entre as variáveis “Existência de ameaças de morte” e “violência física” expressa por: $\chi^2_{(1)}=51,802$; $p<0,001$.

«Ele começou a ameaçar depois com o tempo da ameaça de espancar foi para ameaça de morte, ele começou a ameaçar de morte, “que eu espeto-te um tiro no meio da testa” Punha-me com medo não é, como é óbvio. Depois começou a fazer plantão debaixo do meu prédio...estava com medo de sair de casa, eu comecei a ficar presa dentro da minha própria casa se ele me está a ameaçar de morte então claro que vou acreditar que ele pode fazer uma loucura qualquer com a cabeça quente...»

(Cristina, 54 anos)

Okun (1988), que apelida hiperbolicamente estes processos de "terrorismo conjugal" considera que as ameaças de morte fazem parte do padrão mais abrangente de restrição das acções, movimentos, condutas e acções. De facto o que a recolha de informação permitiu perceber é que as ameaças, quer contra as mulheres vítimas quer contra outras pessoas, fazem parte do ciclo familiar e afectivo destas mulheres e representam um instrumento poderoso no aprisionamento das mesmas. Na realidade, as ameaças não funcionam sozinhas mas como parte de uma teia complexa de ferramentas coercivas onde o isolamento, a intimidação, o controlo social, os ciúmes, o afastamento e ameaças aos amigos e familiares, funcionam em conjunto para que a estratégia de dominação perdure. Aliás, como antes especificamos, o isolamento em relação a familiares e amigos é também conseguido através das ameaças contra estes. Por exemplo Rita, foi um dos casos que tentou encontrar abrigo na casa dos pais tendo rapidamente percebido que ao fazê-lo estaria também a por em causa a segurança dos próprios pais:

«Na altura, eu era para ir para casa deles (pais), mas a primeira casa que ele automaticamente ia bater era lá, tanto que poucos dias antes tinha ameaçado os meus pais que ia lá, porque pensava que eu que estava lá que ia lá e que ia partir aquilo tudo, e eu pensei eu se vou para lá a primeira coisa que ele vai fazer é ir para lá fazer desacatos...e então disse não, não vou, nem vou para lá

morar, mesmo que seja temporário dois três dias porque ele é a porta que ele vai bater é aquela,...»

(Rita, 36 anos)

As ameaças de morte feitas à mulher ou dirigidas aos elementos mais próximos, são apenas mais um instrumento, nesta teia de dominação, de espantilhamento das vítimas. A essa teia pode chamar-se controlo coercivo e os instrumentos são todos aqueles que já percorremos nestas páginas, uns endógenos (aplicados pelo agressor e factores emocionais das próprias vítimas) outros exógenos (como o papel da família, esta também condicionada por factores estruturais). No seu conjunto, resultam eficazes uma vez que contribuem para a percepção que a vítima mantém, ainda que por tempo incerto, que não existe saída da relação violenta.

6.2. Das tentativas à ruptura definitiva: os ciclos

Aqui chegados, impõe-se resposta para uma das preocupações centrais deste trabalho: o que diferenciou as tentativas de ruptura com regresso, da ruptura definitiva? Sabemos que antes de solicitar ajuda às instituições de apoio à vítima, muitas destas mulheres já tinham tentado deixar o agressor – das 30 entrevistadas apenas 3 referiram nunca o ter tentado. E dos 4148 parágrafos analisados com recurso à Análise de Conteúdo, o indicador de análise “tentativas de ruptura com regresso” foi encontrado em 148 parágrafos.

A análise dos nossos dados revelou que a reincidência é percebida pelas mulheres vítimas com o resultado de ameaças de morte, pedidos de desculpa, receio pela segurança dos filhos, bem como ameaças de ficar sem os filhos, pressões familiares e o isolamento social.

Estes dados apontam no mesmo sentido das conclusões apresentadas por Enander e Holmberg (2008) que defendem que a ruptura é um processo e não um acontecimento isolado. Neste processo, as tentativas de ruptura fracassadas são uma parte fundamental uma vez que contribuem para uma mudança de percepção e cognição da mulher: apesar do regresso ela percebe que pode haver uma saída. Assim,

as tentativas de ruptura, ainda que com retorno, trazem um acréscimo de informação disponível às vítimas em relação às hipóteses de separação o que pode ser decisivo para a escolha das formas de acção com maior probabilidade de sucesso no processo de uma ruptura final.

Landenburger (1989) identificou 4 passos nos processos de ruptura das relações conjugais violentas: 1) a ligação afectiva; 2) a persistência na manutenção; 3) libertação e 4) recuperação¹¹⁴. O 3º e 4º passo corresponderiam já às tentativas de ruptura e à ruptura consumada. A libertação (passo associado às tentativas de ruptura) implica uma percepção de que a separação e libertação, física e emocional, do agressor são possíveis. Por fim, a recuperação corresponde ao processo de empoderamento, apanágio da ruptura consumada.

Walker (1979), ao reflectir sobre os processos de ruptura de relações violentas através do estudo dos ciclos de violência, discute que todas as vítimas passam pelas seguintes etapas: estádios de tensão, explosão, crise e reconciliação¹¹⁵. O ciclo de violência começa com o período de corte ou namoro ao qual rapidamente se junta o ciúme quando o agressor começa a demonstrar comportamentos de controlo social e de vigilância da vítima. É desta forma que começa a primeira etapa a que a autora se refere como uma subida da tensão entre ambos, acompanhada de um acréscimo do sentido de perigo de nova agressão. É aqui que começamos a assistir aos primeiros indícios de violência e aos episódios de ciúme. A escalada da tensão é gradual e começa com alguns episódios de violência psicológica e, por hipótese, algum tipo de abuso físico. É também nesta fase que assistimos às tentativas das mulheres acalmarem o agressor com recurso às cedências, ou seja, adaptando o seu comportamento ao que o agressor impõe. Muitas vezes esta adaptação de comportamento às regras impostas pelo agressor (afastamento dos outros por ciúmes, imposição de um código de indumentária apropriada à mulher, segundo os seus padrões, ou impedimentos de trabalhar ou ter tempos livres) resulta durante um curto período de tempo o que reforça a percepção irrealista da vítima de que poderá controlar o comportamento agressivo.

¹¹⁴ *Binding, enduring, disengaging e recovering*, no original e respectivamente.

¹¹⁵ No original: Tension, “explosion,” crisis, e reconciliation ou loving-contrition.

A segunda fase caracteriza-se pela descarga da tensão, consumada com agressões físicas e/ou psicológicas, acumulada durante a primeira fase, e que alerta a vítima para a sua incapacidade de controlar as agressões e imprevisibilidade das mesmas. Simultaneamente, o estado emocional das vítimas define-se por estados de *stress* elevado e de constate sobressalto ao mesmo tempo que se sujeita a um progressivo afastamento e isolamento em relação ao exterior. A autora refere-se a esta II fase como a mais produtora em actos de violência. É também nesta segunda fase que as vítimas começam a desenvolver as já referidas estratégias de controlo do espaço e do tempo das agressões. Para o fim da segunda fase do ciclo de violência, o agressor cessa o exercício da violência bem como a tensão psicológica exercida sobre as vítimas.

A terceira fase caracteriza-se por ser um período de acalmia da tensão e sobretudo de retractação do agressor. As desculpas, promessas de amor e de que tudo vai mudar, são determinantes para a ascensão da esperança de que, de facto, ele possa mudar. É durante a terceira fase que renascem os sentimentos que uniram os dois na fase anterior à violência, reforçando a manutenção da relação. Nos casos em que a mulher já não é capaz de voltar a nutrir esses sentimentos pelo agressor, a tensão entre os dois continuará muito elevada e o agressor passa a estar alerta para a sua perda de controlo. Nestes casos o risco de agressões letais são consideravelmente mais elevados. É, também, a III fase que alerta a vítima para a irreversibilidade dos abusos dando início às tentativas de ruptura.

Todas as entrevistadas com as quais trabalhamos, descrevem a passagem por estas 3 etapas do ciclo de violência. Abundam, sobretudo as descrições da fase III, repletas de exemplos das desculpas do agressor, às quais acresce a esperança de que ele mude, sustentada pelas promessas de que tudo iria passar. Estas etapas são identificadas pelas mulheres como motivos importantes para que tenham continuado na relação conjugal. O facto de apenas três entrevistadas se terem separado do agressor, sem nunca mais terem regressado, remetem para a ideia da ruptura enquanto processo, processo esse feito de vários episódios de separação com regresso.

Margarida é um dos muitos exemplos de reacção aos pedidos de desculpas que os agressores usavam como estratégia para fazer regressar, a vítima uma vez que os

mesmos contribuem para a renovação da expectativa de que a relação iria melhorar e (apanágio da fase II):

“Como eu já pensei: “ah isto é passageiro e vai mudar” e acabas na agressão e ele pede desculpa, e pede desculpa e diz “ah eu estou nervoso, ó pá desculpa, não vai acontecer mais” situações dessas de algumas vezes que aconteceu e por gostar da pessoa, e muitas delas devem dizer isso, por gostar da pessoa facilitam, que era o meu caso e não só (...) uma vez saí, e foi para casa dos pais, ele passado dois dias foi para lá fazer teatro. Chorava, ajoelhou-se “Oh meu amor perdoa-me, a gente vai fazer outra vida. Não vai ser nada daquilo como era dantes.” Caía. Voltava para casa. Passadas umas semanas já estava igual. E voltava para casa dos meus pais. Ele passado um dia ou dois ia lá outra vez “Oh meu amor perdoa-me”, nham, nham, nham, nham, nham. Para quê? Caía. Voltava igual.»

(Margarida, 27 anos)

Também Sandra tinha tentado em três ocasiões deixar o seu marido, conta como se sentia durante o período da separação e explica por que razões acabava por voltar. No momento da entrevista confessa que após a ruptura e já em casa abrigo, ainda conta que se encontra dividida:

«Voltava porque ao mesmo tempo eu também gostava muito dele, eu também não o deixava porque eu também gostava muito dele, ainda gosto não digo, mesmo hoje ainda gosto dele. Uns dias depois de ter saído de casa ainda estive um bocadinho balançada para voltar porque eu ainda hoje gosto dele, apesar de tudo ainda hoje ainda gosto dele...e pronto...não sei...Mais emoções sei lá...às vezes pensava...não sei...quando era aquelas discussões mesmo fortes e não sei quê e pensava aí eu odeio-o, eu não o posso ver mas acabava por, depois passava. E volta a ser o que era no início...ele era, quando queria muito carinhoso»

A esperança que (de)move os cursos de acção, revelou-se enquanto indicador importante na exploração de explicações para as tentativas falhadas de romper a relação. A análise estatística revelou uma associação entre as “tentativas de ruptura com regresso” e a variável “esperança que o agressor mudasse/gostava do agressor” ($R_{ij} = 10,9^{116}$), corroborando a ideia de que os laços emocionais entre a vítima e o agressor não podem ser negligenciados no estudo da violência de género. Por sua vez, este elo emocional que liga ambos, é explorado pelo agressor para atrair de novo as mulheres para o seu raio de acção.

O medo, já anteriormente objecto de análise, é outro vértice importante nas tentativas de ruptura fracassadas, tal como os resultados estatísticos manifestam: a variável “tentativas de ruptura com regresso” e a variável “medo” encontram-se associadas ($R_{ij} = 3,5^{117}$). O que este dado salienta é a incontornável importância do medo enquanto inibidor da acção em todo o processo da ruptura: antes, durante e após a consumação da separação. O discurso de Vanessa ilustra precisamente esta situação. Quando tentava planear a saída que implicasse menores riscos para si, sentia-se paralisada pela certeza que o seu companheiro poderia ir mais longe nas agressões do que alguma vez tinha ido, explica como o medo foi, em determinada altura, o factor decisivo para não se separar:

«Depois era o medo de o ver e de o enfrentar e a possibilidade de ele me fazer algum algo mal se me visse porque...matar ele falou muito poucas vezes ou quase nunca mas era desfigurar, era marcar era cortar um...tirar um...as pernas, cortar-me as mãos,...matar nunca foi assim muito, nunca frisou muito essa essa situação, mas era...o desfigurar para ninguém me ver...ninguém ter coragem para olhar para mim... ...“Tu vais mas não vais assim, vais a pontos que ninguém te possa, que ninguém possa olhar para ti”»

(Vanessa, 38 anos)

¹¹⁶ Associação entre a variável tentativas de ruptura com regresso” e a variável “esperança que o agressor mudasse/gostava do agressor” expressa por: $\chi^2_{(1)} = 118,748$; $p < 0,001$.

¹¹⁷ Associação entre a variável “tentativas de ruptura com regresso” e a variável “medo”, expressa por: $\chi^2_{(1)} = 6,006$; $p = 0,014$.

O medo revela-se ainda quando, em situações de ruptura e abandono do agressor, as vítimas procuram apoio logístico, junto de pessoas da sociabilidade de ambos. Nestes casos, os agressores sabem onde encontrar as vítimas, que continuam, por isso, expostas ao agressor. A falta de segurança e o medo são, nestes casos, presenças constantes nas suas vidas.

Cristina é um dos exemplos de mulheres que depois da separação temporária do marido, percebeu que as hipóteses de continuar separada em segurança eram escassas dado que o agressor sabia para onde ela se tinha mudado. Veja-se como o rol de ameaças acabou por tornar o medo como o factor decisivo na decisão do regresso para o agressor:

«Quando saí, primeiro começou-me a ameaçar de espancar “apanho-te vou-te espancar” porque ele fazia atitudes, gestos e tudo “vou-te espancar toda vais ver, tu não me apareças à frente” ele estava à espera de me encontrar sozinha, eu comecei a ficar com medo de sair de casa, por ele não aceitar o não. Ele começou a ameaçar depois com o tempo da ameaça de espancar foi para ameaça de morte, ele começou a ameaçar de morte, “que eu espeto-te um tiro no meio da testa”, então aquilo aquilo...punha-me com medo não é, como é óbvio.»

(Cristina, 28 anos)

Analisados alguns dos motivos importantes que conduzem mulheres a tentar a separação do agressor seguido de posterior regresso, voltemos à questão com a que iniciámos esta secção: o que diferencia estes momentos de ruptura falhada e as rupturas definitivas, processos nos quais fomos encontrar as entrevistadas?

Começamos por assinalar a importância que nos parece ter, o facto de estas mulheres terem recorrido a algumas instituições de apoio para planear as suas saídas. O apoio especializado que estas instituições poderão fornecer, aumenta exponencialmente a segurança das mulheres e dos seus filhos. O facto de posteriormente serem deslocadas para longe do raio de acção e das pessoas que conhecem (família, amigos e colegas), são outras razões para estabelecer uma primeira

zona de confronto tanto mais que o agressor não consegue saber onde as encontrar, o que reforça o seu sentimento de segurança das mulheres.

Como antes referimos, para que estas mulheres recorram às instituições que melhor as poderão proteger, o apoio da família é crucial. Alertados para incapacidade de conseguirem manter as vítimas em segurança, o suporte à decisão é o factor que melhor serve os interesses das mulheres, constituindo-se como um elemento fundamental na decisão a ruptura. Com o apoio da família, a motivação e capacidade para abandonar o agressor reforça-se. Este dado é corroborado pela análise estatística que demonstra uma associação entre a variável “ajuda efectiva de familiares/amigos para sair” e a variável “ruptura” ($R_{ij}=3,2^{118}$). É assim evidente que o suporte familiar e a intolerância relativas às situações de violência conjugal são factores decisivos no apoio e aconselhamento das mulheres vítimas. Sem ele, os ciclos da violência tendem a prologar-se.

Atenderemos à procura de respostas nos momentos decisivos e que ocorrem em espaços temporais limitados, ancorados em percepções e leituras da realidade das vítimas em momentos específicos. Com esse objectivo, os filhos merecem novamente destaque, desta feita, nos contextos da ruptura. Como nos refere Lisboa, “A mulher violentamente agredida poderá só deixar o agressor quando sentir a sua vida ou a dos seus filhos verdadeiramente ameaçada” (2006, p. 102). De facto, as entrevistas realizadas permitem-nos corroborar tal afirmação. O sentimento crescente de que, tanto a vida da inquirida como a dos seus filhos se encontrava em risco, pode ser considerado o “*trigger*” necessário para que estas mulheres rompessem a relação e iniciassem contactos para pedir ajuda às instituições que as acolheram posteriormente.

Salientamos nos discursos de Luana e de Rosinha o receio pela segurança dos filhos:

«Já temia pelos miúdos e eu não podia deixar que isso acontecesse, podia dizer “este homem trata mal os filhos eu vou-me

¹¹⁸ Associação entre a variável “ajuda efectiva de familiares/amigos para sair” e a variável “ruptura”, expressa por: $\chi^2_{(1)}=10,460$; $p<0,001$.

embora daqui” pegava nos meus filhos e... mas eu nunca fiz isso, eu não tinha cabeça para fazer isso»

Quando o receio pela segurança dos filhos e pela sua começa a instalar-se na percepção de Rosinha, alertando-a e fornecendo-lhe motivação para a mudança e para a separação:

«Comecei a pensar e dizer: “Ou tu”, quando eu vi também que ele, que os meus filhos estavam a pensar pela cabeça, e disse: “Ou tu comes agora a ter coragem, que eu não tinha coragem, a ir em frente, ou isto vai acabar mal para ti e para os teus filhos»

Quando inquiridas a propósito dos factores que diferenciavam o momento da ruptura de todas as outras tentativas fracassadas de separação, as respostas são inequívocas: o processo da separação definitiva diferencia-se quando ela percebe que a sua vida ou a dos seus filhos se encontra em risco.

Maria, por exemplo, rapidamente revela o motivo que finalmente a conduziu a uma ruptura definitiva:

Entrevistadora: «Qual foi o momento em que decidiu mesmo que tinha de sair e nunca mais voltar?

Maria: Foi ele ter pegado na faca e querer me a espetar, aí nesse dia eu vi, ou era viver ou era morrer e abri a porta e vim para a rua pedir ajuda, gritar, pedir ajuda porque era nesse dia que eu tinha morrido.»

O nosso trabalho reforça assim a ideia de que nos contextos de violência contra as mulheres os filhos apresentam uma importância extrema. Especificamente nos momentos de ruptura, a importância destes reforça-se: eles são peças centrais num contexto de violência extrema, actores e vítimas directas. Os resultados da Análise de Conteúdo já revelaram que a manutenção das relações violentas se relaciona, em parte, com a vontade de educar os filhos inseridos numa lógica de família tradicional. Mas neste aspecto da decisão final de ruptura, as crianças ganham um novo

protagonismo, tornando-se os seus principais instigadores, numa clara tentativa de protecção da mãe, que também eles reconhecem estar em sério perigo.

Os processos de ruptura são complexos. A segurança da mulher vítima, a segurança dos filhos e a preocupação com o seu bem-estar, a segurança de outros familiares próximos, são alguns dos factores que mais pesam na decisão de por fim à relação. Nenhum dos factores enumerados ao longo destas páginas funciona isoladamente, por isso fomos expressando a ideia que complexidades. É a sua convergência que funciona de forma eficaz na capacidade de mobilização para a ruptura. Como Warrington (2001) argumenta «(...) Leaving home is invariably the outcome of many years of abuse, sometimes characterized by several episodes of leaving and returning» (Warrington, 2001:373).

Capítulo VII. Emoções, acção e genderização

A emoção está presente em todas as esferas da vida social. Os indivíduos aproximam-se, afastam-se, criam laços entre eles, ao mesmo tempo que orientam as suas acções pelos valores e modelos vigentes. Mas às emoções nem sempre foi reconhecida a devida importância, nem para as áreas científicas, nem para a acção humana. Marcadas por uma época de pensamento filosófico que via nas emoções uma “inimiga” da acção racional e do Homem racional, as emoções são hoje parte incontornável do estudo da acção social.

Porque as emoções constroem a identificação a determinados papéis e/ou valores sociais, são importantes para o estudo do género. Aos papéis sociais de género, a sociedade faz corresponder uma vivência particular das emoções: ao masculino e ao feminino correspondem diferentes emoções sociais e formas de as sentir e de as mostrar. Defendemos, portanto, que as emoções sociais são condicionadoras da acção, precisamente porque tão fortemente assimilam e incorporam valores, modelos, estereótipos e papéis de género. Neste sentido, pretendemos compreender o papel de algumas dessas emoções sociais e como elas orientam a acção destas mulheres vítimas.

As páginas que se seguirão ancorar-se-ão na sociologia das emoções e pretendem constituir uma abordagem diferente das que são conhecidas na temática da violência e desigualdades de género. Na produção do conhecimento novo, procurar-se-á partir da análise da relação entre estrutura social, emoção e acção, aplicada ao contexto da violência conjugal.

7.1. As emoções em debate: da menoridade à centralidade

Apesar do debate sobre as emoções não ser recente, é-lhe hoje reconhecida maior importância. A presença das emoções enquanto objecto de análise pode ser

encontrada desde a Grécia Antiga. Na altura as emoções eram consideradas o antónimo da razão. Não seria nas emoções que encontraríamos explicação para a acção humana. Aliás, na tentativa de diferenciar os Homens de outros animais, o *Animal Rationale* refere-se à capacidade dos Humanos actuar de acordo com princípios racionais, no fundo, o que nos distinguiria dos animais irracionais.

De Aristóteles a Platão e mais tarde em Descartes, a capacidade dos humanos racionalizarem as suas acções, deixando de lado as emoções, era o que conferia um estatuto superior, centrado na capacidade para entender, em detrimento de outras formas de vida animal. Platão não considerava as emoções como um elemento importante na sua alma tripartida formada pela razão, espírito e apetites (Platão, 1972). A emoção parecia estar diluída nos apetites que por sua vez nos remetem para um estágio primário das emoções. Talvez por isso, Platão considere as emoções como estados que corrompem o raciocínio.

Aristóteles, que parece ter uma concepção das emoções enquanto tal, definia a emoção na obra *A Retórica* como «todos aqueles sentimentos que mudam [as pessoas] de forma a afectar os seus julgamentos e são também assistidas pela dor ou pelo prazer» (*Idem*, 2005, p. 33). Na mesma obra, Aristóteles fazia depender das emoções a acção humana afirmando que as emoções dependem daquilo em que acreditamos. Assim, as emoções nascem de um processo cognitivo e baseiam-se no que sabemos e acreditamos. De acordo com as nossas avaliações as emoções podem ser boas ou más¹¹⁹. A *Katharsis*¹²⁰ de Aristóteles parece referir-se a um processo em que podemos ver-nos livres ou «purificar as nossas emoções», estabelecendo o princípio segundo o qual as emoções são algo que devemos expulsar para podermos agir racionalmente e livres de tal constrangimento. Nussbaum (1986) escrevia que a *Katharsis* era uma forma dos indivíduos atingirem a compreensão dos fenómenos que os rodeavam, sem elementos disruptivos como seriam as emoções. Tratar-se-ia de um processo de clarificação. Aristóteles terá antecipado algumas teorias relacionadas com as emoções sobretudo, quanto à concepção que define as emoções, como um

¹¹⁹ O prazer é um exemplo de uma emoção “boa” e a ira seria o exemplo de uma emoção “má” (*Retórica*).

¹²⁰ Ou catarse em Português.

processo cognitivo daquilo que gostamos (Lewis, Haviland-Jones, *et al.*, 2008). A sua análise da raiva, enquanto emoção contraproducente para a ética ou o sentido de moral, baseia-se numa perspectiva cognitiva de uma determinada situação que seja propensa a despertar no indivíduo alterações do foro físico (*Idem, Ibidem*). Nesse sentido, Aristóteles percebeu que os estados emocionais influenciam a percepção da realidade de cada indivíduo e por cada indivíduo, o que fica perceptível quando refere que «Os factos não se apresentam sob o mesmo prisma a quem ama e a quem odeia, nem são iguais para o homem que está indignado ou para o calmo» (2005, Livro II, p. 310). Na mesma obra, termina dizendo que as emoções «são «as causas que fazem alterar os seres humanos e introduzem mudanças nos seus juízos» (*Idem, ibidem*), embora não considere todas essas mudanças emocionais benéficas para a compreensão da realidade.

Os estóicos¹²¹, como Zenão Cítio, Épiteto, Sêneca, ou Marco Aurélio, consideravam as emoções erros de julgamento dos Homens e que conduziam a estados de vulnerabilidade, tais como o amor e o medo e que o Homem sábio deveria evitar. Ao contrário de Aristóteles, que analisava as emoções como essenciais para uma «boa vida», os estóicos encaravam-nas como um erro que conduziria, irremediavelmente à miséria espiritual.

A Idade Média trouxe uma reflexão sobre as emoções relacionada com a ética, impulsionada pela concepção do Cristianismo. As emoções eram relacionadas com os desejos e estes, derivações dos auto-interesses particulares e hedonistas. Muitas emoções eram relacionadas as paixões e desejos e esses associados com a noção de pecado.

No século XVII, René Descartes refuta todas as abordagens anteriores e propõe que a mente seja vista como uma “substância” separada do corpo, na obra *As paixões da alma*. Para Descartes, as emoções acontecem no contexto da alma – um processo de percepção do nosso eu real – e que se relaciona com o nosso corpo, com todas as alterações passíveis de se verificarem (alteração cardíaca, choro ou corar) (Descartes, 1998). O corpo gera paixões na mente, como resposta a um objecto ou acontecimento

¹²¹ Fundada no início do Século III A.C. é considerada uma escola filosófica helenística com incidência no período da República e no Império Romano.

percepção. As paixões de Descartes, são percepções, sensações ou “emoções da alma” causadas pela actividade cerebral (Hatfield, 2007). O filósofo, considerava que as emoções simplesmente acontecem e são o oposto da acção, provocada pelo indivíduo através da convocação da razão. Mas ficava por resolver como é que o corpo interagia com a mente. Segundo Barbalet, Descartes estava certo da influência subversiva das emoções no pensamento, ao mesmo tempo que ilibava os indivíduos da responsabilidade de as demonstrarem: as emoções são da responsabilidade do corpo dos indivíduos. Descartes, estabelece uma clara separação entre a mente e o corpo, alocando a razão à mente e a emoção ao corpo (Barbalet, 2001, p. 34). A influência das emoções na acção dos indivíduos deveria ser evitada dado que surge no corpo e não na mente. A emoção interferia, negativamente, nas decisões racionais que tomamos. Descartes, considerava que a emoção minorizava a decisão porque lhe retirava racionalidade.

Posteriormente, Baruch Espinosa tenta solucionar a dificuldade de Descartes: «A presença de duas substâncias [mente e corpo] e a necessidade de as fazer comunicar» (Damásio, 2003, p. 237). Espinosa postula que «o objecto da ideia que constitui a mente humana é o corpo» (Espinosa, 1987, p. 13). Ao escrevê-lo, o autor presume que «os acontecimentos do corpo são representados como ideias na mente». Existem “correspondências” representacionais e essas correspondências caminham numa direcção definida - do corpo para a mente» (Damásio, 2003, p. 239). A grande contribuição de Espinosa reside, precisamente, nessa articulação entre corpo e mente enquanto, no fundo «duas vertentes da mesma coisa» (*Idem, ibidem*). A ideia central na articulação entre corpo e mente na análise de Espinosa pode ser sucintamente descrita: «A mente Humana percebe não só as modificações do corpo, mas também as ideias de tais modificações» (Espinosa, Proposição 22, *Ibidem*). Espinosa, abre as portas às ciências que hoje se dedicam a estudar as ligações entre corpo, mente e, concomitantemente, as emoções.

Outros autores discordam da originalidade da análise de Espinosa, descrevendo-o como apenas mais um estóico (Lewis, Haviland-Jones, *et al.*, 2008), que apenas difere desses porque não defendia que o combate a determinados estados emocionais passava pela apatia emocional. Atingir um estado de harmonia, passaria

pela aceitação de que não podemos controlar as nossas vidas e que deveríamos aceitar a ideia de que as nossas mentes e de nós próprios como pertença de Deus.

O período do Iluminismo traz novo folgo à discussão relativa à dicotomia razão *versus* emoção. David Hume usa a razão para atacar a ela própria quando fala sobre a ética do comportamento humano. Não existe nenhum motivo racional para os comportamentos éticos e, por isso, as emoções são uma parte essencial da ética. Argumento que tanto Hume, como mais tarde Adam Smith defendem. Hume confere às emoções uma importância suprema na sua análise do comportamento moralmente correcto. Escreve que o que nos motiva a praticar o bem ou o mal são as paixões e por isso a Ciência não deveria relegar as emoções para as margens do conhecimento mas, pelo contrário, conceder-lhes uma importância vital. Hume questiona assim, a marginalidade que a filosofia teria, até então, conferido às emoções.

Para Smith, à semelhança de Hume, a importância dos sentimentos morais como a compaixão, seriam um dos esteiros da fundação das sociedades e da moral. A capacidade de sentirmos compaixão pelo outro está no centro da coesão societal e do sentido de moralidade colectiva. Por isso, o autor entende que não devemos esconder ou evitar as emoções e os sentimentos morais, mas sim celebrá-los e defendê-los. Assim, para Smith, as emoções incluem os “sentimentos morais”, a fonte da justiça e da beneficência, o sentido de dever, uma panóplia de condutas que são o apanágio do indivíduo que vive em sociedade (Barbalet, 2001). Mas a o pensamento filosófico e científico da época não partilhava o entusiasmo de Smith na centralidade conferida aos sentimentos morais «This book has been ignored, even ridiculed, precisely because it explains social behavior in terms of emotions» (Idem, 2001, p. 188)

Apesar das reflexões de Hume e de Smith, incorporarem já as emoções como elementos importantes para a acção é William James quem introduz a questão da articulação entre as emoções e a acção. O mérito de James reside, sobretudo, na refutação da ideia de que era a percepção mental de algum objecto ou situação que, em primeira instância, “excitava” a mente – emoção – e só depois é que se registavam alterações no corpo. James defende uma ordem inversa: «the bodily changes follow directly the perception of the exciting fact, and that our feeling of some changes as they occur is the emotion (...) Common sense says (...) we meet a bear, are frightened

and run (...) The hypotheses here to be defended says that this order if sequence is incorrect, that one mental state is not immediately induced by the other» (James, 1884, p. 189-190).

Para William James, as emoções são cruciais para a compreensão da acção humana, referindo mesmo que «Whithout emotional pertinency there is little to care or act for. (James, 1956, p. 83). A emoção dirigia e alimentava a acção e era também considerada uma fonte de originalidade e pensamento (*Idem, Ibidem*). Embora se saiba hoje que James acertou na ligação entre a experiência emocional e as alterações fisiológicas, a sua teoria revelou-se errada nos detalhes dessa ligação (Turner 2007, Damásio 2003, Lewis, Haviland-Jones, *at al*, 2008).

Durante o século XX, através dos trabalhos de Heidegger e Jean- Paul Sartre, as emoções tornam-se mais relevantes no debate filosófico. Ao mesmo tempo, vai-se construindo o debate sobre a imbricação das emoções com a interacção entre os indivíduos. Heidegger, por exemplo, defendeu que os “humores” são o que permite aos indivíduos estar ligados com o mundo. Sartre, por sua vez, falava das emoções como «magical transformations of the world and willful stratagems for dealing with difficult existential circumstances». Em Sartre, destacamos a sua percepção que «As emoções verdadeiras são acompanhadas pelas crenças. As qualidades ou percepções que conferimos aos objectos são por nós tomadas como verdadeiras» (1965, p., 254). Por isso, para Satre, a consciência da emoção é, numa primeira instância, consciência do mundo onde vivemos (*Idem, Ibidem*); noção ilustrada pelo exemplo do medo, quando refere que «É óbvio que quando um Homem tem medo, ele tem medo de algo concreto».

Menos preocupado com os efeitos das emoções, pelo menos em termos filosóficos, em processos de interacção social, o biólogo Charles Darwin iniciou um profícuo debate, que se prolonga até hoje, sobre o papel das emoções na sobrevivência da espécie humana. Com Darwin, o âmago da discussão passa a ser a preponderância de determinadas emoções, que apelidou de primárias, e o seu papel para a sobrevivência da espécie humana. Alguns autores (Oatley e Jenkins, 1998, 2006) defendem que o objectivo de Darwin não seriam as emoções em si mas a expressão

corporal e facial das emoções. De facto, Darwin foi pioneiro na detecção da importância de determinadas emoções, quer se apresentem na face, quer no corpo. Essas emoções, por serem primárias, seriam universais e a expressão da sua ocorrência poderia ser encontrada em todas as culturas.

Segundo Darwin, as emoções primárias seriam: a felicidade, o medo, a raiva e a tristeza. Estas emoções primárias, expressas nos humanos, não seriam aprendidas mas sim parte da nossa herança genética. A ideia de Darwin era que estas emoções fazem parte de um passado evolucionista, cuja expressão facial teria sido fundamental para a sobrevivência dos humanos. Nesse sentido, as emoções primárias não seriam mais do que reflexos ou «partes vestigiais dos nossos corpos» (Oatlye e Jenkins, 2002, p. 25). Alguns autores (Turner e Stets, 2005; Oatley e Jenkins 1996; Turner, 2000; Ekman e Friesen, 1976; Ekman e Rosenberg, 1990; Ekman 1992), dão como exemplo o sorriso de desdém, tal como Darwin o estudou, para melhor entendermos de que modo a manifestação de determinadas expressões faciais contribuiu para a sobrevivência da espécie. Para Darwin, o sorriso de desdém, caracterizado pelo levantar do lado esquerdo do lábio superior e mostrar os dentes, seria um resquício do acto de rosnar antecedendo o acto de morder. Na obra *Emotions in Man and Animals* (1872), o biólogo deixa claro que as emoções primárias são inatas e não aprendidas.

Mais tarde outros autores concordaram com a universalidade das emoções primárias, tendo acrescentado outras. Nomeadamente Paul Ekman (1973); Ekman e Friesen 1971, 1976; Ekman, Friesen e Ellsworth 1972), defendem que a felicidade, o medo, a raiva, a tristeza, a surpresa o desdém, são emoções primárias e universais e aplicáveis a contextos culturais diferentes.

Focando-se apenas nas emoções enquanto esteiros da sobrevivência da espécie humana e através da sua vertente biológica, Darwin ignora a sua importância para a acção e interacção entre humanos. No entanto, o pioneirismo da sua obra revelou-se de sobejá importância para o estudo das emoções secundárias, essas sim aprendidas amplamente, e relacionadas com as emoções primárias, uma vez que são delas derivadas, como discutiremos mais adiante.

O debate em torno das emoções não foi apenas feito pela Filosofia e pela Biologia. A importância atribuída à emoção na influência do comportamento humano pode ser encontrada, com maior ou menor grau de relevo, nas obras de sociólogos do século XIX e do século XX como Alexis de Tocqueville, Gustave Le Bon, Emile Durkheim, Vilfredo Pareto, Ferdinand Tönnies, and Georg Simmel (Barbalet, 2001). Todavia, até à década de 70 do século passado pouca importância se deu à sua formalização enquanto área específica da sociologia.

A reflexão sociológica sobre as emoções aprofunda-se com a concepção de que tanto a acção social como a interacção são condicionadas pelas posições dos indivíduos nas estruturas sociais. A acção é guiada por um sistema de símbolos culturais e, por sua vez, depende de uma avaliação cognitiva que os próprios indivíduos fazem de si e dos outros. Tanto a acção, como a experiência emocional são condicionadas pela cultura e pelas estruturas sociais (Lewis, Haviland-Jones, *et al.*, 2008).

A contribuição de Weber permitiu um auspicioso debate sociológico sobre a dicotomia razão/emoção. A acção social deve ser considerada como meramente racional, segundo Weber. A cultura, por exemplo e porque resulta da deliberação humana, é o produto de actividades de deliberação conjunta, logo da racionalidade e não da natureza (Barbalet, *Idem*). A emoção era para Weber fundamentalmente irracional porque era compulsiva e de inevitável experiência corporal e mental. Para o sociólogo a emoção era disruptiva da razão. As emoções eram forças impulsivas e espontâneas que desviavam os indivíduos dos seus objectivos. De facto, para Weber «emotion will create disorder in human affairs, whereas rationality will “bring order into the conduct” of persons» (Barbalet, 1991, p. 37). No entanto, apesar de entender que as emoções perturbavam o pensamento racional, Weber admite que as emoções não podem ser eliminadas dos assuntos e das decisões dos indivíduos.

George Simmel considerava as emoções importantes para a sociologia dado que as emoções surgem na interacção entre os indivíduos. Simmel contribuiu para a distinção entre emoções primárias e secundárias: as emoções primárias ocorrem quando as interacções são causadas pelas emoções; as secundárias ocorrem quando as emoções são o resultado dessas interacções (Simmel, 1922). Gratidão, vergonha, ciúme, são algumas das emoções secundárias que sustentam as bases da interacção

entre os indivíduos. A gratidão, por exemplo, é para Simmel crucial para a ação e interação entre os seres sociais, constituindo-se como o esteiro para a estabilidade social: «The internal obligation to have to balance out the unequal relationship between giving and receiving implies a potential for further action. Thus, gratitude takes on the function of continuing interaction and is thus essential for the stability of a society» (Gerhards, 1986, p. 905).

Ao contrário de Weber, Simmel acreditava que era a interação entre indivíduos, inseridos nas estruturas sociais, que faz com que sejam estas últimas a promover os padrões emocionais: «For Simmel, the displacement of emotion by rationality is not the end of emotion, and the source of the rational orientation is not simply the market but the emotional pattern the market promotes» (Barbalet, 1991, p. 55). Veremos um pouco mais adiante, como a hipótese de Simmel parece ser hoje partilhada por muitos dos cientistas sociais que debatem as teorias das emoções.

A exploração do sentimento de confiança foi, no nosso entender, a grande contribuição de Simmel para o estudo sociológico das emoções. Através do recurso à confiança, o autor aponta como algumas emoções são determinantes na acção do indivíduo. A confiança é o sentimento que faz o indivíduo agir. Partindo da formulação de uma hipótese em relação a um comportamento futuro, quer em relação à ação de um outro indivíduo quer em relação à própria estrutura social, a confiança é o esteiro da propensão para a acção. Ao superar a incerteza e a indefinição do futuro, a confiança torna-se a base da acção (Barbalet, *Ibidem*, p. 82).

As emoções foram também abordadas por Durkheim. Ao desenvolver as bases do que apelidava de “solidariedade social”, Durkheim expõe um conjunto de rituais, direccionados para as crenças sociais que guiavam o comportamento interpessoal e social. Como Turner e Stets defendem, Durkheim deixou implícito o que, mais tarde, outros tornaram explícito¹²²: que as emoções estão fortemente ligadas com os valores culturais, crenças e normas. É a percepção partilhada da importância desses símbolos culturais que reforça a coesão e a ordem social. Por sua vez, as sociedades têm ferramentas ou sanções sociais para premiar quem contribuir para a sua perpetuação

¹²² Goffman terá sido um dos primeiros a adoptar as pistas teóricas deixadas por Durkheim.

e para sancionar aqueles que se desviam desses ditames culturais (Turner e Stets, 2007).

Ao descrever os estados de efervescência colectiva nos Aborígenes Australianos, Durkheim descrevia como o grupo atingia estados emocionais positivos. Eram estes estados de efervescência que guiavam as acções dos Aborígenes e a sua religião e estes rituais em específicos nada mais eram do que uma forma de preservar a solidariedade do grupo.

O papel das emoções na acção dos indivíduos encontra-se mais presente no interaccionismo simbólico. O mundo social, como o define esta corrente sociológica, é uma teia de fluxos permanentes e contínuos de interacção¹²³ com os quais os indivíduos comunicam entre si através de gestos, códigos, símbolos imbuídos de significados comuns para ambos. Gestos, por exemplo, são símbolos que significam o mesmo para os indivíduos em interacção (de acordo com os códigos culturais próprios de cada sociedade). A leitura desses gestos, através das expressões corporais, faciais ou de comportamento, proporciona a capacidade de *role-taking*, onde os indivíduos são capazes de se colocar no papel do outro e, ao mesmo tempo, capazes de se verem a si próprios enquanto objecto. Ser capaz de adoptar um determinado papel social, confere aos indivíduos a capacidade de prever o comportamento do outro ao mesmo tempo que poderão fazer ajustamentos ao seu comportamento para que melhor corresponda às expectativas sociais.

A capacidade de nos vermos enquanto objectos, confere ferramentas para que possamos preservar a nossa identidade ou a identidade no nosso papel ou *esteem* (Turner e Stets, 2007). Ao fazê-lo construímos uma concepção estável do nosso *self*. Este *self* não é dado biologicamente à nascença, vai-se construindo com a experiência e acção social e como resultado das relações do indivíduo com o processo social, como um todo, e com os outros indivíduos que também fazem parte desse mesmo processo social. O *self* consegue ver-se enquanto sujeito e objecto, o que lhe proporciona uma

¹²³ Mead definia a dinâmica essencial de toda a interacção através do conceito de «triadic matrix» (1934). Este conceito serviria para ilustrar que a interacção se processa em três etapas fundamentais: um organismo produz gestos ou sinais e ao fazê-lo está a emitir sinais a um outro organismo. Em seguida o outro organismo percebe esses gestos ou sinais e responde-lhes procedendo a alterações de gestos ou sinais e por isso, emitindo os seus próprios sinais. A última etapa da *triadic matrix* é a percepção do primeiro organismo emissor dos sinais do outro e responde-lhes, procedendo a ligeiras alterações no seu comportamento.

capacidade reflexiva ou *self-consciousness* (consciência). Para Mead, é a capacidade de nos identificarmos intimamente com as nossas experiências emocionais, que contribui para o desenvolvimento do *self*. É pois, esta capacidade de nos identificarmos com as experiências vividas e do *self* se ver enquanto objecto e sujeito que nos permite partilhar uma «organized community» que confere unidade identitária ao *self*. Esta unidade do *self* ou como Mead apelidou «the generalized other» refere-se, de forma sintética, ao conjunto de normas, valores e crenças que conferem ao *self* as ferramentas para se avaliar a si mesmo (Turner e Stets, 2007).

Para Mead e apesar de reconhecer as alterações fisiológicas no corpo, as emoções só poderão ser analisadas no contexto da interacção. Desta forma, ao sociólogo deve interessar a forma como as emoções são exibidas pelos indivíduos: o gesto de um indivíduo é o estímulo do outro. O sociólogo considerava que o actor social «is expresing emotions through his own attitude, his tones of voice, through his gestures, just as the poet through his poetry is expressing his emotions and arousing that emotion in others» (Turner e Stets, 2007, p. 44).

Outros sociólogos, como Horton Cooley conferem importância às emoções através da análise de alguns conceitos específicos, por exemplo o conceito de *the looking glass self* (1902). Este conceito de Cooley pretendia revelar que a avaliação que fazemos de nós próprios se encontra dependente da avaliação que os outros fazem de nós. Ao fazer depender dos outros a nossa avaliação, Cooley defendia que estaríamos quase sempre e sem nos darmos conta «living in the minds of othhers» (TenHouten, 2002, p. 183). O *looking glass self* depende sempre da nossa constante auto-monitorização e que resultará numa de duas emoções: vergonha ou orgulho.

A perspectiva dramatúrgica¹²⁴ de Goffman, sem nunca ter desenvolvido uma teoria robusta das emoções (Turner, 2007) considerou a dinâmica emocional na qual os actores sociais se movem quando representam e incorporam um determinado papel social. Em situações de interacção social os actores manipulam as impressões que desejam passar para os outros. Esta manipulação estratégica tem como objectivo corresponder ao desempenho expectável de determinado papel. Quando existe uma falha na adequação a esse papel social, ou quando a forma como agirmos ou atuamos

¹²⁴ Advém da metáfora de William Shakespeare “All the world is a stage and all men and women are merely players”.

não é concordante com o papel social que representamos, Goffman explica que o embaraço é o resultado que se obtém. A experiência do embaraço concomitantemente com as sanções negativas que advém da falta de adequabilidade ao guião cultural são peças cruciais na manutenção da ordem social. A necessidade do actor social escapar a essas sanções, evitando o embaraço farão com que ele reformule o seu comportamento de forma a corresponder ao padrão de comportamento vigente. É desta forma que Goffman incorpora as emoções na sua perspectiva, atribuindo-lhes um papel essencial na interação e chamando a atenção para a motivação que todos os actores sociais têm em estrategicamente manipular os seus gestos e comportamentos para que a experiência de emoções negativas, como o embaraço, e das sanções sociais que por serem sanções também implicam experiências emocionais negativas.

O embaraço em Goffman é então visto como uma emoção em constante ligação com a ordem social, uma emoção que não advém apenas de um processo interno do indivíduo e com pouco de irracional. Ao invés, ela assume um papel estruturador da ordem social: «One assumes that embarrassment is a normal part of normal social life, the individual becoming uneasy not because he is personally maladjusted but rather because he is not embarrassment is not an irrational impulse breaking through social prescribed behavior, but part of this orderly behavior itself» (1967, p. 109-111).

O trabalho de Goffman foi importante para o desenvolvimento da teoria da gestão emocional de Arlie Hochschild (1975, 1979, 1983). A socióloga, especialmente interessada em analisar as formas como os indivíduos aceitam determinadas *performances* ou desempenhos que não são gratificantes. No seu estudo sobre as hospedeiras de bordo, Hochschild analisa o modo como estas devem sempre manter uma postura agradável e simpática mesmo perante situações de grande *stress* ou de má-educação dos passageiros. A este trabalho de gestão das emoções das hospedeiras, a socióloga apelidou de *emotional labor* (1983) que se refere à regulação das emoções no trabalho e a troca de um vencimento fixo. O que este conceito indica é a existência de uma cultura emocional pré-estabelecida e que indica aos indivíduos o que devem sentir ou demonstrar sentir nas mais diversas situações. Esta gestão emocional é caracterizada manipulação e ocultação de determinadas emoções aos

outros, sempre que as emoções que possam surgir sejam desadequadas em determinadas situações de interacção. Para Hochschild as regras do sentir (*feeling rules* no original)¹²⁵ guiam o trabalho emocional pela correspondência que estabelecem às convecções sociais entre os indivíduos. As regras do sentir impõem ao indivíduo algumas restrições na demonstração das emoções como a intensidade (fraca ou forte), a sua direcção (positiva ou negativa) e a sua duração (curto-termo ou longo-termo).

O segundo tipo de normas emocionais é apelidado pela autora como *display rules* que especifica quando e como é que determinadas emoções devem ser explicitamente demonstradas, como por exemplo chorar num funeral ou rir numa festa (Hochschild, 1979, 1983). Quando estas *display rules* são cumpridas concretizamos o que a autora apelida de *surface acting*, ou seja, a adequação do nosso comportamento emocional ao que é socialmente expectável¹²⁶. Hochschild pretendia assinalar a capacidade das normas e expectativas sociais condicionarem a experiência emocional e, conseqüentemente a acção de uma forma quase repressora.

A abordagem de Hochschild pode ser considerada do domínio da microsociologia. No entanto importa reter a sua aproximação à macro estrutura. Ao manipular a demonstração das emoções para corresponder ao socialmente prescrito, age-se e sente-se de acordo com as expectativas convencionadas, reforçando a estrutura social.

Em todos os autores importa salientar os aspectos mais relevantes para o objecto de estudo. No caso de Thomas Scheff a exploração de emoções sociais como a vergonha e a culpa é determinante para o contexto da violência nas relações íntimas. O autor desenvolve uma teoria geral das emoções através da análise dos micro contextos e os modos como são afectados pela estrutura macro social. Nesse sentido, e como exemplo da ligação entre o micro análise e a influência na macro estrutura, Thomas Scheff e Suzanne Retzinger debruçaram-se no estudo da vergonha, a emoção que implica permanentes processos de monitorização das acções e interacções sociais. Segundo os autores, os indivíduos estão permanentemente a ver-se através dos olhos

¹²⁵ Para Hochschild *feelling* ou sentimentos, seriam já uma forma de pré-acção (1983).

¹²⁶ De forma semelhante Goffmann referia-se ao embaraço e como os actores sociais adequavam o seu comportamento para evitar sanções ou emoções negativas.

dos outros, ideia semelhante à de Cooley. Segundo Thomas Scheff, o conceito *looking glass self* evidencia a natureza social do *self* (Scheff & Retzinger, 2000). É desta forma que os indivíduos se auto-avaliam: através da imaginação ou antecipação da avaliação que os outros fazem. Segundo Scheff, este processo de auto-avaliação através da antecipação da avaliação dos outros, só poderá resultar na experiência de duas emoções: vergonha ou orgulho. Para o sociólogo, a vergonha auxilia a estrutura e a ordem social, mas apenas nos casos em que ela é reconhecida pelo actor social. Nos casos em que a vergonha é reprimida ou evitada (*bypassed*) ela pode ser a origem de conflitos sociais e do recurso à violência: «If shame is acknowledged, it can lead to a healthy reconstruction of social bonds, but if shame is unacknowledged, denied, or repressed, it activates a shame-anger cycle that can be highly disruptive to social bonds» (Scheff e Retzinger, 1991, p. 155). Tanto a capacidade de reforço dos laços sociais como a capacidade disruptiva da ordem social produzem claro efeitos na macroestrutura.

Partindo da perspectiva do interaccionismo simbólico e utilizando a ênfase que esta perspectiva concede à identidade e ao *self* para a compreensão das emoções, Scheff mostra como é que um processo emocional individual, logo micro social, afecta a macro estrutura. A convocação do trabalho de Thomas Scheff é, para nós, particularmente importante para a desconstrução dos processos emocionais da vergonha nos contextos das relações conjugais violentas. Se a vergonha é uma das emoções sociais que mais contribuí para a manutenção da ordem e da estrutura social, a sua experiência faz com que o actor social seja reproduzidor dessa mesma estrutura. Nesses casos, também as mulheres vítimas poderão estar a reproduzir comportamentos e expectativas sociais que contribuirão para explicar os processos de manutenção das relações violentas.

A influência das emoções na estrutura social é, também analisada por Jack Barbalet que defende que emoções são determinadas pelos processos macro estruturais que guiam a conduta dos indivíduos nas mais variadas situações ou papéis sociais. Como a experiência emocional é vivida e partilhada de forma colectiva, as emoções incitam a acção colectiva que, por sua vez, pode alterar a própria macro-estrutura. Para o autor os indivíduos agem colectivamente e essa força colectiva da acção pode mudar a estrutura e as próprias culturas (Turner e Stets, 2005). Para

Barbalet, a emoção pode ser analisada enquanto uma forma específica de relação social entre indivíduos (Barbalet, 2004). Apesar de considerar que a relação entre a emoção e acção é complexa, o autor defende que é a emoção que torna possível a acção, porque é ela que gere as condições e as oportunidades para a acção. A emoção é, então, o motor da acção: «Emotion, then, is precisely the experience of readiness for action» (*Idem*, p. 66).

O autor foca-se na análise da distribuição dos recursos económicos e as questões do poder (à semelhança de Kemper que abordaremos em seguida). Tal como os recursos económicos e materiais se distribuem de forma distinta e quantitativamente diferente em cada classe ou estrato social, também as emoções obedecem a essa distribuição desigual. A sua análise do *class resentment*, por exemplo, explica como uma emoção específica pode definir ou alterar os contornos das relações sociais entre classes ou estratos sociais. Os indivíduos reagem emocionalmente de acordo com os recursos económicos, de poder e de *status*. A indignação de classe (*resentment*) surge quando determinados estratos sociais da população percebem que outros grupos ou estratos obtêm poder ou recursos económicos violam o convencionalizado por uma determinada cultura ou sociedade. Nesse sentido, quanto mais desigual ou permissiva uma sociedade ou cultura for em relação a violação de convenção para obter poder ou *status*, maiores serão as possibilidades dos estratos sociais com menos recursos partilharem a experiência da indignação. Seria a experiência colectiva ou *class resentment* que motivaria a acção da classe mais desfavorecida e que posteriormente pode criar alterações na macro estrutura. Nas palavras do autor: «Emotion arises in the pattern of structured relationships, and forms the basis of action, which then consolidates or modifies social structures at some later time» (Barbalet, 2004, p. 64).

À semelhança da indignação de classe a confiança também é uma emoção com influência determinante na macro estrutura. Embora Barbalet comece por se referir à confiança como não sendo normalmente analisada enquanto emoção social, ele defende que ela é uma emoção e a mais envolta nos processos de tomada de acção. A confiança é fundamental para a acção no sentido em que antecipa um possível cenário futuro; uma consequência antecipada das nossas acções que acabará por se desenrolar como foi prevista. As consequências futuras das acções dos agentes sociais

estão longe de serem uma certeza. Sem a confiança de que o resultado final será o antecipado, ou o inferido, a acção social não se conheceria nos moldes em que hoje a sociologia a descreve.

A confiança é, então, para Barbalet uma emoção incontornável no estudo da acção social: «Human agency, the ability to make a difference in the world, is only possible through action in which the actor projects his or her capacities into an extensive relationship. The function of confidence, then, is to promote social action. It does so by virtue of its object, which is the future» (*Idem*, p. 86).

À semelhança de Thomas Scheff, também Barbalet utiliza a vergonha para explicar como ela emerge nos contextos de interacção e qual a sua relevância na promoção de alterações ou de conformidade, na macroestrutura. Apesar de Scheff e Barbalet terem em comum o recurso à vergonha para explicar determinados contextos da acção social, os dois sociólogos utilizam-na de forma substancialmente diferente. Enquanto Scheff considera a vergonha partindo do postulado de que ela se manifesta após a percepção de uma falha na adequação do nosso comportamento aos olhos dos outros, para Barbalet, a vergonha é sentida quando os indivíduos percebem que dispõem, ou que lhes foi atribuído, um determinado estatuto social ou recurso do qual não se revêem como merecedores.

Os contornos do “espírito de vingativo” foi também alvo da análise de Barbalet: o espírito de vingança remete-nos para as lutas de poder sobretudo quando algum grupo social percebe que lhe estão a ser negados determinados direitos básicos, nomeadamente direitos de acesso a determinadas posições sociais ou papéis. Esse acesso pode ser negado por outro grupo social ou pela própria estrutura social. Esse veto, motiva o sentimento de vingança e de ressentimento dirigido aos bloqueadores com o propósito de punição para reposição dos seus direitos. Nas palavras do autor «A vingança é, pois, uma activa tomada de consciência da ofensa e do desejo de retribuição; é um sentimento da emoção dirigido à correcção do estado das coisas» (Barbalet:196). Esta «correcção do estado das coisas» é um dos exemplos de uma alteração na macroestrutura dado que uns poderão ganhar acesso a posições ou papéis sociais anteriormente negados pela “despromoção” dos antigos ocupantes dessas posições. No fundo, para este sociólogo, a acção social será tanto melhor

compreendida quanto a nossa capacidade para entender as emoções e os processos emocionais que têm implicações na acção.

Theodore Kemper, considerado um dos sociólogos mais proeminentes da sociologia das emoções, centrou a sua análise num modelo que apelidou de *power-status* (Kemper & Collins, 1990, Kemper, 1990) que explica como as emoções se relacionam com o poder (*involuntary compliance*¹²⁷) e com o *status* (*voluntary compliance*¹²⁸) de um indivíduo, ou grupo, sobre outros. A experiência emocional vivida pelos actores sociais, varia conforme a atribuição de poder ou *status*: se alguém alcança poder tenderão a sentir satisfação, felicidade, orgulho, contentamento, confiança e segurança. Ao invés, quando se perde poder ou quando se ganha poder mas não nos sentimos dignos dessa atribuição, emerge o medo ansiedade e perda de confiança. Quando a perda de poder é atribuída a um outro actor social ou grupo, a raiva seria uma emoção que motivaria o actor a procurar recuperar a sua honra. Para Kemper a relação *power-status* depende das expectativas dos actores sociais. Nesse sentido, as emoções experienciadas dependerão sempre de duas situações: as expectativas criadas pelos actores sociais em torno do poder e *status* que vão obter na interacção; e do que realmente obtêm. As emoções que serão experienciadas dependerão sempre desta relação entre o expectável e o que realmente lhes é atribuído. Será a confirmação ou refutação das expectativas que determinará o tipo de emoções que serão experienciadas. Para alguns autores (Turner e Stets, 2005), a teoria de Kemper remete para formas de solidariedade ou desestruturação social. A atribuição de *status* de forma voluntária sedimenta a solidariedade social uma vez que quem o atribui e quem o recebe concordam acerca da sua validade. Ao invés, quando o indivíduo perde poder ou *status* experiencia emoções negativas, ao mesmo tempo que contribui para a erosão dessa solidariedade.

Tal como Barbalet, Kemper defende que muitas das interacções e expectativas sociais são baseadas na confiança que os indivíduos revelam nos desfechos que

¹²⁷ Para Kemper ser detentor de poder numa situação social ou interacção implica ser capaz de coagir outros às suas imposições. Quando este tipo de coacção ou *compliance* é obtida sob a forma de imposição ela é involuntária (Kemper, 1990).

¹²⁸ Refere-se a uma atribuição voluntária e espontânea do reconhecimento do *status* de um indivíduo a outro. O autor dá como exemplo o reconhecimento de *status* que é conferido de forma voluntária a estrelas de cinema ou da música.

consideram prováveis. Assim, o autor defende que a antecipação desses cenários futuros origina o que apelida de *anticipatory emotions*. A antecipação da experiência emocional é, para o autor, o que orienta a acção e o comportamento de todos os actores sociais.

Nesta breve síntese das múltiplas perspectivas que o conhecimento filosófico e científico, particularmente da sociologia, teve em relação às emoções, percebemos como as emoções, numa primeira instância consideradas inimigas da razão e do “bom senso” do Homem, assumem hoje um papel de particular destaque na análise da acção social. A abertura de um debate teórico só faz sentido quando ligado ao objecto de estudo. Assim, o ponto seguinte, que analisará a questão da emoção/razão e a sua influência nas tomadas de decisão ou escolhas num determinado curso de acção é o aspecto que nos importa para a análise das decisões de manutenção e ruptura das vítimas de violência conjugal.

No ponto que se segue reflectiremos sobre o papel das emoções para a acção social e sobre a dicotomia emoção/razão que ainda acompanha alguns debates científicos em diferentes áreas disciplinares.

7.2. O que há de social nas emoções: emoção e acção social

O debate teórico sobre as emoções tem-se mantido até hoje, sobretudo, porque tratamos de um conceito primordial em vários campos científicos: da Biologia à Bioquímica, das Neurociências às Ciências Sociais e Humanas. Com este ponto do nosso trabalho, pretende-mos explicitar alguns dos conceitos essenciais para a investigação empírica do objecto de estudo.

Em primeiro lugar, torna-se necessário clarificar o que é uma emoção. Por vezes, a definição de emoção perde-se no seu uso comum, por demais vezes utilizando outros conceitos como sinónimos: sentimentos, sensações, disposições, etc.. Também por ser objecto de análise de áreas científicas dissemelhantes, pode definir-se conceptualmente através de diferentes perspectivas: «From a biological perspective,

emotions involve changes in the body systems (...) From a cognitive perspective, emotions are conscious feelings about self and objects. From a cultural perspective emotions are labels that humans give to particular physiological states of arousal» (Turner, 2007, p.2). As emoções dependem, então, do processo cognitivo: antes de reagirmos a determinado estímulo emocional, causado por uma determinada situação, temos de a processar cognitivamente.

Do ponto de vista da biologia, as emoções são processos fisiológicos e bioquímicos, aperfeiçoados durante milhões de anos durante o processo de evolução desde o *Homo Nobilis* e durante todo o caminho evolutivo até ao homem actual. Por isso, parece-nos que a definição de Damásio é apropriada precisamente porque articula a dimensão biológica e fisiológica¹²⁹ com a dimensão social e cultural, perspectiva fundamental na estruturação deste trabalho. Assim, e segundo Damásio uma emoção propriamente dita é «uma colecção de respostas químicas e neurais que formam um padrão distinto (...) as respostas são produzidas quando o cérebro normal detecta um estímulo-emocional-competente, o objecto ou acontecimento cuja presença real ou lembrada desencadeia a emoção. As respostas são automáticas.» (Damásio, 2003, p.71) Por razões óbvias, a definição da emoção apenas num sentido neurológico, não resulta suficiente. A passagem da emoção, apenas como processo neurológico, para uma experiência cultural e social (ou seja, da emoção *strictu sensu* para as emoções sociais) é colocada pelo autor da seguinte forma: «Uma das finalidades principais da nossa educação é interpor uma etapa de avaliação não-automática entre os objectos que podem causar emoções e respostas emocionais. Essa modulação é uma tentativa de acomodar as nossas respostas emocionais aos ditames da cultura» (*Idem, Ibidem*). Estes «ditames da cultura» introduzem, na definição de Damásio, a sua dimensão social e/ou cultural das emoções.

A utilização do termo emoção remete para diferentes classificações, três segundo Damásio: as emoções de fundo, emoções primárias e emoções sociais

¹²⁹ A propósito da articulação entre o sistema biológico e fisiológico com o sistema social no estudo das emoções, Turner (2007) ironiza sobre o tardio reconhecimento que os sociólogos concederam à dimensão biológica no estudo das emoções. Refere mesmo que os sociólogos sempre revelaram um medo quase instintivo (*primal fear*, no original) em incorporar essa dimensão nas suas análises, brincando com a expressão «primal fear» que nos remete para uma resposta automática de alarme no sistema límbico do cérebro humano.

(Damásio, 2003). Sendo as emoções de fundo manifestações mais subtis do corpo (a força de movimentos, amplitude, precisão e expressões faciais), e as emoções primárias, facilmente identificáveis pois correspondem a uma panóplia de emoções inscritas filogeneticamente (o medo, o nojo, surpresa, tristeza, prazer, etc.), são as emoções sociais que, apesar do autor defender que são componentes e derivações das emoções primárias) as que mais nos interessam para este projecto. Estas diferenciam-se de outros tipos de emoção dado que são alvo de um processo de aprendizagem e de assimilação de valores sociais: «aquilo que aprendemos a gostar ou a detestar, discretamente, ao longo de uma longa experiência de percepção e emoção» (Damásio, 2003, p. 66). As emoções sociais distinguem-se das primárias ou básicas (Damásio 2003), consideradas universais¹³⁰ porque são parte da nossa herança genética e responsáveis pela sobrevivência da espécie humana. Turner, define emoções primárias como «presumed to be hardwire in human neuroanatomy because they had fitness-enhancing value for mammals and, later, of those primates on the human line of evolution» (2005, p. 11). Se as emoções primárias não são passíveis de ser aprendidas, afirmação que se mantém até hoje como verdadeira, as emoções sociais apresentam um processo de construção contrário: decorrem da socialização e são aprendidas pelos indivíduos. Todavia, tal não significa que não exista uma conexão entre ambas «The expression of primary emotions is hardwired and universal, and second-order emotions is also wired into the human neuroanatomy, with the gestural expression of these emotions determined by socialization into the emotion culture of a society» (Turner, *Ibidem*, p. 20).

¹³⁰ Embora não haja consenso definitivo sobre as emoções que são universais, e salvaguardando algumas diferenças culturais sobre a forma como estas emoções primárias são expressas e interpretadas, o dado que é consensual é que existe, de facto, uma panóplia de emoções que são universais em todas as sociedades ou comunidades espalhadas pelo mundo. Muitos estudiosos, cientistas e académicos de múltiplas áreas disciplinares, tentaram elencar uma lista de emoções que consideram estar na base da nossa experiência emocional mais básica, geneticamente programada (Darwin, 1872; Oatley, 1992; Turner, 1996; Izard 1977; Ekman, 1984; Epstein, 1984; Plutnick, 1980; Kemper, 1987). Kemper (1987) após uma análise de muitas das obras de cariz científico que se dedicaram a enumerar as emoções primárias, refere que existe um consenso, relativamente generalizado sobre as emoções primárias que permitiram o nosso sucesso enquanto espécie: felicidade, medo, raiva, tristeza. As variações entre as emoções universais são algumas e nalguns casos significativas, no entanto não aprofundaremos esta particularidade uma vez que nos interessam as emoções sociais.

Desta forma, as emoções não são apenas experiências individuais, importando definir o que em nós é inato ou socialmente adquirido. De facto, defendemos que existe uma forte imbricação da estrutura social nas emoções. Mesmo quando falamos da dimensão mais individual da experiência das emoções, relacionada com o foro fisiológico ou psicológico, não podemos deixar de considerar o processo de construção social das emoções. Este processo é dialéctico dado que as emoções influenciam as estruturas sociais: «Emotions are social constructions (...) emotions influence and are influenced by, flow of interaction in social structures regulated by cultural norms, values and beliefs» (Turner & Stets, 2005: 2).

Se a emoção surge, ou é inerente, às relações estruturais da sociedade, é importante conhecer a forma como as emoções influenciam o *self*.

Tal como Damásio acredita, a expressão das emoções encontra-se associada aos valores e crenças sociais vigentes, que por sua vez dependem da percepção de cada actor social. As crenças e valores sociais são considerados por alguns autores como os precedentes das emoções (Scherer, 1999; Frijda Manstead e Bem, 2000). No entanto, apesar das crenças sociais poderem guiar as nossas ações, isoladamente elas não iniciam nenhum tipo de acção social. Será o impulso emocional que produz a acção: «Emotions are prime candidates for turning a thinking being into an actor» (Fridja, *et al.*, 2000, p. 3). É à luz da importância das crenças e valores sociais que Fridja define as emoções: um estado emocional que acopla sentimentos, disposições, mudanças fisiológicas, ou inclinações para a acção. A autora defende que as emoções podem despertar, introduzir-se e moldar, amplificar ou alterar as crenças sociais, e torna-las resistentes à mudança (2000, p. 5).

Thoits (1989) discute o que é uma emoção através de seis elementos que deverão ocorrer em simultâneo: apreciação e avaliação de um estímulo situacional ou; mudanças fisiológicas ou sensações corporais¹³¹; demonstração de gestos ou movimentações corporais particulares e, finalmente, o significado social e cultural colectivamente reconhecido através de sinais que remetam para emoções específicas. O que subjaz no pensamento de Thoits é que uma emoção só pode ser reconhecida

¹³¹ *Bodily sensations*, no original.

como tal, quando existe um significado social que se lhe atribui e sobretudo se os diversos actores sociais partilham esse significado, situação que Turner (2007) veio posteriormente a denominar “vocabulário das emoções”.

A imbricação das emoções na interacção social, leva Scheff a referir-se ao mundo social como *social-emotional world* (2011). Refere o autor que desde os conceitos do interaccionismo simbólico como vivermos na mente dos outros de Cooley ou o conceito de salvar a fase de Goffman, que as emoções se destacam pela sua importância em toda a ação social. Scheff refere mesmo que quase todas as emoções surgem no contexto das dinâmicas das relações sociais. Nesse sentido, os actores sociais agem de forma a respeitarem as normas sociais estabelecidas - tal como Durkheim já tinha defendido - o que produz um reforço dessas mesmas normas. As emoções são o principal idioma para definir e negociar as relações sociais entre o *self* e a ordem moral (Lutz & White, 1986, p. 417). A centralidade das emoções na interacção social é incontornável e por isso não podemos ignorar a forma como a estrutura social, através das normas sociais, códigos de conduta e de moralidade, moldam a experiência emocional dos indivíduos. Nesse sentido, as emoções servem um outro propósito: a sinalização da experiência das emoções não apenas em quem as experiência mas, igualmente, nos outros: a experiência da emoção é por nós sentida e ao mesmo tempo detectada pelo outro. É desta forma que as emoções são passíveis de ser reconhecidas e socialmente (re)produzidas. A este propósito Denzin (1990), refere que é através da experiência emocional, da empatia e solidariedade colectiva e da auto-revelação de determinadas emoções que os indivíduos ganham conhecimento de si próprios e dos outros. As emoções são, então, passíveis de serem interpretadas e decodificadas porque estão imbuídas de significado e significância social: «Emotion becomes a meaningful object to be interpreted, controlled, use or managed by social actors who are engaged in understanding themselves and managing others' impressions of them (Thoits, 1989, p. 331).

Aprofundando a articulação entre emoções sociais e a assimilação de valores/normas culturais, Gordon (1981), defende que o conhecimento da cultura é fundamental para se entender as emoções, sendo que, para esse fim, o autor distingue entre emoções biológicas e “sentimentos sociais” que introduzem a importância da

assimilação dos valores culturais. Os valores culturais são definidos por este autor como um padrão social de sensações e significados culturais organizados e tendo como referência a sua relação com outra pessoa. Para Gordon, o tipo de emoções que experienciamos, nas mais variadas circunstâncias sociais, depende do que o autor apelida de «emotional beliefs» (Gordon, 1981, p. 566) com os quais fomos socializados.

A imbricação das emoções nos valores e crenças sociais é incontornável isto porque a emoção é uma das condições para a interacção social: «Emotions are a primary idiom for defining and negotiating social relations of the self in a moral order» (Lutz & White, 1986, p. 417). Também Ekman refere que a principal função das emoções é mobilizar o organismo de forma rápida para que ele consiga lidar de forma adequada em momentos de interacção social (Ekman, 1992, p. 171). Desta forma as emoções sociais devem ser debatidas enquanto produtos ou construções culturais e sociais, edificados por indivíduos ou grupos em determinados contextos sociais, articulados com a construção das identidades individuais e colectivas (Lutz e Abu-Lughod, 1990).

Também para Elster, o processo entre as normas sociais e as emoções é dialéctico e por isso não podemos definir nenhuma delas sem a presença da outra: por um lado as normas são sustentadas pelas emoções por outro, a expressão das emoções é regulada pelas normas sociais: «To the extent that expression of the emotions is within the control of the will, they are obvious targets for social norms. There is, for instance, an effective norm against laughing at funerals. Expressions that are largely involuntary, such as shedding tears, blushing or fainting, are usually not the target of norms» (Elster, 1996, p. 1390). É precisamente pelo facto das normas sociais serem mantidas pela aplicação de sanções que Elster defende que essas sanções, por menores que possam ser, são cruciais porque são os veículos da expressão de emoções como a raiva, nojo, desprezo., etc. O argumento do autor é que ser o alvo dessas emoções é extremamente doloroso para o actor social e por isso os actores movem-se de forma a evitarem transgredir as normas sociais. Embora as estruturas sociais não assentem por inteiro na instigação do medo das sanções sociais, os indivíduos estão «particularly attuned to negative sanctions, and these sanctions have

the most power to affect us emotionally; and this is so because they are ancient and hard-wired» (Turner, 2007, p. 62).

Também Randall Collins considera fundamental o papel da estrutura social na produção e manifestação das emoções, tendo como objectivo o reforço dessa mesma estrutura. Segundo o sociólogo, o processo de “efervescência social” é gerado através do reforço positivo ou “positive feedback” (Collins, 1894, 2004), concedido aos indivíduos que (re)produzam as normas sociais e morais. Esse reforço faz emergir emoções positivas nos actores sociais que, por sua vez, ao procurarem permanentemente esse reforço, reforçam a estrutura social através da produção e reprodução de rituais de interacção, símbolos, códigos morais, de valores, etc. Resulta daqui que, a forma como todos os actores sociais interagem com a estrutura social exponencia a vivência de determinadas emoções. Leach e Tiedens (2004) resumem a articulação entre o sistema social - com as suas normas, valores e crenças que constituem o *core* da sua manutenção e sobrevivência - e as emoções: a sociedade define a natureza das emoções bem como a forma como elas se expressam, ou seja «we are socialized into our ideias about specific emotion and into our understanding of how particular situations link up to emotional feelings. Emotional experiences then are dictated by our social surroundings in a way that is so thorough, we do not even notice the difference» (*Idem*, 2004, p. 3).

A importância da análise das emoções no contexto da violência conjugal prende-se com a sua influência no condicionamento da acção das mulheres vítimas. Será que a experiência da vergonha e culpa motiva as mulheres a agir de acordo com os papéis sociais de género, mantendo-as em trajectórias de violência? No plano teórico, mostramos que as emoções são penetradas pelos valores, normas e crenças vigentes e colectivamente partilhadas. As emoções são mais um dos instrumentos que a estrutura social instrumentaliza para guiar os actores sociais no sentido da manutenção da ordem social estabelecida. É isso que confere às emoções um vínculo social. Nesse sentido, torna-se imprescindível perceber o papel de determinadas emoções no contexto das relações conjugais violentas. No que concerne a este objecto de estudo, tentaremos mostrar como determinadas emoções podem contribuir para que as vítimas se mantenham nas relações com o propósito de preservarem os

princípios enformadores de dois dos maiores bastiões da ordem social: a conjugalidade e a família.

Mas existem algumas questões às quais necessitamos de responder relativas às emoções e à sua articulação com a acção individual. Que factores motivam a acção e as escolhas de acção que fazemos? E qual o papel da racionalidade¹³² e das emoções no processo de decisão? E qual a influência das emoções na autonomia ou liberdade individual que temos na nossa acção social? Estes são os aspectos que seguidamente discutiremos.

7.2.1. A emoção e a razão no contexto da acção social: da paradoxalidade à dialéctica

«Emotions have taught mankind to reason»

Marquis de Vauvenargues (2003)

Na sua obra *The expression of the emotions in man and animals*, Darwin descreve uma experiência que o próprio realizou no Jardim Zoológico de Londres: «I put my face close to the thick glass-plate in front of a puff adder in the Zoological Gardens, with the firm determination of not starting back if the snake struck at me; but, as soon as the blow was struck, my resolution went for nothing, and I jumped a yard or two backwards with astonishing rapidity. My will and reason were powerless against the imagination of a danger which had never been experienced» (1998, p. 40). Com esta experiência Darwin percebeu que a racionalidade lhe tinha falhado: a cobra não o

¹³² Bermudéz em *Decision Theory and rationality* define o conceito de racionalidade assente em três dimensões: «The concept of rationality has (at least) three different dimensions. Most basic is the action-guiding dimension. We use the concept of rationality to identify a privileged subset of the set of possible ways of resolving a given decision problem, narrowing down the possible resolutions to those that are legitimate. We also use it for the purpose of normative assessment in a broader sense—a sense that does not simply take the decision problem as given, but extends to how that decision problem is configured. Finally, the concept of rationality is a tool for psychological explanation and prediction» (2009, p.1).

poderia atacar porque o vidro os separava, conclui a razão, mas esta foi impotente perante a emoção de medo que o dominou quando a cobra chocou contra o vidro¹³³.

Grande parte das reflexões conceptuais e teóricas sobre as emoções é dominada pela dicotomia emoção/razão ou racionalidade, sobretudo no contexto da disposição para a acção¹³⁴. Defendemos que nenhuma acção social pode ser qualificada como racional sem que as emoções dela façam parte. Rebateremos a ideia da acção puramente racional e da obsessão com a racionalidade, como cunhou Elster (1996).

Como vimos anteriormente, a experiência das emoções é ainda vista como “inimiga” das tomadas de decisão ditas mais esclarecidas: as ditas decisões racionais. A perpetuação desta ideia reflecte os séculos de desvalorização do papel das emoções se debateram, como já analisamos. Quando dizemos que alguém tomou uma decisão racional, ou que opta por empregar a racionalidade na sua conduta ou acção, do que falamos ao certo? A racionalidade implica que determinado indivíduo age com recurso à apreciação da sua situação no mundo, para conseguir atingir determinado objectivo (TenHouten, 2006, p. 129). Mas se a acção racional envolve a prossecução de um objectivo, tal implica que o indivíduo já se encontra emocionalmente comprometido, o que significa que a racionalidade é um processo que depende da articulação entre emoção, meios e fins. Assim, a racionalidade encontra-se “comprometida” pela intromissão da emoção. A este propósito, Herbert Simon, na obra *Reason in Human Affairs* (1990) escrevia que uma das formas de optimismo, ou do suposto optimismo, defende que se formos suficientemente racionais, conseguiremos resolver todos os nossos problemas porque escolhemos as melhores alternativas de conduta. Simon pretendia ironizar com as correntes tradicionais que concebem apenas a racionalidade como o expoente máximo da acção consequente e com desfechos significativos e coerentes para o indivíduo.

Também Robert Solomon rejeita que as emoções sejam consideradas como opostas à razão ou que não sejam analisadas como contendo uma parte importante de

¹³³ Em Oatley (2004).

¹³⁴ Partilhamos a opinião de Barbatel (1998) quando nos diz que o uso dos termos razão e racionalidade são intermutáveis, logo não obedecendo a processos ou conceptualizações diferentes entre eles.

racionalidade. Para o filósofo, deve-se rejeitar a ideia que as emoções não sejam racionais e que, ao contrário da racionalidade, não se formem através de um complexo processo de apreciação e avaliação das opções: «Emotions, therefore may be said to be rational (...) They require at least minimal intelligence and a sense of self-interest and they proceed purposefully in accordance with a sometimes extremely complex set of rules and strategies. In this sense, we may well talk of the "logic" of the emotions» (Solomon, 2003, p. 35).

As tentativas de explicação da acção social, bem como o papel da emoção e da razão na acção, ainda hoje ocupam parte do debate sociológico e filosófico. Com que meios e com que fins agimos? O debate está longe de se encontrar fechado ou de se reger pela unicidade de pontos de vista. Claro que para a sociologia o enfoque é o envolvimento do indivíduo no contexto social ou na sociedade a que pertence. Por isso, e em primeiro lugar temos de considerar que a decisão para a acção é um processo dependente da interacção entre o indivíduo e o ambiente social onde está inserido: «Individuals make indications to themselves and this "self-reflexivity" enables humans to make choices. By being able to point things out to ourselves, we can do "emotion work" that is the use of our thoughts to mold our feelings» (Mills, Sherryll Kleinman, 1988, p. 1009).

Mas quando debatemos a acção social, não devemos esquecer que a decisão para a acção é sempre condicionada pela incerteza do desfecho, o que nos leva a considerar que o indivíduo quando age, age sem o conhecimento pleno das consequências: «To deliberate is to evaluate lines of action in terms of their consequences, which may depend upon circumstances the agent can neither predict nor control» (Jeffrey, 2010:1). Podemos, então, admitir que a nossa capacidade para a agir é sempre limitada, do ponto de vista do desfecho e, assim sendo, agimos sempre com algum grau de confiança (para Jack Barbele uma emoção essencial para explicar a acção social) em possíveis desfechos que vão de encontro ao que desejamos. Outros autores (Tenhoouten, 2006 Fridja, 2000 e Ekman, 1992), defendem que o processo racional envolve sempre emoção, precisamente porque a racionalidade inclui a emoção, em particular aquelas envolvidas nos processos antecipatórios da acção quando a sua consequência é projectada no futuro.

A decisão para agir, bem como a forma como agimos, está sempre dependente do nível das concepções e representações acerca do mundo social, como nos explica Bermúzes: «In its action-guiding guise decision theory has normative force. It is a prescriptive theory. The expected utility principle tells the agent how she/he *ought* to choose, given what she believes about the world and what she desires to achieve» (pp6). Estes são alguns dos argumentos que nos alertam para o protagonismo das emoções na acção social. Também para Simon (idem, 106) a razão considerada isoladamente é irrelevante porque «It can't select final goals, nor can it mediate for us in pure conflicts over that final goal to pursue».

De acordo com o que foi atrás referido, nenhuma decisão é meramente racional, tal como a razão e a emoção não se constituem como pólos opostos¹³⁵, funcionando em articulação para desencadear o processo de acção sociais dos indivíduos. Como Collins (1993) refere as emoções são: “o denominador comum” da racionalidade dado que esta depende do julgamento, avaliação e decisão da conduta a tomar. Desta forma, a articulação entre a razão e a emoção faz-se, a partir de avaliações, ponderações, motivações e, particularmente cognições. A ideia central é a articulação entre a avaliação do actor e a emoção uma vez que as emoções só são geradas após um julgamento e avaliação da situação. Este julgamento, ou avaliação, é guiada pelo grau de potencial benefício ou prejuízo que pode trazer ao actor (Turner e Stets, 2005). Esta ponderação está, obviamente dependente daquilo que apreendemos do mundo social e da nossa posição dentro dele. Essa apreensão realiza-se através do processo de cognição, processo esse que para muitos autores está na base da decisão ou motivação para a acção (Ekman e Davidson, 1994; Dalgleish e Power, 1999). Assim, também a racionalidade está dependente da cognição e da forma como apreendemos a realidade social, essa mesma apreensão da realidade que sabemos ser por nos apreendida na forma de representações sociais.

Para a Neurociência, por exemplo, a cognição e a emoção são os dois aspectos cruciais da vida mental humana. Existe por isso uma integração funcional entre a

¹³⁵ A este propósito Turner & Stets referem: «Rationality and emotions are so intricately connected at all levels, that it is not usefull to separte them, as several hundred years of philosophy and sociology have tended to do» (Turner & Stets, 2005, p. 22).

emoção e a cognição, o que faz com que a razão seja afectada por ambas. Assim, «o goal-directed control of behavior (rationality) is dependent on the emotional and cognitive process (...) goal-directed decision-making are inseparable» (TenHouten, 2006, p. 76). Ora, se o processo cognitivo é em si mesmo um processo de captação da realidade social e das situações ou interacções sociais, ele não é independente das nossas representações sociais, construídas ao longo do percurso individual e repletas de ligações emocionais do que aprendemos a gostar ou a rejeitar ao longo do nosso tempo de vida, tal como nos diz Damásio. Por isso a cognição, também fundamental para a racionalidade, tem necessariamente de contagiar a razão. Talvez por esta articulação ser incontornável, Fridja (1987) define as emoções como tendências para estabelecer, manter ou romper o processo relacional que estabelecemos como o ambiente social, o que sugere que as emoções não só dependem da cognição e do que aprendemos do ambiente social mas também são um vector fundamental que permite aos indivíduos relacionar-se com outros indivíduos ou (re)agir e tomar decisões em cenários de elevada complexidade social.

As pesquisas no campo das Neurociências demonstram que a separação do que é racional e emocional é errada. Hoje, sabemos que não há razão pura, ou actos que obedeçam a uma racionalidade estrita; mesmo quando tal parece, há sempre um “fundo emocional” que suporta a racionalidade (Damásio, 2003). A escolha de uma (re)acção/decisão ou caminho a seguir, não é apenas um processo unicamente racional ou emocional. A escolha apresenta-se sempre como um processo articulado entre emoção e razão, sendo que a emoção se revela antes do próprio raciocínio: «Quando o sinal emocional é apreciado conscientemente, produz-se um sinal de alarme automático que aponta, no seu mais imediato, para opções de acção que podem bem levar a consequências negativas. Esse sinal automático (...) pode levar-nos a não escolher qualquer coisa que no passado teve consequências negativas. Esse sinal emocional aparece, geralmente antes que o nosso próprio raciocínio nos tenha aconselhado claramente a não fazer uma certa escolha» (Damásio, 2003: 171). A inequívoca articulação entre a emoção e a razão e o papel crucial da emoção para as tomadas de decisão ditas racionais, foi encontrada por Damásio no trabalho que

efectuou em doentes com lesões cerebrais específicas¹³⁶, lesões que lhes retiraram a capacidade de vínculo emocional e afectivo. Esses pacientes, testados numa série de experiências e jogos e cuja capacidade de tomar decisões foi analisada, demonstraram uma total incapacidade de tomar as decisões que mais os beneficiariam. Daí Damásio conclui que esses pacientes tomam decisões erradas porque a variável emoção é retirada da equação. O neurocientista afirma que «Reduction in emotion may constitute an important source of irrational behavior» (Damásio, Damásio e Bechara 1994, p. 53) e, consequentemente «The powers of reason and the experience of emotions decline together» (1994:54). O que podemos concluir do estudo de Damásio é o modo como a acção racional e a orientação para um objectivo ou fim está dependente do processo emocional. Sem emoções viveríamos indiferentes, o nosso futuro não seria preocupação nas nossas acções que, por sua vez, não teriam significado, expectativa ou consequências. Sem as emoções seríamos incapazes de tomar decisões que pudessem guiar as nossas acções.

Em suma, sem as emoções os actores sociais não seriam capazes de viver rem comunidade: «Humans are emotional beings in a crucial sense (...) without their emotionality many of the properties formerly proposed as species-forming differences such as our ability to act rationally or our ability to form and sustain social communities would not exist either» (Röttger-Rössler & Markowitsch, 2009: 18).

Muito do trabalho realizado por Damásio reside na análise dos marcadores somáticos¹³⁷ e como eles contribuem para a acção ou escolhas de um curso de acção dos indivíduos. Os marcadores somáticos, uma espécie de pressentimento, ou *gut feelings* no original, e que através da experiência, são capazes de prever desfechos possíveis (1994, p. 174). Estes marcadores somáticos funcionam como acumuladores

¹³⁶ Especificamente lesões no lobo frontal.

¹³⁷ António Damásio explica o que são os marcadores somáticos e como se relacionam com o processo de tomada de decisão da seguinte forma: «When a bad outcome connected with a given response option comes into mind (...) you experience an unpleasant gut feeling. Because the feeling is about the body, I gave the phenomenon the technical term somatic state (...) and because it marks an image, I called it a marker (...) The somatic marker forces attention on the negative outcome to which a given action may lead (...) the signal may lead you to reject immediately the negative course of action and thus making you choose among other alternatives. The automatic signal protects you against future losses (1994, p. 175- 187).

de experiências vividas, posteriormente colocadas ao serviço do indivíduo para que as suas escolhas sejam as mais adequadas. Porque a experiência acumulada permite “avisar” o indivíduo de uma má decisão, através desses *gut feelings* que são um instrumento incontornável na análise dos processos de acção social. Damásio, radicaliza ainda mais a sua visão quando escreve que acredita que em todas as decisões complexas que tomamos somos guiados pelos nossos pressentimentos (marcadores somáticos).

Jon Elster, um dos principais críticos da radicalização da análise de António Damásio, discute que a decisão para a acção, nasce da fecundação dos elementos objectivos (recolha de informação e avaliação/ponderação de custos e benefícios de determinada acção) com a projecção de um desfecho que potencie a experiencição de emoções positivas. Este processo envolve vários elementos para que o indivíduo possa proceder a uma avaliação/ponderação de custos e benefícios relativa à sua escolha (Elster, 1996). As emoções articulam-se neste processo da seguinte forma: se o actor segue determinada linha de conduta, mesmo que a sua acção seja considerada racional, ele age de forma a maximizar uma experiência emocional positiva, logo a acção é motivada para uma experiência emocional.

Ao contrário das visões dicotómicas da razão e emoção, o filósofo defende que as emoções não só não perturbam os processos de tomada de decisão ditos racionais, como promovem essas mesmas tomadas de decisão. Suportando este argumento o autor discute que as emoções nos ajudam a tomar decisões uma vez que atuam como «tie-breakers» (Elster, p. 284) nos casos de indecisão ao promoverem a qualidade da decisão através de sua capacidade de nos alertar para as características mais determinantes e importantes da situação em que nos encontramos. De acordo com o autor, as emoções influenciam o processo de tomada de decisão pois introduzem os elementos de custo e benefício de uma determinada linha de conduta. Assim, conclui Elster «Emotions are rational if those appraisals themselves are rational» (1999, p. 284).

O papel das emoções na tomada de decisão adquire um protagonismo considerável no trabalho do filósofo, anteriormente convocado, Robert C. Solomon.

Para o autor, as emoções são em si mesmo acções. O filósofo defende que se as emoções têm um objecto específico ou são sempre acerca de “algo”. Nesse sentido são semelhantes às crenças uma vez que as emoções não deixam de ser avaliações e julgamentos, relacionados com a normatividade ou moralidade do nosso comportamento, e se cada um de nós age de acordo com a persecução dessa normatividade, então: «(...) emotions are judgments, and judgments are actions, though covert, then emotions, too, are actions. In other words, emotions are purposive, serve the ends of the subject, and consequently can be explained by reasons or "in-order-to" explanations» (2003, p. 17).

Todas as perspectivas anteriormente analisadas convergem na ideia que as emoções estão sempre implicadas na acção individual ou colectiva e que tal está longe de se encontrar apartado do processo racional. O que devemos destacar é a importância das emoções enquanto transformadoras do próprio mundo social onde ocorrem através da agência dos actores sociais: «Emotion is, in fact, implicated in action; indeed, it can be conceptualized as an important dimension of action within social processes. The body is never simply the passive recipient of society's forces, but through emotion, contributes to the making of the social world through its own transformation and its transformative acts (Lyon, 1999, p. 202). As emoções tal como as acções têm um propósito: actuar, realizar, concretizar atingir algo.

Mas como analisar a decisão de não agir, como é o caso de algumas das mulheres vítimas de violência conjugal que se vão mantendo nas relações conjugais? Nestes casos, não reagir é, também uma escolha de acção. Segundo Luhmann (1986), os processos de interacção social defrontam-se com o excedente de possibilidades oferecidas pelo meio ambiente, resultando daí a intensificação da complexidade social, podendo tal não ser suficiente para conduzir o actor social a agir. Barbalet (1998), refere que mesmo na ausência de uma escolha de opções, o actor pode escolher não agir. Assim, e muitas vezes, a capacidade para agir é reduzida, como já vimos ser o caso das mulheres vítimas de violência: «In certain circumstances, adults will suspend their ability to make self-indications, thereby allowing themselves to move into an emotional state or feel overwhelmed» (Mills & Kleinman, 1988, p.1010). Desta forma,

também a experiência emocional pode ser reflexiva ou não-reflexiva (Rosenberg, 1990).

Também TenHouten, para quem a acção está sempre associada com o «self-interest», explica como a decisão de não agir é um processo racional de ponderação e avaliação, nunca separado do processo emocional. O autor explica que todo o indivíduo age para evitar o que apelida de «unpleasant emotions» (2007, p. 132). Assim, se o actor perceber que as consequências de uma acção podem resultar na experiência dessas emoções desagradáveis, a decisão de não agir é fruto de um processo cognitivo e de avaliação da situação mas com um fundo emocional. A este propósito, o conceito de *frozenness* (TenHouten, 2007), caracterizado por uma suspensão da acção ou de uma reacção explícita, processo que nos parece particularmente importante para o contexto das vítimas de violência conjugal aqui analisadas. Ao não romperem a relação violenta, as mulheres vítimas escolhem suspender a acção ou uma reacção explícita. Não sugerimos com isto que esta decisão de não agirem explicitamente esteja apartada de uma decisão consciente e ponderada por elas. A escolha de não agir ou reagir explicitamente é uma decisão táctica, como refere o autor: «Just as a tactical retreat can be rational, so also it can be rational to pause while deciding whether to continue forward or move backward» (2007, p. 137). Assim, também a decisão de não (re)agir é uma decisão de acção em si mesma, que tem como objectivo suspender a acção explícita até que uma outra decisão venha a ser tomada.

Concluimos que alguns dos campos Científicos que se debruçam sobre as emoções, já abandonaram a análise isolada do processo racional dado que os avanços do conhecimento nesta matéria têm sido suficientes para mostrar que a emoção é essencial no processo racional de análise de condutas individuais ou colectivas.

Para além das explicações que já avançamos nos capítulos anteriores, sobre as causas que podem conduzir as vítimas à passividade (isolamento social, dependência financeira, etc.) procuraremos, nas páginas que se seguem, centrar-nos nas causas de foro emocional, que sustentam as decisões de acção ou passividade feitas pelas mulheres quando inscritas no referido contexto de violência. Assim, procuraremos

identificar como a vergonha e a culpa têm e o seu papel na decisão de manutenção das relações.

7.3. Vergonha e culpa: emoções que aprisionam

Todos os indivíduos necessitam da corroboração e validação das acções ou comportamentos para se sentirem aceites na sua construção identitária. Como já referimos a aprovação social não depende apenas da auto-avaliação mas da visão que achamos que os outros têm de nós. Enquanto seres sociais, estamos incompletos até sermos validados pelo(s) colectivo(s) ou sociedades onde nos inserimos. Nesse sentido, a capacidade de criarmos uma identidade válida aos olhos dos outros é crucial para o exercício de uma vivência social enquanto pertença a determinado grupo, sociedade ou comunidade (Gilbert, 1995). Vivemos, assim, num mundo de intersubjectividade cognitiva onde todos temos a capacidade de influenciar o comportamento, a experiência emocional e a visão que os outros têm de nós e de si mesmos (Trevathen e Aitken, 2001). As capacidades cognitivas que nos permitem interagir de acordo com o socialmente expectável são as mesmas que nos permitem a capacidade de viver na mente dos outros (Cooley, 1922), ou de criar audiências imaginárias (Kaufman, 1999). Interagimos através de esquemas ou guiões sociais que nos guiam de acordo com o que são as expectativas dos outros. Para que a interacção e o nosso comportamento e *self* sejam aprovados, deverão corresponder a essas expectativas socialmente partilhadas. O *self* é, então «the gravitational center of social cognition» (Van Boven, *et al.*, 2005).

A forma como nos apresentamos ou interagimos é sempre auto-regulada para cumprirmos o que é expectável. Por isso, «Reading others minds makes minds deeply social in that those minds interpenetrate each other» (Gilbert, 1995, p. 177). Mas existirá um mecanismo social que nos impele a actuarmos de forma a sermos validados socialmente pelos outros? De que forma a estrutura social guia a agência para que a construção da nossa identidade dependa da corroboração de outros indivíduos?

Para o presente objecto de estudo, destacamos duas emoções sociais – vergonha e culpa – que pensamos ser capazes de controlar, reger e orientar o comportamento da vítima de acordo com as expectativas sociais. Integração social ou rejeição, estigmatização ou alienação social, são desfechos possíveis em qualquer interacção social. Nesse sentido, todo o actor social evita experienciar emoções sociais com conotação negativa como as referidas, que surgem com as sanções sociais impostas a quem transgredir os códigos de conduta social. A vergonha e a culpa são consideradas emoções morais porque penetram as normas e os valores vigentes a cada actor social, penalizando quem os desrespeite e valorizando quem os reproduz e, ao fazê-lo, reforça a ordem social. Frequentemente escritas como inibitórias¹³⁸ (Scheff, 2000; Wong e Tsai, 2007; TenHouten, 2006; Hochschild, 1983; Tangney e Price, 2003; Tracy & Robins, 2004), estas duas emoções são dolorosas e decorrem de uma percepção de um *self* inadequado: «People experience these emotions when they have done something “bad” or “wrong” in their own eyes or in of others (Wong & Tsai in self-conscious emotions pp 210). Scheff (1988), considera que os indivíduos estão permanentemente a “monitorizar” as suas ações e comportamento através da perspectiva imaginada dos outros. Também Tompkins, Sedwick e Frank (1995) descrevem estas emoções como «the effect (sic) of indignity, of defeat, of transgression and of alienation (...) it is felt as an inner torment, a sickness of the soul» (1995, p. 133). McDougall (1908), destaca a vergonha para referir que nenhuma outra emoção social lhe é comparável pela influência marcante que tem no comportamento do actor social.

Goffman considerava a vergonha – ou embaraço, o termo usado pelo autor¹³⁹ – crucial no desenrolar de toda a interacção social. Para o sociólogo, ela desempenha a função de eliminar ou reduzir as ameaças à estabilidade dos laços sociais. O autor também salienta a importância da vergonha para a construção da identidade

¹³⁸ No original Self-conscious emotion (in self-conscious emotions pp 210).

¹³⁹ De facto Goffman nunca se referiu à vergonha. Reconhecemos que poderá haver algumas diferenças conceptuais entre as duas e, apesar de tais diferenças não serão fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Em todo o caso, recorreremos a Susan Shott (1979, p. 118), que distingue a vergonha do embaraço da seguinte forma: «Shame is provoked by realization that others considers one's self deficient, while embarrassment arises from awareness that others view one's presentation of the self as inept» (*Idem, ibidem*, p. 118).

individual. Para Goffman, o simples facto de qualquer indivíduo saber que está sob escrutínio dos outros, pode motivar o aparecimento da vergonha, mesmo que a impressão dos outros actores sociais seja positiva, casos a que o autor se refere como situações de “percepção imaginária”: «Knowing that his audiences are capable of forming bad impressions of him, the individual may come to feel ashamed. (...) He may then add to the precariousness of his position by engaging in just those defensive maneuvers that he would employ were he really guilty. In this way it is possible for all of us to become fleetingly for ourselves the worst person we can imagine that others might imagine us to be. (Goffman 1959, p. 236).

Assim, a vergonha e a culpa só podem surgir através da conjugação dos seguintes factores: o actor social falhou – ou assim o percebe – na adequabilidade aos *standards* sociais de um determinado contexto cultural; o actor social percebe que essa inadequabilidade foi percebida pelos outros. Fessler, reforça a componente social da vergonha referindo que a vergonha é a emoção fundamental para a manutenção dos valores/normas sociais. Sem estas emoções sociais, a estabilidade da ordem social seria difícil de manter. Turner, ironiza acerca de uma sociedade onde a vergonha e a culpa não marcassem presença: «Whithout shame and guilt, human sociopaths would be far more common, and the viability of social structure and culture to control human behaviour would be reduced» (1999, p.11).

Vergonha e culpa são emoções que fazem parte da evolução Humana e da solidificação dos processos de coesão social: «Shame may be a price we pay for becoming such self-aware social beings. Shame emerges from our complex evolved abilities to be aware of “how we exist for others,” and make predictions of what they think and feel about us. Thus shame is commonly defined as an experience linked to having deficits, failures, and flaws *exposed*; shame is a response to feeling an unattractive and undesired self» (Gilbert, 1995: 84). A capacidade destas emoções influenciarem o nosso comportamento, através da capacidade reflexiva e de auto-avaliação dos indivíduos, reforçam o controlo social por elas exercido na acção. Por isso, Leary (2007) discute que a capacidade reflexiva de cada indivíduo é a mais poderosa arma ao serviço da ordem social: «Self-consciousness underlies self-control and makes civilization possible». Desta forma, estas emoções sociais operam para

manter, principalmente, os padrões de organização social sendo que a sua experiencição é, em si mesmo, já uma forma de sanção social: «[shame] gives a negative sanction “teeth” because such sanctions activate shame, thereby motivating individuals to change their behaviour» (Turner, 2007, p. 10).

Então, estas duas emoções são indicadores centrais para a compreensão da forma como as emoções sociais são (re)produzidas e interiorizadas nos comportamentos dos indivíduos ao longo do seu percurso pessoal e social. A inculcação destas emoções na construção da identidade individual e na forma como agimos, pode facilmente passar despercebida aos indivíduos, isto porque muitas vezes as emoções são analisadas como experiências individuais passíveis de serem controladas por cada um. Como já vimos, este processo não acontece, especialmente porque vergonha e culpa são instrumentos fundamentais ao serviço das normas sociais. Todavia, são emoções que têm tanto de individual (componente psicológica) como de cultural ou socialmente construídas: «The dynamics of shame are as connected to the social structure as they are to the individual personality (...) shame has a psychological component. Finally, shame has a cultural component. (...) Shame may be the most social of all emotions, since it functions as a signal of threat to the social bond» (Scheff, 2001, p. 3-5).

A vergonha desempenhava para William James, igualmente um papel fundamental, pois a autor apelidava-a de uma “curse emotion”. A importância destas duas emoções sociais (Scheff refere-se à vergonha como a mais social de todas as emoções) reside, como já vimos, na sua capacidade de limitar a acção dos agentes sociais: «The major emotions- like shame, fear grief, and anger- all have an instinctual basis; they are part of our genetic inheritance. (...) Shame could be the basic engine of repression – the cause of complete inhibition» (Scheff & Retzinger, 2001, p. xix). Estes mesmos autores reforçam a importância da vergonha no sentido de a entenderem como uma “master emotion”. Referem que: «The major emotions- like shame, fear grief, and anger- all have an instinctual basis; they are part of our genetic inheritance. (...) Shame may be the key to understanding personal and cultural variation in emotions. Shame could be the basic engine of repression – the cause of complete inhibition» (Scheff & Retzinger, 2001, p. xix). Torna-se, então, clara a importância do

papel da vergonha como inibidora de uma reacção, no objecto de estudo em análise. Elias, também nos fala da vergonha como um dos aspectos que mais limitada a acção social, explicando-nos que, «(..) the shame of adults themselves, has become compulsive. It is the social prohibitions and resistances within themselves, their own superego that makes them keep silence» (Elias, 1989, p.99).

Mas detenhamo-nos especificamente sobre o papel da vergonha e culpa nas relações conjugais violentas, Lansky (1987) afirma que tais contextos apresentam uma especial predisposição para o aparecimento destas emoções. Refere o autor que: «in a marriage characterized by overt violence where violent episodes are repeated, both spouses usually have a high vulnerability to personality disorganization and, as a result, have to deal with a great deal of shame that foolds themt» (Lansky, 1987, p. 227). Este autor defende mesmo que, nas relações conjugais violentas, a “dinâmica da vergonha” é da maior importância, sendo que essa dinâmica, inevitavelmente criada na interacção dos dois intervenientes, conduz um elemento a recolher-se e o outro a atacar.

Focando o debate da vergonha e culpa no objecto de estudo questionamo-nos de que forma elas estão presentes nas manutenções das relações conjugais violentas. Sendo que uma das hipóteses desta tese consiste em perceber se elas são sentidas pelas mulheres vítimas de violência conjugal, sobretudo na percepção da inadequação ao papel social de esposa/companheira socialmente expectável, o que também pode influenciar a interacção com familiares ou amigos, pela ocultação da situação de vitimação. Se emoções sociais como a vergonha ou o orgulho, não são imunes à incorporação de valores culturais, elas poderão conduzir as mulheres à ocultação da violência, resultando na manutenção da relação. Wikan (2008), na sua análise sobre os crimes de honra, realça o papel da vergonha e culpa no homicídio de mulheres quando as suas famílias se sentem “desonradas” pelo comportamento, ou incumprimento dos papéis sociais que lhes haviam sido atribuídos. O mesmo autor, na sua análise dos crimes de honra na Europa, defende que a importância que conferimos à avaliação do outro é tão grande que chega a ser o “público” que detém a chave da honra ou da desgraça.

Assim, a vergonha e a culpa são duas emoções com particular enfoque nestes contextos. Isto porque são ambas consideradas *self counscious and evaluative emotions* (Lewis, 2000), querendo com isto dizer que estão sempre dependentes da avaliação que nós fazemos do nosso comportamento e das nossas acções/comportamentos e que também remetem para o nosso envolvimento emocional com um outro agente social. São também emoções sociais poderosas no sentido em que condicionam a acção dos indivíduos, isto porque, como explicaremos em seguida, elas partilham um guião cultural e moral comum, no qual a transgressão a esse guião trará como consequência a reprovação social.

Neste trabalho não analisaremos apenas a vergonha e a culpa. Outras emoções como o medo serão, igualmente objecto de análise. As emoções funcionam por cachos e não isoladamente, articulando-se e condicionando a acção, não de uma forma isolada mas sim entre si. Assim, procuraremos, igualmente, identificar outras emoções sociais presentes nas narrativas das mulheres vítimas.

Não obstante, a ligação e forte interligação entre estas duas emoções sociais merecem-nos um pouco mais de atenção. Porque nos referimos a vergonha e culpa paralelamente, importa também perceber se estas emoções deverão, ou não, ser analisadas separadamente. Desta forma, procederemos a uma análise dos elementos conceptuais que distinguem estas duas emoções sociais.

7.3.1. Distinções conceptuais entre vergonha e culpa

No ponto anterior, analisamos a vergonha e a culpa como emoções sociais que embora distintas estão fortemente interligadas. Na maioria da literatura científica sobre as questões das emoções, é raro encontrar uma obra que não menciona a vergonha e culpa conjuntamente, embora algumas procedam a distinções conceptuais, como veremos neste ponto. Mesmo na literatura científica existe alguma confusão no uso dos termos, como apontam Tangney e Dearing «"experts," too, often use the terms shame and guilt inconsistently or interchangeably» (2003, p. 11).

Existem, de facto, elementos distintivos entre ambas: "Guilt and shame often stem from similar situations (...) While both guilt and shame are concerned with oneself, shame is more about fundamental traits of the self, whereas guilt is more about the impact of one's actions, typically but not necessarily, upon the other" (Ben-Ze'ev, 2001, p. 498-499). Ambas estão envolvidas em processos de avaliação negativa do nosso comportamento individual, ambas estão imbuídas de uma dimensão moral inegável, mas, particularmente a vergonha está relacionada com o julgamento do nosso comportamento à luz de certas normas e valores que são partilhados por outros agentes sociais. Como Tangney e Dearing nos dizem "a common component of the shame experience is the desire to hide, to escape from further scrutiny and devaluation" (2003, p. 173). Ora, este desejo de nos escondermos, quando experienciamos vergonha, é facilmente reconhecido nas mulheres vítimas que entrevistamos e que retomaremos mais à frente. No entanto, a culpa já não parece ter as mesmas repercussões.

Para autores como Ausubel (1955), Triandis, (1996), a culpa e a vergonha são passíveis de distinção uma vez que uma se refere à orientação interna e externa do *self*. Assim, a culpa caracteriza-se por um julgamento pessoal e individual, realizado pelo indivíduo, que conclui que cometeu uma violação aos padrões de conduta vigentes. Esta percepção conduziria a uma necessidade do indivíduo se redimir das suas acções através de uma espécie de compensação de um colectivo prejudicado pelas suas acções desviantes. Vergonha, por outro lado, caracterizar-se-ia pela experiência da exposição a uma audiência real ou imaginária, seguida pela necessidade de se retirar, esconder ou desaparecer.

Uma segunda abordagem de diferenciação entre estas emoções sociais aparece com as obras de Piers e Singer (1955) e Lazarus (1991), que referiam que a culpa surge quando o indivíduo sabe que violou os códigos e obrigações morais da sociedade ou colectivo onde se insere, processo que os autores conectam com o superego¹⁴⁰. A

¹⁴⁰ Esta análise deriva da obra de Freud (1905), que acreditava que a culpa surgia quando os impulsos do ego colidiam com os valores ou padrões morais do superego. Os autores supracitados têm uma abordagem neo-freudiana (Tangney e Dearing, 2003) da culpa e da vergonha pois acreditavam que a culpa era uma reacção ao confronto entre o ego e o superego (com as suas raízes no medo da castração, de forma similar à de Freud) e que a vergonha era uma reacção ao confronto entre o ego e o ego-ideal

vergonha surge associada com a percepção de não ter correspondido às expectativas dos outros. Gehm and Scherer, por exemplo referiam que a vergonha «is usually dependent on the public exposure of one's frailty or failing, whereas guilt may be something that remains a secret with us, no one else knowing of our breach of social norms or of our responsibility for an immoral act» (1988, p. 74).

Outros autores mais recentes (Tangney e Dearing, 2002), salientam que a diferença entre culpa e vergonha reside no comportamento versus avaliação globalmente negativa do *self*: quando os indivíduos sentem culpa, o foco está num comportamento específico que reconhecem que viola algum tipo de valor, código, conduta ou norma. Mas quando os indivíduos sentem vergonha, projectam-na na totalidade do seu *self* ou identidade. Assim, enquanto na culpa a avaliação da conduta é baseada num comportamento ou actuação específica, na vergonha esse comportamento ou situação é ampliado para toda a sua concepção de si. Para estes autores a culpa está ainda associada à agência, pelo que o indivíduo sentirá necessidade de corrigir e reparar o seu comportamento. Ao contrário, a vergonha porque se relaciona com uma percepção negativa e mais geral do *self*, está associada a comportamentos de incapacidade, insegurança, frustração e impotência, como veremos ser o caso das mulheres vítimas.

O que nos parece consensual nestas diferentes abordagens que distinguem vergonha e culpa é a discrepância entre o comportamento do indivíduo e as expectativas e normas sociais vigentes ou normativas. Um outro factor comum parece ser o facto de a vergonha estar associada ao julgamento dos outros, a culpa não parece depender dessa avaliação. Assim, é possível para um actor social sentir-se culpado de uma situação sem o escrutínio dos outros. A implicação deste argumento é que a culpa pode surgir numa ponderação isolada e individualizada do actor social sobre o seu comportamento. A vergonha depende sempre da reacção ou avaliação que os outros actores sociais fazem do nosso comportamento: «the perceived reaction of others should play a major role in shame but not in guilt» (Fontaine, *et al.*, 2006, p. 276).

(com raízes em sentimentos de inferioridade a medo de abandono ou de perda de carinho e/ou amor dos outros).

Um outro aspecto que distingue vergonha de culpa é o nível de controlo que o indivíduo parece ter numa e noutra experiência emocional: enquanto na culpa parece existir algum nível de controlo sobre a situação, suficiente para levar o indivíduo a querer mudar o seu comportamento, na vergonha a percepção de total perda de controlo da situação manietta as suas acções.

A vergonha, mais do que a culpa, parece ter uma capacidade mais destrutiva da identidade: «Guilt is about what one did, shame is about the self, what one is. Guilt also involves feeling that the ego is strong and intact: one is powerful enough to injure another, and one is also powerful enough to make amends. By contrast, shame feels like weaknesses and dissolution of the self, even for the wish that the self would disappear. Guilt is a high individualist emotion» (Scheff, 2000, p. 92). A culpa é então, uma emoção mais orientada para a acção «a communal oriented-goal» (Leith, Baumeister, 1998). Ao invés, a vergonha é mais incapacitante, uma vez que confronta o indivíduo com uma percepção globalmente negativa do seu *self*, o que pode requer mais tempo para a acção. É precisamente este aspecto mais passivo ou inibitório de acção pela presença da vergonha que nos interessou explorar na análise que fizemos a propósito da vergonha e em contexto de relações conjugais violentas. Lewis (1987) referia que a vergonha é uma emoção dolorosa e que é tipicamente acompanhada de um sentimento de menoridade ou de sermos “pequenos”, falta de valor, de auto-estima e de incapacidade para melhorar a situação. Gilbert e Irons (2005), concordavam que a vergonha representa um dos principais factores dos mecanismos de submissão e dominação nas reacções em face dos comportamentos hostis. É, também por isso que nos pareceu pertinente a análise dos elementos distintivos de ambas as emoções sociais. No, entanto não concebemos a análise destas duas emoções diferenciadas, uma vez que demonstremos como a inculcação da culpa pode também ser um forte mecanismo de inibição de uma acção. Pela análise que fizemos do levantamento empírico, parece-nos que também a culpa, pode ser uma emoção social com forte capacidade de inibir as acções dos actores sociais.

Parece-nos, então que existe uma tradição teórica que defende que a vergonha é pública e decorrente da exposição aos outros enquanto a culpa é encarada como uma emoção mais privada e que, como referem Tangney e Dearing «arising from self-

generated pangs of conscience» (2003, p. 14). Apesar deste consenso, nenhum dos autores supracitados apresenta evidências empíricas ou conclusões que permitam reconhecer a fidedignidade do argumento. As autoras testaram ainda a hipótese da culpa, enquanto emoção mais privada e individual, e a vergonha enquanto emoção dependente da exposição pública. Concluíram que, apesar do consenso teórico a empírica não o valida. Na experiência desenvolvida, foi pedido a mil adultos e crianças que recordassem situações em que sentiram vergonha, orgulho e culpa, referiam que embora a vergonha e a culpa emergissem mais frequentemente, tanto nos adultos como nas crianças na presença dos outros, uma parte substancial dos participantes reportaram que a vergonha surgiu mais quando estavam sozinhos. Todavia, o que as autoras definem como a “vergonha solitária” e “culpa solitária” equipararam-se na sua prevalência (1995, p. 14).

As conclusões que enunciamos vão ao encontro do que já referimos: a vergonha e a culpa não parecem ser muito diferentes tendo em conta as situações em que podem surgir e ao nível das consequências que possam ter em termos das consequências da acção dos indivíduos. Se a vergonha depende mais da exposição pública, também a culpa pode ser afectada por ela. A culpa não surge apenas de nós para nós, surge também nas percepções e julgamentos dos outros. Desta forma, a culpa também pode ser induzida pelos outros, tanto quanto pode surgir de nós próprios dado que a nossa transgressão pode não ser pública. Nos termos das pesquisas empíricas realizadas, até aos dias de hoje, Tangney e Dearing foram as únicas autoras que conseguiram encontrar o único elemento passível de distinguir uma emoção da outra. Esse elemento relaciona-se com a percepção e avaliação do nosso *self*: enquanto a vergonha é uma avaliação globalmente negativa do *self*, logo mais dolorosa e douradora, a culpa envolve um comportamento ou situação específica passível de ser corrigido. A diferença de avaliação do nosso comportamento reside na separação entre “Quem sou” (vergonha: implica uma avaliação negativa global do *self*) e “O que fiz” (culpa: implica uma condenação individual de uma atitude ou comportamento, não exponenciado para o *self*). A ideia de que a vergonha resulte das consequências das sanções sociais e a culpa de um estado emocional que emerge através de uma sanção interna, não nos parece ser suficiente para justificar a sua separação, isto porque também a culpa tem antecedentes sociais decorrentes de uma

falha na adequação ao socialmente expectável. A vergonha enquanto emoção mais orientada para o social do que a culpa uma vez que a primeira regula o comportamento do indivíduo através dos padrões sociais e que a segunda regula o comportamento através de padrões mais pessoais (Teroni e Deonna, 2008), negligencia o facto de os nossos padrões individuais ou pessoais serem, igualmente orientados pela ordem, crenças, valores, símbolos e padrões sociais já estabelecidos. Por isso, apesar de reconhecermos a importância das conclusões das autoras supracitadas ao nível dos elementos que diferenciam ambas, não concluímos que eles sejam suficientes para tratar estas duas emoções separadamente¹⁴¹ em termos conceptuais.

7.4. Emoções *genderizadas*

Defendemos que a violência de género é uma das formas mais dramáticas das desigualdades de género. Nesse sentido, necessitamos igualmente de perceber se as emoções sociais, que se vão incorporando ao longo do percurso de vida dos actores sociais, também são assimiladas com a intromissão dos estereótipos que colocam o género feminino numa posição de subalternização em relação ao masculino. Com o trabalho de campo desenvolvido para esta pesquisa, proponhamo-nos analisar as emoções mais proeminentes nas mulheres vítimas ao mesmo tempo que tentávamos perceber se a essas emoções corresponde algum tipo de estereotipização de género¹⁴².

Já no ponto anterior nos referimos às emoções enquanto poderosos instrumentos de (re)produção da ordem e estrutura social. A estrutura social define uma ordem relativa aos papéis de género que se caracteriza pela dominação do masculino em relação ao feminino. Assim, questionamo-nos se também as emoções

¹⁴¹ A separação entre a vergonha e a culpa apenas será efectuada para a análise dos indicadores de expressão emocional uma vez que apenas a vergonha, ao contrário da culpa, faz parte da lista de emoções que têm indicadores de expressão emocionais associados e reconhecidos em várias culturas e sociedades (Haidt e Keltner, 1999; Izard, 1971; Tracy e Robins, 2004)

¹⁴² Este ponto é, em parte, produto de um artigo já publicado pela autora: Cerejo, D. (2010). "Emoções *Genderizadas* no Contexto da Violência Contra as Mulheres", *Faces de Eva - Estudos Sobre a Mulher*, nº 23, co-autoria.

reflectem essa desigualdade de género? Serão as emoções, também passíveis de serem penetradas pelos estereótipos, papéis, modelos e referenciais de género? Terão as emoções um género?

Entendemos que as emoções são um poderoso veículo de assimilação dos estereótipos de género e por isso são *genderizadas*. Consideramos que as emoções expressam desigualdades de género porque assimiladas de acordo com as normas sociais do “sentir”. Esta desigualdade, expressa pelas emoções sociais esconde-se através da suposta “naturalidade” das emoções isto porque é difícil os indivíduos imaginarem como é que as suas emoções, encaradas como algo privado e intrínseco de cada indivíduo, podem ser penetradas pelas crenças, normas e papéis sociais. Como refere Catherine Lutz, «Given its definition as nature, at least in the west, emotion discourses may be one of the most likely powerful devices by which domination proceeds» (2003, p. 69). A autora usa a expressão dominação para ilustrar como as emoções sociais contribuem para a produção da dominação masculina. Uma das premissas que orienta este trabalho é a defesa de que determinadas emoções, a sua expressão, intensidade e conotação social, não só são *genderizadas* como são mais um instrumento de desigualdade entre o masculino e o feminino. A *genderização* das emoções, não apenas contribui para a definição do que é expectável de homens e mulheres, como mantém, reproduz e reforça os sistemas sociais do género.

Para que as emoções sociais atinjam esta predominância na vida social é necessário que também elas sejam socializadas e de formas diferentes por homens e por mulheres. Assim, ao mesmo tempo que construímos o género também construímos a emoção e a experiência emocional, ideia defendida por Shields com a expressão: *doing emotion as doing gender* (1995, 2002). Como já debatemos atrás, a incorporação dos papéis/estereótipos de género não é instantânea depende, sempre, da socialização e da assimilação do que significa ser homem ou mulher: os papéis de género são prescritos socialmente. Os estereótipos de género regulam, sob a forma de normas culturais, como e quando as emoções podem/devem ser expressas pelos homens ou mulheres, obedecendo, obviamente aos padrões culturais específicos de cada comunidade ou sociedade. A violação de tais normas, pode ter como repercussão para o actor social, consequências negativas, como a rejeição ou discriminação (Brody,

e Hall in Lewis, 2000). A especificidade da emoção no masculino e no feminino é, igualmente construída, sendo que os aspectos da macro estrutura se imbricam na assimilação e consequente reprodução dos estereótipos.

Tendo em vista a assimilação e reprodução dos papéis de género, os *gender-emotion stereotypes* (Shields, 2000) contribuem para a preservação das hierarquias de género e a forma como estas emergem, naturalmente, como padrões de comportamento, actuação e demonstração de emoções. Refere ainda a autora que a percepção que os actores sociais têm sobre as emoções desempenha um papel central nos estereótipos de género sobre o homem “normal” e a mulher “normal”, incentivados socialmente a respeitarem os comportamentos emocionais de género já existentes, como discute Shields «The motivation for doing emotion the proper way (e.e. following gender prescriptions) stems from the connection that emotion and gender each have in the formation and maintenance of the individual sense of the self» (2000, p. 78). Tal significa que a corroboração das identidades de género deve ter correspondência com a vivência e experiência emocional reservada aos homens e às mulheres, separadamente.

Mas de que forma a experiência das emoções é estruturada de modo distinto para homens e mulheres? Os estudos do género defendem que existem emoções mais expectáveis nos homens e outras mais expectáveis nas mulheres e que a esta construção social sobre as emoções e o género podemos denominar de emoções *genderizadas*. Numa análise dos estereótipos de género associados ao feminino, concretamente no que respeita às emoções, começamos desde logo por verificar que eles se constroem paradoxalmente: «In the stereotype of women, emotion is rendered both as good (e.g. warm; nurturing) and bad (e.g. “too emotional”). Thus, gender as background identity carries with it consensual status beliefs regarding emotion. Those beliefs are readily recruited to the foreground when emotion itself is an issue or emotional needs are prominent concern. In mixes-sex dyads and groups, the qualities of emotion expertise and emotion-as-weakness lend themselves to reproducing gender hierarchies (Shields, *ibidem*, p. 66). A autora deixa claro que também as emoções associadas ao masculino e feminino produzem desigualdades de género.

Outros autores revelam a existência de emoções diferentes associadas ao género masculino e feminino (Brody e Hall, 2008). A experiência de emoções negativas está mais presente nas mulheres do que nos homens: «Distress; sadness; disgust; feelings of vulnerability such as fear and hurt; and feelings of dysphoric self-consciousness, such as shame and embarrassment- are reported by women more than men» (Brody, Hall in Lewis & Haviland-Jones, 2004, p. 340). Num estudo desenvolvido por Johnson & Schulman (1988), a maioria dos participantes associava a expressão de emoções mais positivas (felicidade) às mulheres do que aos homens, mas apenas quando se reportavam ao contexto das relações conjugais. Quanto aos homens, os participantes declararam pensar ser mais provável o aparecimento de emoções positivas quando eles se referem aos seus sucessos profissionais e objectivos pessoais. Também Lewis (1971), falava em «gender-linked differences in socialization» para se referir a determinadas emoções mais predominantes nos homens e nas mulheres. No seu trabalho, o autor destaca a vergonha e defende que as mulheres são socializadas para a experienciar dado que ela permite exponenciar a susceptibilidade das mulheres à pressão social e, consequentemente, conduzir o género feminino a conformar-se facilmente ao seu papel tradicional. Ao fazerem-no as mulheres desenvolvem “mecanismos de interiorização” de emoções como a hostilidade ou a agressividade: «It is the repeated tendency by females to internalize feelings of hostility and anxiety that leads to the development of a shame-prone affective style, in which the person questions her basic self-worth after having violated standards of behavior» (Ferguson e Crowley, 1997, p. 21).

Lewis associa a culpa ao masculino dado que é uma emoção mais «affectless» quando comparada com a vergonha. O facto de a culpa estar mais direccionada para o arquétipo masculino prende-se com alguns factores importantes da socialização masculina: os homens são socializados para serem mais autónomos e competitivos, o que os coloca facilmente em posições sociais em que podem prejudicar os outros (fisicamente ou psicologicamente). Assim, os homens desenvolvem mecanismos de compensação social, através da experiência da culpa, para reparar os danos individuais ou sociais causados a um outro colectivo ou ao mesmo. Refere a autora que

os homens «learn to cope with guilt by isolating and encapsulating the effect or by externalizing» (*Idem, Ibidem*, p. 21).

O que este argumento da autora supracitada sugere é que as mulheres são socializadas para serem mais propensas à vivência de determinadas emoções (por exemplo, não adoptarem comportamentos de confronto ou agressividade, remetendo-nos de novo para a questão da passividade) uma vez que o propósito da socialização feminina é a sua orientação para a manutenção dos laços e relações afectivas com os outros: «women's sense of self is organized around the maintenance of relationships with others, with empathy and connection to others being a core feature of women's self-definition» (*Idem*, p. 24). A socialização feminina, ao contrário da masculina, é orientada para a preservação das relações e do sentido da manutenção das relações afectivas e sociais e por isso a sua socialização é feita para garantir uma maior «passive-dependent orientation» (Brody, 1997).

Estes estudos são particularmente importantes para nos interrogarmos sobre as contradições que existem na construção social dos estereótipos emocionais do género. Mas existe uma paradoxalidade nesta experiência emocional distinta entre homens e mulheres. A percepção, comumente partilhada de que a mulher é mais emocional ou emotiva do que os homens, negligencia o facto de alguns estudos revelarem que, tendencialmente, os homens são mais afectados pelo *stress* do que as mulheres (Robinson e Johnson (2000), assim como expressam mais a raiva do que as mulheres (Timmers *et al.*, 2003) e patenteiam as emoções de forma mais expressiva do que as mulheres (Fabes e Martin, 1991). Os homens são também mais propensos do que as mulheres a emoções positivas, como o orgulho (Johnson e Schulman, 1988).

Ficher (1993) defende que os *gender-emotion stereotypes* assentam na crença, socialmente partilhada de que os homens expressam emoções mais poderosas (*powerful emotion*) enquanto as mulheres emoções mais impotentes (*powerless*). As emoções, associadas às mulheres, estão relacionadas com estados de vulnerabilidade e, também, com situações de menor poder. Ao invés, as emoções “poderosas” estão associadas aos homens e ao domínio e, conseqüentemente a posições sociais de maior destaque (Brody, 1997; Fisher, 1993).

Defendemos que toda a análise que se produza sobre as desigualdades de género deverá considerar o papel das emoções na reprodução dos estereótipos de género, sobretudo porque algumas delas estão associadas com a dominação e outras com a subjugação. A expressão destas emoções diferentes e diferenciadas para homens e mulheres, é aprendida e a socialização das emoções¹⁴³ masculina começa por estabelecer que os homens deverão revelar um maior distanciamento entre a vivência, demonstração e intensidade das emoções. O inverso acontece com a socialização feminina das emoções. A ausência de determinadas características emocionais nas mulheres, como a empatia, a afectividade, a bondade, etc., é socialmente reprovável: «Women who appear emotionally inexpressive or lacking (...) tenderness and caring may be viewed as lacking appropriate femininity» (1998, p. 107). O homem é socializado e socialmente encorajado a abraçar o arquétipo do “homem racional”, que consegue distanciar-se das emoções e, ao fazê-lo, controlá-las. Mas ao aceitarmos o arquétipo do género masculino, capaz de controlar e minimizar as suas emoções para que possa ser o mais “racional” possível, negligenciamos a sua responsabilidade na maioria de situações dramáticas como os crimes passionais e crimes de honra, crimes que se definem pelo seu profundo envolvimento emocional: «Crimes that include murder often involve rage initiated by feelings of possessive jealousy in relation to female partner or despair at being left by that partner. Those crimes involving child abuse or child homicides are associated with anger and loss of control, as well as sometimes with vindictiveness and hate towards that man’s female partner (*Idem, Ibidem*, p. 118). Ora, algumas das crenças e valores relacionados com o género e as emoções, são convenções sociais contraditórias mas que, ainda assim, continuam a proliferar na maioria das socialidades onde a ideologia patriarcal é dominante.

De facto, a ideia socialmente aceite que a mulher é mais emocional que o homem, é mais um aspecto que contribui para o *desempoderamento* das mulheres uma vez que, «emotion weakens the person who experiences it» (Lutz, 2013, p. 63). A

¹⁴³ A respeito da socialização das emoções, Lupton refere que a maioria dos participantes num dos seus estudos, descrevia o pai e a mãe de acordo com os estereótipos de género vigentes no que se referia à demonstração das emoções: «The interviewees typically referred to their fathers as emotionally contained or as emotionally absent, particularly in relation to loving emotions. They described their mothers in different terms, as more emotionally volatile or expressive (1993, p. 860).

visão socialmente partilhada das emoções como algo que necessita de ser controlado¹⁴⁴ é mais uma forma da ordem social advertir para o perigo que reside na emocionalidade excessiva e incontrolável do arquétipo feminino. Mas a necessidade de controlar a expressão das emoções implica que algo estaria fora de controlo caso não fosse alvo dessa vigilância. Ora, afirmar que as emoções necessitam de ser controladas implica a reprodução da visão tradicional das emoções enquanto «natural, dangerous, irrational and physical» (Idem, 2008, p. 65). A conclusão de autora vem no seguimento da sua análise sobre como os participantes no seu estudo falavam e descreviam as emoções. Uma das conclusões desse estudo é as mulheres, mais do que os homens, se referiam à necessidade de controlar as emoções, o que reforça a influência dos referenciais dos estereótipos de género são (re)produzidos e como a vivência das emoções é diferente entre ambos. A experiência emocional, a forma como vivemos as emoções, como as demonstramos e com que intensidade está, também dependente da construção identitária do género. A autora conclui que as mulheres se referem mais à necessidade de controlarem as emoções porque «they are concerned about counteracting the cultural denigration of themselves through an association with emotion (...) implicitly [women remind themselves of] a critical audience that they have the cooler stuff it takes to be considered mature and rational» (Idem, p. 67).

O argumento anterior refere-se a uma outra crença social que parece perpetuar-se no tempo e nas mais diversas sociedades: a “mulher emocional” e o “homem racional”¹⁴⁵. Desta forma as normas, convenções e expectativas sociais acerca da masculinidade e feminilidade inculcam e produzem diferenças nas experiências

¹⁴⁴ Lutz compara este ideal socialmente partilhado de que as emoções devem ser controladas, ao controlo da sexualidade descrito por Foucault (1980), sobretudo devido à crença social na partilha da mesma génese biológica: «both emotionality and sexuality are domains whose understanding is dominated by a biomedical model; both are seen as universal, natural impulses; both are talked about as existing in “healthy” and “unhealthy” forms; and both have come under the control of a medical or quasi-medical profession» (Lutz, 2013, p. 65).

¹⁴⁵ Duby e Perrot datam o aparecimento da discussão e debate sobre o género e as emoções a partir do século XVI. Os autores referem que «Os arquivos mostram o centro da discórdia: a mulher é neles considerada maliciosa, imperfeita, ser de excessos e malefícios, mortífera e matreira. Bem se pode dizer que é carinhosa e submissa, que o que prevalece nas descrições é a sua maldade e excessiva sexualidade. O debate será amargo (...) O século XVIII, considerado mais tarde o século da mulher, abrirá e desenrolar-se-á num animado debate sobre a razão (ou falta dela) das mulheres» (1991, p. 13-19).

emocionais, no que é permitido sentir, demonstrar e em que situação, dependendo da condição de género. Esta distinção tem igualmente raízes na distinção entre a esfera pública e privada, que é um outro indicador para o estudo a propósito dos modos como as emoções são *genderizadas*. Emoções como a raiva ou a agressividade são menos expectáveis nas mulheres. Já no homem, elas são encaradas como necessárias para o seu sucesso, nomeadamente na esfera pública. Da mulher esperam-se comportamentos gentis, ternos e carinhosos; que seja compreensiva e respeitadora em relação em relação aos outros. Ao mesmo tempo, as representações sociais de género descrevem a mulher como mais facilmente manipulável pelos seus sentimentos quando comparada com os homens, contribuindo para o reforço do estereótipo da “mulher emocional”, facilmente traída pelos seus sentimentos. Ora, subjaz a este argumento, um paradoxo interessante: ao mesmo tempo que é socialmente espectável que a mulher demonstre mais o seu lado afectuoso, compreensivo e sentimental, ela é punida por isso, pois, fica à mercê da manipulação dessa mesma experiência emocional mais intensa que é socialmente inculcada e incentivada.

Também na relação da mulher com a esfera privada se apresentam diferenças, em relação ao homem, quanto à vivência da experiência emocional. Sendo que o lar e todas as responsabilidades a ele associadas, têm sido delegados na mulher, a pressão social e a manutenção do equilíbrio e da harmonia da esfera privada são, certamente, factores a ponderar quando falamos de mulheres que vivem situações de violência conjugal. Estas vítimas são confrontadas com o peso de uma decisão: a manutenção das situações de violência, ou a ruptura e abandono da relação de conjugalidade, da esfera familiar que a sociedade lhe atribuiu enquanto espaço seu? A construção social da experiência emocional feminina está repleta de contradições. A “mulher emocional”, tal como o mundo social assente na ordem social vigente, o produtor da construção dos afectos e do papel social das mulheres, estabeleceu que as mulheres devem viver a sua experiência emocional de duas formas distintas e absolutamente contraditórias: «The emotional female (...) is constructed as both pliant (because weak and a resource for use by civilized man) and ultimately tremendously powerful and uncontrollable. Emotionality is the source of women’s value, their expertise in lieu of

rationality, and yet is the origin of their unsuitability for broader social tasks and even a potential threat to their children». (Lutz, 2013, p. 69). A mulher emocionalmente fora do controlo representa uma ameaça à coesão social uma vez que seria a própria estabilidade da manutenção da esfera privada, especialmente os filhos, que estaria ameaçada caso essa emocionalidade não fosse controlada.

A ideia da mulher “emocionalmente descontrolada” ajudou a erguer os muros da separação entre as mulheres e a esfera pública, também com a ajuda de toda uma construção social sobre as diferenças fisiológicas entre homens e mulheres, perpetuada desde os séculos XVIII até ao século XIX, ou mesmo até aos nossos dias (Braconnier, 1996). Assim, alguns mitos sobre o corpo e psique da mulher ajudaram a cimentar a ideia da mulher emocional e emocionalmente descontrolada: a natureza caótica dos seus órgãos reprodutivos que engajavam e as descontrolavam, física e psicologicamente; a puberdade, a menstruação, gravidez e menopausa, eram vistos como períodos em que elas perdiam o controlo do humor e acções e por isso foi amplamente divulgada necessidade de medicação para controlar as segregações corporais (alturas em que os médicos referiam que não deveriam exercer muita actividade, física e mental para que mais facilmente o seu corpo pudesse regular os desequilíbrios causados); ou como por exemplo, no século XIX era comum diagnosticar histeria entre as mulheres dos 15-40, devido a supostas “desordens do útero” (Garnel, 2007), ou ainda a neurose, doença do foro psicológico, descoberta pelo psiquiatra francês Briquet (1859) que destacava a ocorrência dos sintomas predominantes das entre as mulheres¹⁴⁶.

Consequentemente, a construção da experiência *genderizada* das emoções foi, também, um forte instrumento para a conquista da dominação masculina na esfera pública. A construção social em torno das emoções providenciou a justificação ideológica que confere ao homem maior capacidade do homem para se mover na esfera pública: para a manutenção e preservação da esfera privada e da intimidade, foi reservado o domínio dos afectos (a emoção) e para a esfera pública, foi reservado a

¹⁴⁶ A este propósito o psiquiatra escrevia: «Temos que admitir que as condições funcionais referentes à vida sexual representam, aí, um papel relevante e isso acontece em virtude do importante significado psíquico desta função, especialmente no sexo feminino» (in Braconnier, 1996, p. 116).

combatividade, a frieza a exclusão dos sentimentos ou emoções (o racional)¹⁴⁷. O processo histórico e social que afastou as mulheres da esfera pública, assentou na permissão que elas careciam das capacidades “apropriadas” para dominar esse espaço: «Women were represented as possessing the appropriate innate capacities – gentleness, attention to others, empathy, lack of aggression, tenderness, love – for playing this role that men did not have (...) viewed as important to maintaining home as a place of comfort, order, softness and warmth, designed to encourage dissociation from the chaos and hardness of the world of commerce. This tended to position women well within the home context for they were viewed as lacking the emotional capacities for participating in the ‘public’ sphere” (Lupton 1998, p. 110-111).

Ser homem significa, portanto, ter uma aptidão “natural” para dominar a esfera pública uma vez que os homens são “naturalmente” competitivos e agressivos. Ser mulher significa ter uma apetência “natural” para cuidar do lar e da família. Estas são algumas das crenças sociais que perpetuaram o domínio masculino da esfera pública. Os *gender-emotion stereotypes* servem o propósito da ordem social entre masculino e feminino, onde as mulheres são remetidas para o domínio da esfera dos afectos, da intimidade, do lar, do cuidado das crianças. Por isso, para a socialização do género feminino ser bem-sucedida ela deve impor a vivência de determinadas emoções como cruciais para que a identidade feminina corresponda ao socialmente prescrito. Por isso, «Acting ‘emotionally’, ‘lovingly’, ‘passively’, ‘sensitively’ and so on, is strongly associated with being ‘feminine’ while acting ‘rationally’, ‘distantly’, ‘assertively’,

¹⁴⁷ Curiosamente, alguns autores e obras de referência, foram cúmplices na proliferação desta ideia no mundo académico e da ciência. Darwin, por exemplo, na sua obra *The decente of man and the selection in Relation to sex* (1892), escrevia, sem evidências empíricas que o suportassem, que os homens são corajosos, energéticos, ferozes, agressivos e superiores em qualidades como o poder de abstracção, concentração e raciocínio. As mulheres eram descritas, na obra como tendo poderes de intuição, percepção rápida, ternura e de imitação. Por sua vez Durkheim na obra, *A Divisão Social do Trabalho* escrevia o seguinte: «Hoje, nos povos evoluídos, a mulher leva uma existência completamente diferente do homem (...) um dos sexos monopolizou as funções afectivas e o outro, as funções intelectuais. Ao ver, em certas classes, as mulheres ocuparem-se como os homens da arte e da literatura, poder-se-ia crer, é verdade, que as ocupações dos dois sexos tendem a tornar-se homogéneas. Mas mesmo nesta esfera de acção a mulher aplica a sua natureza própria, e o seu papel permanece muito especial, muito diferente do homem (...) Aliás, essas diferenças funcionais tornaram-se materialmente sensíveis pelas diferenças morfológicas que as determinaram. Não apenas a estatura, o peso, as formas gerais são muito dissemelhantes entre homens e mulheres, mas também, com o progresso da civilização, o cérebro dos dois sexos se diferencia cada vez mais» (1977, p. 75-76).

‘insensitively’ and so on tends to be associated with being ‘masculine’ (Petersen, 2004, p. 5). Alguns autores, discutem que pelo facto de as mulheres se encontrarem ainda associadas a este tipo de emoções mais passivas nunca conseguiram vencer o fenómeno do *glass ceiling* (Fausto-Stirling, 2000), uma vez que, ao contrário dos homens, as mulheres não possuem a capacidade de correr riscos, serem assertivas e até agressivas se necessário, existindo mesmo alguns exemplos recentes da exclusão de mulheres de determinadas posições por não possuírem estas características¹⁴⁸. Mas mesmo analisando a evolução da presença da mulher na esfera pública, alguns autores escrevem que esta “conquista” das mulheres veio com um preço: «Today’s women is personally and biologically disinclined to compete and is furtherburdened by a sense of guilt and failure as a woman, a careerist, and a mother» (Petersen, 2004, p. 18).

Porque consideramos que também as emoções expressam desigualdades de género entre masculino e feminino, esta tese pretende analisar a sua influência nas relações conjugais violentas que são, também, mais uma expressão dessa desigualdade. Analisada a influência das construções sociais na experiencia emocional dos dois géneros, apresentaremos no capítulo seguinte alguns elementos que nos poderão contribuir para melhor compreender os modos como as emoções sociais são limitadoras das acções das mulheres vítimas.

¹⁴⁸ Um dos casos mais mediáticos a este respeito remonta a 1996 e refere-se a uma instituição militar (Virginia Military Institute) que recusou abrir a instituição às mulheres. Uma das mulheres a quem lhe foi recusado o acesso à instituição, interpôs uma acção judicial junto do Supremo Tribunal dos Estados Unidos. Numa das sessões de depoimentos, o directo da instituição declarava o seguinte: «A presença das mulheres nesta Instituição não é adequada porque elas, comparadas com os homens, são mais emocionais, menos agressivas, sofrem mais com o medo e falhanço e não suportam tão bem o *stress* (...) as mulheres não são capazes da ferocidade necessária para serem bem-sucedidas no programa e torná-lo bem-sucedido (...) não acredito que alguma mulher passasse por ele sem que ficasse com algum tipo de trauma psicológico».

Capítulo VIII. As emoções verbalizadas

Com esta investigação procedemos a dois níveis da análise das emoções. Numa primeira abordagem, focamo-nos na análise das emoções que foram referidas pelas entrevistadas e num segundo momento, debruçamo-nos sobre os Indicadores de Expressão Emocional por elas emitidos.

Ao nível das emoções verbalizadas, algumas como vergonha e culpa, anteriormente referidas, têm um papel determinante nos contextos que aqui debatemos. A importância destas emoções foi confirmada pela quantificação da sua presença no discurso das entrevistadas, como veremos.

Não poderíamos determinar *à priori*, ou seja no planeamento do trabalho de campo e da investigação, todas as emoções que se viriam a revelar importantes nas relações conjugais violentas. Assim, se a vergonha e a culpa foram emoções que desde o início deste trabalho se delinearam como importantes, outras impuseram-se no decurso do trabalho de campo. O medo, a raiva, o nojo, foram emoções que ganharam proeminência à medida que desenvolvíamos o trabalho com as mulheres vítimas pelo que não poderiam deixar de ser analisadas.

Assim, interessava-nos que as entrevistadas nos falassem das suas experiências emocionais. A importância da análise das emoções, para este trabalho, prende-se com a sua capacidade de nos fornecerem pistas a propósito das interações entre vítimas e agressores para melhor compreender os processos e as causas que se possam perfilar na desconstrução das relações conjugais. As emoções, no contexto mais alargado de toda a interação social, são fontes de informação sobre os outros, assistem os indivíduos na construção das suas identidades e nos papéis sociais que lhes são atribuídos. As emoções fortalecem ou enfraquecem os laços entre indivíduos e/ou grupos (Keltner & Haidt, 199, p. 514). Pela sua importância na interação social, tornou-se importante perceber se as emoções sociais mais proeminentes nas relações conjugais interferem com os processos de tomada de decisão das vítimas: manter ou romper a relação conjugal.

Em todas as sociedades ou culturas são produzidas através de “sistemas e símbolos de significado aprendidos e passados de geração em geração” (D’Andrade,

1984, p. 116). As sociedades não só criam o mundo social como guiam os indivíduos nas suas reacções emocionais e afectivas que estabelecem uns com os outros e com a sociedade em geral.

Também nos contextos das relações conjugais violentas, a importância das emoções se expressa pela sua capacidade de condicionar as acções das vítimas. Adiante, perceberemos como algumas das emoções relatadas pelas mulheres, inibiam as suas reacções ao mesmo tempo que diminuía a sua capacidade para se separarem. Perceberemos como algumas emoções sociais actuam como forma de preservação da “ordem social” através da manutenção dos papéis sociais atribuídos conforme o género. Perceberemos ainda como algumas emoções sociais se associam aos estereótipos de género e como, essa própria *genderização* das emoções, contribui para a preservação das relações conjugais violentas.

As emoções que procurámos identificar nos discursos das entrevistadas, já identificadas na metodologia, são: vergonha, culpa, raiva, medo alienação emocional. Assim, de acordo com a quantificação que se realizou em relação à presença destas emoções no conjunto das 30 entrevistas, a emoção mais referida foi o medo com 273 referências no total. Seguidamente, destacamos as 197 vezes que a culpa foi identificada nos discursos das entrevistadas e a vergonha com 195 referências. A identificação de uma incapacidade emocional para a acção, fortalecida por emoções que criam uma imagem negativa do *self*, traduzida em baixa auto-estima ou anulação, a que chamamos alienação emocional, foi contabilizada por 168 vezes no total dos parágrafos analisados através da Análise de Conteúdo.

Tentaremos perceber o contexto no qual surgem as emoções acima referidas, ao mesmo tempo que tentaremos perceber como estas emoções contribuem para as manutenções das relações conjugais violentas por parte das vítimas. Pensamos que a identificação destas emoções bem como a capacidade para explicar os modos como elas contribuem para a perpetuação do ciclo de violência, poderá ajudar na identificação das causas da violência de género.

Assim, em seguida, procederemos a uma análise de cada uma das emoções através dos discursos das entrevistadas, começando pela emoção referida em maior número de vezes: o medo.

8.1. O medo

William James utilizou o medo enquanto indicador da evolução social de algumas emoções. Para James o medo foi uma das emoções cuja experiência emocional mais se modificou ao longo dos milhões de anos de evolução humana: “the progress from the brute to man is characterized by nothing so much as by the decrease in frequency of proper occasions for fear. In civilized life, in particular, it has at last become possible for large numbers of people to pass from the cradle to the grave without ever having had a pang of genuine fear” (1890/1981, p. 1033-4). O medo não é uma emoção social, uma vez que a sua vivência não depende de uma assimilação ou aprendizagem. No breve enquadramento sobre emoções sociais (ou secundárias) e primárias que realizamos, o medo é considerado uma emoção primária, activa à data do nascimento (Damásio, 2003) o que significa que é uma das emoções responsável pela sobrevivência da espécie humana até aos dias de hoje como discutia Darwin¹⁴⁹ (1872).

A expressão do medo é considerada universal uma vez que o medo é a expressão de um elemento herdado geneticamente através de padrões de reacção fixos e que não sofrem alterações nas mais diversas sociedades ou culturas (Tomkins, 1962; Plutchick, 1980; Ekman, 1992, 1993, 1997).

Mas se o medo não depende da aprendizagem, o mesmo já não acontece às situações que o originam. Damásio explica que, apesar de ser uma emoção inata nos seres humanos e nos animais, algumas situações consideradas ameaçadoras para a nossa sobrevivência, são socialmente aprendidas e transmitidas. O autor dá o exemplo do «medo inato que os macacos deverão sentir pelas cobras só aparece depois do macaco ter visto na mãe uma expressão do medo» (2003, p. 64).

Mas o medo pode ter consequências disruptivas nas sociedades modernas: “so-called primary drives of hunger, fear, rage and pain are actually socially disruptive” (Lewis, 1984, p. 75). É esse o caso do medo no contexto das relações conjugais violentas, onde a experiência do medo condiciona a ação das mulheres vítimas, fazendo com que elas se “recolham” e inibam reacções de protecção ou defesa. A

¹⁴⁹ A experiência do medo alerta para uma situação de perigo eminente o que despoleta uma reacção imediata de fuga para a protecção da integridade física.

capacidade de uma vítima deixar o seu agressor depende, muitas vezes, do nível e intensidade de medo que o agressor pode ser capaz de produzir (DeMaris e Swinford, 1996). De facto, se nalguns momentos algumas vítimas foram capazes de se separar do agressor, a existência de ameaças à integridade física e até ameaças de morte, vão cimentando o medo nestas mulheres que, sem protecção, acabam por voltar para o agressor. Vejamos o caso de Luana, cuja experiência do medo fez com que voltasse para o seu agressor várias vezes. Mesmo depois da separação definitiva, a entrevistada continuava a relatar o medo que tinha de que o seu agressor a pudesse encontrar.

“Entrevistadora: Portanto a senhora nunca tinha tentado sair antes?”

Luana: Já tinha tentado uma vez ir para casa da minha irmã. E ele foi-me lá buscar.

Entrevistadora: E você voltou?

Luana : Voltei.

Entrevistadora: Porquê?

Luana: Voltava sempre. Medo.

Entrevistadora: Medo do quê?

Luana- Engraçado que a psiquiatra fazia-me essas mesmas perguntas: “mas medo de quê? Medo que saia? Acabou-se o medo, dizia a psiquiatra. Mas durante muito tempo eu dizia sempre: ” “Não, não, que ele vai-me procurar seja lá onde for” E era verdade, ele corria tudo para me ir buscar, ele não sabe hoje onde eu estou porque é tudo anónimo, não sabe nem os meus filhos sabem onde eu estou, não podem saber!»

A análise e tratamento estatístico que realizamos, permite referir que a descrição de Luana sobre a experiência do medo, desencadeada pelas ameaçadas de morte e de violência, é idêntica em todas as outras entrevistadas. Através do teste de χ^2 e do resíduo estandardizado ajustado¹⁵⁰ (R_{ij}) foi detectada associação estatística

¹⁵⁰ Todos os resultados estatísticos produzidos para este capítulo, poderão ser consultados no anexo II, página 373 à página 379.

entre a variável “medo” e a variável “Violência psicológica” ($R_{ij}=3,2^{151}$). O medo também encontra associação com o exercício da “Violência física” ($R_{ij}=3,7^{152}$) e com as ameaças de morte ($R_{ij}=9,0^{153}$) o que revela que o comportamento ameaçador e coercivo dos agressores consegue, através do medo, coagir às acções e, sobretudo às decisões de romper a relação.

A experiência de Joana II reflecte como o medo constrange as vítimas, tornando-as mais passivas nas suas reacções. A entrevistada tentou separar-se mas nunca conseguiu ter um dia-a-dia normal uma vez que o medo de ser vista ou identificada pelo agressor ou por alguém que o conhecesse a impedia de sair de casa. Este trecho revela como a experiência do medo isola socialmente as vítimas. Em muitos dos casos de relações conjugais íntimas, o regresso para o agressor acaba por ser, a situação que lhes oferece maior segurança.

«Depois começamos a sentir medo constantemente. Eu vivia com medo de ser vista, que me vissem, que me reconhecessem, que lhe fossem dizer que me viram e depois ao mesmo tempo vou à janela e do outro lado do rio estava a casa onde eu vivia. Não tive condições para ultrapassar fase nenhuma. Pronto, depois acabei por amolecer e acabei por voltar para casa novamente. Pronto, voltei para casa. (Risos) Cheguei a pensar que estaria mais segura com ele!»

Se o medo, enquanto emoção primária, herdada geneticamente e operativa até aos dias de hoje, está associada à fuga para protecção da sobrevivência humana, no caso das mulheres entrevistadas o medo parece potenciar a passividade, paralisando a vítima. Através da associação estatística entre a variável “Medo” e a variável “Reacções passivas” ($R_{ij}=4,9^{154}$) como, perante a experiência do medo, as vítimas actuam passivamente esperando que tal as possa proteger.

¹⁵¹ $\chi^2_{(1)}=10,250$; $p<0,001$.

¹⁵² $\chi^2_{(1)}=13,585$; $p<0,001$.

¹⁵³ $\chi^2_{(1)}=81,582$; $p<0,001$.

¹⁵⁴ $\chi^2_{(1)}=23,862$; $p<0,001$.

Um outro aspecto que se destaca no depoimento anterior é o regresso para o agressor após uma tentativa de separação. Mesmo quando as mulheres entrevistadas acabavam a relação, as continuas ameaças e perseguições, reforçavam o medo e o seu sentimento de insegurança. Muitas vezes, o medo das ameaças e coacção física e psicológica conduzia as mulheres de volta ao agressor. O caso de Joana II é semelhante para 25 das nossas entrevistadas, revelado pela associação estatística entre “Medo” e “Tentativas de deixar o agressor com regresso” ($R_{ij}=2,5^{155}$). O medo pode ser paralisante e incapacitante de uma reacção forçando a vítima a retirar-se ou a isolar-se. Aliás, Sennett, explicava-nos como o medo pode enfraquecer a pessoa que o experiencia, acrescentando que «people became dependente on those they fear» (Sennett, 1980, p. 33).

A articulação entre algumas emoções sociais e até primárias pode ocorrer nas mais variadas situações sociais e na reacção regulatória dos indivíduos. Por exemplo «as emoções- propriamente –ditas influenciam os apetites e o inverso também é verdade. Por exemplo, o medo inibe a fome e a actividade sexual, e o mesmo acontece com a tristeza e o nojo» (Damásio, 2003, p. 67). Convocamos este exemplo uma vez que nos contextos da violência conjugal, o medo é uma emoção próxima da ansiedade. A ansiedade é, segundo Izard (1972), uma emoção que se define por ser uma combinação com outras emoções: «Anxiety includes fear and two or more of the fundamental emotions of distress, anger, shame (including shyness and guilt» (p. 47).

Deste modo, encontramos na literatura científica sobre o medo, uma articulação entre a experiencia do medo e a ansiedade. Segundo Öhman (2000), o termo ansiedade é “apprehensive anticipation of future danger or misfortune accompanied by a feeling of dysphoria or somatic symptoms of tension. (...) Fear differs from anxiety primarily in having an identifiable eliciting stimulus (...) and anxiety is often “*prestimulus*” (2000, p. 574). O medo decorre de um processo cognitivo, necessário para antecipar ou indicar situações de perigo iminente. Como nos refere TenHouten, “Fear and its close companion anxiety (fear and anticipation), contribute greatly to human suffering” (2007, p. 42).

¹⁵⁵ $\chi^2_{(1)}=6,006$; $p=0,014$.

No caso das nossas entrevistadas o medo exercido através da coacção física e psicológica, indiciava a iminência de situações de violência que muitas vezes as mulheres já não conseguiam antecipar. Ora, é precisamente esta incapacidade de antecipar situações que poderiam resultar em violência que provocam ansiedade nas vítimas. Como discutimos no capítulo anterior sobre as emoções, a acção social depende da capacidade de antecipação de um desfecho futuro. No caso das entrevistadas, essa capacidade era-lhes retirada, o que também pode ajudar a explicar a passividade. Inês tenta explicar como este clima de ansiedade era paralisante:

»Quer dizer, estava bem num momento mas passado um minuto ou dois virava, como é que eu hei-de dizer virava... virava... era viver constantemente no medo, nas ameaças, na chantagem. Era uma ansiedade tremenda...tremenda...nunca sabia o que ia acontecer. Acho que ninguém imagina o que é estar 24 horas em sobressalto...mas depois a solução era estar quietinha no meu lugar e talvez assim ele não desse por mim.»

(Inês, 40 anos)

Caso se prolongue no tempo, a experiência do medo resultará no contexto de debilidade psicológica que é a ansiedade. O medo experienciado pelas vítimas não é o medo a que nos referimos no início deste ponto, o medo que nas suas formas mais simples e ancestrais se desenvolve tão cedo como o nosso primeiro dia de vida (Bolles, 1988). Este medo é social uma vez que se desenvolve ao longo do nosso percurso e experiência de vida. Tal como o macaco aprende que deve ter medo das cobras, também os actores sociais aprendem quais são as situações que devem temer nas mais variadas esferas da vida social.

8.2. A culpa

«Our misdeeds are easily forgotten when they are known only to ourselves...We repent not so much out of regret for what we have done as out of fear for what might happen»

(La Rochefoucauld)

Como já discutimos no capítulo anterior, a culpa é considerada uma emoção *self conscious and evaluative emotions* (Lewis, 2000), ou seja, encontra-se dependente da avaliação que nós fazemos do nosso comportamento e das nossas acções ou situações sociais. É na relação dialéctica entre a avaliação dos outros e da nossa percepção dessa avaliação que algumas emoções sociais surgem. É este o caso da culpa.

Desta forma a culpa têm uma componente de percepção ou antecipação do que poderá vir a ser a avaliação que os outros farão do nosso comportamento. Esta emoção está envolvida nos processos de conformidade social uma vez que, para evitar a experiencia de emoções negativas como esta, os indivíduos tendem a agir em concordância com as normas e valores sociais vigentes. Também já discutimos como a culpa parece ser julgamento pessoal e individual após a percepção de que se cometeu uma violação aos padrões de conduta vigentes. Desta forma, o individuo poderia redimir-se através de uma espécie de compensação do colectivo social.

Dado que a culpa parece ser uma emoção social para manter a coesão e ordem sociais, tentamos perceber o papel que ela desempenha no contexto que aqui se discute. A importância da culpa nas relações conjugais violentas remete-nos para a articulação com o conceito de «*internalization*» Lundgren (1991), conceito que reflecte a forma como os agressores conseguem que as vitimas internalizem a culpa, algo que, com o passar do tempo, acaba por acontecer. Esta internalização é feita pela mulher que, ao mesmo tempo, que desenvolve este processo, começa a questionar-se a si própria e a respectiva percepção da realidade. De facto, encontramos algumas pistas

nas narrativas das mulheres que nos permitem uma identificação com este conceito, bem como com a articulação entre a culpa e a internalização da violência. Vem a propósito o exemplo de Margarida:

«Eu enfrentava-o. Porque muitas vezes ele ia testar, ele, eu a, eu virava-me para ele assim: “Se calhar, se calhar eu ando, eu ando a agir mal. Se calhar eu é que ando a provocar, e eu para não, se eu não quero apanhar, não vou provocar mais. Cheguei a pensar disso, que eu é que era a culpada das próprias agressões que eu tinha.»

(Margarida, 62 anos).

Sendo a culpa uma emoção social com correspondência aos ditames da cultura e aos papéis sociais, aqueles que revelam falta de adequação aos mesmos, sofrerá penalizações ou sanções sociais. Na experiência da violência doméstica, quando o ideal de casa e família é posto em causa, as mulheres iniciam todo um processo de culpabilização, processo ao qual o agressor também não é alheio. Segundo Glass (1995), tal acontece devido à devastação da auto-estima da vítima, por parte do agressor. Senão vejamos o testemunho de Maria:

Entrevistadora: «Mas sentia-se culpada?

Maria: Sentia...“mas o que é que se passa comigo? Sou eu que sou a culpada? Sou eu que sou a culpada de ele estar assim? Se toda a gente o defende a culpa é minha”. Sentia-me eu própria culpada de ele me bater, daquilo tudo eu achava-me culpada, achava que merecia aquilo. Não me pergunte porquê, mas era o sentimento que ficava cá. “Não, isto sou eu porque se toda a gente diz bem dele, eu não posso ir para a rua dizer que ele é violento”. Se ele faz isso é porque eu sou culpada, porque eu dedico-me demasiado à casa e não dedico tanto tempo a ele.»

O que o discurso de Maria ilustra é uma tentativa de adequabilidade das vítimas ao comportamento do agressor: ao sentir culpa, as vítimas tentarem adequar o seu comportamento ao que percebem ser mais adequado ao ponto de vista do agressor. Desta forma, a culpa conduz ao remorso que, por sua vez, actua para que o indivíduo possa reparar os danos que tenham causado. No caso das vítimas, a culpa instiga a adequação e cedência às pressões do agressor: «Guilt increases the likelihood that individuals will role-take with others because guilt motivates them to adjust their behaviors in ways that facilitate cooperation with others (Leaith e Baumeister, 1998). A culpa das agressões é transferida do agressor para as vítimas e, em muitas situações, a falta de adequabilidade ao papel social de esposas/companheira e mãe é posto em causa pelo agressor. A internalização da culpa potencia a percepção da vítima de que não está a corresponder ao papel social que a sociedade lhe reservou. Assim, quando culpadas pelas agressões perpetradas contra elas, as vítimas aceitam e internalizam essa culpa, tornando-se, assim, mais submissas aos seus agressores (Tangney e Dearing, 2002). De facto, através da internalização da culpa, as vítimas percebem negativamente o seu papel e ideal do género feminino. Por isso os resultados estatísticos revelam uma associação entre a variável “Culpa” e a variável “Alusão a factores relacionados com o cumprimento tradicional de género/referências ao bom desempenho no lar” ($R_{ij} 2,0^{156}$). O que esta associação revela é a preponderância da culpa na manutenção da relação violenta: se a culpa é uma emoção que potencia a correcção das acções inadequadas dos indivíduos ela actuará, nestes contextos, para que as vítimas possam “corrigir” as suas acções através da correspondência ou adequabilidade ao seu modelo de género: «Individuals react to [guilt] to avoid self-criticize and to align neatly with results showing that submissive displays are ways to appease others or minimize counterattacks and rejection» (Lazowski, 1987, p. 66). Assim à experiência da culpa, as vítimas reagem através do reforço do seu ideal de mulher/esposa e mãe. No decurso deste trabalho, já nos referimos ao modelo tradicional de feminilidade transmitido de geração em geração no quadro específico das respectivas famílias.

¹⁵⁶ $\chi^2_{(1)}=4,008$; $p=0,043$.

Os processos de socialização das mulheres baseiam-se, no cuidado e na preservação das relações de afecto com os outros, o que poderá explicar a associação entre a culpa e a percepção de falta de adequabilidade ao papel socialmente atribuído às mulheres: «girls are often socialized to define themselves in the context of relationships with others and to base their self-value on how well they form and maintain relationships (...) boys, in contrast, are socialized to independence and to define and value themselves by their personal achievements» (Baum, 2007, p. 873). Um outro estudo de D.B. Levit explica que um dos aspectos do processo de socialização feminina é a repressão de sentimentos de raiva ou agressividade (um atributo que facilita um comportamento passivo). Colocamos como hipótese, (mesmo apesar dos resultados estatísticos não revelarem uma associação entre as reacções passivas e a culpa), que estes aspectos da socialização feminina potenciam a experiência da culpa. Ferguson e Crowley (1997), num estudo a propósito das representações de homens e mulheres sobre os papéis de género, concluem que as mulheres são socialmente encorajadas, a adoptarem posturas e orientações “passivo-dependentes”, ao contrário dos homens, socializados para serem proactivos

Se a culpa deriva da percepção da incongruência entre o comportamento do indivíduo e os valores sociais interiorizados e socialmente aceites e partilhados, a culpa parece ser uma emoção que “aprisiona” as mulheres à relação conjugal violenta. Torres considerava a culpa como um factor emocional importante nas rupturas da conjugalidade, por demais relacionada com as mulheres divorciadas. Para a autora estas rupturas da conjugalidade seriam situações que «põe em cheque simultaneamente a sua identidade pessoal e social». O investimento de algumas mulheres na conjugalidade é «totalizante mobiliza o essencial da identidade social destas mulheres» (1992, p. 49). Também Baum (2007) demonstrou como as mulheres que iniciam os processos de separação dos cônjuges, na sua grande maioria, revelam sentimentos de culpa por terem abandonado a relação.

Mas na análise da culpa, encontramos a sua “parceira” vergonha. No ponto 4.1. procedemos à distinção conceptual entre a vergonha e a culpa. Concluímos que, apesar de reconhecermos que existem aspectos que as diferenciam¹⁵⁷, estas duas

¹⁵⁷ Apesar de emoções distintas, encontram-se fortemente interligadas, ainda que com *nuances* que atrás salientamos: "Guilt and shame often stem from similar situations (...) While both guilt and shame

emoções parecem estar articuladas nos cenários de violência de género: «From blame comes shame» (Tangney e Dearing, 2002, p. 163).

De facto, o cruzamento da variável “Culpa” e da variável “Vergonha” produziu uma associação estatística entre as duas variáveis ($R_{ij}=6,3^{158}$). Nas mulheres vítimas, vergonha e culpa parecem surgir enquanto par, tornando a vivência emocional destas mulheres ainda mais dolorosa: «Guilt fused with shame can linger and rob a person of o peace of mind» (TenHouten, 2007, p. 97). A vergonha parece ser uma emoção proeminentemente feminina (Tangney, 1994) e, tal como a culpa, esta emoção social parece fazer parte dos respectivos modelos da socialização: «since many more females than males are socialized to adopt a communal orientation, essentially defining the self in relationship to others, we might thus additionally expect guilt and shame to emerge together as a significant emotion for females in defining and defending the self» (Ferguson e Crowlay, 1997, p. 25).

Pensamos que esta articulação e associação entre a culpa, os modelos sociais de género herdados e a culpa e a vergonha enquanto emoções proeminentemente femininas, carecem de futuras explorações. Pensamos que a exploração da articulação entre vergonha e culpa e estas emoções e a socialização feminina, poderá ser um ponto de partida interessante para uma futura investigação na área da violência de género. Para já, e no que respeita ao universo das nossas 30 entrevistadas, revelamos como eles estão interligados, o que explica a sua importância no estudo do género nestes contextos.

No ponto seguinte, exploraremos com maior detalhe a vergonha.

8.3. A vergonha

Uma das hipóteses centrais deste trabalho é o papel da vergonha enquanto emoção que condiciona a acção das mulheres vítimas, sobretudo a decisão de ruptura

are concerned with oneself, shame is more about fundamental traits of the self, whereas guilt is more about the impact of one's actions, typically but not necessarily, upon the other" (Ben-Ze'ev, 2001, p.498-499).

¹⁵⁸ $\chi^2_{(1)}=39,776$; $p<0,001$.

da conjugalidade. Tentaremos, igualmente, perceber se a vergonha está relacionada com outros elementos, eles próprios também importantes para as manutenções da conjugalidade.

No ponto 4 referimos que a vergonha é uma emoção social, dependente dos processos de socialização e, por isso, diferente das emoções primárias. Dada a sua importância para a acção social, alguns autores consideram-na parte do processo de sobrevivência social de um indivíduo tal como as emoções primárias, responsáveis pela manutenção da sobrevivência humana até aos nossos dias: «(...) Shame is (...) most certainly basic, an evolutionary history, a biological basis. Shame (...) is hardly of secondary importance» (TenHouten, 2007, p. 178). A vergonha, pela sua natureza moral, colabora na perpetuação da ordem e estrutura social dado que incita os indivíduos a agirem de acordo com as expectativas sociais para experienciar emoções consideradas negativas pela sua capacidade de estigmatização e afastamento social.

Tal como discutimos em relação à culpa, também a vergonha se constituiu como emoção frequente no seio destas relações violentas. À semelhança do que discutimos para a culpa, a vergonha também parece internalizar-se nas vítimas que se responsabilizam pelas agressões: «Victims of abuse are also likely to be shame-prone¹⁵⁹ and, in turn, are likely to believe that they deserve to be treated poorly and are thus responsible for violent acts against them» (Tangney & Dearing, p. 165). A vergonha parece, não apenas condicionar a decisão das mulheres se separarem como parece responsabilizá-las pelas agressões que sofrem. Parece ser este o caso de Maria:

Entrevistada: «Porque é que nunca contou a ninguém?»

¹⁵⁹ *Shame-prone* é uma expressão recorrente nalguns autores que estudam a vergonha. Mills, na sua análise sobre a vergonha, explicita o que entende ser esta propensão de alguns indivíduos para a vergonha e as suas consequências para a ação. Pensamos que esta definição também se aplica no caso das mulheres vítimas de violência «A person whose daily life is pervaded by feelings of worthlessness and inadequacy is one whom we would describe as “shame prone”. A shame-prone person is often in a state of emotional distress [that involves] painful self-condemnation, a feeling of being worthless and disgraced, a desire to hide or disappear, difficult interacting socially, and even difficulty speaking fluently and thinking coherently (2005, p.27).

Maria: Por vergonha, por vergonha e de as pessoas dizerem, as vizinhas, “porque é que você não o larga? Porque é que não lhe fecha a porta e muda a fechadura?” Eu tinha medo do escândalo, tinha medo... toda a gente dizia que ele era muito bom. “ah ele é muito bom. Depois já me sentia com vergonha de estar a deixá-lo”

Entrevistadora: Mas porque é que tinha essa vergonha?

Maria: Tinha medo que as pessoas me censurassem, porque fui porque eu quis e ninguém me obrigou a casar com ele.»

A experiência da violência de Lua passou também por sentir vergonha em relação ao que os outros pudessem pensar. Ela também refere que, talvez, essa emoção a tenha compelido a ficar. Este depoimento releva, também, a estreita interligação entre a vergonha e a culpa nos discursos das entrevistadas, tal como discutimos no ponto anterior:

«Sim, que eu já senti envergonhada de sair à rua, aliás nessa altura quando eu me fechei em casa claro que tinha de sair, tinha que ir ao supermercado e ia buscar as meninas e levar as meninas, mas sim, senti vergonha... as minhas vizinhas às vezes olhavam para mim, começava a pensar “Elas ouviram a discussão, agora dizem aquilo”, sim, sim, senti vergonha (...)E houve uma fase, uma altura também que é assim nós não temos culpa, mas houve uma altura em que eu culpava-me de ele discutir comigo, coisa que eu sei perfeitamente que ninguém tem culpa e ninguém merece ser tratada como eles nos tratam.»

A vergonha também tem implicações nas interacções que as vítimas estabelecem com os outros, por exemplo a família e os amigos. Teresa refere que durante muito tempo não contou que era vítima por vergonha dessa condição. Conforme o depoimento anterior de Lua, também Teresa, quando inquirida sobre a

vergonha, inclui a culpa no seu discurso. Devemos referir a capacidade da culpa para se perpetuar até depois da separação física do agressor, confirmando o seu efeito duradouro com impactos na identidade destas mulheres:

«Tinha vergonha...quer vergonha que tinha. Depois dizer às pessoas que o meu marido me batia... ainda tinha vergonha de contar às pessoas e até às pessoas que eu sei que me apoiam. Eu tinha vergonha porque era vítima (risos). Durante muito tempo não falei e também porque achava que era eu que estava mal, que era eu que, como eu sou muito refilona não é? E muito teimosa, achava que a culpa era minha e que, ou talvez ainda ache que a culpe por exemplo dos meninos não estarem ao pé do pai seja minha, porque eles embora saibam»

Os depoimentos anteriores são idênticos aos das 30 entrevistadas. A vergonha em admitir a condição de vítima conduziu estas mulheres a silenciarem a vitimação. Desta forma, a análise estatística revelou uma associação entre a variável “Vergonha” e a variável “Ocultava marcas de violência/não contava” ($R_{ij} 11,3^{160}$), um dado que nos alerta para a vergonha enquanto emoção social envolvida nos processos de conformidade social (Barbalet) cujo efeito de aceitação e submissão ao agressor e à condição de vítima não pode ser negligenciado. A vergonha, quando experienciada recorrentemente, conduz à resignação que, por sua vez, faz com que os actores sociais se conformem com uma situação de submissão, conformismo e aceitação (Tangney e Dearing, 2002).

De facto, a vergonha inibe a consumação das rupturas da conjugalidade ao mesmo tempo que condiciona as reacções destas mulheres, caracterizadas pela passividade. Os resultados estatísticos revelam essa associação entre a “vergonha” e as “reacções passivas” ($R_{ij}=2,6^{161}$). Desta forma, a vergonha condiciona e inibe a ação pela percepção da inadequabilidade e incapacidade do *self*: «As a component of

¹⁶⁰ $\chi^2_{(1)}=128,586$; $p<0,001$.

¹⁶¹ $\chi^2_{(1)}=6,949$; $p=0,008$.

shame, resignation has its topic of self, indeed it is a loss of self (a source of sadness), together with a withdrawal from the social field» (Ben-Ze'Ve, 2000, p. 301).

A próxima declaração é retirada da entrevista de Marta. Nela, a entrevistada refere a importância da vergonha e como esta emoção a foi condicionando nas suas decisões e também lhe retirou capacidade para reagir.

Entrevistadora- «Que sentimentos é que você se lembra de serem mais vivos dentro de si na altura?

Marta- Sentia vergonha, sentia-me vazia, sentia que não era capaz de, se não estivesse com ele que não era capaz de continuar a minha vida para a frente... Fazia o que ele queria para ficar com ele. Mas sentia-me vazia mas não tinha forças para fazer nada. O que depois me disseram que era mentira, que se por acaso tivesse sozinha que tocava melhor a vida para a frente do que com ele...mas acima de tudo vergonha. Queria desaparecer e esconder-me...não aparecer aos outros!»

Como, vimos a vergonha é uma emoção com forte impacto na identidade do actor social. Marcada pela capacidade de projectar uma avaliação negativa global do *self* (Fridja,2000), tem claras consequências na forma como nos vemos e nos apresentamos aos outros. Nesse sentido, também procuramos detectar nos discursos, expressões verbais que nos indicassem alguns estados emocionais associados com a vergonha (Gottschalk, Wingert & Gleser, 1969) como “sentir-se ridícula” “insignificante” “inadequada”, “humilhada”, etc.. Estas expressões permitem compreender a avaliação que estas mulheres faziam de si, ao mesmo tempo que a admitem como a mais provável para os outros: «Negative ideation about one’s appearance in relation to another, and obsessive ideation about what one might have said done, also indicate shame» (Scheff & Retzinger, 1991, p. 70).

Se a experiência da vergonha se torna permanente, o actor social resguarda-se através do isolamento e afastamento dos outros. Tal como discutem Tangney e Dearing “a common component of the shame experience is the desire to hide, to escape from further scrutiny and devaluation” (2004, p. 173). O desejo de esconder dos outros a situação de vítima a par da resignação a uma determinada condição é potenciado pela vergonha e é facilmente detectável nas mulheres vítimas que entrevistamos.

Pelo impacto negativo que tem na identidade pessoal, a vergonha potencia os estados emocionais como a alienação, a anulação e a baixa auto-estima ao mesmo tempo que reduzem a capacidade de reacção destas mulheres. Os apuramentos estatísticos conformam a articulação entre a “vergonha” e a “alienação emocional”, através da associação entre estas duas variáveis ($R_{ij}=1,9^{162}$). Pelos efeitos que tem na disrupção da identidade pessoal¹⁶³, juntamente com a capacidade inibitória da ação, «shame is submissiveness (...) One expression of submissiveness is social overconformity» (TenHouten, 2007, p.187).

A articulação entre a vergonha, a alienação emocional, a anulação do *self*, e a submissão, é perceptível no trecho de entrevista a Vanessa:

Entrevistadora: «E como é que você se sentia quando sabia que os outros estavam a aperceber?

Vanessa: Era enfiar-me debaixo da terra e dizer “ai meu deus” é...é a vergonha perante os outros, o medo constante que se tinha daquela pessoa e era...o que é que estão a fazer de mim? Estão a fazer de mim um farrapo a pontes que agente pensa que não presta...epá e será que será...se calhar sou mesmo assim uma pessoa...porque tu não sabes fazer nada, tu não prestas, porque tu

¹⁶² $\chi^2_{(1)}=3,757$; $p=0,053$.

¹⁶³ Por colocar em causa e de forma global o *self*, a vergonha tem efeitos nefastos na saúde física e psicológica dos indivíduos, sobretudo quando se perspectiva no tempo: «Over the long term, proneness to shame may play an important part in psychopathology (Lewis, 1971, 1987) and physical health (Dickerson, Gruenewald, & Kemeny, 2004; Dickerson, Kemeny, Aziz, Kim, & Fahey, 2004). Given its distressing nature and its potential role in mental and physical health, it is important to understand how proneness to shame develops and how it can affect the course of development. (Mills, 2005, p. 27).

não fazes isto assim e eu já te disse que era para fazer assim...O resultado é que eu ficava submissa e acatava tudo...tudo»

No ponto dedicado à *genderização* das emoções, debatemos a vergonha enquanto emoção social mais experienciada e associada às mulheres., tal como alguns trabalhos empíricos confirmam (Tangney e Dearing, 1995, 2003). Todavia, a mulher parece ser mais propensa ao aparecimento de sentimentos de vergonha sobretudo quando são colocadas em causa as suas prestações relativas a questões como a maternidade ou a conjugalidade. A assimilação desta “tarefa social” parece ainda hoje dominar a identidade feminina. À semelhança do aparecimento da culpa nas vítimas, originaria da percepção de uma falha na sua adequação ao papel de mãe e parceira íntima, também a vergonha se espelha nessa percepção de incumprimento de um papel social que continua a prevalecer nas construções de género das vítimas entrevistadas. Catarina conta como a vergonha que sentia se encontra articulada com a possibilidade de uma separação e, sobretudo, com a impossibilidade dos seus filhos não crescerem num modelo de família tradicional:

«Achava que o casamento é para toda a vida e isso era uma vergonha divorciar-me naquela altura...e...depois as crianças têm que têm que ter uma mãe e um pai, não é. Tudo isto pesa. Pensar que ia abandonar uma vida e uma família que construí...»

Alguns autores (Lewis, 1981, 1987; Scheff, 1990, 1991, 2000) defendem que as origens sociais da maior propensão das mulheres para experienciarem vergonha é, precisamente, a sua percepção ou a percepção dos outros, na sua incapacidade para manter os laços afectivos, nomeadamente os que se relacionam com a conjugalidade e maternidade.

A socialização feminina que assenta, em parte na repressão de alguns estados emocionais mais proactivos como a agressividade ou impulsividade pode, igualmente, ajudar a explicar a internalização das emoções (referida no ponto 5) e, consequentemente, articulação entre a vergonha e a construção social do género

feminino. Estudos empíricos dedicados a identificar diferenças na experiência da vergonha em homens e mulheres, não apenas revelam que as mulheres a experienciam mais como articulam outros elementos que temos vindo a desenvolver: «Women report or are observed to use more social support strategies; internalizing strategies, such as blaming themselves; and emotion-focused strategies, such as ruminating, consistently of passively focusing attention on negative affect rather than taking active steps» (Cramer, 2002, p. 400). Os autores debatem que é precisamente a necessidade de conservar os laços sociais e íntimos de forma forte e coesa que conduz as mulheres a estas estratégias de internalização das emoções e ao aparecimento de emoções negativas como a vergonha e culpa, nos casos em que esses laços afectivos são postos em causa. Outros autores defendem que o “mapa do sentir emocional de homens e mulheres¹⁶⁴” é diferente precisamente pela necessidade de cumprirem os papéis sociais de género vigentes: «The differential expression of emotions for the two sexes is adaptive for the successfully fulfilment of gender roles (...) that integrates a multiplicity of variables, including socialization factors» (Brody & Hall, 2008, p. 405).

A análise estatística efectuada com o objectivo de compreender uma possível interligação entre a vergonha e a importância do cumprimento dos papéis sociais de género, revela que, no conjunto das 30 entrevistadas, existe uma associação entre a “vergonha” e a “Alusão a factores relacionados com o cumprimento tradicional dos papéis de género/referências ao bom desempenho feminino no lar” ($R_{ij}=3,8^{165}$). Esta associação é ilustrativa da necessidade do cumprimento dos papéis sociais de género relacionado com o estereótipo feminino, que condiciona a decisão da ruptura da conjugalidade, perpetuando a relação violenta em prol da manutenção dos laços familiares e de conjugalidade. Luísa constrói o seu discurso sobre a vergonha assente na necessidade de não demonstrar que a sua relação conjugal não correspondia às

¹⁶⁴ Autores que se dedicaram a mapear o funcionamento do cérebro de homens e mulheres no que se refere à experiência das emoções, descobriram que a influência dos estereótipos de género na vivência emocional, é mais visível nas mulheres do que nos homens, sobretudo em situações de interacção: «Women possess more differentiated emotion knowledge and their affective judgments may be more influenced by highly accessible beliefs about emotion, including cultural stereotypes (i.e. women are more emotional) that may lead them to report more intense feelings. For example, gender differences in retrospective reports of emotion intensity and frequency (which are more likely to be shaded by beliefs and stereotypes) disappear when these reports are taken moment-to-moment in the context of everyday life» (Wage e Ochsner, 2004, p. 86).

¹⁶⁵ $\chi^2_{(1)}=14,100$; $p<0,001$.

expectativas da família e dos mais próximos. Também a ideia de afastar os filhos do pai, foi condicionando a sua decisão:

«Agente não quer mostrar. Porque agente passa por aquela fase, eu tenho vergonha de dizer o que se passa em casa, agente tem, eu tenho que cumprir de todas a formas. Ele era aquele tipo de pessoa que os outros e também a minha família, claro, tinham aquela ideia, aquela pessoa tem, ela tem uma vida maravilhosa, dá-se super bem com o marido. Então aquela imagem era tão real que se eu dissesse passa-se isto, se calhar as pessoas iam duvidar. Ele depois também me dizia “ah, se queres sair vai mas não levas o miúdo. Até que agente vai ficando sempre a remoer essas coisas e não toma atitude nenhuma na vida. Mas chega a um fim...”»

(Luísa, 39 anos)

As evidências estatísticas apresentadas no que se refere às associações entre a vergonha com a necessidade da correspondência com os papéis sociais de género prescritos, a sua influência nas reacções passivas e a alienação emocional que perpassa todas as entrevistadas, parece-nos que o papel da vergonha enquanto condicionadora de uma ruptura da conjugalidade violenta é incontornável. Como referimos na metodologia, todos estes resultados não nos permitem extrapolações para o universo das relações íntimas violentas. Todavia, parece-nos que este trabalho revela vários aspectos que justificam um maior aprofundamento da vergonha nos contextos mais alargados da violência de género.

8.4. Alienação emocional

A alienação emocional, já foi abordada no ponto dedicado às reacções das vítimas. Vimos como este estado emocional faz com que as mulheres se sintam incapazes para reagir às agressões, empurrando-as para uma situação de maior isolamento e passividade. Este estado de alienação emocional, também se pode explicar através de estados de anulação individual e de baixa auto estima que reduzem

a capacidade reactiva das mulheres. Esta alienação emocional representa uma estratégia de sobrevivência e faz-se acompanhar da anulação da identidade destas mulheres. Este processo de anulação da identidade é comparável à “mortificação do eu” Goffmann. À semelhança do residente num asilo, numa prisão, num convento ou num manicómio, também estas mulheres parecem ter necessidade de proceder a uma «desfiguração e profanação do eu» com o propósito de «deixar de confirmar sua concepção anterior do eu» (1961, p. 40). Nas vítimas, tal como nos indivíduos em asilos: «A mortificação ou mutilação do eu tendem a incluir aguda tensão psicológica para o indivíduo, mas para um indivíduo desiludido do mundo ou com sentimento de culpa, a mortificação pode provocar alívio psicológico» (*Idem, Ibidem, p. 49*). Pensamos que a alienação emocional, enquanto estratégia de sobrevivência e, também, processo de anulação da própria identidade, pode permitir suportar os episódios de violência, muitas vezes durante longos anos.

Assim, interrogamo-nos se o estado de alienação emocional contribuiria para as reacções mais passivas? A análise estatística revela uma associação entre as “reacções passivas” e a “alienação emocional” ($R_{ij}=5,5^{166}$). Esta associação estatística permite compreender como o desgaste emocional, com implicações na saúde psicológica, se traduz numa incapacidade para reagir ou actuar. Quando eram questionadas sobre as suas reacções aos actos de violência, as vítimas usavam as expressões que consideramos descreverem este estado de alienação emocional: *eu estava mesmo neutralizada*”, *“eu era completamente anulada*”, *“já nada me importava*”, *“já nem se vivia ou morria queria saber*”.

No depoimento seguinte veremos como esse estado emocional é potenciado pelo exercício da violência e como a entrevistada descreve que a sua forma de sobrevivência à violência era alienação emocional:

«Quando, quando começou aquela relação, obrigar-me a fazer sexo com ele. Porque para mim não é amor, aquilo é... é sexo à bruta. Eu tentei, eu desliguei-me. Eu, eu quando ele tentava ter a relação sexual, eu, eu nem

¹⁶⁶ A associação entre as “reacções passivas” e a “alienação emocional” é expressa por: $\chi^2_{(1)}=30,726$; $p<0,001$.

o sentia (...) Mas desliguei-me de mim própria. Eu, quando ele tinha aquela relação sexual, eu nem o sentia. Porque eu desligava-me»

(Maria José, 39 anos)

O conceito de alienação emocional, no contexto das relações conjugais violentas, tem elementos similares ao conceito de *resignação*, desenvolvida por Plutchik (1967, 1984). Para este autor, a ideia da resignação equivale à coexistência de duas outras emoções (tristeza e mágoa ou dor) que, conjuntamente conduzem à sensação de ausência de sentimentos ou emoções. Por isso mesmo, o conceito de alienação emocional está longe de significar a ausência de sentimentos ou emoções. Mas admitimos a hipótese de Plutchik quando nos alerta para o conceito de aceitação passiva¹⁶⁷, que controla o indivíduo bem como a sua capacidade de agir, devido à junção da tristeza com a dor. No entanto, parece-nos que o autor negligência a sua importância enquanto estratégia que permite a sobrevivência das vítimas. O despojar ou o definir da capacidade de vivência emocional, tal como foi descrita pelas entrevistadas, permite até determinado ponto, a criação de uma impermeabilização emocional do exercício da violência. Para sobreviverem, ao exercício dos abusos, não se podem permitir o aparecimento de determinadas emoções. Sucumbir às emoções é permitir que o exercício da violência se torne mais violento e mais incapacitante. Também nos parece que Plutchik ignora outras emoções (como a vergonha, culpa e medo que desenvolveremos mais adiante), enquanto inibidores da acção, conferindo um protagonismo às três emoções que enumera.

Também esta estratégia de sobrevivência das vítimas tem efeitos e consequências nefastas na sua saúde, com efeitos que se perpetuam no tempo. Muitas das entrevistadas referem que parte da luta que ainda travam para a superação dos traumas psicológicos, continua a ser a tentativa de libertação desses sentimentos de anulação e de alienação. Este estado psicológico que força as vitima a reprimirem as suas emoções, acompanham as vítimas muito para além do tempo de separação:

¹⁶⁷ *Passive acceptance*, no original.

«Porque a psicológica é...é assim, às vezes eu acordo e penso que estou a viver na mesma, parece que não sou feliz porque porque...não sei, parece que, olho-me ao espelho e penso muita coisa muita coisa como ainda estou igual ou sou aquilo que ele me quis tornar... fico...ainda estou revoltada com isto tudo mesmo»

(Xana, 33 anos)

Neste trabalho, tentamos perceber se a repressão das emoções, que conduz à alienação emocional, poderia ter consequências para a saúde e bem-estar físico e psicológico das vítimas. Percebemos que a alienação emocional tem consequências nefastas para a saúde das mulheres. Esta associação expressa-se pela associação entre a variável “Alienação emocional” e a variável “Problemas de saúde psicológicas”¹⁶⁸ ($R_{ij}=3,7^{169}$). Os problemas de saúde do foro psicológico que, em parte, têm a sua origem na repressão ou alienação das emoções, reforçam o isolamento social destas mulheres. Pensamos que uma das causas para a manutenção das relações conjugais violentas reside na conjugação entre o isolamento, imposto pelo agressor, e o estado emocional de alienação, que produz incapacidade de acção. Thomas Scheff chamava a atenção para os efeitos individuais e sociais da alienação ao mesmo tempo que a considera um dos aspectos que mais contribui para a desregulação das relações íntimas e sociais: «Alienation between persons or within the person and between groups takes two distinct forms – engulfment and isolation. In engulfing relationships, the individual gives up parts of the self in order to be accepted by others. Behavior is dominated by loyalty and conformity at the expense of individuality. In isolation, one cuts oneself off from others. Behaviour is dominated by individuality at the expense of loyalty. Both types of alienation give rise to pathologies of self» (1991, p. 170).

¹⁶⁸O problema de saúde de natureza psicológica, mais apontado pelas entrevistadas foram as depressões (diagnosticadas pelos respectivos médicos).

¹⁶⁹ $\chi^2_{(1)}=13,376$; $p<0,001$.

8.5. A raiva

A raiva é, de entre as emoções referidas nos discursos, a que menos relevância teve no conjunto dos discursos das vítimas. Considerada uma emoção básica ou primária (Ekman, 1994; Izard, 1977; Turner, 2000; Kemper, 1987), é uma das emoções que decorre do processo evolutivo da espécie humana. Por ser uma emoção primária, está presente desde o início da vida dos indivíduos. Apesar de encontrarmos na literatura alguma concordância em relação à sua base ancestral, a definição conceptual da raiva mantém-se vaga. No contexto que aqui debatemos, a definição de Kassinove e Sukhodolsky parece a que melhor se adequa: «A negative, phenomenological (or internal) feeling state associated with specific cognitive and perceptual distortions and deficiencies (e.g. misappraisals, errors, and attributions of blame, injustice». (1995, p. 7).

Não negligenciando a sua classificação de emoção primária, outros autores referem que a raiva é uma emoção social (Berkowitz & Harmon-Jones 2004; Izard, 1977). Para estes autores, a maior parte das situações em que a raiva surge é na interacção. O cenário de interacção mais proeminente no aparecimento da raiva envolve acções destinadas a ameaçar ou por em causa a concepção ou identidade do *self* e, conseqüentemente a nossa imagem pública (Cupach e Canary, 1995).

A presença da raiva nos contextos da violência conjugal foi abordada por TenHouten que explica que esta emoção resulta de contextos de submissão física e psicológica através do uso da violência. O esforço para quebrar essa dominação e liberta-se de outro tipo de obstáculos que limitem a nossa acção é consistente com o aparecimento de raiva. Para o autor, este é, na realidade, um exercício de libertação relativo ao poder que é sempre necessário para o indivíduo se subtrair a uma posição de menoridade. O autor refere que a raiva nestes contextos surge devido ao exercício da violência física e psicológica que oprime as acções das vítimas criando obstáculos e entraves à sua liberdade individual e social. A raiva surge como emoção destinada a libertar o indivíduo desse controlo e domínio, físico e psicológico: «Anger is a universal emotion everywhere linked to efforts to exercise power and to overcome impediments to free movement in spaces and places” (Tenhouten, 2006, p. 40).

É uma emoção que promove a acção, e por isso são poucas as referências à raiva, enquanto emoção que integra o léxico emocional do género feminino. Já anteriormente mencionamos que os homens são socialmente incentivados à demonstração de emoções mais agressivas como a raiva. Quanto às mulheres, a demonstração de emoções como a raiva ou outras que se prendam com a manifestação de comportamentos hostis em relação aos outros, é socialmente condenada: «If women do express anger, they risk being labelled “hostile”, “neurotic”, or “unladylike”. Moreover, women often fear that anger expression will exact a cost to their sense of self and their relationships (Schieman, 2002, p. 504). Apesar de alguns estudos revelarem que as mulheres comunicam mais e demonstram com mais facilidade, as suas emoções, a raiva parece ser a excepção (Johnson e Shulman, 1988). A raiva é mais um exemplo de uma emoção *genderizada*, cuja manifestação é socialmente admitida no masculino mas mal tolerada no feminino. Em regra, a sociedade impõe às mulheres o controlo da sua manifestação e preferencialmente a sua supressão. Estas diferenças de género na expressão da raiva, têm a sua raiz histórica, no Ocidente, desde o período Vitoriano (Stearns, 1992): era considerado pouco feminino a exibição de raiva nas mulheres mas nos homens era considerada uma ferramenta importante para o domínio dos negócios e da vida política.

Apesar das poucas referências feitas à raiva, algumas entrevistadas contam que esta emoção surgia após as agressões de que eram vítimas. Assim, a raiva, manifestava-se quando as vítimas pensavam em tentativas de vingança mas que não passavam de uma idealizações de uma possibilidade, nunca concretizada. A incapacidade de reagir aos actos transforma-se num cenário imaginário de vingança.

Foi o caso de Carla:

«Raiva. Raiva, tinha-lhe um ódio tão grande que acho que se eu tivesse forças eu reagia... (pausa) que lhe batia também. Uma raiva e um ódio tão grande que se eu tivesse coragem, quando ele me batia eu tinha-o agredido também. Só que ele apanhou-me esse ponto fraco...mas depois a raiva só me dava para chorar»

(Carla, 41 anos)

Mas a raiva acaba por não ultrapassar a impotência e incapacidade para reagir. Nesta entrevistada, o surgimento da raiva acaba por se transformar em choro e não numa reacção activa. A forma como se manifesta a raiva, quando não contida, também depende do género a que se pertence. No caso de Carla, a raiva resultava em choro, a manifestação comum da raiva no género feminino mas não no masculino: «Whereas men express anger violently, women are more apt to burst into tears when angry» (Blanchard-Fields, F., e Coats, 2008, p.126).

No caso de Anabela, a raiva que sente pelo ex-marido, perpetuou-se no tempo e manifesta-se na sua relação íntima actual.

«O facto, por exemplo, de eu ontem saber que o meu ex-marido andou na rua... Acho que lhe bati, puxei os cabelos, chamei-lhe nomes... Pronto, eu exteriorizo durante o sono, tudo, tudo. A raiva, o ódio e... Ele diz mesmo assim (o actual companheiro): “Tu odeias mesmo aquele homem.” Eu assim: “Odeio.” Eu odeio mesmo. Não lhe desejo a morte porque é pai das minhas filhas, pronto. Mas, se morresse não fazia falta nenhuma. Pronto, é uma coisa, uma revolta constante.»

A produção de resultados estatísticos para a variável “Raiva” não produziu dados que nos permitam falar em associações com outras variáveis. Também na análise dos discursos a presença da raiva não possibilita a sua articulação com outros factores. Não deixamos de nos interrogar: será este um indicador da socialização e *genderização* desta emoção?

Capítulo IX. As Emoções no «Teatro do Corpo»

A expressão usada para denominar o presente capítulo é usada por António Damásio (2003), para descrever a forma como as emoções ocorrem. Começam por se manifestar no corpo biológico de todos os indivíduos. Enquanto derivação do latim *emovere* que significa movimento, o termo emoção remete-nos para uma sequência de processos neurológicos e psicológicos que ocorrem no corpo e que produzem manifestações «muitas delas públicas, que ocorrem no rosto, na voz ou em comportamentos específicos» (Damásio, 2003, p. 44).

No campo do estudo das emoções humanas, o reconhecimento corporal e facial das emoções, tem sido feito tanto de avanços e descobertas como de controvérsias de ordem teórica e empírica.

Neste trabalho, propusemos-mos o desafio de “espreitar” para o «teatro do corpo» das nossas entrevistadas, tentando perceber possíveis estados emocionais ou emoções que se fossem manifestando no decorrer das entrevistas. A recolha de informação através dos Indicadores de Expressão Emocional (I.E.E.) manifestados pelas entrevistadas, tem como objectivo perceber que contextos da violência conjugal mais se encontram marcados pela experiência da vergonha.

Para atingir esse objectivo, construímos uma base que permitisse cruzar as variáveis relativas aos I.E.E. e os assuntos que estavam a ser referidos pelas mulheres no momento em que ocorreu o I.E.E. O resultado desse trabalho empírico e metodológico, é o que se apresentará neste capítulo.

Conscientes de que esta é uma abordagem metodológica pouco utilizada na Sociologia, procederemos a uma breve exposição sobre a evolução da utilização dos I.E.E. bem como do que nos parece ser a sua actual importância no contexto das Ciências dedicadas à compreensão da acção social.

9.1. A Importância dos Indicadores de Expressão Emocional no Contexto da Acção Social

Darwin em 1872, foi o primeiro autor a referir que a forma como os indivíduos expressam, no corpo e no rosto, determinadas emoções – apenas aquelas

consideradas primárias ou básicas – é universal e não é susceptível de variações culturais. Para Darwin, a manifestação da emoção raiva, caracterizava-se por uma maior abertura das narinas, pressão do lábio inferior contra o superior, olhos bastante abertos, maior abertura da caixa torácica, rigidez nos membros superiores e cabeça bem levantada.

O trabalho pioneiro de Darwin serviu de referência para outros cientistas que hoje se dedicam ao estudo dos marcadores de expressão emocional como indicadores dos estados emocionais dos indivíduos (Ekman (1973), Ekman e Friesen 1971, 1975; Ekman, Friesen e Ellsworth 1972; Scheff & Retzinger; Matsumoto & Keltner, Keltner, 1995; Tiedens, Ellsworth, & Mesquita, 2000; Hertenstein & Campos, 2004, etc). Até Sigmund Freud parecia conferir às expressões emocionais do corpo, uma importância elevada: «He that has eyes to see and ears to hear may convince himself that no mortal can keep a secret. If his lips are silent, he chatters with his finger-tips: betrayal hands, oozes out of him at every pore» (1953, p. 94).

A importância da detecção dos I.E.E., reside na sua capacidade de providenciar informação sobre os estados emocionais, antecipar as acções ou comportamentos do outro (Ekman, 1993; Scherer, 1986; Fridlund, 1994) e até providenciar informação sobre a posição social ou *status* de cada um (Mineka e Cook, 1993). De facto, o reconhecimento dos estados emocionais do outro é uma das bases dos processos de interacção social e algo que todos os seres sociais fazem constantemente: «In ordinary life (...) Based on observable cues, words and manner, people make inferences about inner experiences that are not directly observable» (Scheff e Retzinger, 1991, p. 41).

São vários os trabalhos que nos alertam para a necessidade da produção científica sobre as emoções conferindo atenção ao que apelidam de “*discrete-emotions*”. Entre outros motivos ressalta o de sabermos que muitas das expressões faciais e gestuais estão relacionadas com padrões de resposta automática ligados ao sistema nervoso central e à nossa atividade cerebral. Desta forma, e como referem Keltner e Ekman, “Researchers are now examining the dynamics of expression and attending gaze, head and postural activity. For example, encoding studies linking expressive behavior to emotional experience have documented distinct expressions for embarrassment and shame” (2000, p. 239).

Porque a experiência emocional nem sempre é consciente, como Damásio (2006) nos alertou, o recurso à análise dos I.E.E. parte, dessa mesma consciência de que a nossa capacidade de reconhecer as emoções é limitada. Também Harris, chama a atenção para a necessidade de incluir os processos emocionais que podem escapar à consciência dos indivíduos. Defende o autor que esses processos se tornam visíveis através de expressões faciais ou outros indicadores: «These processes reveal themselves nonetheless via telltale facial expressions or various psychophysiological indices. Although the strength of this argument is undeniable, it is important to remember that human beings do have some access, however partial, to their emotional experience» (2000, p. 281).

Gelder (2006), compara a utilidade da análise dos I.E.E., para a desconstrução da interacção e acção social, àquela que Darwin conferia às expressões faciais e corporais, responsáveis por terem promovido a sobrevivência da espécie humana. Para o autor, também a sobrevivência do ser social, passa pela capacidade de reconhecer e conferir significado aos marcadores de expressão emocional presentes nos outros, quer no corpo quer na face¹⁷⁰.

Para os actores sociais, associar a experiência emocional a algumas expressões ou indicadores corporais ou faciais, é de crucial importância até nos períodos mais precoces do nosso desenvolvimento. O conceito de “social referencing” (Klinnert *et al.*, 1983) refere-se à necessidade que os recém-nascidos e bebés têm de procurar informação emocional nos outros para, posteriormente, procederem à interpretação de objectos e acontecimentos que lhes são desconhecidos. Essa informação emocional é o que permite à criança agir (Hertenstein & Campos, 2004).

Desta forma, porque os marcadores ou I.E.E. servem uma função social importante na interacção, as expressões faciais e corporais são reguladores fundamentais da interacção social (Mstsumoto, *et al.*, 2008, p.224).

Mas, e como escrevia Goffman (1993), todo o actor social manipula as impressões que pretende dar de si aos outros e, assim sendo, a análise dos I.E.E.torna-

¹⁷⁰ Para Darwin, o reconhecimento de algumas expressões faciais relacionadas com as emoções primárias, era uma das formas de protecção em relação aos mais variados perigos, quer nos animais, quer nos hominídeos e mais tarde nos humanos. Na obra de Darwin, a expressão facial da raiva, por exemplo, servia um duplo propósito: alertar para a ameaça; para o reconhecimento do perigo e manifestar a intenção de ataque/confronto caso a ameaça permanecesse (1872).

se mais relevante do que os discursos ou as narrativas das entrevistadas? Ao contrário da manipulação das palavras ou dos discursos, os actores sociais têm menos prática em controlar, inibir ou falsificar as suas expressões corporais e faciais. Por isso, alguns autores defendem que estas manifestações não-verbais oferecem uma maior capacidade explicativa do comportamento dos indivíduos (Hebb, 1946; Honkavaara, 1961; Klineberg, 1938; Murphy, e Newcomb, 1937; Plutchik, 1962; Ekman e Wallace, 2003).

A atenção excessiva que os actores sociais dedicam à desconstrução do discurso verbal e insuficiente à linguagem não-corporal, poderá explicar a maior dificuldade com as expressões emocionais manifestadas no rosto: «Facial expressions of emotion are not easy to control. People are more practiced in lying with words than with faces (and more practiced with faces than with body movement). People are held more accountable for their words than for their facial expression (Ekman & Friesen, 2002, p.135¹⁷¹). Assim, parece ser mais fácil aos actores sociais controlarem ou inibirem os seus discursos, a escolha das palavras, etc., do que o que a expressão das emoções no «teatro do corpo» vai revelando.

Aos argumentos acima expostos, acresce o argumento das alterações fisiológicas e neurológicas que decorrem durante a experiência emocional, alterações ainda menos passíveis de serem controladas: «The facial expressions that are triggered during the experience of an emotion are involuntary (because of their physiological component) and the words are not» (Ekman e Friesen, 2002, p.136).

Todavia, com os argumentos anteriormente utilizados, não pretendemos conferir menor importância aos discursos das entrevistadas. Os discursos dão conta das suas percepções dos acontecimentos, das situações vividas, das suas lutas e, sobretudo das suas histórias. Mas enquanto investigadores, somos movidos pela

¹⁷¹ Os mesmos autores apresentam duas razões fundamentais em defesa da maior facilidade em manipular e controlar os discursos do que as expressões não-verbais das emoções: «It is easier to *monitor* your words as you speak them than to monitor your facial expressions. There are two reasons. First, facial expressions can be extremely rapid, flashing on and off the face in less than a second. With words you can easily take the stance of the person who receives your message, listening to it as he does; this is not as easy with facial expressions. You can hear yourself speak, managing what you are saying word by word, and even changing within a word. But you can't see your own facial expressions, and to do so would be disruptive. Instead, you must rely upon a less accurate source of information about what is going on in your face which is: the feedback from the facial muscles» (Ekman & Friesen, 2002, p.136).

necessidade de tentar acrescentar conhecimento, através da utilização de novas metodologias que nos permitam aprofundar a acção e as dinâmicas sociais. Nesse sentido, a metodologia delineada para detectar a expressão das emoções no decurso das histórias de vida das entrevistadas, pretende ser uma ferramenta que permita complementar informação em relação à vivência das emoções relatada verbalmente pelas vítimas.

No ponto seguinte, procederemos a algumas considerações metodológicas relacionadas com os I.E.E. que consideramos ser os mais adequados para a prossecução dos objectivos traçados.

9.2. Os Indicadores de Expressão Emocional relativos à vergonha

Se a universalidade da expressões faciais e corporais das emoções primárias parece ser consensual entre os investigadores, o facto de a vergonha ser uma emoção social, levanta questões sobre a fidedignidade dos indicadores de expressão emocionais que lhe são relativos. No entanto, o critério da universalidade cultural da expressão facial e corporal das emoções primárias reside na capacidade dessas expressões serem reconhecidas pelos outros enquanto indicador de uma determinada emoção. De acordo com esta premissa, estudos recentes demonstraram que emoções como a vergonha e o orgulho se caracterizam pela demonstração de determinadas expressões que qualquer observador associa como indicadores dessas emoções (Keltner, 1995; Haidt e Ketner; Tracy e Ronbins, 2004). Sobretudo esse reconhecimento parece, também ser culturalmente universal: «Embarrassment, pride and shame have nonverbal expressions that are recognized across cultures (...) They may, in fact be a universal part of human nature» (Robins, Nofle, Tracy, 2007, p.464).

Sendo a vergonha uma emoção negativa, associada ao julgamento social e moral da conduta dos indivíduos, é expectável que os indivíduos tenham mais dificuldade em falar abertamente sobre ela. Uma vez que um dos objectivos desta tese, era determinar se vergonha e culpa eram emoções facilitadoras dos processos de perpetuação das relações conjugais violentas, tentamos perceber, através dos I.E.E. associados à vergonha, em que momentos das entrevistas ela se manifestaria. A

detecção desses indicadores foi, à partida, condicionada pela impossibilidade de filmar as entrevistas¹⁷², o método tipicamente recomendado para este tipo de análise. Assim, o método concebido e descrito na metodologia permitia a detecção dos indicadores, com relativa precisão. Todavia, admitimos que o método desenhado possa ser permeável à perda de informação a este nível.

Durante grande parte deste trabalho, referimo-nos à vergonha e culpa como uma espécie de “dupla”. De facto, percebemos na análise verbalizada das emoções que elas tendem a ser convocadas em simultâneo. Ao mesmo tempo, apresentamos algumas diferenças conceptuais entre ambas, embora tenhamos referido que, para o tipo de análise e objecto de estudo que nos ocupa, não se justificaria uma “desarticulação” destas duas emoções, pelo menos no que se refere às emoções verbalizadas. Por questões de rigor metodológico, não misturaremos vergonha e culpa ao nível da detecção dos I.E.E. Os estudos que revelam a possível universalidade da demonstração da vergonha, não se referem à culpa, talvez condicionados pelas distinções conceptuais entre ambas.

De facto, e até hoje, não encontramos nenhum trabalho que se tenha dedicado à detecção de I.E.E. dedicados à culpa, isoladamente, nem tão pouco um quadro referencial de possíveis indicadores que a ela possam estar associados. O único estudo conhecido que discute se os I.E.E. associados à vergonha que poderiam ser utilizados também para a culpa, foi desenvolvido por Keltner e Buswell. Nele, os autores avançam com a hipótese de que os indicadores de expressão emocional relativos à vergonha, possam ser os mesmos para a culpa (ver também Tomkins, 1963). Colocados em situações propensas ao aparecimento de culpa, os sujeitos testados não revelaram qualquer tipo de I.E.E. que os observadores considerassem explícitos o suficiente de tal forma que os pudessem considerar associados à experiência da culpa. Por isso, os autores concluíam que os indivíduos podem não expressar culpa através de expressões faciais e, por isso, reconhecem que «The signs of guilt may be more subtle (...) Or it may be that the antecedents of guilt, in contrast to those of shame and embarrassment require *more* than nonverbal communication» (1996, p. 168-169).

¹⁷² Por motivos éticos, particularmente relacionados com o sentido de protecção e segurança das entrevistadas, não por procedemos à gravação de imagem; apenas de voz.

Pelas razões acima enumeradas, a metodologia desenhada para detecção dos I.E.E. apenas se referiram à vergonha. Desta forma, recorreremos à utilização dos indicadores de expressão emocional definidos por Thomas Scheff e Suzanne Retzinger (2001) no que se refere à vergonha¹⁷³. Vários autores (Darwin, 1872; Edelman, 1987; Izard, 1977; Lewis, 1971, 1979; Tomkins, 1963, Scheff e Retzinger 1991; Ekman, 1975 1993, 1994, 1997, 2003) concordam que as manifestações da vergonha são identificáveis, tanto através de manifestações corporais/faciais como através de indicadores não-verbais ou paralinguísticos.

Assim, os indicadores de expressão emocional relacionados com a vergonha e testados pelos autores são de dois tipos: corporais e/ou faciais e paralinguísticos. Porque, como vimos, a vergonha produz a necessidade de nos retirarmos e escondermos dos outros, é conferida primazia a indicadores apelidados de “hiding behavior” (Tomkins, 1963; Izard, 1971, 1977; Scheff e Retzinger, 2001).

Na sua análise do programa Norte-americano *Candid Camera* Scheff e Retzinger, reuniram os I.E.E. relacionados com a vergonha, frequentemente demonstrados pelos indivíduos que tinham sido “apanhados”. Nessa análise concluíram que, paralelamente com as tentativas dos indivíduos esconderem a face, os olhos, a boca, as mãos, desviar o olhar, também apresentavam outros indicadores não-verbais como gaguejar e preencher as frases com sons como “ohhh”, “uh”, “ahhh”.

Desta forma, a lista dos indicadores mais manifestados pelos sujeitos de estudo dos autores conta com as seguintes manifestações: «(1) hiding behavior: one may hide with one's hands, as when the hand covers all or parts of the face or simply touches the face; averting the gaze or by lowering and averting the eyes; (2) blushing. (3) visual gestures that indicate struggle for control, such as turning the lips in, biting them, false smiling or other masking behaviors. (2001, p.71).

Uma vez que as entrevistas decorreram apenas com uma investigadora responsável pela respectiva condução e pela detecção e marcação dos I.E.E. não foi possível contemplar todos os indicadores propostos pelos autores. Por isso e de entre a lista de indicadores proposta pelos autores, procedemos a uma selecção. O critério

¹⁷³ Quando os supracitados autores esclarecem os seus pressupostos metodológicos, referem-se à culpa dizendo que, segundo eles, a comunicação de I.E.E. relativos à vergonha podem, simultaneamente expressar a culpa, embora lhes seja impossível uma confirmação desta afirmação.

de selecção assentou nos Indicadores de expressão emocional referentes à vergonha, que mais consensos reúnem entre os investigadores que se ocupam com o seu estudo (Bachorowski, Camras e Fatani; Lewis, 2008; Harris, 2008; Scheff, 1988, 1994, 1991; Widen e Russel, 2003; Keltner 1996, 1998; Ekman, Friesen, 1972, 1981, 2003; Tracy, J. L., e Robins, 2004,2007,2008).

Assim, e tal como identificamos na metodologia, ao nível dos I.E.E. faciais e/ou corporais seleccionamos: baixar a cabeça, afastar-se da entrevistadora, tapar cara/olhos/boca, corar, fechar os olhos prolongadamente, desviar olhar, esfregar mãos/esconde-las no colo, morder/pressionar boca e/ou lábios. No que se refere aos indicadores paralinguísticos – expressos através das tentativas falhadas de verbalização – eles são os seguintes: pausas longas (conforme indicadas na transcrição), choro e/ou comoção (inclui voz tremida¹⁷⁴), suspirar, risos forçados.

Em seguida, apresentaremos os resultados para a detecção dos I.E.E relacionados com a vergonha e detectados no decurso das 30 entrevistas realizadas para este trabalho.

9.3. Análise dos Indicadores de Expressão Emocional

A tendência de esconder partes do corpo como um dos principais indicadores da expressão emocional da vergonha, corroborar a articulação entre os comportamentos ou tendência de esconder ou tapar partes do corpo. O indicador mais frequente no conjunto das 30 entrevistas, foi baixar a cabeça com 1270 ocorrências. Embora não seja uma tentativa explícita de esconder ou tapar a cara ou rosto, reflecte uma necessidade de fazer desaparecer o rosto da frente do seu interlocutor. O segundo indicador de expressão emocional mais demonstrado durante as 30

¹⁷⁴ Embora não seja comumente considerado uma expressão não-verbal associada à vergonha, pela frequência com que ocorria durante as entrevistas, consideramos que deveria ser considerado um indicador de expressão emocional embora possa não ter uma correspondência directa com esta emoção. Todavia, como vimos no ponto anterior, alguns autores consideram que o choro ou comoção é a forma como as mulheres foram socializadas a lidar com as emoções negativas. Pelas razões aduzidas, consideraremos este indicador como pertinente para o objecto desse trabalho.

entrevistas foi esfregar ou esconder as mãos no colo, com um total de 1227 ocorrências e claramente referente ao apelidado de “hiding behavior”, tal como o desviar o olhar da entrevistadora, que foi o quarto indicador mas revelado no total das entrevistas, a alguma distância dos outros I.E.E. referidos mais ainda assim com 547 ocorrências¹⁷⁵. Para uma análise mais detalhada do conjunto de ocorrências de indicadores de expressão emocional, o Quadro 9 apresenta a quantificação de todos os I.E.E. para o conjunto das 30 entrevistas.

Quadro 9 - Frequência de ocorrência dos I.E.E.

Baixar cabeça	1270
Esfregar mãos/esconde-las no colo	1027
Pausas longas (como indicadas na transcrição)	682
Desviar olhar	547
Suspiros	499
Choro ou comoção (incluí voz tremida)	421
Fechar olhos	404
Tapar cara/olhos/boca	371
Corar	309
Pressionar/morder lábios e/ou boca	233
Risos forçados	162
Afastar-se da entrevistadora	153
Discurso desorganizado	76

¹⁷⁵ Todos os resultados estatísticos produzidos para este capítulo, poderão ser consultados no Anexo III, da página 380 à página 384.

De facto, e no que se refere aos indicadores de expressão emocional mais demonstrados, parece haver uma articulação entre a experiência da vergonha e os comportamentos não-verbais de evitar ou esconder-se da pessoa com quem se está a interagir. Tal como referimos no ponto 3 do capítulo VIII as expressões corporais e faciais da vergonha parecem apontar para as tentativas de fugir e evitar os outros, através do corpo e até do olhar: «The virtually perfect association we found between shame and hiding behavior provides support for the emphasis placed on visual behavior as crucial in shame states. Persons in this state seem to want to escape from the gaze of the other. The emphasis on making oneself smaller seems to be only a special case of the more general process of hiding» (Scheff & Retzinger, 1991, p. 52).

Apenas um dos I.E.E, paralinguísticos está representado entre os três indicadores mais demonstrados pelas entrevistadas. As pausas longas, também se referem ao recurso a formas de arrastar o discurso ou expressões destinadas a ganhar tempo de resposta como “Ahhhhh”, ou “Ummmm”, ou outras formas de arrastar a vocalização ou verbalização no âmbito de uma resposta. Este e outros indicadores paralinguísticos podem revelar tentativas de esconder os pensamentos ou rever/manipular o discurso: «The silence of long pauses, inaudible, speech disruption and filler can be seen as ways of hiding one’s thoughts and feelings from oneself and from others» (*Idem, Ibidem*, p. 53).

Desta forma e ao nível dos indicadores paralinguísticos, as pausas longas com 682 ocorrências, foi o mais demonstrado, seguidas dos suspiros e o choro ou comoção (voz tremida), que embora não sejam aqueles que revelam maior quantificação, foram aqueles que mais se prolongavam no tempo de entrevista. O choro, a comoção ou a voz tremida, poderiam ocorrer ente 1 a 2 minutos de entrevista, enquanto, por exemplo, o I.E.E. mais frequente (baixar a cabeça) poderia manifestar-se durante 5 a 8 segundos. Os risos forçados e o discurso desorganizado, foram os indicadores com menos expressão no conjunto dos paralinguísticos, mas a sua importância para a detecção vocal da experiência das emoções não deverá ser ignorada: «Words hide shame under disguising labels; nonverbal gestures suggest physical hiding. Hesitations, pauses and filled pauses, laughed words are our talk about shameful, experiences» (Scheff, 1990b, p.71).

Igualmente importante é perceber que assuntos estavam a ser falados pelas entrevistadas no momento em que as expressões não-verbais, corporais e faciais da vergonha, se manifestaram. O quadro 10, assinala as temáticas que apresentaram maior frequência ao nível do surgimento dos marcadores de expressão emocional que procurávamos.

Quadro 10 - Frequência de manifestação de I.E.E. por assunto abordado

Descrição das situações de violência	961
Dinâmicas familiares e/ou amigos durante a relação conjugal violenta	522
Os filhos nos meandros da violência	395
Vergonha e culpa	246
O momento de ruptura	228
O Presente e o futuro	171
Razões da manutenção	169
Alienação emocional	152
Problemas saúde psicológica/física como consequência da violência	106
Medo	103
Outras emoções	79

As descrições das situações de violência destacam-se das outras temáticas em termos de demonstração dos indicadores de expressão emocional. As partes das entrevistas em que as entrevistadas reviveram as agressões, foram marcadas, especialmente pelo choro, comoção ou voz tremida, como veremos mais adiante. Mas é interessante analisar que os assuntos que mais produziram I.E.E. foram os que se reportam às interações com os outros: família, amigos e os filhos.

O que nos poderá revelar a análise estatística sobre os indicadores de expressão emocional e as narrativas verbais que as entrevistadas protagonizavam aquando da sua manifestação? Poderá haver assuntos que possam estar associados com I.E.E. relativos à vergonha?

Os resultados que obtivemos para esta tese confirmam a importância do estudo da vergonha enquanto emoção que condiciona e restringe as decisões e acções das vítimas. Recordamos que quando analisamos as emoções verbalizadas, as próprias entrevistadas identificavam a origem da vergonha, no fundo, por que razão experienciavam essa emoção. Todavia, pensamos que esta análise poderá ajudar a compreender que outros assuntos podem estar relacionados com a vergonha e que não tenham sido identificados nos discursos das entrevistadas. Assim, entendemos que a detecção dos I.E.E. revelaria elementos de análise importantes não só para este trabalho, como para explorações futuras sobre as causas das relações conjugais violentas e os seus respectivos ciclos de violência.

Procederemos a essa análise dos indicadores de expressão emocional individualmente e as associações¹⁷⁶ entre eles e os assuntos abordados pelas entrevistadas.

Como referimos, o indicador “Baixar a cabeça” foi o mais manifestado no conjunto das 30 entrevistas. Do cruzamento entre a variável “Baixar a cabeça” e a variável que se refere ao assunto “Os filhos e a violência”, revelou que existe uma associação entre ambas ($R_{ij}=8,1^{177}$). A consciência da exposição dos filhos à violência, muitas vezes também vítimas de agressões, potencia a demonstração de indicadores relacionados com a experiência da vergonha nas vítimas quando se referem aos seus filhos.

A outra associação entre “Baixar a cabeça” foi detectada quando as entrevistadas verbalizavam sentir vergonha e culpa, nalguns períodos das relações

¹⁷⁶ Todos estes resultados das associações entre os assuntos e os I.E.E. podem ser encontrados no anexo IV, da página 385 à página 402.

¹⁷⁷ $\chi^2_{(1)}=65,507$; $p<0,001$.

violentas ($R_{ij}=2,1^{178}$). Esta associação poderá indicar que, de facto, a emergência da emoção vergonha e a sua verbalização, faz-se acompanhar de indicadores de expressão emocional a ela correspondentes. Verificamos, igualmente, que um dos outros indicadores comumente associado à vergonha “Tapar cara e/ou olhos e/ou boca” está, igualmente associado com as partes das entrevistas em que as mulheres falavam sobre as experiências de vergonha e culpa no período da relação conjugal ($R_{ij}=2,8^{179}$). Estes dados, embora careçam de maior aprofundamento, parecem ser interessantes ao nível da correspondência que protagonizam entre a verbalização das emoções como a vergonha e a manifestação de I.E.E. a ela associados.

Apenas reviver situações em que os indivíduos experienciaram vergonha, podem ser suficientes para revelar esse estado emocional através da cara ou do corpo. Como refere Izard, até a vergonha induzida revela comportamentos e demonstrações corporais: «Hypnotically induced powerful emotions, like shame, can also demonstrate bodily and facial indicators of shame for the person is induced and projected into that emotional experience» (1977, p. 327).

As expressões corporais destinadas a diminuir o tamanho do nosso corpo e até, desaparecermos, são expressões físicas da vergonha que muitos autores defendem ser mais fáceis de detectar que as próprias expressões faciais e corporais das emoções primárias e universais: «The physical expression of shame is relatively easy to describe turns his face away, usually by turning his head to the side and downward. His head and body movements tend to have the effect of making him appear smaller (Izard, 1977, p. 387).

O segundo I.E.E. que ocorreu com mais frequência “Esfregar mãos/escondê-las no colo”. As tentativas de esconder as mãos ou mesmo apenas os polegares é mais uma tentativa de ocultar partes do corpo ao interlocutor. A análise estatística revelou que esta variável se encontra associada com os momentos em que as entrevistadas descreviam as situações da violência ($R_{ij}=2,1^{180}$). A associação entre este indicador e as conversas sobre o “Medo” sentido no período da relação conjugal violenta foi

¹⁷⁸ $\chi^2_{(1)}=4,255$; $p=0,039$.

¹⁷⁹ $\chi^2_{(1)}=8,116$; $p=0,004$.

¹⁸⁰ $\chi^2_{(1)}=4,218$; $p=0,040$.

expressa pelos resultados estatísticos ($R_{ij}=5,0^{181}$). Este indicador corporal, para além da sua articulação com a expressão não-verbal da vergonha, remete-nos para demonstrações de algum nervosismo e ansiedade. A descrição das agressões bem como reviver as emoções e estados emocionais muitas vezes incapacitantes, provocava alguma agitação no comportamento das entrevistadas. Muitas vezes este indicador fazia-se acompanhar de outros que nos parecem ser reveladores de incómodo: roer as unhas, abanar as pernas, mexer-se na cadeira, etc.. Apesar de ser um dado que resulta da recolha empírica produzida e que poderá ser importante, não tivemos condições de o explorar mais aprofundadamente.

Pausas longas (como indicadas na transcrição), foi o terceiro indicador mais revelado. Tratando-se de um indicador não-verbal mas relativo ao discurso, remete-nos para as hesitações enquanto tentativas de ganhar tempo antes de verbalizar uma resposta. Como já referimos, este indicador é importante uma vez que é muitas vezes usado para manipular o discurso verbal. As pausas longas revelaram-se associadas com duas temáticas: “O presente e o futuro” ($R_{ij}=2,8^{182}$) e “As razões da manutenção” ($R_{ij}=2,7^{183}$). É interessante verificar que este indicador se revela em assuntos relativos a três momentos temporais diferentes: a situação presente, o que vai acontecer no futuro e a identificação dos motivos que conduziram as entrevistadas, no passado, a irem ficando. De facto, a análise dos discursos revelou que a situação futura é ainda fonte de enorme incerteza e instabilidade. A situação que as vítimas enfrentavam aquando da entrevista, também se caracteriza pela instabilidade uma vez que é uma situação de transição para uma nova etapa na vida destas mulheres. Quando ao seu passado perante a pergunta “E porque foi ficando?” foi, na totalidade das entrevistas, precedida de longas pausas ou risos forçados, como veremos mais adiante. Admitimos como hipótese que esta pergunta possa ter incomodado as entrevistadas que, consequentemente necessitavam de mais tempo para organizar e reflectir na resposta que pretendiam dar. As referências à situação das entrevistadas no “Presente e futuro” encontram-se também associadas ao I.E.E. “Pressionar/morder lábios e/ou

¹⁸¹ $\chi^2_{(1)}=24,572$; $p<0,001$.

¹⁸² $\chi^2_{(1)}=7,916$; $p=0,005$.

¹⁸³ $\chi^2_{(1)}=7,404$; $p=0,007$.

boca” ($R_{ij}=2,2^{184}$). Para além de ser uma demonstração facial associada à vergonha, este indicador também se encontra comumente associado a situações em que os indivíduos se encontram em elevado *stress* ou ansiedade (Ekman, 2003).

O indicador desviar o olhar, era para Darwin, um dos mais importantes na demonstração física da vergonha: «The eyes were the primary expressive device of shame. The "eyes are turned ascant" and "waver from side to side." The eyelids are lowered and held partly closed from time to time» (Izard, 1992:386). Desta forma, faremos, simultaneamente a análise do I.E.E., fechar os olhos prolongadamente dado que parece haver uma articulação entre ambos. Assim, a variável “Desviar olhar” apenas está associada às tentativas de explicação sobre as “Razões da manutenção” ($R_{ij}=4,1^{185}$). Novamente, quando as entrevistadas eram questionadas sobre as razões que conduziram à manutenção, parecem demonstrar indicadores relativos à experiência da vergonha. Quanto à variável “Fechar os olhos” revelou-se associada com os discursos relativos às “Dinâmicas com familiares e amigos durante a relação conjugal violenta” ($R_{ij}=4,1^{186}$).

Os suspiros manifestavam-se como uma espécie de tentativa por parte das entrevistadas para ganharem folego para continuar a falar em determinados assuntos. Enquanto indicador paralinguístico, surge quando as vítimas se referiam a assuntos como “Problemas saúde psicológica/física como consequência da violência” ($R_{ij}=2,7^{187}$) e as descrições do “Medo” ($R_{ij}=2,1^{188}$).

Choro ou comoção foi indicador de expressão emocional cuja demonstração mais se prolongava em termos da sua duração. Parece igualmente, manifestar-se em assuntos que deixavam as entrevistadas particularmente vulneráveis. Assim, referir-se aos “Filhos nos meandros da violência” ($R_{ij}=6,0^{189}$) bem como ao estado emocional de

¹⁸⁴ $\chi^2_{(1)}=4,759$; $p=0,029$.

¹⁸⁵ $\chi^2_{(1)}=16,473$; $p<0,001$.

¹⁸⁶ $\chi^2_{(1)}=6,386$; $p=0,012$.

¹⁸⁷ $\chi^2_{(1)}=7,454$; $p=0,006$.

¹⁸⁸ $\chi^2_{(1)}=4,317$; $p=0,038$.

¹⁸⁹ $\chi^2_{(1)}=35,774$; $p<0,001$.

“Alienação emocional” ($R_{ij}=3,1^{190}$), ou à situação das entrevistadas no “Presente e no futuro” ($R_{ij}=2,5^{191}$), foram tópicos de entrevistas que se caracterizaram pela associação com o choro, comoção ou voz tremida.

O último dos I.E.E. que revelou associações estatísticas com os assuntos abordados foi: os “Risos forçados”. Segundo alguns autores (Ekman, Friesen, W., & O’Sullivan, 1988) este indicador, à semelhança das longas pausas, pode indiciar tentativas de manipulação do discurso ou da mensagem que se pretende enviar: «We found masking smiles to be a clue to deceit in this study because the subjects were trying to mask strongly felt negative affect with positive affect (215). Assim, os risos forçados podem indiciar tentativas de “mascarar” emoções negativas através da expressão de indicadores que remetem para a experiência de emoções positivas. Os risos forçados surgem associados com as partes das entrevistas que abordaram temas como “O presente e o futuro” ($R_{ij}=2,2^{192}$) e as “As razões da manutenção” ($R_{ij}=3,3^{193}$). Foi anteriormente referido que as conversas sobre o futuro, as descrições da violência e os motivos para a manutenção da relação, eram propensos a comportamentos que indiciam nervosismo ou ansiedade. De facto, esta foi a reacção de algumas das entrevistadas. Mas como vemos, outras “disfarçaram” esses estados emocionais, recorrendo aos risos forçados.

Podemos afirmar que encontramos uma discrepância entre a vergonha verbalizada e a vergonha detectada através dos I.E.E.. Como vimos no Capítulo VIII deste trabalho, a vergonha verbalizada centrava-se em ocultar a vitimação (de familiares, amigos ou vizinhos), nos estados de alienação emocional que explicavam, segundo as entrevistadas, para as reacções passivas e a percepção de falta de adequação ao papel social da mulher, por elas percepcionado. Ora, o que a análise que atrás produzimos revela, é que a vergonha transmitida através do «teatro do corpo», se remete a temáticas de conversas diferentes daquelas que foram enunciadas na verbalização das emoções. Estas mulheres, emitem sinais de vergonha, através dos

¹⁹⁰ $\chi^2_{(1)}=9,387$; $p=0,002$.

¹⁹¹ $\chi^2_{(1)}=6,450$; $p=0,011$.

¹⁹² $\chi^2_{(1)}=4,778$; $p=0,029$.

¹⁹³ $\chi^2_{(1)}=10,931$; $p<0,001$.

I.E.E., quando se referem à situação dos filhos e a participação directa ou indirecta na violência, quando são questionadas sobre os seus longos períodos de manutenção da relação violenta, quando são questionadas a propósito de como se sentem depois da ruptura concretizada e como se veem no futuro. Ora, poucos destes assuntos se relacionam com a vergonha verbalizada.

Como referimos no início do presente capítulo, algumas emoções ou estado emocionais, são-nos desconhecidos porque não se tornam conscientes. Concomitantemente, em muitas situações da interacção social, não percebemos a nossa emissão desses sinais, indicadores de uma determinada emoção ou experiência emocional. Se Goffman tinha razão, apenas conseguiremos aprofundar mais o conhecimento dos atores sociais em situações em que lhes seja mais difícil “manipular” as suas impressões, acções ou discursos. Será por isso que encontramos esta divergência entre a vergonha admitida conscientemente e a vergonha emitida através dos indicadores de expressão emocional?

Por ora, esta é apenas mais uma etapa de exploração do fenómeno em debate. Uma etapa que consideramos ter sido importante para a desconstrução de alguns aspectos deste tipo de violência, tão silenciado, tão oculto, tão privado e tão complexo que necessita de várias investigações que atentem acumulativamente aos sinais menos evidentes que ele incorpora.

Considerações Finais

Ao longo deste trabalho analisamos contextos, dinâmicas, interações, modos e percursos de violência que resultam das relações conjugais e fomos aduzindo algumas conclusões. Ainda assim, sistematizaremos aqui, algumas considerações finais que, associadas ao tema central da nossa investigação ou decorrendo dele, contribuem para o explicitar.

A recolha de informação empírica foi feita através da análise dos percursos socioculturais e de vitimação de 30 mulheres que tiveram de recorrer ao apoio de casas abrigo. Seguindo produções de outros trabalhos nacionais que ao longo do trabalho fomos referindo, era importante perceber porque é que as mulheres vítimas de violência conjugal permanecem nas relações durante longos períodos temporais. Algumas questões que poderiam ajudar a explicar esta manutenção, já se encontravam identificadas: dependência financeira do agressor, existência dos filhos, incapacidade económica ou social para a separação, são alguns dos exemplos. Por isso interrogamo-nos sobre outras dimensões, porventura, menos analisadas e que permaneciam relativamente ocultas. A escolha das entrevistadas e o respectivo contexto em que se moviam na altura da entrevista, prende-se com a necessidade de trabalhar com mulheres cujo percurso de vitimação se define pela gravidade da violência contra elas perpetrada. Perante esta escolha, sabíamos que iríamos trabalhar com mulheres cujo perfil sociocultural poderia ser idêntico e, ao fazê-lo, não tínhamos pretensões de concluir que todos os percursos de vitimação no âmbito das relações conjugais violentas fossem idênticos ou ainda que estas entrevistadas representem os percursos e dinâmicas de violência conjugal de todas as vítimas deste tipo de violência. Interessava-nos uma análise em profundidade destes percursos de vitimação para tentar identificar outros factores que se poderiam perfilar, pesando na manutenção destas relações. Estudos ou inquéritos representativos das vítimas de violência em Portugal exibem grande mérito na identificação de dimensões macrosociais. Todavia, pela sua natureza metodológica, esses trabalhos, não permitem o aprofundamento de características ou dimensões cuja desconstrução só poderá ser feita através do uso de

metodologias qualitativas. Foi precisamente neste domínio que tentamos aplicar e desenvolver conhecimento ao longo desta investigação.

Através de entrevistas em profundidade, começamos por analisar as formas e tipos de violência que estas mulheres sofreram durante o período de conjugalidade. A este nível, concluímos que a simultaneidade do exercício da violência física, psicológica e sexual, é um elemento crucial que começa e que marca o início de uma teia de complexidades que contribui para a crescente passividade das vítimas. Sabíamos que a violência física, psicológica e sexual se apresentam como as formas de violência que mais se destacam em contexto conjugal. Percebemos que o recurso a esta tríade da violência contribui para um percurso de vitimação marcado pela alienação emocional e passividade e que se impõe como marca que limita a motivação para a acção. Identificamos, ainda, a relevância que o exercício da violência psicológica parece ter no percurso de vitimação destas mulheres. O seu exercício é destacado pelas vítimas pela capacidade destrutiva e de anulação das suas concepções identitárias do *self*. O uso da violência psicológica, que se manifesta, muitas vezes, nos primeiros meses de namoro, inicia um percurso de isolamento e anulação individual que o agressor utiliza como forma de ir reduzindo a capacidade reactiva das vítimas. Pensamos ter construído uma ligação importante entre o uso de um tipo específico de violência e a redução da capacidade de acção destas mulheres, sobretudo na decisão de ruptura da relação violenta. Se anteriores estudos destacavam o impacto da violência física, impacto esse que é inegável, pensamos que a violência psicológica, tantas vezes percepcionada como aquela do qual decorrem menos consequências para as vítimas, deverá merecer pesquisas autónomas tanto pela gravidade das suas consequências que perduram no tempo muito para além do fim da relação como pela sua importância enquanto mecanismo que promove a passividade sendo, por isto, capaz de garantir que se perpetue a relação violenta.

Quisemos ir ao início da relação com o agressor, como se impõe neste tipo de pesquisa. Para além das indicações de outras pesquisas que identificavam o recurso à violência psicológica desde a fase do namoro o que aqui também se identificou foi o recurso à violência física que começa nessa fase precoce da relação. Concomitantemente, o aparecimento dos ciúmes e dos sentimentos de posse; as

constantes tentativas de afastar as mulheres das pessoas que lhe são mais próximas (família e amigos); as permanentes regulações das actividades, interacções e sociabilidades das vítimas; a imposição de códigos de conduta e de comportamento - que remetem para os ideais de feminilidade do agressor - congemina para a passividade e consequente manutenção das relações conjugais violentas. Revelamo-lo através da apresentação de dados estatísticos que produzem associações entre os elementos enunciados e a passividade. Mas mesmo nos casos em que as mulheres são capazes de ter reacções explícitas e de confronto com o agressor, concluímos igualmente através da apresentação de resultados estatísticos, que essas reacções activas têm como consequência novo recurso ao exercício da violência física. Também ao nível das reacções, explorámos como os estados de alienação emocional, ajudam a explicar as reacções passivas das vítimas. Que as reacções das mulheres vítimas se caracterizavam pela passividade não é um dado novo, mas a identificação de dimensões que, em conjunto, ajudam a perceber o percurso até a passividade, parece-nos ser um dado importante que resulta deste trabalho.

O papel da família assinalou-se como decisivo tendo em conta o nível do suporte destas mulheres. Concluímos que uma das estratégias que cedo o agressor começa a tecer é a do afastamento dos membros das famílias das mulheres. Tentamos, então, perceber qual o papel das famílias perante estas tentativas de afastamento e isolamento. Identificamos que o comportamento das famílias se pauta por dois cenários distintos. Um primeiro é a tentativa de apoio à mulher para que esta abandone a relação conjugal violenta. Em muitos casos, de acordo com o que ao longo deste trabalho fomos aduzindo, as tentativas de ajudar as mulheres a romper, resultam inconsequentes por via do retorno das mulheres para o agressor. As tentativas de apoio e ajuda familiar vão diminuindo em frequência e intensidade, caracterizando-se mesmo, em alguns casos, pelo total afastamento. O segundo cenário que serve para caracterizar o papel das famílias das vítimas que, confrontadas com a conjugalidade violenta, exercem pressão junto das mulheres para que estas mantenham a relação. Nestes casos, esta pressão explica-se pelas concepções do género masculino e feminino destas famílias, para as quais o modelo da conjugalidade tradicional e do modelo assimétrico de poder entre homens e mulheres explica que

elas defendam a continuidade do vínculo conjugal, mesmo no contexto investigativo que nos ocupa.

Abordamos ainda as dinâmicas que incorporam os filhos do casal na relação violenta. Concluímos que os filhos são vítimas directas do exercício da violência: assistir aos actos de violência contra as mães é frequente tal como serem eles próprios vítimas de violência. Identificámos consequências do foro psicológico e físico que resultam da exposição destas crianças à violência. Pensamos que, pela complexidade e pela acuidade que este ponto específico merece, é necessário o desenvolvimento de pesquisas focadas unicamente na identificação das consequências do exercício da violência contra as crianças.

Tendo cumprido um dos objectivos deste trabalho, identificamos factores que “aprimoram” as mulheres à relação. O isolamento, aliado ao controlo coercivo e social das actividades das mulheres e das suas sociabilidades, manifestou-se como um elemento que contribui para a percepção da vítima de que não há saída da relação. Revelamos como esse permanente controlo limita e impede o usufruto dos seus direitos e liberdades. Identificámos a importância dos laços afectivos que unem as entrevistadas aos seus agressores. É este último elemento que influi, com destaque, nas tentativas de ruptura com posterior regresso, alicerçado nos pedidos de desculpa e nas promessas de retratação do agressor. As tentativas de separação marcadas pelo regresso para o agressor, explicam-se também pelas contínuas ameaças de morte e inculcação de medo às vítimas. O medo, tratado aqui como emoção, faz parte da estratégia do agressor para reforçar a passividade das mulheres, tolhendo-lhes a acção. Assim, um dos objectivos era desconstruir a teia de complexidades e de estratégias do agressor, nomeadamente ao nível da imposição de determinados comportamentos ou sociabilidades, que nos parece que, de facto, diminui substancialmente a capacidade da vítima para assumir a separação.

A noção de que a existência dos filhos pode funcionar como motivo para perpetuar a relação conjugal violenta, não se apresenta como um dado novo. No entanto, pensamos que a sua influência na decisão que as mães tomam relativa à separação do agressor, é um novo dado que destacamos pela respectiva relevância.

São os filhos que percebem o perigo no qual a mulher se encontra e providenciam a motivação para a acção da mulher. Talvez através deste dado, se possam delinear novas formas de sensibilização relativa à violência contra as mulheres.

A pressão familiar para manter a relação conjugal, influi na decisão da perpetuação da violência. Perante o reforço da manutenção da conjugalidade e da família, estas mulheres são novamente confrontadas com modelos de masculino e feminino nos quais se promove a mulher a guardiã e promotora do bem-estar do espaço casa-família. Novamente revelámos a importância para a manutenção dos papéis de género e nas pressões familiares baseadas nesses modelos do que significa ser homem e mulher. Ao mesmo tempo, pensamos que a produção de associações estatísticas entre as alusões feitas, pelas entrevistadas, à necessidade de cumprimento do seu papel social de género, revela a confirmação de outro dos objectivos de trabalho: averiguar se a assimilação dos papéis sociais relacionados com o género fazia com que as vítimas de violência fossem ficando nas relações assumindo o cumprimento do papel social que lhes foi transmitido e conferido de mãe e esposa/companheira.

Explicamos que entendemos a ruptura como um processo do qual fazem parte várias tentativas de separação, vários episódios de acalmia, promessas de retratamento do agressor, e estados emocionais que debilitam a capacidade de reacção da vítima. Concluimos que, nesse processo, o que diferencia o momento da ruptura definitiva de todas as outras tentativas de separação falhadas, é a percepção por parte da vítima de que a sua vida e a dos seus filhos se encontra em risco.

A importância que as emoções assumem neste trabalho, alicerça-se na preponderância que lhe reconhecemos no domínio da motivação da acção individual. Nesse sentido, explicamos por que razões nos parece carecer este objecto de estudo de uma análise pela via das emoções. Abrimos um debate teórico que pensamos acrescentar notabilidade às emoções para a acção social. A vergonha e a culpa pareciam definir-se, no plano teórico, como factores de condicionamento da acção. Importou-nos determinar se contribuem, e de que formas, para explicar o fenómeno em causa. Identificadas a vergonha e a culpa como emoções que intervêm nas relações

conjugais violentas, procuramos saber qual era o grau de importância que assumiam na manutenção da relação conjugal violenta. Paralelamente apresentamos argumentos que justificam a importância do estudo das emoções pela sua capacidade de interpenetrarem os modelos de género masculino e feminino. Nesse sentido, concluímos que também as emoções têm um género uma vez que, ao masculino e ao feminino se justapõem determinados atributos emocionais e/ou emoções. Esta “partilha” estabelecida na dinâmica social e cultural construída em tempo secular tem contribuído para a conquista do espaço público por parte dos homens e para a atribuição do espaço privado, dos afectos e do cuidar à mulher. Apresentamos evidências de que emoções como a culpa e a vergonha são emoções negativas mais associadas à mulher do que ao homem. Tentamos, igualmente, perceber que articulações nos revelava a análise discursiva das mulheres, sobre o papel dessas emoções para a manutenção das respectivas relações íntimas violentas. Assim, através da desconstrução dos discursos produzidos pelas entrevistadas à presença de emoções como a vergonha e a culpa, percebemos a sua importância para a manutenção da relação. A produção de resultados estatísticos permitiu-nos concluir que, no conjunto das entrevistadas, as suas alusões ao cumprimento dos tradicionais papéis de género/referências ao bom desempenho feminino no lar se encontram associadas com a experiência da vergonha e também da culpa. Nesse sentido, a necessidade de corresponder a um estereótipo feminino que responsabiliza a mulher pela conservação da conjugalidade e da família, prevalece e justifica a decisão de perpetuar a relação violenta. A vergonha surge, assim, relacionada com o que entendem ser a falta de adequabilidade ao papel de companheira/esposa/mãe. Desta forma, pensamos ter cumprido com um dos objectivos centrais deste trabalho que era perceber se a vergonha e culpa contribuem para a manutenção da relação violenta dado que estas emoções surgem relacionadas com a percepção que estas mulheres adquirem de incumprimento ou falta de correspondência ao papel social que lhes foi atribuído.

Temos vindo a deixar, em traços largos, as ideias/conclusões que sustentam o presente trabalho e no último capítulo procedemos à análise da detecção dos indicadores de expressão emocional, aqui utilizados para tentarmos apurar disparidades entre os contextos com os quais a vergonha se associava nas narrativas

das entrevistas e em que contextos e tópicos de conversa, esta emoção se manifestava através dos referidos indicadores. Pensamos ter confirmado que existem diferenças entre as descrições das entrevistadas relativas à experiência da vergonha e a experiência da vergonha que é assinalada através da metodologia traçada para a sua detecção através de expressões corporais, faciais e paralinguísticas. Assim, enquanto nos discursos verbalizados sobre a vergonha ela aparece expressa, sobretudo, quando as entrevistadas falavam da ocultação da violência e da vergonha que resulta do facto de não corresponderem às expectativas sociais da conjugalidade e das representações sociais sobre o feminino. A vergonha quando detectada através dos I.E.E. surge quando o assunto são os filhos no contexto da violência, nas razões invocadas para a manutenção da relação conjugal violenta, na própria recordação da vergonha e culpa que experienciaram no decorrer da relação, quando confrontadas com o que irá ser o seu futuro. Fazemos assentar estas conclusões nos resultados de associações estatísticas encontrados e pensamos que devidamente explicitados.

Julgamos ter executado uma metodologia, que nos permitiu olhar um pouco mais para além dos discursos verbalizados dos quais, naturalmente, também devemos retirar elações. No entanto a análise das manifestações do «teatro do corpo» são manifestamente importantes para tentar revelar outros elementos, aqueles que, não raro, as entrevistadas se coíbiam de expressar verbalmente. Cremos que não tinham, por isso, menor importância. Resultou assim a análise aprofundada sobre a vergonha e a culpa, que nos permitiu concluir a propósito da sua relevância na manutenção das relações, sobretudo por serem emoções relacionadas com o estereótipo feminino e que se incorporam nas vivências e experiências de vida destas entrevistadas através da necessidade do cumprimento das expectativas sociais.

Alertamos para a importância das famílias, elementos fundamentais para uma decisão de ruptura mas por vezes, também elas manietadas pela incorporação de modelos, valores e estereótipos de género que transmitem como “necessária” para a manutenção da estrutura familiar.

Aberta a “janela” que resulta deste novo “olhar” sobre as emoções dos actores sociais e com todas as limitações que reconhecemos em termos da aplicação da

metodologia que, reconhecemos, poderá ser melhorada através da gravação de imagem das entrevistas, assim como pela possibilidade de incorporar um observador de segunda ordem que possa confrontar o levantamento de informação relativo aos I.E.E. como aquele que foi realizado. Quisemos iniciar o trilho que pode revelar-se produtor na procura de respostas em relação à acção social e às razões que motivam os actores a agir ou não agir em situações de relações conjugais violentas. Produzimos um conhecimento relativo mas ficamos com uma certeza: importa continuar a procurar e a aperfeiçoar a metodologia que utilizamos, que tal como outras, permitam conhecer melhor os fenómenos sociais sobre os quais a sociologia se possa debruçar e abrir caminhos para a adequação de políticas públicas assertivas no domínio que nos ocupou.

Tal como muitos dos trabalhos realizados pela equipa do CESNOVA e do Observatório Nacional de Violência e Género que têm saído da academia e muito têm facilitado o desenho de melhores e mais eficazes políticas públicas, pensamos que este trabalho pode acrescentar algumas ligações que faltavam, não apenas ao nível das relações conjugais violentas mas também sobre a violência de género. Também por isso, poderá o nosso trabalho contribuir no mesmo sentido.

Creemos, humildemente, que o nosso esforço pode contribuir, porque procedemos a um levantamento sistemático das causas que originam e perpetuam a violência, não apenas no contexto das relações conjugais violentas mas dando também forma a outras práticas de violência contra as mulheres que ocorrem em espaços públicos e/ou privados.

Bibliografia Citada

- Aboim, S. (2006). *Conjugalidades em mudança*. Lisboa: ICS.
- Agostinho, S. (1999). *Confissões*. São Paulo: Nova Cultural.
- Almeida Rodrigues, J. (1983). Continuidade e mudança nos papéis das mulheres urbanas portuguesas: emergência de novas estruturas familiares. *Análise social*, 909-938.
- Almeida, A. N., Sobral, J. M., & Ferrão, J. (1997). Destinos cruzados: estruturas e processos da homogamia. *Análise Social*, 875-898.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino: a construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- Amâncio, L. (2003). O género no discurso das ciências sociais. *Análise Social*, XXXVIII (168), 687-714.
- Anderson, S. W., Bechara, A., Damasio, H., Tranel, D., & Damasio, A. R. (1999). Impairment of social and moral behavior related to early damage in human prefrontal cortex. *Nature and neuroscience*, 2(11), 1032-1037.
- Archer, J., & Lloyd, B. (2002). *Sex and gender*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Aristóteles (2005a). *Retórica* (Livro I). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Aristóteles (2005b). *Retórica* (Livro II). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Arriaga, X. B., & Foshee, V. A. (2004). Adolescent dating violence do adolescents follow in their friends, or their parents, footsteps?. *Journal of Interpersonal Violence*, 19(2), 162-184.
- Barbalet, J. (2001). *Emotion, social theory, and social structure: A macrosociological approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Barbalet, J. (2004). Consciousness, emotions, and science. *Advances in Group Processes*, 21, 245-272.
- Bardin, L. (1977). *L'analyse de contenu*. Paris: Presses universitaires de France.

- Barros, P. P., Lisboa, M., Cerejo, D., & Barrenho, E. (2008). Health care costs of domestic violence against women-evidence from Portugal. SSRN: 1160306
- Barroso, Z. (2007). *Violência nas relações amorosas: uma análise sociológica dos casos detectados nos Institutos de Medicina Legal de Coimbra e do Porto*. Lisboa: Edições Colibri.
- Barroso, Z. (2007). Violência nas relações amorosas. *Mundos sociais: saberes e práticas*, 170.
- Baum, N. (2007). "Separation guilt" in women who initiate divorce. *Clinical Social Work Journal*, 35(1), 47-55.
- Bauman, Z. (2003). *Amor líquido: sobre a fragilidade das relações humanas*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Beauvoir, S. D. (1975). O segundo sexo. *Os factos e os mitos*, 4, Vol. 1.
- Bechara, A., Damasio, H., & Damasio, A. R. (2000). Emotion, decision making and the orbitofrontal cortex. *Cerebral cortex*, 10(3), 295-307.
- Beck, U., & Beck-Gernsheim, E. (1995). *The normal chaos of love*. Cambridge: Polity Press.
- Ben-Ze'ev, A. (2001). *The subtlety of emotions*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Blanchard-Fields, F., & Coats, A. H. (2008). The experience of anger and sadness in everyday problems impacts age differences in emotion regulation. *Developmental psychology*, 44(6), 1547.
- Boira, S., Del Castillo, M., Carbajosa, P., & Marcuello, C. (2013). Context of treatment and therapeutic alliance: Critical factors in the intervention with court-ordered batterers. *The Spanish Journal of Psychology*, 16(e40).
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Lisboa: Bertrand.
- Braconnier, A., & Martinho, L. (1996). *O sexo das emoções*. Lisboa: Edições Piaget.

- Brody, L. R., & Hall, J. A. (2000). Gender, emotion and expression. In M. Lewis & J. M. Haviland-Jones (Eds.), *Handbook of emotions* (2nd ed., pp. 338-349). New York: Guilford Press.
- Brody, L. R., & Hall, J. A. (2008). Gender and emotion in context. In M. Lewis, J. M. Haviland-Jones, & L. F. Barret (eds.), *Handbook of emotions* (3rd ed., pp. 395-408). New York: Guilford Press.
- Brody, L. R., & Hall, J. A. (2010). Gender, emotion, and socialization. In *Handbook of gender research in psychology* (pp. 429-454). New York: Springer.
- Campbell, J.C. (1981). Misogyny and homicide of women. *American Nursing Society: Women's Health*, 167–185.
- Campbell, J. C. (1989). Women's responses to sexual abuse in intimate relationships. *Health care for women international*, 10(4), 335-346.
- Casimiro, C. (2002). Representações sociais de violência conjugal. *Análise Social*, 603-630.
- Casimiro, C. (2011). Tensões, tiranias e violência familiar: da invisibilidade à denúncia. in J. Mattoso & A. N. de Almeida (Coords.), *História da Vida Privada* (pp. 112-140). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Collin, F. (1999). *Le différent des sexes*. Nantes: Éditions Pleins Feux.
- Collins, R. (2009). *Violence: A micro-sociological theory*. Greenwood Publishing Group.
- Cooley, C. H. (2002). *Sociological Theory and Research*. NY: Henry Holt, 4, 296.
- Costa, M. E., & Duarte, C. (2000). *Violência familiar*. Porto: Ambar.
- Dagleish, T. (Ed.). (1999). *Handbook of cognition and emotion*. Chichester, UK: John Wiley & Sons.
- Daly, M., & Wilson, M. (1998). *The truth about Cinderella: A Darwinian view of parental love*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Daly, M., Wilson, M., & Weghorst, S. J. (1982). Male sexual jealousy. *Ethology and Sociobiology*, 3(1), 11-27.

- Damásio, A. (2000). *The feeling of what happens: Body, emotion and the making of consciousness*. London: Random House.
- Damásio, A. (2000). *O sentimento de si*. Mem-Martins: Europa América.
- Damásio, A. (2003). *Ao encontro de Espinosa – As emoções sociais e a neurologia do sentir*. Mem-Martins: Europa-América.
- Damásio, A. R. (1996). *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Darwin, C. (1998). *The expression of the emotions in man and animals* (P. Ekman & P. Phillip eds., 3rd ed.) London, UK: HarperCollins (Original work published 1872).
- De Maris, A., & Swinford, S. (1996). Female victims of spousal violence: factors influencing their level of fearfulness. *Family Relations*, Vol 45, No.1, 98-106.
- Descartes, R. (1998). *As paixões da alma. Introdução, notas, bibliografia e cronologia por Pascale D'Arcy*. São Paulo: Martins Fontes.
- Descartes, R. (2005). *Princípios de Filosofia*. (H. Burati, Trad.). São Paulo: Rideel. (Original publicado em 1644).
- Descartes, R., & Civita, V. (1973). *Discurso do método, meditações, objeções e respostas, paixões da alma, cartas*. São Paulo: Abril Cultural.
- Dias, I. (2010). *Violência na família – Uma abordagem sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Dickerson, S. S., Gruenewald, T. L., & Kemeny, M. E. (2004). When the social self is threatened: Shame, physiology, and health. *Journal of personality*, 72(6), 1191-1216.
- Dobash, R. E., & Dobash, R. P. (1979). *Violence against wives: A case against the patriarchy*. New York: Free Press.
- Dobash, R. E., & Dobash, R. P. (Eds.). (1998). *Rethinking violence against women*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Duby, G., & Perrot, M. (Eds.). (1991). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Edições Afrontamento.

- Durkheim, E. (1984). *A divisão do trabalho social* (Vol. 1). Lisboa: Editorial Presença.
- Ekman, P. (1993). Facial expression of emotion. *American Psychologist*, 48, 384–392.
- Ekman, P., & Davidson, R. J. (1993). Voluntary smiling changes regional brain activity. *Psychological*.
- Ekman, P., & Friesen, W. V. (2003). *Unmasking the face: A guide to recognizing emotions from facial clues*. Cambridge, Ma: Malor Books.
- Ekman, P., & Rosenberg, E. L. (Eds.). (1997). *What the face reveals: Basic and applied studies of spontaneous expression using the Facial Action Coding System (FACS)*. New York/Oxford: Oxford University Press.
- Ekman, P., Davidson, R. J., & Friesen, W. V. (1990). The Duchenne smile: Emotional expression and brain physiology II. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 342–353.
- Ekman, P., Friesen, W. V., & Ellsworth, P. (1972). *Emotion in the human face: Guidelines for research and an integration of findings*.
- Ekman, P., Friesen, W. V., & O'Sullivan, M. (1988). Smiles when lying. *Journal of personality and social psychology*, 54(3), 414.
- Elias, N. (2006). *O Processo Civilizacional*. Lisboa: Dom Quixote
- Elster, J. (1996). Rationality and the emotions. *The Economic Journal*, Vol. 106, No 438(Set.), 1386-1397.
- Elster, J. (1999). *Alchemies of the Mind*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Enander, V. (2011). Leaving Jekyll and Hyde: Emotion work in the context of intimate partner violence. *Feminism & Psychology*, 21(1), 29-48.
- Enander, V., & Holmberg, C. (2008). Why does she leave? The leaving process(es) of battered women. *Health care for women international*, 29(3), 200-226.
- Espinosa (1992). *Ética*. (Tradução de J. Carvalho, J. F. Gomes & A. Simões). Lisboa: Relógio d'Àgua.

- European Council (2008). *Task force to combat violence against women, including domestic violence (EG-TFV), Final Activity Report - Proposals for future action of the Council of Europe and its member States to prevent and combat violence against women*. Strasbourg.
- Ferguson, T.; & Crowley, S. (1997). Gender Differences in the Organization of Guilt and Shame. *Sex Role*, 37(1/2), 25.
- Few, A. L., & Rosen, K. H. (2005). Victims of chronic dating violence: How women's vulnerabilities link to their decisions to stay. *Family Relations*, 54 (2), 265- 279.
- Fischer, A. (Ed.). (2000). *Gender and emotion: Social psychological perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fontaine, J. R., Luyten, P., De Boeck, P., Corveleyn, J., Fernandez, M., Herrera, D. & Tomcsányi, T. (2006). Untying the gordian knot of guilt and shame: The structure of guilt and shame reactions based on situation and person variation in Belgium, Hungary, and Peru. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 37(3), 273-292.
- Foucault, M. (1999a). Sexuality and Power. In J. R. Carrete (ed.), *Religion and Culture* (pp. 115-130). Manchester: Manchester University Press. (Original work published 1978).
- Foucault, M., & da Sexualidade, H. (1994). *A Vontade de Saber* (Vol.1). Lisboa: Relógio D'Água.
- Freud, S. (1953). Fragment of an analysis of a case of hysteria. In *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud, Volume VII (1901-1905): A Case of Hysteria, three essays on sexuality and other works* (pp. 1-122).
- Frijda, N. H., Manstead, A. S., & Bem, S. (Eds.). (2000). *Emotions and beliefs: How feelings influence thoughts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fundamental Rights Agency (2014). *Violence against women: an EU-wide survey - Survey methodology, sample and fieldwork. Technical report*.
- García-Moreno, C., & Riecher-Rössler, A. (2013). *Violence against women and mental health* (Vol. 178). Basel: Karger Publishers.

- García-Moreno, C., Jansen, H. A., Ellsberg, M., Heise, L., & Watts, C. (2005). *WHO multi-country study on women's health and domestic violence against women: initial results on prevalence, health outcomes and women's responses*. Geneva: World Health Organization.
- Garnel, M. R. (2007). *Vítimas e violências na Lisboa da I República*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Gelles, R. J., & Straus, M. A. (1979). Determinants of violence in the family: Toward a theoretical integration. In W. R. Burr, R. Hill, F. I. Nye, & I. L. Reiss (Eds.), *Contemporary theories about the family: Research-Based Theories* (Vol.1) (pp. 449-581). New York: Free Press.
- Gelles, R. J., & Straus, M. A. (1988). *Intimate violence*. New York: Simon & Schuster.
- Gerhards, J. (1986). Georg Simmel's contribution to a theory of emotions. *Social Science Information/sur les sciences sociales*.
- Giddens, A. (1996). *Transformações da Intimidade: Sexualidade. Amor e Erotismo nas sociedades modernas*. Oeiras: Celta.
- Giddens, A. (1997), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras: Celta.
- Gilbert, P. (1995), The Evolution of Shame as a Marker for Relationship Security: A Biopsychosocial Approach, In J. P. Tangney, K. W. & Fischer (Eds.), *Self-conscious emotions*. New York: Guilford.
- Giustina, J. D. (2010). *Why women are beaten and killed: Sociological predictors of femicid*. New York: Edwin Mellen Press.
- Glass, D. D. (1995). *"All my fault". Why women don't leave abusive men*. London: Virago Press Ltd.
- Goffman, E. (1961). *Asylums: essays on the social situation of mental patients and other inmates*. New York: Random House.
- Goffman, E. (1977). The arrangement between the sexes. *Theory and society*, 4(3), 301-331.
- Goffman, E. (1993). *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio D'Água.

- Gordon, S. L. (1981). The sociology of sentiments and emotion. In M. Rosenberg & R. H. TURNER (Eds.), *Social psychology: Sociological perspectives* (pp. 562- 592). New York: Basic Books.
- Graham-Kevan, N., & Archer, J. (2003). Intimate terrorism and common couple violence a test of johnson's predictions in four british samples. *Journal of Interpersonal Violence*, 18(11), 1247-1270.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. ??: Lucerna.
- Guimarães, E. (1986). A mulher portuguesa na legislação civil. *Análise Social*, XXII(92-93), 557-577.
- Hagemann-White, C., Katenbrink, J., & Rabe, H. (2006). *Combating violence against women. Stocktaking study on the measures and actions taken in Council of Europe member States*. Strasbourg: Directorate General of Human Rights.
- Hatfield, G. (2007). Did Descartes have a Jamesian theory of the emotions?. *Philosophical Psychology*, 20(4), 413-440.
- Heggie, D. L. (1986). *The influence of social networks on battered women* (Doctoral dissertation). Available from Fuller Theological Seminary.
- Heitmeyer, W., & Hagan, J. (Eds.). (2005). *International handbook of violence research* (Vol. 1). Springer.
- Héritier, F. (1996). *Masculin/Féminin. La pensée de la différence*. Paris: Editions Odile Jacob.
- Hinton, A. (1999). Introduction: Developing a biocultural approach to the emotions. In A. Hinton, *Biocultural Approaches to the Emotions* (pp. 1-38). Cambridge: Cambridge University Press.
- Hochschild, A. R. (1979). Emotion work, feeling rules, and social structure. *American journal of sociology*, 551-575.
- Hochschild, A. R. (1989). *The second shift: Working parents and the revolution at home*. New York: Viking.

- Izard, C. E. (1992). Basic emotions, relations among emotions, and emotion-cognition relations. *Psychological Review*, Vol 99(3), 561-565.
- Izard, C. E. (Ed.). (1977). *Human emotions*. Boom Koninklijke Uitgevers.
- James, W. (1856). II – What is an emotion?. *Mind*, 34, 188-205.
- James, W. (1894). Discussion: The physical basis of emotion. *Psychological Review*, 1(5), 516.
- Jenkins, J. M., Oatley, K., & Stein, N. (Eds.). (1998). *Human emotions: A reader*. London: Wiley-Blackwell.
- Johnson-Laird, P. N., & Oatley, K. (2000). Cognitive and social construction in emotions. In M. Lewis & J. M. Haviland-Jones (Eds.), *Handbook of emotions* (2nd ed., pp. 458-475). New York: Guilford Press.
- Johnson, M. P. (2001). Conflict and control: Symmetry and asymmetry in domestic violence. *Couples in conflict*, 95-104.
- Johnson, M. P., & Leone, J. M. (2005). The differential effects of intimate terrorism and situational couple violence findings from the national violence against women survey. *Journal of family issues*, 26(3), 322-349.
- Kassinove, H., & Sukhodolsky, D. G. (1995). Anger disorders: Basic science and practice issues. *Issues in comprehensive pediatric nursing*, 18(3), 173-205.
- Kaufman, B. E. (1999). Emotional arousal as a source of bounded rationality. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 38(2), 135-144.
- Kaufman, J., & Zigler, E. (1993). The intergenerational transmission of abuse is overstated. In R. J. Gelles & D. R. Loseke (Eds.), *Current controversies on family violence* (pp. 209-221). Thousand Oaks-London-New Delhi: Sage Publication.
- Kaufmann, J. C. (1995). *Sociologie du couple*. Paris: Presses universitaires de France.
- Kaufmann, J. C. (2002). *O labirinto conjugal: o casal e o seu guarda-roupa*. (M. I. B. Carvalho, Trans.). Lisboa: Editorial Notícias. (Original work published 1992)
- Kelly, L. (1987). The continuum of sexual violence. *Women, violence and social control*, 46-60.

- Kelly, L. (2013). *Surviving sexual violence*. John Wiley & Sons.
- Keltner, D. (1996). Evidence for the distinctness of embarrassment, shame, and guilt: A study of recalled antecedents and facial expressions of emotion. *Cognition & Emotion*, 10(2), 155-172.
- Keltner, D., & Haidt, J. (1999). Social functions of emotions at four levels of analysis. *Cognition & Emotion*, 13(5), 505-521.
- Keltner, D., & Harker, L. (1998). The forms and functions of the nonverbal signal of shame. *Shame: Interpersonal behavior, psychopathology, and culture*, 78-98.
- Kemper, T. D. (2000). Social models in the explanation of emotions. In M. Lewis & J. M. Haviland-Jones (Eds.), *Handbook of emotions* (2nd ed., pp. 45-58). New York: Guilford Press.
- Kemper, T. D., & Collins, R. (1990). Dimensions of microinteraction. *American Journal of Sociology*, 32-68.
- La Rouchefoucauld, F. D. de (1691). *Moral maxims and reflections, in four parts*.
- Lansky, M. (1987). Shame and domestic violence. *The many faces of shame*, 335-362.
- Lewis, H. B. (1971). Shame and guilt in neurosis. *Psychoanalytic review*.
- Lewis, M., Haviland-Jones, J. M., & Barrett, L. F. (Eds.). (2000). *Handbook of emotions* (3rd ed.). New York: Guilford Press.
- Lisboa, M., Barroso, Z., & Marteleira, J. (2003). *O contexto social da violência contra as mulheres detectada nos Institutos de Medicina Legal*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Lisboa, M., Barroso, Z., Patrício, J., & Leandro, A. (2009). *Violência e género - Inquérito nacional sobre a violência contra as mulheres e homens*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Lisboa, M., Carmo, I., Vicente, L., Nóvoa, A., Barros, P. P., Silva, S. M., & Amândio, S. (2006). *Prevenir ou remediar: Os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Edições Colibri.

- Lisboa, M., Vicente, L., Carmo, I., & Nóvoa, A. (2003). *Os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Long, G. M., & Mcnamara, J. R. (1989). Paradoxical punishment as it relates to the battered woman syndrome. *Behavior modification*, 13(2), 192-205.
- Lourenço, N., & Lisboa, M. (1992). *Representações da Violência*. Lisboa: Ministério da Justiça - Centro de Estudos Judiciários.
- Luhmann, N. (1986). *Love as Passion: The Codification of Intimacy*. (J. Gaines & D. L. Jones, Trans.). Cambridge: Polity.
- Lupton, D. (1998). *The emotional self*. London: Sage.
- Lutz, C. (2013). Engendered Emotions. In M. Greco & P. Stenner (Eds.), *Emotions and social theory: a social science reader* (pp. 63-71). London: Routledge.
- Lutz, C. A., & Abu-Lughod, L. E. (1990). *Language and the politics of emotion*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Lutz, C., & White, G. M. (1986). The anthropology of emotions. *Annual review of anthropology*, 405-436.
- McGee, C. (2000). *Childhood experiences of domestic violence*. ??: Jessica Kingsley Publishers.
- Mead, G. H. (1934). *Mind, self and society*. Chicago: University of Chicago Press.
- Miller, W. I. (1998). *The anatomy of disgust*. Harvard University Press.
- Mills, R. S. (2005). Taking stock of the developmental literature on shame. *Developmental Review*, 25(1), 26-63.
- Mills, T., & Kleinman, S. (1988). Emotions, Reflexivity, and Action: An Interactionist Analysis. *Social Forces*, 66(4), 1009-1027.
- Miranda, J. (1973). *Direitos Fundamentais e Ordem Social (Na Constituição de 1933)*, disponível em http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/Miranda1933.pdf e acedido em 20 de Maio de 2014.

- Mullender, A., Hague, G., Imam, U. F., Kelly, L., Malos, E., & Regan, L. (2002). *Children's perspectives on domestic violence*. London: Sage Publications.
- Murphy, C. M., & Cascardi, M. (1993). Psychological aggression and abuse in marriage. *Family violence: Prevention and treatment*, 1, 86-112.
- Murphy, G., Murphy, L. B., & Newcomb, T. (1948). Experimental Social Psychology (1937). In D. Krech & R. S. Crutchfield, *Theory and Problems of Social Psychology* (pp.487).
- Navarro, J., & Karlins, M. (2014). *What every body is saying*. William Morrow Paperbacks.
- O'Toole, L. L., & Schiffman, J. R. (Eds.). (1997). *Gender violence: Interdisciplinary perspectives*. NYU Press.
- O'Toole, L., & Schiffman, J. (1997). The Roots of Male Violence Against Women. In L. O'Toole & J. Schiffman (Eds.), *Gender violence: Interdisciplinary perspectives*. New York/London: New York University Press.
- Oatley, K. (2002). *Compreender as emoções*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Oatley, K., & Johnson-Laird, P. N. (1987). Towards a cognitive theory of emotions. *Cognition and emotion*, 1(1), 29-50.
- Oatley, K., Keltner, D., & Jenkins, J. M. (2006). *Understanding emotions*. London: Blackwell publishing.
- Okun, L. (1988). Termination or resumption of cohabitation in woman battering relationships: A statistical study. In *Coping with family violence: Research and policy perspectives*. Beverly Hills, CA: Sage Publications.
- Pais, E. (2010). *Homicídio conjugal em Portugal: rupturas violentas da conjugalidade* (2nd ed.). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Perrot, M., & Duby, G. (1991). *História das mulheres no ocidente*. Porto: Edições Afrontamento.
- Perrot, M., & Fraise, G. (1995). *Emerging feminism from revolution to World War*. Belknap Press of Harvard University Press.
- Petersen, A. (2004). *Engendering emotions*. New York: Palgrave Macmillan.

- Pimental, S., Pandjarian, V., & Belloque, J. (2005). The "legitimate defence of honour", or murder with impunity? A critical study of legislation and case law in Latin America. In L. Welchman & S. Hossain S. (eds.), *"Honour": Crimes, paradigms and violence against women* (pp. 245-262). London: Zed Books.
- Pimentel, I. (2008). A situação das mulheres no século XX em Portugal. *Caminhos da Memória*, 20.
- Platão (1972). *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rhodes, N. R., & McKenzie, E. B. (1999). Why do battered women stay?: Three decades of research. *Aggression and Violent Behavior*, 3(4), 391-406.
- Sennett, R. (1980). *Authority*. New York: Knopf.
- Röttger-Rössler, B., & Markowitsch, H. J. (2009). *Emotions as bio-cultural processes* (No. 744). Springer.
- Sarto, S. B. (2012). *Hombres maltratadores. Historias de violencia masculina*. Universidad de Zaragoza.
- Sartre, J. P., Fernandes, A. P., & Alves, J. L. (1965). *Esboço de uma teoria das emoções*. Porto Alegre: L&PM Editores.
- Scheff, T. J. (1990). Socialization of emotions: Pride and shame as causal agents. *Research agendas in the sociology of emotions*, 281-304.
- Scheff, T. J. (2001). Shame and community: Social components in depression. *Psychiatry: Interpersonal and Biological Processes*, 64(3), 212-224.
- Scheff, T. J., & Retzinger, S. M. (1991). *Emotions and violence: Shame and rage in destructive conflicts*. Lexington, MA: Lexington Books/DC Heath and Com.
- Scheff, T. J., & Retzinger, S. M. (2000). Shame as the master emotion of everyday life. *Journal of Mundane Behavior*, 1(3), 303-324.
- Scherer, K. R. (1999). Appraisal theory. *Handbook of cognition and emotion*, 637-663.
- Schieman, S. (2007). Anger. In J. Stets, & J. H. Turner (Eds.), *Handbook of the sociology of emotions* (pp. 493-515). Springer US.

- Sedgwick, E. K., Frank, A., & Alexander, I. E. (1995). *Shame and its sisters: A Silvan Tomkins reader*. Durham: Duke University Press.
- Shields, S. A. (1995). *The role of emotion beliefs and values in gender development* (In Portions of this chapter were presented at meetings of the American Psychological Assn, 1991, and the American Psychological Society, 1993). Sage Publications, Inc.
- Shott, S. (1979). Emotion and social life: A symbolic interactionist analysis. *American journal of Sociology*, 1317-1334.
- Silva da, L. F. (1991). "O direito de bater na mulher" – Violência interconjugal na sociedade portuguesa. *Análise Social*, 385-397.
- Simões, D., Mota, P. G., & Loureiro, E. (2006). "Cinderela": do conto de fadas à realidade. Perspectiva sobre os maus tratos infantis. *Antropologia Portuguesa* 22/23, 119-132.
- Simon, H. A. (1990). *Reason in human affairs*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Sohn, A. M. (1995). Entre duas guerras. Os papéis femininos em França e na Inglaterra. In G. Duby, & M. Perrot (Series Eds.) & F. Thébaud (Vol. Ed.), *História das mulheres*, 5, 115-145.
- Solomon, R. C. (2003). Not passion's slave. *Emotions and Choice*.
- Stark, E. (2006). Commentary on Johnson's "Conflict and control: Gender symmetry and asymmetry in domestic violence". *Violence Against Women*, 12(11), 1019-1025.
- Stark, E. (2007). *Coercive control: How men entrap women in personal life*. New York/Oxford: Oxford University Press.
- Stets, J. E., & Turner, J. H. (2007). *Handbook of the sociology of emotions*. New York: Springer.
- Straus, M. A. (1979). Measuring intrafamily conflict and violence: The conflict tactics (CT) scales. *Journal of Marriage and the Family*, 75-88.

- Straus, M. M. A., Gelles, R. J., & Steinmetz, S. K. (Eds.). (1982). *Behind closed doors: Violence in the American family*. New Jersey: Transaction Publishers.
- Tangney, J. P. (1996). Conceptual and methodological issues in the assessment of shame and guilt. *Behaviour research and therapy*, 34(9), 741-754.
- Tangney, J. P., & Dearing, R. L. (2003). *Shame and guilt*. New York: Guilford Press.
- Tangney, J. P., & Fischer, K. W. (1995). *Self-conscious emotions*. New York: Guilford Press.
- TenHouten, W. D. (2006). *A general theory of emotions and social life*. London: Routledge.
- Teroni, F., & Deonna, J. A. (2008). Differentiating shame from guilt. *Consciousness and cognition*, 17(3), 725-740.
- Thoits, P. A. (1989). The sociology of emotions. *Annual review of sociology*, 317-342.
- Tiedens, L. Z., & Leach, C. W. (Eds.). (2004). *The social life of emotions* (Vol. 2). Cambridge: Cambridge University Press
- Torres, A. (1992). Fatalidade, culpa, desencontro: formas de ruptura conjugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 11, 43-62.
- Torres, A. (2001). Casamento e gênero: mudanças nas famílias contemporâneas a partir do caso português. *Revista Intersecções*, 3(2), 53-70.
- Tracy, J. L., & Robins, R. W. (2007). Emerging insights into the nature and function of pride. *Current Directions in Psychological Science*, 16(3), 147-150.
- Turner, J. H. (2000). *On the origins of human emotions: A sociological inquiry into the evolution of human affect*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Turner, J. H., & Stets, J. E. (2005). *The sociology of emotions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- U.S. Department of Justice, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention: *Children's exposure to Intimate Partner violence and other family violence* (October 2011).

- United Nations (1993). *Vienna Declaration and Programme of Action*.
- United Nations (1995). Beijing declaration. Platform for action. In *Fourth World Conference on Women* (Vol. 15).
- Van Boven, L., & Loewenstein, G. (2005). Empathy gaps in emotional perspective taking. *Other minds: How humans bridge the divide between self and others*, 284-297.
- Vaquinhas, I. (2011). A família, essa “pátria em miniatura”. In J. Mattoso (dir.), *História da vida privada em Portugal* (pp. 118-151). Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates
- Vauvenargues, L. C. (2003). *Introduction à la connaissance de l'esprit humain*. Québec: Bibliothèque Paul-Émile-Boulet de l'Université du Québec à Chicoutimi. (Original work published 1920)
- Velzeboer, M., Ellsberg, M., Arcas, C. C., & García-Moreno, C. (2003). *Violence against women: The health sector responds* (Vol. 12). Washington, D.C.: Pan American Health Organization.
- Walker Daniels, J., & Murphy, C. M. (1997). Stages and processes of change in batterers' treatment. *Cognitive and Behavioral Practice*, 4(1), 123-145.
- Walker, L. E., & Lenore, E. (2009). *The battered woman syndrome*. New York: Springer Publishing Company.
- Wall, K. (2011). A intervenção do Estado: políticas públicas de família. In A. N. Almeida (Ed.), *História da vida privada em Portugal: os nossos dias* (pp. 340-374). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Warrington, M. (2001). “I must get out”: the geographies of domestic violence. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 26(3), 365-382.
- Welzeer-Lang, D. (2001). The construction of the masculine: women's domination and homophobia. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 460-482.
- West, C., & Zimmerman, D. H. (1987). Doing gender. *Gender & Society*, Vol. 1, No. 2, June 1987(2), pp. 125-151.

Wikan, U. (2008). *In honor of Fadime: Murder and shame*. Chicago: University of Chicago Press.

Wilson, M., & Daly, M. (1998). Lethal and nonlethal violence against wives and the evolutionary psychology of male sexual proprietariness. *Sage Series on Violence against Women*, 199-230.

Wong, Y., & Tsai, J. (2007). Cultural models of shame and guilt. *The self-conscious emotions: Theory and research*, 209-223.

World Health Organization (2013). *Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence*. World Health Organization.

Legislação

Decreto-Lei n.º 61/91, de 13 de Agosto (1991). Garante protecção adequada às mulheres vítimas de violência.

Decreto-Lei n.º. 423/91, de 30 de Outubro (1991). Regime jurídico das vítimas de crimes violentos.

Decreto-Lei n.º 132/93, de 23 de Abril – Alterações ao Código Penal.

Decreto-Lei n.º. 48/95, de 15 de Março (1995). Código Penal.

Decreto-Lei n.º 323/2000, de 19 de Dezembro – Regulamenta a Lei que cria a rede pública de casas de apoio às vítimas de violência doméstica.

Decreto-Lei n.º 190/2003, de 22 de Agosto – Regula a aplicação de medidas para a protecção de testemunhas em processo penal.

Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro (1982). Código Penal.

Lei n.º. 59/98, de 25 de Agosto (1998). Altera o Código de Processo Penal.

Lei n.º. 65/98, de 2 de Setembro (1998). Altera o Código Penal.

Lei n.º. 107/99, de 3 de Agosto (1999). Criação da rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência.

Decreto-Lei n.º 136/99, de 28 de Agosto (1999). Primeira alteração ao Decreto Lei 423/91.

Lei n.º 7/2000, 27 de Maio (2000). Alterações ao Código Penal.

Lei n.º 7/2001, de 11 de Maio (2001). Adota medidas de protecção das uniões de facto.

Lei n.º 17/2006, de 23 de Maio (2006). Aprova a Lei Quadro da Política Criminal

Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro (2009). Estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas e revoga a Lei 107/99 e Decreto-Lei 323/2000.

Lei n.º 23/2010, de 30 de Agosto (2010). Primeira alteração à Lei 7/2001, que adopta medidas de protecção das uniões de facto.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/99, de 15 de Junho (1999).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/03, de 7 de Julho (2003).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/07, de 22 de Junho (2007).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010, de 17 de Dezembro (2010).

Bibliografia Consultada

- Abduh, J. (1999). *The Crime of Family Honor*. Cairo: Cairo Institute for Human Rights Studies.
- Abu Odeh, L. (1996). Crimes of Honour and the Construction of Gender in Arab Societies. In M. Yamani (ed.), *Feminism and Islam: Legal and Literary Perspectives* (pp. 141-194). London: Ithaca Press.
- Al Fanar (1995). Developments in the struggle against the murder of women against the background of so-called family honour. *Women Against Fundamentalism Journal*, 6, 37-41.
- Al-Khayyat, S. (1993). *Honour and shame: Women in modern Iraq*. London: Saqi Books.
- Ausubel, D. P. (1955). Relationships between shame and guilt in the socializing process. *Psychological review*, 62(5), 378.
- Bassili, J. N. (1978). Facial motion in the perception of faces and of emotional expression. *Journal of experimental psychology: human perception and performance*, 4(3), 373.
- Bechara, A., Damasio, A. R., Damasio, H., & Anderson, S. W. (1994). Insensitivity to future consequences following damage to human prefrontal cortex. *Cognition*, 50(1), 7-15.
- Bermúdez, J. L. (2009). *Decision theory and rationality*. New York/Oxford: Oxford University Press.
- Blair, R. J. R., Morris, J. S., Frith, C. D., Perrett, D. I., & Dolan, R. J. (1999). Dissociable neural responses to facial expressions of sadness and anger. *Brain*, 122(5), 883-893.
- Bowker, L. H., Arbitell, M., & McFerron, J. R. (1988). *On the relationship between wife beating and child abuse*. In K. Yllo and M. Bograd (Eds.), *Perspectives on Wife Abuse*. Newbury Park, CA: Sage.
- Briquet, P. (1859). *Traité clinique et thérapeutique de l'hystérie*. Paris: J.-B. Baillière et Fils.

- Brody, L. R. (1997). Gender and emotion: Beyond stereotypes. *Journal of Social Issues*, 53(2), 369-393.
- Calder, M. C., Harold, G. T., & Howarth, E. L. (2004). *Children living with domestic violence: Towards a framework for assessment and intervention*. UK: Russell House Publishing Ltd.
- Calhoun, C., & Solomon, R. C. (Eds.). (1984). *What is an emotion?* Readings in philosophical psychology. New York/Oxford: Oxford University Press.
- Canary, D. J., Cupach, W. R., & Messman, S. J. (1995). *Relationship conflict*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Cann, A., Norman, A., Welbourne, J., & Calhoun, L. (2008). Attachment styles, conflict styles and humour styles: Interrelationships and associations with relationship satisfaction. *European Journal of Personality*, 22, 131-146.
- Carbajosa, P., Boira, S., & Tomás-Aragónés, L. (2013). Difficulties, skills and therapy strategies in interventions with court-ordered batterers in Spain. *Aggression and violent behavior*, 18(1), 118-124.
- Cavanagh, K., Dobash, R. E., & Dobash, R. P. (2007). The murder of children by fathers in the context of child abuse. *Child abuse & neglect*, 31(7), 731-746.
- Chung, D., Kennedy, R., O'Brien, B., & Wendt, S. (2000). *Home Safe Home: The link between domestic and family violence and women's homelessness*. WESNET report.
- Collins, R. (1984). The role of emotion in social structure. *Approaches to emotion*, 385-396.
- Collins, R. (2004). *Interaction ritual chains*. Princeton university press.
- Collins, R. (1993). Emotional energy as the common denominator of rational action. *Rationality and Society*, 5, 203-230.
- Cooley, C. H. (1902). *Human nature and the social order*. London: Transaction Publishers.
- Cramer, K. M., Million, E., & Perreault, L. A. (2002). Perceptions of musicians: Gender stereotypes and social role theory. *Psychology of Music*, 30(2), 164-174.

- Cramer, P. (2000). Defense mechanisms in psychology today: Further processes for adaptation. *American Psychologist*, 55(6), 637.
- Daly, M., Wilson, M., & Vasdev, S. (2001). Income inequality and homicide rates in Canada and the United States. *Canadian J. Criminology*, 43, 219.
- De Hooge, I. E., Zeelenberg, M., & Breugelmans, S. M. (2007). Moral sentiments and cooperation: Differential influences of shame and guilt. *Cognition and Emotion*, 21(5), 1025-1042.
- Denzin, N. K. (1990). Reading rational choice theory. *Rationality and Society*, 2(2), 172-189.
- Dickerson, S. S., Kemeny, M. E., Aziz, N., Kim, K. H., & Fahey, J. L. (2004). Immunological effects of induced shame and guilt. *Psychosomatic Medicine*, 66(1), 124-131.
- Dutton, D. G., & Painter, S. (1993). Emotional attachments in abusive relationships: A test of traumatic bonding theory. *Violence and Victims*, 8(2), 105-120.
- Dutton, D. G., & Painter, S. (1993). The battered woman syndrome: effects of severity and intermittency of abuse. *American Journal of Orthopsychiatry*.
- Eagly, A. H., Wood, W., & Diekmann, A. B. (2000). Social role theory of sex differences and similarities: A current appraisal. *The developmental social psychology of gender*, 123-174.
- Eagly, H., & Carli, L. (1981). Sex of researchers and sex-typed communications as determinants of sex differences in influenceability: a meta-analysis of social influence studies. *Psychological Bulletin*, 90(1), 1.
- Ekman, P. (1997). Should we call it expression or communication?. *Innovation*, 10, 333-344.
- Ekman, P., & Friesen, W. V. (1981). The repertoire of nonverbal behavior: Categories, origins, usage, and coding. *Nonverbal communication, interaction, and gesture*, 57-106.
- Ekman, P. (1992). An argument for basic emotions. *Cognition & Emotion*, 6(3-4), 169-200.

- Ekman, P., O'Sullivan, M., Friesen, W. V., & Scherer, K. R. (1991). Face, voice, and body in detecting deceit. *Journal of nonverbal behavior*, 15(2), 125-135.
- Ekman, P., & Davidson, R. J. (1994). *The nature of emotion: Fundamental questions*. New York/Oxford: Oxford University Press.
- Ekman, P., & Friesen, W. V. (1976). *Pictures of facial affect*. Palo Alto, CA: Consulting Psychologists Press.
- Engnes, K., Lidén, E., & Lundgren, I. (2012). Experiences of being exposed to intimate partner violence during pregnancy. *International journal of qualitative studies on health and well-being*, 7.
- Epstein, S. (1984). Controversial issues in emotion theory. *Review of Personality & Social Psychology*.
- Esteves, J. G. (1991). *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: uma organização política e feminista (1908-1919)*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Esteves, J. G. (2008). *Mulheres e republicanismo (1908-1928)*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Ferreira, V. (2001). Estudos sobre as mulheres em Portugal: a construção de um novo campo científico. *Ex aequo*, 5, 9 - 25.
- Fessler, D. M. (1999). Toward an understanding of the universality of second order emotions. *Beyond nature or nurture: Biocultural approaches to the emotions*, 75-116.
- Finkelhor, D. (2009). *Children's exposure to violence: A comprehensive national survey*. Washington, DC: DIANE Publishing.
- Finkelhor, D., & Yllö, K. (1987). *License to rape: Sexual abuse of wives*. New York: Simon and Schuster.
- Foucault, M. (1999b). Sexuality and Solitude. In J. R. Carrete (ed.), *Religion and Culture* (pp. 182-187). Manchester: Manchester University Press. (Original work published 1980).

- Foucault, M. (1994). *The order of things – an anthology of the Human Sciences*. New York: Vintage Books
- Frijda, N. H. (1986). *The emotions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gehm, T. L., & Scherer, K. R. (1988). Relating situation evaluation to emotion differentiation: Nonmetric analysis of cross-cultural questionnaire data. In K. Scherer (Ed.), *Facets of emotion: Recent research* (pp. 61-77). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Gelles, R. J. (1972). *The violent home: A study of physical aggression between husbands and wives*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Gelles, R. J. (1980). Violence in the family: A review of research in the seventies. *Journal of Marriage and the Family*, 873-885.
- Gilbert, P., & Irons, C. (2005). Focused therapies and compassionate mind training for shame and self-attacking. In P. Gilbert (Ed.), *Compassion: Conceptualisations, research and use in psychotherapy* (pp. 263-325). London: Routledge.
- Gorjão, V. (2002). *Mulheres em tempos sombrios: Oposição feminina ao Estado Novo*. Lisboa: ICS.
- Gottschalk, L. A., & Gleser, G. C. (1969). *Manual of instruction for using the Gottschalk-Gleser content analysis scales*. Berkeley: University of California Press
- Greco, M., & Stenner, P. (Eds.). (2013). *Emotions and social theory: a social science reader*. London: Routledge.
- Hebb, D. O. (1946). On the nature of fear. *Psychological Review*, 53(5), 259.
- Heidegger, M. (2002). *O tempo da imagem do mundo. Caminhos de Floresta*. (A. Franco de Sá, Trad.) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Heidegger, M. (2003). *O conceito de tempo*. Lisboa: Fim de Século.
- Hester, M. (2011). The three planet model: Towards an understanding of contradictions in approaches to women and children's safety in contexts of domestic violence. *British Journal of Social Work*, 41(5), 837-853.

- Hochschild, A. R. (1983). *The managed heart: Commercialization of human feeling*. California: Berkely University Press.
- Hochschild, A. R. (1975). The sociology of feeling and emotion: Selected possibilities. *Sociological Inquiry*, 45(2-3), 280-307.
- Honkavaara, S. (1961). *The psychology of expression: Dimensions in human perception* (Vol. 32). University Press.
- Hume, D. (2001). *Tratado da natureza humana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Johnson, J. T., & Shulman, G. A. (1988). More alike than meets the eye: Perceived gender differences in subjective experience and its display. *Sex Roles*, 19(1-2), 67-79.
- Johnson, M. P. (1995). Patriarchal terrorism and common couple violence: Two forms of violence against women. *Journal of Marriage and the Family*, 283-294.
- Kemper, T. D. (Ed.). (1990). *Research agendas in the sociology of emotions*. Albany, NY: SUNY Press.
- Klineberg, O. (1938). Emotional expression in Chinese literature. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 33(4), 517.
- Lazarus, R. S. (1991). *Emotion and adaptation*. New York/Oxford: Oxford University Press.
- Leary, M. (2007). How the self became involved in affective experience: Three sources of self-reflective emotions. In J. P. Tangney & K. W. Fischer (Eds.), *The self-conscious emotions: Theory and research*. New York: Guilford.
- Leith, K. P., & Baumeister, R. F. (1998). Empathy, shame, guilt, and narratives of interpersonal conflicts: Guilt-Prone people are better at perspective taking. *Journal of Personality*, 66(1), 1-37.
- Levit, D. B. (1991). Gender differences in ego defenses in adolescence: Sex roles as one way to understand the differences. *Journal of personality and social psychology*, 61(6), 992.
- Levy, R. I. (1983). Introduction: self and emotion. *Ethos*, 11(3), 128-134.

- Lewis, H. B. (1987). *The role of shame in symptom formation*. Lawrence Erlbaum Associates Inc.
- Lewis, M. (2000). The emergence of human emotions. In M. Lewis & J. M. Haviland-Jones (Eds.), *Handbook of emotions* (2nd ed., pp. 265-280). New York: Guilford Press.
- Lisboa, M., Cerejo, D., & Favita, A. (2008). *Inquérito violência de género – Região Autónoma dos Açores*. Lisboa.
- Lisboa, M., Vicente, L., & Barroso, Z. (2005). *Saúde e violência contra as mulheres*. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde.
- Lundy, L. (2007). "Voice" is not enough: conceptualising Article 12 of the United Nations Convention on the Rights of the Child. *British Educational Research Journal*, 33(6), 927-942.
- Lyon, M. (2009). *Emotion, embodiment, and agency: The place of a social emotions*.
- Margesson, R., Seelke, C. R., Salaam-Blyther, T., & Serafino, N. M. (2008). *International violence against women*. US response and policy issues.
- Matsumoto, D., Keltner, D., Shiota, M. N., O'Sullivan, M., & Frank, M. (2008). Facial expressions of emotion. In M. Lewis, J. M. Haviland-Jones, & L. F. Barret (eds.), *Handbook of emotions* (3rd ed., pp. 211-234). New York: Guilford Press.
- McDougall, W. (1908). *The development of the sentiments*.
- McKibben, L. D., de Vos, E. E., & Newberger, E. (1989). Victimization of mothers of abused children: A controlled study. *Pediatrics*, 84(3), 531-535.
- McNeely, R. L., & Robinson-Simpson, G. (1987). The Truth About Domestic Violence: A Falsely Framed Issue. *Social Work*, 32(6), 485-490.
- Mineka, S., & Cook, M. (1993). Mechanisms involved in the observational conditioning of fear. *Journal of Experimental Psychology: General*, 122(1), 23.
- Mirowsky, J., & Schieman, S. (2008). Gender, age, and the trajectories and trends of anxiety and anger. *Advances in Life Course Research*, 13, 45-73.
- Mullen, P. E. (1996). Editorial: Jealousy and the emergence of violent and intimidating behaviours. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 6(3), 199-205.

- Nelson, L. S. (1993). The Defense of Honor: Is it Still Honored in Brazil?. *Wisconsin International Law Journal*, 11, 531-536.
- Niedenthal, P. M. (2007). Embodying emotion. *Science*, 316 (5827), 1002-1005.
- Nielsen, J. M., Endo, R. K., & Ellington, B. L. (1992). Social isolation and wife abuse: A research report. *Intimate violence: Interdisciplinary perspectives*, 49-59.
- Nussbaum, M. C. (1996). Aristotle on emotions and rational persuasion. In A. O. Rorty (Ed.), *Essays on Aristotle's rhetoric*. Berkeley: University of California Press.
- Nye, R. A. (2010). How sex became gender. *Psychoanalysis and history*, 12(2), 195-209.
- Pagelow, M. D. (1989). The incidence and prevalence of criminal abuse of other family members. *Crime and Justice*, 263-313.
- Patton, S. (2003). *Pathways: how women leave violent men*. Women Tasmania: Hobart.
- Pinheiro, P. S. (2006). Independent Expert for the United Nations Secretary-General's Study on Violence against Children. In *World report on violence against children* (pp.117).
- Plant, E. A., Hyde, J. S., Keltner, D., & Devine, P. G. (2000). The gender stereotyping of emotions. *Psychology of Women Quarterly*, 24(1), 81-92.
- Plutchik, R. (1984). Emotions: A general psychoevolutionary theory. In *Approaches to emotion* (pp. 197-219).
- Plutchik, R., & Ax, A. F. (1967). A critique of determinants of emotional state by Schachter and Singer (Original work from 1962). *Psychophysiology*, 4(1), 79-82.
- Proust, M., Bandeira, M., & de Alencar, L. S. (1995). *A prisioneira* (Vol. 5). Editora Globo.
- Radford, J., & Russell, D. E. (1992). *Femicide: The politics of woman killing*. Twayne Publishers.
- Randall, M., & Haskell, L. (1995). Sexual Violence in Women's Lives Findings from the Women's Safety Project, a Community-Based Survey. *Violence against women*, 1(1), 6-31.

- Romito, P. (2008). *A deafening silence: Hidden violence against women and children*. Bristol: Policy Press.
- Rosenberg, M. (1990). Reflexivity and emotions. *Social Psychology Quarterly*, 3-12.
- Rosenberg, M. & R. H. Turner, R. H. (Eds.). (1981). *Social psychology: Sociological perspectives*. New York: Basic Books.
- Rounsaville, B. J. (1978). Theories in marital violence: Evidence from a study of battered women. *Victimology*.
- Rozin, P., Haidt, J., & McCauley, C. R. (1999). Disgust: The body and soul emotion. In T. Dalgleish & M. Power (Eds.), *Handbook of cognition and emotion* (pp. 429-445). Chichester, UK: Wiley.
- Russell, J. A. (2003). Core affect and the psychological construction of emotion. *Psychological review*, 110(1), 145.
- Sarto, S. B., & Esteban, P. J. (2010). Psicopatología, características de la violencia y abandonos en programas para hombres violentos con la pareja: resultados en un dispositivo de intervención. *Psicothema*, 22(4), 593-599.
- Sedgwick, E. K., & Frank, A. (1995). Shame in the cybernetic fold: reading Silvan Tomkins. *Critical Inquiry*, 496-522.
- Sherman, L. W., & Berk, R. A. (1984). The specific deterrent effects of arrest for domestic assault. *American sociological review*, 261-272.
- Shields, S. A. (2002). *Speaking from the heart: Gender and the social meaning of emotion*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Silvern, L., & Kaersvang, L. (1989). The traumatized children of violent marriages. *Child Welfare: Journal of Policy, Practice, and Program*.
- Simmel, G. (1950). *The sociology of Georg Simmel* (Vol. 92892). Simon and Schuster.
- Smith, A. (1999). *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Steinmetz, S. K., & Straus, M. A. (1973). The family as cradle of violence. *Society*, 10(6), 50-56.
- Steinmetz, S. K., & Straus, M. A. (1974). *Violence in the family*. New York, NY: Dodd, Mead.
- Tiedens, L. Z., Ellsworth, P. C., & Mesquita, B. (2000). Sentimental stereotypes: Emotional expectations for high-and low-status group members. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26(5), 560-575.
- Timmers, M., Fischer, A., & Manstead, A. (2003). Ability versus vulnerability: Beliefs about men's and women's emotional behaviour. *Cognition & Emotion*, 17(1), 41-63.
- Torres, A. (1987). *Mulheres, divórcio e mudança social - divórcio: tendências actuais. Sociologia, Problemas e Práticas*, 2, 117-156.
- Torres, A. (2002). Casamento: conversa a duas vozes e em três andamentos. *Análise Social*, 163, 569-602.
- Torres, A., Silva, F., Monteiro, T. L., & Cabrita, M. (2004). *Homens e mulheres. Entre família e trabalho*. Lisboa: CITE.
- Tracy, J. L., & Robins, R. W. (2004). Putting the self into self-conscious emotions: A theoretical model. *Psychological Inquiry*, 15(2), 103-125.
- Tracy, J. L., & Robins, R. W. (2007). The self in self-conscious emotions: A cognitive appraisal approach. *The self-conscious emotions: Theory and research*, 3-20.
- Trevarthen, C., & Aitken, K. J. (2001). Infant intersubjectivity: Research, theory, and clinical applications. *Journal of child psychology and psychiatry*, 42(1), 3-48.
- Triandis, H. C. (1996). The psychological measurement of cultural syndromes. *American Psychologist*, 51(4), 407.
- Turchet, F. (2011). *A linguagem do corpo*. Lisboa: Livros Horizonte
- Ullman, S. E., & Siegel, J. M. (1993). Victim-offender relationship and sexual assault. *Violence and Victims*, 8(2), 121-134.

- Wager, T. D., & Ochsner, K. N. (2005). Sex differences in the emotional brain. *Neuroreport*, 16(2), 85-87.
- White, G. M. (2010). Moral discourse and the rhetoric of emotion. *Psychological anthropology: A reader on self in culture*, 68-82.
- Widen, S. C., & Russell, J. A. (2003). A closer look at preschoolers' freely produced labels for facial expressions. *Developmental psychology*, 39(1), 114.
- Wilkinson, R. (1981). Review of Richard Sennett, *Authority*. *Journal of American Studies*, 15(01), pp 158-159.
- Wilson, M., Daly, M., & Daniele, A. (1995). Familicide: The killing of spouse and children. *Aggressive Behavior*, 21(4), 275-291.
- Wilson, M., Johnson, H., & Daly, M. (1995). Lethal and nonlethal violence against wives. *Canadian J. Criminology*, 37, 331.
- Wood, W., Christensen, P. N., Hebl, M. R., & Rothgerber, H. (1997). Conformity to sex-typed norms, affect, and the self-concept. *Journal of personality and social psychology*, 73(3), 523.
- Wouters, C. (1987). Developments in the behavioural codes between the sexes: The formalization of informalization in the Netherlands, 1930-85. *Theory, Culture & Society*, 4(2), 405-427.

Anexo I – Frequências das variáveis da Análise de Conteúdo

Família separada/não cresceu com família

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Sim	132	3,2	3,2	3,2
Valid Não	4016	96,8	96,8	100,0
Total	4148	100,0	100,0	

Mãe foi vítima de violência doméstica

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Sim	114	2,7	2,7	2,7
Valid Não	4034	97,3	97,3	100,0
Total	4148	100,0	100,0	

Pais com modelos de género assimétricos (tradicionais) entre homens e mulheres

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Sim	158	3,8	3,8	3,8
Valid Não	3990	96,2	96,2	100,0
Total	4148	100,0	100,0	

Ruptura familiar depois do casamento

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	Sim	102	2,5	2,5	2,5
Valid	Não	4046	97,5	97,5	100,0
	Total	4148	100,0	100,0	

Outras situações de violência na infância

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	Sim	68	1,6	1,6	1,6
Valid	Não	4080	98,4	98,4	100,0
	Total	4148	100,0	100,0	

Violência no namoro

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	Sim	71	1,7	1,7	1,7
Valid	Não	4077	98,3	98,3	100,0
	Total	4148	100,0	100,0	

Violência psicológica

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	869	20,9	20,9	20,9
Não	3279	79,1	79,1	100,0
Total	4148	100,0	100,0	

Violência Física

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	439	10,6	10,6	10,6
Não	3709	89,4	89,4	100,0
Total	4148	100,0	100,0	

Violência Sexual

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	63	1,5	1,5	1,5
Não	4085	98,5	98,5	100,0
Total	4148	100,0	100,0	

Reacção activa

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	206	5,0	5,0	5,0
Não	3942	95,0	95,0	100,0
Total	4148	100,0	100,0	

Reacção passiva

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	280	6,8	6,8	6,8
Não	3868	93,2	93,2	100,0
Total	4148	100,0	100,0	

Desabafava (família/amigos)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	66	1,6	1,6	1,6
Não	4082	98,4	98,4	100,0
Total	4148	100,0	100,0	

Ajuda efectiva de familiares/amigos para sair

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	Sim	77	1,9	1,9	1,9
Valid	Não	4071	98,1	98,1	100,0
	Total	4148	100,0	100,0	

Desinvestimento familiares/amigos na ajuda para sair

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	Sim	81	2,0	2,0	2,0
Valid	Não	4067	98,0	98,0	100,0
	Total	4148	100,0	100,0	

Ocultava marcas violência/não contava

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	Sim	190	4,6	4,6	4,6
Valid	Não	3958	95,4	95,4	100,0
	Total	4148	100,0	100,0	

Situações de violência começaram/aconteceram na gravidez ou pouco depois

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Sim	95	2,3	2,3	2,3
Valid Não	4053	97,7	97,7	100,0
Total	4148	100,0	100,0	

Filhos eram vítimas/assistiam

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Sim	347	8,4	8,4	8,4
Valid Não	3801	91,6	91,6	100,0
Total	4148	100,0	100,0	

Filhos culpam mãe pela ruptura

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Sim	66	1,6	1,6	1,6
Valid Não	4082	98,4	98,4	100,0
Total	4148	100,0	100,0	

Agressor isolava/controlava socialmente a vítima

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	543	13,1	13,1	13,1
Não	3605	86,9	86,9	100,0
Total	4148	100,0	100,0	

Violência ocorria em casa

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	251	6,1	6,1	6,1
Não	3897	93,9	93,9	100,0
Total	4148	100,0	100,0	

Violência ocorria por ciúmes/posse

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	184	4,4	4,4	4,4
Não	3964	95,6	95,6	100,0
Total	4148	100,0	100,0	

Abuso de álcool ou drogas agressor

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	Sim	93	2,2	2,2	2,2
Valid	Não	4055	97,8	97,8	100,0
	Total	4148	100,0	100,0	

Existencia de ameaças de morte

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	Sim	132	3,2	3,2	3,2
Valid	Não	4016	96,8	96,8	100,0
	Total	4148	100,0	100,0	

Tentativas de deixar o agressor com regresso

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	Sim	148	3,6	3,6	3,6
Valid	Não	4000	96,4	96,4	100,0
	Total	4148	100,0	100,0	

Isolamento social (não tinha para onde ir e sem ajuda família/sem condições financeiras)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	223	5,4	5,4	5,4
Não	3925	94,6	94,6	100,0
Total	4148	100,0	100,0	

Esperança que algo mude/gostava do agressor

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	162	3,9	3,9	3,9
Não	3986	96,1	96,1	100,0
Total	4148	100,0	100,0	

Ficar para bem dos filhos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	94	2,3	2,3	2,3
Não	4054	97,7	97,7	100,0
Total	4148	100,0	100,0	

Pressão familiar para aguentar

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	Sim	92	2,2	2,2	2,2
Valid	Não	4056	97,8	97,8	100,0
	Total	4148	100,0	100,0	

**Alusão factores relacionados com o cumprimento tradicional dos papéis
de género /referencias ao bom desempenho feminino no lar**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	Sim	197	4,7	4,7	4,7
Valid	Não	3951	95,3	95,3	100,0
	Total	4148	100,0	100,0	

Vergonha

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	Sim	195	4,7	4,7	4,7
Valid	Não	3953	95,3	95,3	100,0
	Total	4148	100,0	100,0	

Culpa

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Sim	197	4,7	4,7	4,7
Valid Não	3951	95,3	95,3	100,0
Total	4148	100,0	100,0	

Raiva

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Sim	93	2,2	2,2	2,2
Valid Não	4055	97,8	97,8	100,0
Total	4148	100,0	100,0	

Medo

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Sim	273	6,6	6,6	6,6
Valid Não	3875	93,4	93,4	100,0
Total	4148	100,0	100,0	

Alienação emocional

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	168	4,1	4,1	4,1
Não	3980	95,9	95,9	100,0
Total	4148	100,0	100,0	

Tentativas suicídio

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	9	,2	,2	,2
Não	4139	99,8	99,8	100,0
Total	4148	100,0	100,0	

Problemas saúde física e psicológica c/a consequência da violência

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	314	7,6	7,6	7,6
Não	3834	92,4	92,4	100,0
Total	4148	100,0	100,0	

Consequências saúde dos filhos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	Sim	123	3,0	3,0	3,0
Valid	Não	4025	97,0	97,0	100,0
	Total	4148	100,0	100,0	

O presente e a incerteza do futuro

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	Sim	339	8,2	8,2	8,2
Valid	Não	3809	91,8	91,8	100,0
	Total	4148	100,0	100,0	

O início da relação com o agressor

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	Sim	190	4,6	4,6	4,6
Valid	Não	3958	95,4	95,4	100,0
	Total	4148	100,0	100,0	

A ruptura

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Sim	305	7,4	7,4	7,4
Valid Não	3843	92,6	92,6	100,0
Total	4148	100,0	100,0	

Anexo II – Tabelas cruzadas, resultados do Qui2 e resíduo estandardizado ajustado

Violência Sexual * Violência psicológica.

			Violência psicológica.	
			Sim	Não
Violência Sexual	Sim	Count	26	37
		% within Violência Sexual	41,3%	58,7%
		% within Violência psicológica.	3,0%	1,1%
		Adjusted Residual	4,0	-4,0
	Não	Count	843	3242
		% within Violência Sexual	20,6%	79,4%
		% within Violência psicológica.	97,0%	98,9%
		Adjusted Residual	-4,0	4,0
Total			Count	869
			% within Violência Sexual	20,9%
			% within Violência psicológica.	100,0%
			Count	3279

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	15,950 ^a	1	,000	,000	,000
Continuity Correction ^b	14,728	1	,000		
Likelihood Ratio	13,512	1	,000		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	15,946	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 13,20.

b. Computed only for a 2x2 table

Violência Sexual * Violência Física

		Violência Física	
		Sim	Não
Violência Sexual	Count	23	40
	Sim % within Violência Sexual	36,5%	63,5%
	% within Violência Física	5,2%	1,1%
	Adjusted Residual	6,7	-6,7
	Count	416	3669
	Não % within Violência Sexual	10,2%	89,8%
	% within Violência Física	94,8%	98,9%
	Adjusted Residual	-6,7	6,7
Total	Count	439	3709
	% within Violência Sexual	10,6%	89,4%
	% within Violência Física	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	45,432 ^a	1	,000	,000	,000
Continuity Correction ^b	42,693	1	,000		
Likelihood Ratio	30,266	1	,000		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	45,421	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 6,67.

b. Computed only for a 2x2 table

Violência Física * Violência psicológica.

			Violência psicológica.	
			Sim	Não
Violência Física	Sim	Count	199	240
		% within Violência Física	45,3%	54,7%
		% within Violência psicológica.	22,9%	7,3%
		Adjusted Residual	13,3	-13,3
	Não	Count	670	3039
		% within Violência Física	18,1%	81,9%
		% within Violência psicológica.	77,1%	92,7%
		Adjusted Residual	-13,3	13,3
Total		Count	869	3279
		% within Violência Física	20,9%	79,1%
		% within Violência psicológica.	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	176,216 ^a	1	,000	,000	,000
Continuity Correction ^b	174,574	1	,000		
Likelihood Ratio	149,514	1	,000		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	176,174	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 91,97.

b. Computed only for a 2x2 table

Violência no namoro * Violência psicológica.

		Violência psicológica.	
		Sim	Não
violência no namoro	Count	28	43
	% within violência no namoro	39,4%	60,6%
	Sim		
	% within Violência psicológica.	3,2%	1,3%
	Adjusted Residual	3,9	-3,9
	Count	841	3236
Não	% within violência no namoro	20,6%	79,4%
	Não		
	% within Violência psicológica.	96,8%	98,7%
	Adjusted Residual	-3,9	3,9
	Count	869	3279
	% within violência no namoro	20,9%	79,1%
Total	% within Violência psicológica.	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	14,907 ^a	1	,000		
Continuity Correction ^b	13,793	1	,000		
Likelihood Ratio	12,770	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	14,904	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 14,87.

b. Computed only for a 2x2 table

Violência no namoro * Violência Física

		Violência Física	
		Sim	Não
violência no namoro	Count	21	50
	% within violência no namoro	29,6%	70,4%
	% within Violência Física	4,8%	1,3%
	Adjusted Residual	5,2	-5,2
	Count	418	3659
	% within violência no namoro	10,3%	89,7%
	% within Violência Física	95,2%	98,7%
	Adjusted Residual	-5,2	5,2
Total	Count	439	3709
	% within violência no namoro	10,6%	89,4%
	% within Violência Física	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	27,539 ^a	1	,000	,000	,000
Continuity Correction ^b	25,535	1	,000		
Likelihood Ratio	19,761	1	,000		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	27,532	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 7,51.

b. Computed only for a 2x2 table

Violência ocorria por ciúmes/posse * Violência psicológica.

			Violência psicológica.	
			Sim	Não
Violência ocorria por ciúmes/posse	Sim	Count	84	100
		% within Violência ocorria por ciúmes/posse	45,7%	54,3%
		% within Violência psicológica.	9,7%	3,0%
		Adjusted Residual	8,4	-8,4
	Não	Count	785	3179
		% within Violência ocorria por ciúmes/posse	19,8%	80,2%
		% within Violência psicológica.	90,3%	97,0%
		Adjusted Residual	-8,4	8,4
Total			Count	869
			% within Violência ocorria por ciúmes/posse	20,9%
			% within Violência psicológica.	100,0%
			Count	3279

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	70,944 ^a	1	,000		
Continuity Correction ^b	69,392	1	,000		
Likelihood Ratio	59,113	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	70,927	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 38,55.

b. Computed only for a 2x2 table

Violência ocorria por ciúmes/posse * Agressor isolava/controlava socialmente a vítima

		Agressor isolava/controlava socialmente a vítima	
		Sim	Não
Violência ocorria por ciúmes/posse	Count	119	65
	% within Violência ocorria por ciúmes/posse	64,7%	35,3%
	Sim % within Agressor isolava/controlava socialmente a vítima	21,9%	1,8%
	Adjusted Residual	21,2	-21,2
	Count	424	3540
	% within Violência ocorria por ciúmes/posse	10,7%	89,3%
	Não % within Agressor isolava/controlava socialmente a vítima	78,1%	98,2%
	Adjusted Residual	-21,2	21,2
	Count	543	3605
	% within Violência ocorria por ciúmes/posse	13,1%	86,9%
Total	% within Agressor isolava/controlava socialmente a vítima	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	450,311 ^a	1	,000	,000	,000
Continuity Correction ^b	445,580	1	,000		
Likelihood Ratio	284,283	1	,000		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	450,203	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 24,09.

b. Computed only for a 2x2 table

Reacção activa * Tentativas de deixar o agressor com regresso

		Tentativas de deixar o agressor com regresso	
		Sim	Não
Reacção activa	Count	19	187
	% within Reacção activa	9,2%	90,8%
	% within Tentativas de deixar o agressor com regresso	12,8%	4,7%
	Adjusted Residual	4,5	-4,5
	Count	129	3813
	% within Reacção activa	3,3%	96,7%
	% within Tentativas de deixar o agressor com regresso	87,2%	95,3%
	Adjusted Residual	-4,5	4,5
Total	Count	148	4000
	% within Reacção activa	3,6%	96,4%
	% within Tentativas de deixar o agressor com regresso	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2- sided)	Exact Sig. (2- sided)	Exact Sig. (1- sided)
Pearson Chi-Square	20,149 ^a	1	,000	,000	,000
Continuity Correction ^b	18,457	1	,000		
Likelihood Ratio	14,515	1	,000		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	20,144	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 7,35.

b. Computed only for a 2x2 table

Reacção passiva * Violência psicológica.

			Violência psicológica.	
			Sim	Não
Reacção passiva	Sim	Count	123	157
		% within Reacção passiva	43,9%	56,1%
		% within Violência psicológica.	14,2%	4,8%
		Adjusted Residual	9,8	-9,8
	Não	Count	746	3122
		% within Reacção passiva	19,3%	80,7%
		% within Violência psicológica.	85,8%	95,2%
		Adjusted Residual	-9,8	9,8
Total			Count	869
			% within Reacção passiva	20,9%
			% within Violência psicológica.	100,0%
			Count	3279

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	95,737 ^a	1	,000	,000	,000
Continuity Correction ^b	94,254	1	,000		
Likelihood Ratio	80,895	1	,000		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	95,714	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 58,66.

b. Computed only for a 2x2 table

Reacção passiva * Violência Física

		Violência Física	
		Sim	Não
Reacção passiva	Count	97	183
	% within Reacção passiva	34,6%	65,4%
	% within Violência Física	22,1%	4,9%
	Adjusted Residual	13,6	-13,6
	Count	342	3526
	% within Reacção passiva	8,8%	91,2%
	% within Violência Física	77,9%	95,1%
	Adjusted Residual	-13,6	13,6
Total	Count	439	3709
	% within Reacção passiva	10,6%	89,4%
	% within Violência Física	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	183,670 ^a	1	,000	,000	,000
Continuity Correction ^b	180,953	1	,000		
Likelihood Ratio	128,380	1	,000		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	183,625	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 29,63.

b. Computed only for a 2x2 table

Reacção passiva * Violência Sexual

		Violência Sexual	
		Sim	Não
Reacção passiva	Count	26	254
	% within Reacção passiva	9,3%	90,7%
	% within Violência Sexual	41,3%	6,2%
	Adjusted Residual	11,0	-11,0
	Count	37	3831
	% within Reacção passiva	1,0%	99,0%
	% within Violência Sexual	58,7%	93,8%
Total	Adjusted Residual	-11,0	11,0
	Count	63	4085
	% within Reacção passiva	1,5%	98,5%
		% within Violência Sexual	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	121,102 ^a	1	,000	,000	,000
Continuity Correction ^b	115,598	1	,000		
Likelihood Ratio	61,823	1	,000		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	121,073	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,25.

b. Computed only for a 2x2 table

Reacção activa * Violência psicológica.

		Violência psicológica.	
		Sim	Não
Reacção activa	Count	76	130
	% within Reacção activa	36,9%	63,1%
	Sim % within Violência psicológica.	8,7%	4,0%
	Adjusted Residual	5,8	-5,8
	Count	793	3149
	% within Reacção activa	20,1%	79,9%
	Não % within Violência psicológica.	91,3%	96,0%
	Adjusted Residual	-5,8	5,8
Total	Count	869	3279
	% within Reacção activa	20,9%	79,1%
	% within Violência psicológica.	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	33,271 ^a	1	,000	,000	,000
Continuity Correction ^b	32,266	1	,000		
Likelihood Ratio	29,119	1	,000		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	33,263	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 43,16.

b. Computed only for a 2x2 table

Reacção activa * Violência Física

		Violência Física	
		Sim	Não
Reacção activa	Count	67	139
	Sim % within Reacção activa	32,5%	67,5%
	% within Violência Física	15,3%	3,7%
	Adjusted Residual	10,5	-10,5
	Count	372	3570
	Não % within Reacção activa	9,4%	90,6%
	% within Violência Física	84,7%	96,3%
	Adjusted Residual	-10,5	10,5
	Count	439	3709
Total	% within Reacção activa	10,6%	89,4%
	% within Violência Física	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	110,269 ^a	1	,000	,000	,000
Continuity Correction ^b	107,843	1	,000		
Likelihood Ratio	77,835	1	,000		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	110,242	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 21,80.

b. Computed only for a 2x2 table

Reacção passiva * Alienação emocional

			Alienação emocional	
			Sim	Não
Reacção passiva	Sim	Count	29	251
		% within Reacção passiva	10,4%	89,6%
		% within Alienação emocional	17,3%	6,3%
		Adjusted Residual	5,5	-5,5
	Não	Count	139	3729
		% within Reacção passiva	3,6%	96,4%
		% within Alienação emocional	82,7%	93,7%
		Adjusted Residual	-5,5	5,5
Total		Count	168	3980
		% within Reacção passiva	4,1%	95,9%
		% within Alienação emocional	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	30,736 ^a	1	,000	,000	,000
Continuity Correction ^b	29,020	1	,000		
Likelihood Ratio	22,479	1	,000		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	30,728	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 11,34.

b. Computed only for a 2x2 table

Reacção passiva * Medo

		Medo	
		Sim	Não
Reacção passiva	Count	38	242
	% within Reacção passiva	13,6%	86,4%
	% within Medo	13,9%	6,2%
	Adjusted Residual	4,9	-4,9
	Count	235	3633
	% within Reacção passiva	6,1%	93,9%
	% within Medo	86,1%	93,8%
Total	Adjusted Residual	-4,9	4,9
	Count	273	3875
	% within Reacção passiva	6,6%	93,4%
		100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	23,862 ^a	1	,000	,000	,000
Continuity Correction ^b	22,658	1	,000		
Likelihood Ratio	19,011	1	,000		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	23,856	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 18,43.

b. Computed only for a 2x2 table

Reacção passiva * Isolamento social (não tinha para onde ir e sem ajuda família/sem condições financeiras)

		Isolamento social (não tinha para onde ir e sem ajuda família/sem condições financeiras)	
		Sim	Não
Reacção passiva	Count	19	261
	% within Reacção passiva	6,8%	93,2%
	% within Isolamento social		
	Sim (não tinha para onde ir e sem ajuda família/sem condições financeiras)	8,5%	6,6%
	Adjusted Residual	1,1	-1,1
	Count	204	3664
Total	% within Reacção passiva	5,3%	94,7%
	% within Isolamento social		
	Não (não tinha para onde ir e sem ajuda família/sem condições financeiras)	91,5%	93,4%
	Adjusted Residual	-1,1	1,1
	Count	223	3925
	% within Isolamento social		
		100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	1,173 ^a	1	,279		
Continuity Correction ^b	,895	1	,344		
Likelihood Ratio	1,093	1	,296		
Fisher's Exact Test				,272	,171
Linear-by-Linear Association	1,173	1	,279		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 15,05.

Pressão familiar para aguentar * Pais com modelos de género assimétricos (tradicionais) entre homens e mulheres

		Pais com modelos de género assimétricos (tradicionais) entre homens e mulheres	
		Sim	Não
Pressão familiar para aguentar	Count	45	47
	% within Pressão familiar para aguentar	48,9%	51,1%
	Sim		
	% within Pais com modelos de género assimétricos (tradicionais) entre homens e mulheres	28,5%	1,2%
	Adjusted Residual	22,9	-22,9
	Count	113	3943
	% within Pressão familiar para aguentar	2,8%	97,2%
	Não		
	% within Pais com modelos de género assimétricos (tradicionais) entre homens e mulheres	71,5%	98,8%
	Adjusted Residual	-22,9	22,9
Total	Count	158	3990
	% within Pressão familiar para aguentar	3,8%	96,2%
	% within Pais com modelos de género assimétricos (tradicionais) entre homens e mulheres	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	522,403 ^a	1	,000		
Continuity Correction ^b	509,890	1	,000		
Likelihood Ratio	182,999	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	522,277	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

Pressão familiar para aguentar * Alusão factores relacionados com o cumprimento tradicional dos papéis de género /referencias ao bom desempenho feminino no lar

Crosstab			
		Alusão factores relacionados com o cumprimento tradicional dos papéis de género /referencias ao bom desempenho feminino no lar	
		Sim	Não
Pressão familiar para aguentar	Count	20	72
	% within Pressão familiar para aguentar	21,7%	78,3%
	% within Alusão factores r	10,2%	1,8%
	Adjusted Residual	7,7	-7,7
	Count	177	3879
	% within Pressão familiar para aguentar	4,4%	95,6%
	% within Alusão factores lar	89,8%	98,2%
	Adjusted Residual	-7,7	7,7
Total	Count	197	3951
	% within Pressão familiar para aguentar	4,7%	95,3%
	% within Alusão factores	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests					
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	60,036 ^a	1	,000		
Continuity Correction ^b	56,257	1	,000		
Likelihood Ratio	33,921	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	60,022	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,37.

b. Computed only for a 2x2 table

Filhos eram vítimas/assistiam * Violência Física

Crosstab				
		Violência Física		Total
		Sim	Não	
Filhos eram vítimas/assistiam	Count	88	259	347
	% within Filhos eram vítimas/assistiam	25,4%	74,6%	100,0%
	% within Violência Física	20,0%	7,0%	8,4%
	Adjusted Residual	9,3	-9,3	
	Count	351	3450	3801
	% within Filhos eram vítimas/assistiam	9,2%	90,8%	100,0%
	% within Violência Física	80,0%	93,0%	91,6%
	Adjusted Residual	-9,3	9,3	
Total	Count	439	3709	4148
	% within Filhos eram vítimas/assistiam	10,6%	89,4%	100,0%
	% within Violência Física	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests					
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	87,375 ^a	1	,000		
Continuity Correction ^b	85,679	1	,000		
Likelihood Ratio	67,840	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	87,354	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 36,72.

b. Computed only for a 2x2 table

Filhos eram vítimas/assistiam * Consequências saúde dos filhos

Crosstab			
		Consequencias saúde dos filhos	
		Sim	Não
Filhos eram vítimas/assistiam	Count	60	287
	% within Filhos eram vítimas/assistiam	17,3%	82,7%
	% within Consequencias saúde dos filhos	48,8%	7,1%
	Adjusted Residual	16,4	-16,4
	Count	63	3738
	% within Filhos eram vítimas/assistiam	1,7%	98,3%
	% within Consequencias saúde dos filhos	51,2%	92,9%
	Adjusted Residual	-16,4	16,4
	Count	123	4025
	% within Filhos eram vítimas/assistiam	3,0%	97,0%
Total		100,0%	100,0%

Chi-Square Tests					
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	270,093 ^a	1	,000		
Continuity Correction ^b	264,687	1	,000		
Likelihood Ratio	146,690	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	270,028	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 10,29.

b. Computed only for a 2x2 table

Isolamento social (não tinha para onde ir e sem ajuda família/sem condições financeiras) * Desinvestimento familiares/amigos na ajuda para sair

Crosstab

			Desinvestimento familiares/amigos	
			na ajuda para sair	
			Sim	Não
Isolamento social (não tinha para onde ir e sem ajuda família/sem condições financeiras)	Sim	Count	13	210
		% within Isolamento social (5,8%	94,2%
		% within Desinvestimento familiares/amigos na ajuda para sair	16,0%	5,2%
		Adjusted Residual	4,3	-4,3
		Count	68	3857
	Não	% within Isolamento social	1,7%	98,3%
		% within Desinvestimento familiares/amigos na ajuda para sair	84,0%	94,8%
		Adjusted Residual	-4,3	4,3
		Count	81	4067
		% within Isolamento social	2,0%	98,0%
Total	% within Desinvestimento familiares/amigos na ajuda para sair	100,0%	100,0%	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	18,500 ^a	1	,000		
Continuity Correction ^b	16,422	1	,000		
Likelihood Ratio	12,526	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	18,496	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,35.

b. Computed only for a 2x2 table

Ficar para bem dos filhos * Esperança que algo mude/gostava do agressor

		Esperança que algo mude/gostava do agressor	
		Sim	Não
Ficar para bem dos filhos	Count	17	77
	% within Ficar para bem dos filhos	18,1%	81,9%
	% within Esperança que algo mude/gostava do agressor	10,5%	1,9%
	Adjusted Residual	7,2	-7,2
	Count	145	3909
	% within Ficar para bem dos filhos	3,6%	96,4%
	% within Esperança que algo mude/gostava do agressor	89,5%	98,1%
	Adjusted Residual	-7,2	7,2
Total	Count	162	3986
	% within Ficar para bem dos filhos	3,9%	96,1%
	% within Esperança que algo mude/gostava do agressor	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	51,527 ^a	1	,000		
Continuity Correction ^b	47,734	1	,000		
Likelihood Ratio	28,726	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	51,515	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,67.

b. Computed only for a 2x2 table

Ficar para bem dos filhos * Alusão factores relacionados com o cumprimento tradicional dos papéis de género /referencias ao bom desempenho feminino no lar

Crosstab		Alusão factores relacionados com o cumprimento tradicional dos papéis de género /referencias ao bom desempenho feminino no lar	
		Sim	Não
Ficar para bem dos filhos	Count	15	79
	% within Ficar para bem dos filhos	16,0%	84,0%
	% within Alusão factores relacionados com o cumprimento tradicional dos papéis de género /referencias ao bom desempenho feminino no lar	7,6%	2,0%
	Adjusted Residual	5,2	-5,2
	Count	182	3872
	% within Ficar para bem dos filhos	4,5%	95,5%
	% within Alusão factores relacionados com o cumprimento tradicional dos papéis de género /referencias ao bom desempenho feminino no lar	92,4%	98,0%
	Adjusted Residual	-5,2	5,2
	Count	197	3951
	% within Ficar para bem dos filhos	4,7%	95,3%
Total	% within Alusão factores relacionados com o cumprimento tradicional dos papéis de género /referencias ao bom desempenho feminino no lar	100,0%	100,0%

Isolamento social (não tinha para onde ir e sem ajuda família/sem condições financeiras) * Pressão familiar para aguentar

Crosstab			
		Pressão familiar para aguentar	
		Sim	Não
Isolamento social (não tinha para onde ir e sem ajuda família/sem condições financeiras)	Count	11	212
	% within Isolamento social	4,9%	95,1%
	Sim % within Pressão familiar para aguentar	12,0%	5,2%
	Adjusted Residual	2,8	-2,8
	Count	81	3844
	% within Isolamento social (2,1%	97,9%
	Não % within Pressão familiar para aguentar	88,0%	94,8%
	Adjusted Residual	-2,8	2,8
	Count	92	4056
	% within Isolamento social	2,2%	97,8%
Total	% within Pressão familiar para aguentar	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests					
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	8,009 ^a	1	,005	,015	,010
Continuity Correction ^b	6,741	1	,009		
Likelihood Ratio	6,087	1	,014		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	8,007	1	,005		
N of Valid Cases	4148				

a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,95.

b. Computed only for a 2x2 table

Pressão familiar para aguentar * Ficar para bem dos filhos

Crosstab			Ficar para bem dos filhos	
			Sim	Não
Pressão familiar para aguentar	Sim	Count	5	87
		% within Pressão familiar para aguentar	5,4%	94,6%
		% within Ficar para bem dos filhos	5,3%	2,1%
		Adjusted Residual	2,1	-2,1
	Não	Count	89	3967
		% within Pressão familiar para aguentar	2,2%	97,8%
		% within Ficar para bem dos filhos	94,7%	97,9%
		Adjusted Residual	-2,1	2,1
	Total	Count	94	4054
		% within Pressão familiar para aguentar	2,3%	97,7%
		% within Ficar para bem dos filhos	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests					
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	4,265 ^a	1	,039		
Continuity Correction ^b	2,928	1	,087		
Likelihood Ratio	3,108	1	,078		
Fisher's Exact Test				,056	,056
Linear-by-Linear Association	4,264	1	,039		
N of Valid Cases	4148				

a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,08.

b. Computed only for a 2x2 table

Pressão familiar para aguentar * Pais com modelos de género assimétricos (tradicionais) entre homens e mulheres

Crosstab			Pais com modelos de género assimétricos (tradicionais) entre homens e mulheres	
			Sim	Não
Pressão familiar para aguentar	Sim	Count	45	47
		% within Pressão familiar para aguentar	48,9%	51,1%
		% within Pais com modelos de género assimétricos	28,5%	1,2%
		Adjusted Residual	22,9	-22,9
	Não	Count	113	3943
		% within Pressão familiar para aguentar	2,8%	97,2%
		% within Pais com modelos de género assimétricos	71,5%	98,8%
		Adjusted Residual	-22,9	22,9
	Total	Count	158	3990
		% within Pressão familiar para aguentar	3,8%	96,2%
		% within Pais com modelos de género assimétricos	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests					
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	522,403 ^a	1	,000	,000	,000
Continuity Correction ^b	509,890	1	,000		
Likelihood Ratio	182,999	1	,000		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	522,277	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,50.

b. Computed only for a 2x2 table

Medo * Violência psicológica.

Crosstab

		Violência psicológica.	
		Sim	Não
Medo	Count	78	195
	% within Medo	28,6%	71,4%
	Sim % within Violência psicológica.	9,0%	5,9%
	Adjusted Residual	3,2	-3,2
	Count	791	3084
	% within Medo	20,4%	79,6%
	Não % within Violência psicológica.	91,0%	94,1%
	Adjusted Residual	-3,2	3,2
Total	Count	869	3279
	% within Medo	20,9%	79,1%
	% within Violência psicológica.	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	10,250 ^a	1	,001	,002	,001
Continuity Correction ^b	9,764	1	,002		
Likelihood Ratio	9,542	1	,002		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	10,248	1	,001		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 57,19.

b. Computed only for a 2x2 table

Medo * Existência de ameaças de morte

Crosstab

		Existência de ameaças de morte	
		Sim	Não
Medo	Count	34	239
	% within Medo	12,5%	87,5%
	Sim % within Existencia de ameaças de morte	25,8%	6,0%
	Adjusted Residual	9,0	-9,0
	Count	98	3777
	% within Medo	2,5%	97,5%
Não	% within Existencia de ameaças de morte	74,2%	94,0%
	Adjusted Residual	-9,0	9,0
	Count	132	4016
Total	% within Medo	3,2%	96,8%
	% within Existencia de ameaças de morte	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	81,542 ^a	1	,000		
Continuity Correction ^b	78,353	1	,000		
Likelihood Ratio	50,428	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	81,523	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 8,69.

b. Computed only for a 2x2 table

Existência de ameaças de morte * Violência ocorria por ciúmes/posse

Crosstab

		Violência ocorria por ciúmes/posse	
		Sim	Não
Existencia de ameaças de morte	Count	11	121
	% within Existencia de ameaças de morte	8,3%	91,7%
	% within Violência ocorria por ciúmes/posse	6,0%	3,1%
	Adjusted Residual	2,2	-2,2
	Count	173	3843
	% within Existencia de ameaças de morte	4,3%	95,7%
	% within Violência ocorria por ciúmes/posse	94,0%	96,9%
	Adjusted Residual	-2,2	2,2
	Count	184	3964
	% within Existencia de ameaças de morte	4,4%	95,6%
Total	% within Violência ocorria por ciúmes/posse	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	4,885 ^a	1	,027		
Continuity Correction ^b	3,982	1	,046		
Likelihood Ratio	3,952	1	,047		
Fisher's Exact Test				,048	,031
Linear-by-Linear Association	4,884	1	,027		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5,86.

b. Computed only for a 2x2 table

Existência de ameaças de morte * Violência Física

Crosstab

			Violência Física		Total
			Sim	Não	
Existencia de ameaças de morte	Sim	Count	39	93	132
		% within Existencia de ameaças de morte	29,5%	70,5%	100,0%
		% within Violência Física	8,9%	2,5%	3,2%
		Adjusted Residual	7,2	-7,2	
	Não	Count	400	3616	4016
		% within Existencia de ameaças de morte	10,0%	90,0%	100,0%
		% within Violência Física	91,1%	97,5%	96,8%
		Adjusted Residual	-7,2	7,2	
Total	Count		439	3709	4148
	% within Existencia de ameaças de morte		10,6%	89,4%	100,0%
	% within Violência Física		100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	51,802 ^a	1	,000	,000	,000
Continuity Correction ^b	49,753	1	,000		
Likelihood Ratio	37,425	1	,000		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	51,789	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 13,97.

b. Computed only for a 2x2 table

A ruptura * Esperança que algo mude/gostava do agressor

Crosstab			Esperança que algo mude/gostava do agressor	
			Sim	Não
A ruptura	Sim	Count	8	297
		% within A ruptura	2,6%	97,4%
		% within Esperança que algo mude/gostava do agressor	4,9%	7,5%
		Adjusted Residual	-1,2	1,2
	Não	Count	154	3689
		% within A ruptura	4,0%	96,0%
		% within Esperança que algo mude/gostava do agressor	95,1%	92,5%
		Adjusted Residual	1,2	-1,2
Total			Count	162
			% within A ruptura	3,9%
			% within Esperança que algo mude/gostava do agressor	100,0%
			Count	3986

Chi-Square Tests					
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	1,443 ^a	1	,230	,282	,146
Continuity Correction ^b	1,098	1	,295		
Likelihood Ratio	1,611	1	,204		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	1,443	1	,230		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 11,91.

b. Computed only for a 2x2 table

A ruptura * Ajuda efectiva de familiares/amigos para sair

Crosstab

		Ajuda efectiva de familiares/amigos para sair	
		Sim	Não
A ruptura	Count	13	292
	% within A ruptura	4,3%	95,7%
	Sim % within Ajuda efectiva de familiares/amigos para sair	16,9%	7,2%
	Adjusted Residual	3,2	-3,2
	Count	64	3779
	% within A ruptura	1,7%	98,3%
	Não % within Ajuda efectiva de familiares/amigos para sair	83,1%	92,8%
	Adjusted Residual	-3,2	3,2
Total	Count	77	4071
	% within A ruptura	1,9%	98,1%
	% within Ajuda efectiva de familiares/amigos para sair	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	10,460 ^a	1	,001	,004	,004
Continuity Correction ^b	9,083	1	,003		
Likelihood Ratio	7,913	1	,005		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	10,458	1	,001		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5,66.

b. Computed only for a 2x2 table

Medo * Violência psicológica.

Crosstab		Violência psicológica.	
		Sim	Não
Medo	Count	78	195
	% within Medo	28,6%	71,4%
	Sim		
	% within Violência psicológica.	9,0%	5,9%
	Adjusted Residual	3,2	-3,2
	Count	791	3084
Não	% within Medo	20,4%	79,6%
	% within Violência psicológica.	91,0%	94,1%
	Adjusted Residual	-3,2	3,2
Total	Count	869	3279
	% within Medo	20,9%	79,1%
	% within Violência psicológica.	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	10,250 ^a	1	,001		
Continuity Correction ^b	9,764	1	,002		
Likelihood Ratio	9,542	1	,002		
Fisher's Exact Test				,002	,001
Linear-by-Linear Association	10,248	1	,001		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 57,19.

b. Computed only for a 2x2 table

Medo*Violência Física

Crosstab

		Violência Física	
		Sim	Não
Medo	Count	47	226
	Sim % within Medo	17,2%	82,8%
	% within Violência Física	10,7%	6,1%
	Adjusted Residual	3,7	-3,7
	Count	392	3483
	Não % within Medo	10,1%	89,9%
	% within Violência Física	89,3%	93,9%
	Adjusted Residual	-3,7	3,7
Total	Count	439	3709
	% within Medo	10,6%	89,4%
	% within Violência Física	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	13,585 ^a	1	,000	,001	,000
Continuity Correction ^b	12,845	1	,000		
Likelihood Ratio	11,806	1	,001		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	13,582	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 28,89.

b. Computed only for a 2x2 table

Medo * Existência de ameaças de morte

Crosstab

		Existencia de ameaças de morte	
		Sim	Não
Medo	Count	34	239
	% within Medo	12,5%	87,5%
	Sim % within Existencia de ameaças de morte	25,8%	6,0%
	Adjusted Residual	9,0	-9,0
	Count	98	3777
	% within Medo	2,5%	97,5%
Não	% within Existencia de ameaças de morte	74,2%	94,0%
	Adjusted Residual	-9,0	9,0
	Count	132	4016
Total	% within Medo	3,2%	96,8%
	% within Existencia de ameaças de morte	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	81,542 ^a	1	,000		
Continuity Correction ^b	78,353	1	,000		
Likelihood Ratio	50,428	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	81,523	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 8,69.

b. Computed only for a 2x2 table

Medo * Reacção passiva

Crosstab

		Reacção passiva	
		Sim	Não
Medo	Count	38	235
	% within Medo	13,9%	86,1%
	% within Reacção passiva	13,6%	6,1%
	Adjusted Residual	4,9	-4,9
	Count	242	3633
	% within Medo	6,2%	93,8%
	% within Reacção passiva	86,4%	93,9%
	Adjusted Residual	-4,9	4,9
Total	Count	280	3868
	% within Medo	6,8%	93,2%
	% within Reacção passiva	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	23,862 ^a	1	,000	,000	,000
Continuity Correction ^b	22,658	1	,000		
Likelihood Ratio	19,011	1	,000		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	23,856	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 18,43.

b. Computed only for a 2x2 table

Medo * Tentativas de deixar o agressor com regresso

Crosstab

		Tentativas de deixar o agressor com regresso	
		Sim	Não
Medo	Count	17	256
	% within Medo	6,2%	93,8%
	% within Tentativas de deixar o agressor com regresso	11,5%	6,4%
	Adjusted Residual	2,5	-2,5
	Count	131	3744
	% within Medo	3,4%	96,6%
	% within Tentativas de deixar o agressor com regresso	88,5%	93,6%
	Adjusted Residual	-2,5	2,5
	Count	148	4000
	% within Medo	3,6%	96,4%
Total	% within Tentativas de deixar o agressor com regresso	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2- sided)	Exact Sig. (2- sided)	Exact Sig. (1- sided)
Pearson Chi-Square	6,006 ^a	1	,014	,026	,016
Continuity Correction ^b	5,207	1	,022		
Likelihood Ratio	5,020	1	,025		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear	6,004	1	,014		
Association					
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 9,74.

b. Computed only for a 2x2 table

Culpa * Alusão factores relacionados com o cumprimento tradicional dos papéis de género /referencias ao bom desempenho feminino no lar

Crosstab		Alusão factores relacionados com o cumprimento tradicional dos papéis de género /referencias ao bom desempenho feminino no lar	
		Sim	Não
Culpa	Count	15	182
	% within Culpa	7,6%	92,4%
	Sim % within Alusão factores relacionados com o	7,6%	4,6%
	Adjusted Residual	1,9	-1,9
	Count	182	3769
	% within Culpa	4,6%	95,4%
	Não % within Alusão factores relacionados com o cumprimento	92,4%	95,4%
	Adjusted Residual	-1,9	1,9
	Count	197	3951
	% within Culpa	4,7%	95,3%
Total	% within Alusão factores relacionados com o	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests					
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	3,753 ^a	1	,053		
Continuity Correction ^b	3,117	1	,077		
Likelihood Ratio	3,224	1	,073		
Fisher's Exact Test				,059	,046
Linear-by-Linear Association	3,752	1	,053		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 9,36.

b. Computed only for a 2x2 table

Culpa * Vergonha

Crosstab

		Vergonha	
		Sim	Não
Culpa	Count	27	170
	Sim % within Culpa	13,7%	86,3%
	% within Vergonha	13,8%	4,3%
	Adjusted Residual	6,1	-6,1
	Count	168	3783
	Não % within Culpa	4,3%	95,7%
	% within Vergonha	86,2%	95,7%
	Adjusted Residual	-6,1	6,1
	Count	195	3953
Total	% within Culpa	4,7%	95,3%
	% within Vergonha	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	37,431 ^a	1	,000	,000	,000
Continuity Correction ^b	35,351	1	,000		
Likelihood Ratio	25,869	1	,000		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	37,422	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 9,26.

b. Computed only for a 2x2 table

Vergonha * Ocultava marcas violência/não contava

Crosstab			Ocultava marcas violência/não contava	
			Sim	Não
Vergonha	Sim	Count	42	153
		% within Vergonha	21,5%	78,5%
		% within Ocultava marcas violência/não contava	22,1%	3,9%
	Não	Adjusted Residual	11,6	-11,6
		Count	148	3805
		% within Vergonha	3,7%	96,3%
Total		% within Ocultava marcas violência/não contava	77,9%	96,1%
		Adjusted Residual	-11,6	11,6
		Count	190	3958
		% within Vergonha	4,6%	95,4%
		% within Ocultava marcas violência/não contava	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests					
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	134,630 ^a	1	,000		
Continuity Correction ^b	130,589	1	,000		
Likelihood Ratio	76,892	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	134,597	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 8,93.

b. Computed only for a 2x2 table

Vergonha * Reacção passiva

Crosstab

			Reação passiva	
			Sim	Não
Vergonha	Sim	Count	24	171
		% within Vergonha	12,3%	87,7%
		% within Reação passiva	8,6%	4,4%
		Adjusted Residual	3,2	-3,2
	Não	Count	256	3697
		% within Vergonha	6,5%	93,5%
		% within Reação passiva	91,4%	95,6%
		Adjusted Residual	-3,2	3,2
Total	Count	280	3868	
	% within Vergonha	6,8%	93,2%	
	% within Reação passiva	100,0%	100,0%	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	10,040 ^a	1	,002	,003	,003
Continuity Correction ^b	9,135	1	,003		
Likelihood Ratio	8,294	1	,004		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear	10,038	1	,002		
Association					
N of Valid Cases	4148				

Vergonha * Alienação emocional

Crosstab

			Alienação emocional	
			Sim	Não
Vergonha	Sim	Count	14	181
		% within Vergonha	7,2%	92,8%
		% within Alienação emocional	8,3%	4,5%
	Não	Adjusted Residual	2,3	-2,3
		Count	154	3799
		% within Vergonha	3,9%	96,1%
Total	Sim	% within Alienação emocional	91,7%	95,5%
		Adjusted Residual	-2,3	2,3
		Count	168	3980
	Não	% within Vergonha	4,1%	95,9%
		% within Alienação emocional	100,0%	100,0%
		Adjusted Residual	-2,3	2,3

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	5,156 ^a	1	,023		
Continuity Correction ^b	4,346	1	,037		
Likelihood Ratio	4,272	1	,039		
Fisher's Exact Test				,037	,025
Linear-by-Linear Association	5,155	1	,023		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 7,90.

b. Computed only for a 2x2 table

Vergonha * Alusão factores relacionados com o cumprimento tradicional dos papéis de género /referências ao bom desempenho feminino no lar

Crosstab

		Alusão factores relacionados com o cumprimento tradicional dos papéis de género /referências ao bom desempenho feminino no lar	
		Sim	Não
Vergonha	Count	20	175
	% within Vergonha	10,3%	89,7%
	% within Alusão factores relacionados com o cumprimento tradicional dos papéis de género /referencias ao bom desempenho feminino no lar	10,2%	4,4%
	Adjusted Residual	3,7	-3,7
	Count	177	3776
	% within Vergonha	4,5%	95,5%
	% within Alusão factores relacionados com o cumprimento tradicional dos papéis de género /referencias ao bom desempenho feminino no lar	89,8%	95,6%
	Adjusted Residual	-3,7	3,7
	Count	197	3951
	% within Vergonha	4,7%	95,3%
Total	% within Alusão factores relacionados com o cumprimento tradicional dos papéis de género /referencias ao bom desempenho feminino no lar	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	13,718 ^a	1	,000		
Continuity Correction ^b	12,471	1	,000		
Likelihood Ratio	10,609	1	,001		
Fisher's Exact Test				,001	,001
Linear-by-Linear					
Association	13,715	1	,000		
N of Valid Cases	4148				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 9,26.

b. Computed only for a 2x2 table

Anexo III – Frequências dos Indicadores de Expressão Emocional

Baixar cabeça

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	1270	40,5	40,5	40,5
Não	1862	59,5	59,5	100,0
Total	3132	100,0	100,0	

Afastar-se da entrevistadora

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	153	4,9	4,9	4,9
Não	2979	95,1	95,1	100,0
Total	3132	100,0	100,0	

Tapar cara/olhos/boca

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	371	11,8	11,8	11,8
Não	2761	88,2	88,2	100,0
Total	3132	100,0	100,0	

Corar

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	309	9,9	9,9	9,9
Não	2823	90,1	90,1	100,0
Total	3132	100,0	100,0	

Fechar olhos prolongadamente

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	404	12,9	12,9	12,9
Não	2728	87,1	87,1	100,0
Total	3132	100,0	100,0	

Desviar olhar

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	547	17,5	17,5	17,5
Não	2585	82,5	82,5	100,0
Total	3132	100,0	100,0	

Esfregar mãos/esconde-las no colo

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	1027	32,8	32,8	32,8
Não	2105	67,2	67,2	100,0
Total	3132	100,0	100,0	

Pressionar/morder lábios e/ou boca

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	233	7,4	7,4	7,4
Não	2899	92,6	92,6	100,0
Total	3132	100,0	100,0	

Pausas longas (como indicadas na transcrição)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	682	21,8	21,8	21,8
Não	2450	78,2	78,2	100,0
Total	3132	100,0	100,0	

Choro ou comoção (inclui voz tremida)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	421	13,4	13,4	13,4
Não	2711	86,6	86,6	100,0
Total	3132	100,0	100,0	

Risos forçados

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	162	5,2	5,2	5,2
Não	2970	94,8	94,8	100,0
Total	3132	100,0	100,0	

Suspiros

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	499	15,9	15,9	15,9
Não	2633	84,1	84,1	100,0
Total	3132	100,0	100,0	

Discurso desorganizado

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	76	2,4	2,4	2,4
	Não	3056	97,6	97,6	100,0
	Total	3132	100,0	100,0	

Anexo IV – Tabelas cruzadas e resultados do Qui2 e resíduo estandardizado ajustado do cruzamento dos I.E.E e os assuntos/temáticas

Baixar cabeça * Filhos nos meandros da violência

		Crosstab	
		Filhos e a violência	
		Manifestação I.E.E	Sem I.E.E.
Baixar cabeça	Count	234	1036
	Sim		
	% within Baixar cabeça	18,4%	81,6%
	% within Filhos_vio	59,2%	37,9%
	Adjusted Residual	8,1	-8,1
	Count	161	1701
	Não		
	% within Baixar cabeça	8,6%	91,4%
	% within Filhos_vio	40,8%	62,1%
	Adjusted Residual	-8,1	8,1
Total	Count	395	2737
	% within Baixar cabeça	12,6%	87,4%
	% within Filhos_vio	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests					
	Value	df	Asymp. Sig. (2- sided)	Exact Sig. (2- sided)	Exact Sig. (1- sided)
Pearson Chi-Square	65,507 ^a	1	,000		
Continuity Correction ^b	64,622	1	,000		
Likelihood Ratio	64,197	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	65,486	1	,000		
N of Valid Cases	3132				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 160,17.

b. Computed only for a 2x2 table

Baixar cabeça * vergonha_culpa

Crosstab

		Vergonha_culpa	
		Manifestação I.E.E	Sem I.E.E.
Baixar cabeça	Count	115	1155
	% within Baixar cabeça	9,1%	90,9%
	% within vergonha_culpa	46,7%	40,0%
	Adjusted Residual	2,1	-2,1
	Count	131	1731
	% within Baixar cabeça	7,0%	93,0%
	% within vergonha_culpa	53,3%	60,0%
	Adjusted Residual	-2,1	2,1
Total	Count	246	2886
	% within Baixar cabeça	7,9%	92,1%
	% within vergonha_culpa	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2- sided)	Exact Sig. (2- sided)	Exact Sig. (1- sided)
Pearson Chi-Square	4,255 ^a	1	,039	,042	,023
Continuity Correction ^b	3,981	1	,046		
Likelihood Ratio	4,204	1	,040		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	4,254	1	,039		
N of Valid Cases	3132				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 99,75.

b. Computed only for a 2x2 table

Tapar cara/olhos/boca* vergonha_culpa

Crosstab

		Vergonha culpa	
		Manifestação I.E.E	Sem I.E.E.
Tapar cara/olhos/boca	Count	43	328
	Expected Count	29,1	341,9
	% within Tapar cara/olhos/boca	11,6%	88,4%
	% within vergonha_culpa	17,5%	11,4%
	Adjusted Residual	2,8	-2,8
	Count	203	2558
	Expected Count	216,9	2544,1
	% within Tapar cara/olhos/boca	7,4%	92,6%
	% within vergonha_culpa	82,5%	88,6%
	Adjusted Residual	-2,8	2,8
Total	Count	246	2886
	Expected Count	246,0	2886,0
	% within Tapar cara/olhos/boca	7,9%	92,1%
	% within vergonha_culpa	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2- sided)	Exact Sig. (2- sided)	Exact Sig. (1- sided)
Pearson Chi-Square	8,116 ^a	1	,004	,007	,004
Continuity Correction ^b	7,541	1	,006		
Likelihood Ratio	7,292	1	,007		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	8,113	1	,004		
N of Valid Cases	3132				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 29,14.

b. Computed only for a 2x2 table

Esfregar mãos/esconde-las no col * Descrição das situações de violência

Crosstab

		Descrições da violência	
		Manifestação I.E.E	Sem I.E.E.
Esfregar mãos/esconde-las no colo	Sim	Count	340
		Expected Count	687
		% within Esfregar mãos/esconde-las no colo	315,1
		% within Desc_vio	711,9
		Adjusted Residual	33,1%
	Não	Count	66,9%
		Expected Count	31,6%
		% within Esfregar mãos/esconde-las no colo	35,4%
		% within Desc_vio	31,6%
		Adjusted Residual	2,1
	Total	Count	-2,1
		Expected Count	2,1
		% within Esfregar mãos/esconde-las no colo	621
		% within Desc_vio	1484
			1459,1
			29,5%
			70,5%
			64,6%
			68,4%
			-2,1
			2,1
			961
			2171
			961,0
			2171,0
			30,7%
			69,3%
			100,0%
			100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2- sided)	Exact Sig. (2- sided)	Exact Sig. (1- sided)
Pearson Chi-Square	4,218 ^a	1	,040	,043	,022
Continuity Correction ^b	4,050	1	,044		
Likelihood Ratio	4,188	1	,041		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	4,216	1	,040		
N of Valid Cases	3132				

Esfregar mãos/esconde-las no colo * medo

Crosstab

		Medo	
		Manifestação I.E.E	Sem I.E.E.
Esfregar mãos/esconde-las no colo	Count	57	970
	Expected Count	33,8	993,2
	% within Esfregar mãos/esconde-las no colo	5,6%	94,4%
	% within medo	55,3%	32,0%
	Adjusted Residual	5,0	-5,0
	Count	46	2059
	Expected Count	69,2	2035,8
	% within Esfregar mãos/esconde-las no colo	2,2%	97,8%
	% within medo	44,7%	68,0%
	Adjusted Residual	-5,0	5,0
	Count	103	3029
	Expected Count	103,0	3029,0
Total	% within Esfregar mãos/esconde-las no colo	3,3%	96,7%
	% within medo	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	24,572 ^a	1	,000	,000	,000
Continuity Correction ^b	23,526	1	,000		
Likelihood Ratio	22,870	1	,000		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	24,564	1	,000		
N of Valid Cases	3132				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 33,77.

b. Computed only for a 2x2 table

Pausas longas (como indicadas na transcrição) * presente_futuro

Crosstab			
		Presente e o futuro	
		Manifestação I.E.E	Sem I.E.E.
Pausas longas (como indicadas na transcrição)	Count	52	630
	Expected Count	37,2	644,8
	% within Pausas longas (como indicadas na transcrição)	7,6%	92,4%
	% within presente_futuro	30,4%	21,3%
	Adjusted Residual	2,8	-2,8
	Count	119	2331
	Expected Count	133,8	2316,2
	% within Pausas longas (como indicadas na transcrição)	4,9%	95,1%
	% within presente_futuro	69,6%	78,7%
	Adjusted Residual	-2,8	2,8
	Count	171	2961
	Expected Count	171,0	2961,0
Total	% within Pausas longas (como indicadas na transcrição)	5,5%	94,5%
	% within presente_futuro	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests					
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	7,916 ^a	1	,005	,007	,004
Continuity Correction ^b	7,389	1	,007		
Likelihood Ratio	7,333	1	,007		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	7,914	1	,005		
N of Valid Cases	3132				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 37,24.

b. Computed only for a 2x2 table

Pausas longas (como indicadas na transcrição) * raz_manutenção

Crosstab

		Razões manutenção	
		Manifestação I.E.E	Sem I.E.E.
Pausas longas (como indicadas na transcrição)	Count	51	631
	Expected Count	36,8	645,2
	% within Pausas longas		
	Sim (como indicadas na transcrição)	7,5%	92,5%
	% within raz_manutenção	30,2%	21,3%
	Adjusted Residual	2,7	-2,7
	Count	118	2332
	Expected Count	132,2	2317,8
	% within Pausas longas		
	Não (como indicadas na transcrição)	4,8%	95,2%
	% within raz_manutenção	69,8%	78,7%
	Adjusted Residual	-2,7	2,7
Total	Count	169	2963
	Expected Count	169,0	2963,0
	% within Pausas longas		
	(como indicadas na transcrição)	5,4%	94,6%
	% within raz_manutenção	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,075 ^a	1	,784	,868	,429
Continuity Correction ^b	,037	1	,848		
Likelihood Ratio	,076	1	,783		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	,075	1	,784		
N of Valid Cases	3132				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 49,65.

b. Computed only for a 2x2 table

Pressionar/morder lábios e/ou boca * O Presente e o futuro

Crosstab

			O Presente e o futuro	
			Manifestação	Sem I.E.E.
			I.E.E	
Pressionar/morder lábios e/ou boca	Sim	Count	20	213
		% within Pressionar/morder lábios e/ou boca	8,6%	91,4%
		% within O Presente e o futuro	11,7%	7,2%
		Adjusted Residual	2,2	-2,2
	Não	Count	151	2748
% within Pressionar/morder lábios e/ou boca		5,2%	94,8%	
% within O Presente e o futuro		88,3%	92,8%	
Adjusted Residual		-2,2	2,2	
Total		Count	171	2961
	% within Pressionar/morder lábios e/ou boca	5,5%	94,5%	
	% within O Presente e o futuro	100,0%	100,0%	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	4,759 ^a	1	,029	,035	,026
Continuity Correction ^b	4,128	1	,042		
Likelihood Ratio	4,143	1	,042		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	4,758	1	,029		
N of Valid Cases	3132				

a. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 12,72.

b. Computed only for a 2x2 table

Desviar olhar p/ cima ou lado * razões da manutenção

Crosstab				
		Razões manutenção		
		Manifestação I.E.E	Sem I.E.E.	
Desviar olhar p/ cima ou lado	Sim	Count	49	498
		Expected Count	29,5	517,5
		% within Desviar olhar p/ cima ou lado	9,0%	91,0%
		% within raz_manutenção	29,0%	16,8%
		Adjusted Residual	4,1	-4,1
	Não	Count	120	2465
		Expected Count	139,5	2445,5
		% within Desviar olhar p/ cima ou lado	4,6%	95,4%
		% within raz_manutenção	71,0%	83,2%
		Adjusted Residual	-4,1	4,1
Total	Count	169	2963	
	Expected Count	169,0	2963,0	
	% within Desviar olhar p/ cima ou lado	5,4%	94,6%	
	% within raz manutenção	100,0%	100,0%	

Chi-Square Tests					
	Value	df	Asymp. Sig. (2- sided)	Exact Sig. (2- sided)	Exact Sig. (1- sided)
Pearson Chi-Square	16,473 ^a	1	,000		
Continuity Correction ^b	15,638	1	,000		
Likelihood Ratio	14,463	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	16,468	1	,000		
N of Valid Cases	3132				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 29,52.

b. Computed only for a 2x2 table

Fechar olhos* Dinâmicas com familiares e amigos durante a relação conjugal violenta

Crosstab

			Dinâmicas familiares	
			Manifestação I.E.E	Sem I.E.E.
Fechar olhos	Sim	Count	85	319
		Expected Count	67,3	336,7
		% within Fechar olhos	21,0%	79,0%
		% within Dinm_fam	16,3%	12,2%
		Adjusted Residual	2,5	-2,5
	Não	Count	437	2291
		Expected Count	454,7	2273,3
		% within Fechar olhos	16,0%	84,0%
		% within Dinm_fam	83,7%	87,8%
		Adjusted Residual	-2,5	2,5
Total		Count	522	2610
		Expected Count	522,0	2610,0
		% within Fechar olhos	16,7%	83,3%
		% within Dinm_fam	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	6,386 ^a	1	,012	,015	,008
Continuity Correction ^b	6,030	1	,014		
Likelihood Ratio	6,052	1	,014		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	6,384	1	,012		
N of Valid Cases	3132				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 67,33.

b. Computed only for a 2x2 table

Suspiros * problemas de saúde

Crosstab

		Prblemas de saúde	
		Manifestação I.E.E	Sem I.E.E.
Suspiros	Count	27	472
	Expected Count	16,9	482,1
	Sim % within Suspiros	5,4%	94,6%
	% within prb_saúde	25,5%	15,6%
	Adjusted Residual	2,7	-2,7
	Count	79	2554
	Expected Count	89,1	2543,9
	Não % within Suspiros	3,0%	97,0%
	% within prb_saúde	74,5%	84,4%
	Adjusted Residual	-2,7	2,7
Total	Count	106	3026
	Expected Count	106,0	3026,0
	% within Suspiros	3,4%	96,6%
	% within prb_saúde	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2- sided)	Exact Sig. (2- sided)	Exact Sig. (1- sided)
Pearson Chi-Square	7,454 ^a	1	,006	,010	,007
Continuity Correction ^b	6,735	1	,009		
Likelihood Ratio	6,561	1	,010		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	7,452	1	,006		
N of Valid Cases	3132				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 16,89.

b. Computed only for a 2x2 table

Suspiros* medo

Crosstab

			medo	
			Manifestação I.E.E	Sem I.E.E.
Suspiros	Sim	Count	24	475
		Expected Count	16,4	482,6
		% within Suspiros	4,8%	95,2%
		% within medo	23,3%	15,7%
		Adjusted Residual	2,1	-2,1
	Não	Count	79	2554
		Expected Count	86,6	2546,4
		% within Suspiros	3,0%	97,0%
		% within medo	76,7%	84,3%
		Adjusted Residual	-2,1	2,1
Total	Count		103	3029
	Expected Count		103,0	3029,0
	% within Suspiros		3,3%	96,7%
	% within medo		100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2- sided)	Exact Sig. (2- sided)	Exact Sig. (1- sided)
Pearson Chi-Square	4,317 ^a	1	,038	,054	,030
Continuity Correction ^b	3,767	1	,052		
Likelihood Ratio	3,896	1	,048		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	4,316	1	,038		
N of Valid Cases	3132				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 16,41.

b. Computed only for a 2x2 table

Choro ou comoção (incluí voz tremida) * Filhos nos meandros da violência

Crosstab

		Filhos e violência	
		Manifestação I.E.E	Sem I.E.E.
Choro ou comoção (incluí voz tremida)	Count	91	330
	Expected Count	53,1	367,9
	Sim		
	% within Choro ou comoção (incluí voz tremida)	21,6%	78,4%
	% within Filhos_vio	23,0%	12,1%
	Adjusted Residual	6,0	-6,0
	Count	304	2407
	Expected Count	341,9	2369,1
	Não		
	% within Choro ou comoção (incluí voz tremida)	11,2%	88,8%
Total	% within Filhos_vio	77,0%	87,9%
	Adjusted Residual	-6,0	6,0
	Count	395	2737
	Expected Count	395,0	2737,0
	% within Choro ou comoção (incluí voz tremida)	12,6%	87,4%
	% within Filhos_vio	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	35,774 ^a	1	,000		
Continuity Correction ^b	34,836	1	,000		
Likelihood Ratio	31,263	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	35,762	1	,000		
N of Valid Cases	3132				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 53,10.

b. Computed only for a 2x2 table

Choro ou comoção (incluí voz tremida) * problemas de saúde

Crosstab

		Problemas de saúde	
		Manifestação I.E.E	Sem I.E.E.
Choro ou comoção (incluí voz tremida)	Count	30	391
	Expected Count	14,2	406,8
	% within Choro ou comoção (incluí voz tremida)	7,1%	92,9%
	% within prb_saúde	28,3%	12,9%
	Adjusted Residual	4,6	-4,6
	Count	76	2635
	Expected Count	91,8	2619,2
	% within Choro ou comoção (incluí voz tremida)	2,8%	97,2%
	% within prb_saúde	71,7%	87,1%
	Adjusted Residual	-4,6	4,6
	Count	106	3026
	Expected Count	106,0	3026,0
Total	% within Choro ou comoção (incluí voz tremida)	3,4%	96,6%
	% within prb_saúde	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	20,822 ^a	1	,000	,000	,000
Continuity Correction ^b	19,521	1	,000		
Likelihood Ratio	16,756	1	,000		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	20,816	1	,000		
N of Valid Cases	3132				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 14,25.

b. Computed only for a 2x2 table

Choro ou comoção (incluí voz tremida) * alienação emocional

Crosstab

		Alienação emocional	
		Manifestação I.E.E	Sem I.E.E.
Choro ou comoção (incluí voz tremida)	Count	33	388
	Expected Count	20,4	400,6
	% within Choro ou comoção (incluí voz tremida)	7,8%	92,2%
	% within alien_emocional	21,7%	13,0%
	Adjusted Residual	3,1	-3,1
	Count	119	2592
	Expected Count	131,6	2579,4
	% within Choro ou comoção (incluí voz tremida)	4,4%	95,6%
	% within alien_emocional	78,3%	87,0%
	Adjusted Residual	-3,1	3,1
Total	Count	152	2980
	Expected Count	152,0	2980,0
	% within Choro ou comoção (incluí voz tremida)	4,9%	95,1%
	% within alien_emocional	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	9,387 ^a	1	,002		
Continuity Correction ^b	8,655	1	,003		
Likelihood Ratio	8,206	1	,004		
Fisher's Exact Test				,005	,003
Linear-by-Linear Association	9,384	1	,002		
N of Valid Cases	3132				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 20,43.

b. Computed only for a 2x2 table

Choro ou comoção (incluí voz tremida) * Ruptura

		Ruptura	
		Manifestação I.E.E	Sem I.E.E.
Choro ou comoção (incluí voz tremida)	Count	33	388
	Expected Count	30,6	390,4
	% within Choro ou comoção (incluí voz tremida)	7,8%	92,2%
	% within Ruptura	14,5%	13,4%
	Adjusted Residual	,5	-,5
	Count	195	2516
	Expected Count	197,4	2513,6
	% within Choro ou comoção (incluí voz tremida)	7,2%	92,8%
	% within Ruptura	85,5%	86,6%
	Adjusted Residual	-,5	,5
Total	Count	228	2904
	Expected Count	228,0	2904,0
	% within Choro ou comoção (incluí voz tremida)	7,3%	92,7%
	% within Ruptura	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	6,450 ^a	1	,011	,015	,010
Continuity Correction ^b	5,877	1	,015		
Likelihood Ratio	5,788	1	,016		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	6,448	1	,011		
N of Valid Cases	3132				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 22,99.

b. Computed only for a 2x2 table

Risos forçados * presente_futuro

Crosstab

		Presente e o futuro	
		Manifestação I.E.E	Sem I.E.E.
risos forçados	Count	15	147
	Expected Count	8,8	153,2
	Sim % within risos forçados	9,3%	90,7%
	% within presente_futuro	8,8%	5,0%
	Adjusted Residual	2,2	-2,2
	Count	156	2814
	Expected Count	162,2	2807,8
	Não % within risos forçados	5,3%	94,7%
	% within presente_futuro	91,2%	95,0%
	Adjusted Residual	-2,2	2,2
Total	Count	171	2961
	Expected Count	171,0	2961,0
	% within risos forçados	5,5%	94,5%
	% within presente_futuro	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2- sided)	Exact Sig. (2- sided)	Exact Sig. (1- sided)
Pearson Chi-Square	4,778 ^a	1	,029		
Continuity Correction ^b	4,033	1	,045		
Likelihood Ratio	4,037	1	,045		
Fisher's Exact Test				,048	,029
Linear-by-Linear Association	4,776	1	,029		
N of Valid Cases	3132				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 8,84.

b. Computed only for a 2x2 table

Risos forçados * razões da manutenção

Crosstab

			Razões manutenção	
			Manifestação I.E.E	Sem I.E.E.
risos forçados	Sim	Count	18	144
		Expected Count	8,7	153,3
		% within risos forçados	11,1%	88,9%
		% within raz_manutenção	10,7%	4,9%
		Adjusted Residual	3,3	-3,3
	Não	Count	151	2819
		Expected Count	160,3	2809,7
		% within risos forçados	5,1%	94,9%
		% within raz_manutenção	89,3%	95,1%
		Adjusted Residual	-3,3	3,3
Total		Count	169	2963
		Expected Count	169,0	2963,0
		% within risos forçados	5,4%	94,6%
		% within raz_manutenção	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2- sided)	Exact Sig. (2- sided)	Exact Sig. (1- sided)
Pearson Chi-Square	10,931 ^a	1	,001	,003	,002
Continuity Correction ^b	9,782	1	,002		
Likelihood Ratio	8,633	1	,003		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	10,928	1	,001		
N of Valid Cases	3132				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 8,74.

b. Computed only for a 2x2 table

Anexo V – Guião de entrevista semi-estruturada

1. Caracterização e dados socioculturais

País de nascimento;
Cidade de nascimento e onde vivia com os pais ou familiares com quem cresceu;
Cidade onde vive/vivia (em caso de estar em casa abrigo);
Idade;
Estado Civil actual;
Nível de escolaridade;
Situação perante o emprego;
Profissão (actual ou em caso de estar desempregada ou não exercer nenhuma profissão no momento de entrevista, qual a última actividade profissional);
Religião (se é ou não praticante)
Descreva a actual composição do seu agregado familiar.

2. TRAJECTO PROFISSIONAL E RENDIMENTO INDIVIDUAL E DO AGREGADO

Idade com que começou a trabalhar;
Qual foi esse primeiro trabalho;
Começou a trabalhar naturalmente ou viu-se forçada por algum motivo a fazê-lo;
Se trabalhava quando ainda vivia com os seus pais eles geriam o seu dinheiro ou tinha de dar algum dinheiro para os seus pais/casa?
Quantas vezes mudou de emprego?
Motivos pelos quais trocou?
Alguma vez foi despedida?
Porque foi despedida?
Nas fases em que foi despedida houve alteração no comportamento do seu marido/companheiro em relação a si? Era compreensivo ou não?
Foi sempre você que geriu o seu ordenado?
O seu ordenado foi sempre suficiente para gerir a sua vida (especialmente desde que constituiu família ou se juntou)?
O que é que o seu marido/companheiro (último ou actual) achava do facto de trabalhar, gostava ou levantava problemas?

3. TRAJECTÓRIA E DESCRIÇÃO DO MEIO FAMILIAR DE ORIGEM (RELAÇÃO COM O MEIO FAMILIAR DA INQUIRIDA E CARACTERIZAÇÃO DA RELAÇÃO CONJUGAL DOS PAIS/RESPONSÁVEIS)

Como descreveria a relação dos seus pais? Era conflituosa?
E a sua relação com eles?
Tinha irmãos? Quando e como era a sua relação com eles? Era violenta com eles ou eles consigo?
Os seus pais costumavam castiga-la a si e aos seus irmãos?
Quais as formas de castigo mais habituais?
O seu pai era violento consigo/seus irmãos?
E a sua mãe?
Se o seu pai/mãe eram violentos (nas alturas em que eram) como costumava reagir depois das situações de violência?
Considera que reagia passiva ou activamente?
Costumava contar a alguém os episódios nos quais os seus pais eram violentos consigo? A quem contava?
Se nunca contou a ninguém, porquê?
Como é que o seu pai e mãe dividiam as tarefas em casa?
Quem tratava de assuntos relacionados com a casa e com a família?
Quem tratava dos filhos?
O seu pai costumava ajudar a sua mãe nas tarefas domésticas?
Quem é que controlava/tinha acesso ao orçamento familiar?
Quem é que tomava as decisões em relação aos filhos (por exemplo se podiam ir para casa dos amigos, sair à noite, ir a festas) o seu pai ou a sua mãe?
O seu pai era autoritário com vocês e com a sua mãe?
O seu pai dava a entender que ele tinha um papel superior/mais importante em casa, quando comparado com a sua mãe?
O seu pai era violento com a sua mãe?
Em que situações?
Alguma vez assistiu (e os irmãos)?
Como reagia? Alguma vez interferiu?
Alguma vez foi vítima (ou os irmãos) do seu pai após um episódio de violência entre o seu pai e a sua mãe?
Como é que a sua mãe reagia aos actos de violência?
Ela alguma vez contou a alguém? Quem?
Se ela nunca contou a ninguém porque é que acha que ela o fazia?
A sua mãe alguma vez contactou alguma instituição de apoio para casos de violência ou polícia/advogados/etc.?

Caso a sua mãe nunca tenha contactado nenhuma instituição para denunciar as situações de violência, porque acha que ela não o fazia?

Como definiria a sua mãe enquanto mulher e esposa /companheira (use 4 adjetivos)?

Guarda algo dos seus pais e do seu relacionamento para si hoje em dia (algo de bom que ache que gostaria de ter/ter tido para si no seu relacionamento)?

E o que mais a marca negativamente em termos emocionais do relacionamento dos seus pais?

Alguma vez fugiu de casa? Porquê?

4. TRAJECTÓRIA DE RELAÇÕES NAMORO E/OU CONJUGAIS ANTERIORES À ÚLTIMA.

Com que idade começou a namorar?

Quantos namorados/companheiros teve antes deste último?

Viveu alguma situação de violência com estes namorados/companheiros anteriores?

Como reagiu?

Contava a alguém?

Foi por causa dessas situações de violência que abandonou as relações?

5. TRAJECTÓRIA DE NAMORO E RELAÇÃO CONJUGAL COM O ACTUAL/ÚLTIMO NAMORADO/COMPANHEIRO/MARIDO (QUE MOTIVOU A IDA PARA A CASA ABRIGO)?

Com que idade começou a namorar com ele?

Os seus pais sabiam? Gostavam dele?

A fase do namoro foi conflituosa ou correu bem?

Durante essa fase ele alguma vez foi violento consigo?

Descreve que tipo de violência: de natureza psicológica, física ou sexual.

Se sim descreva as situações nas quais ele foi violento?

Como reagiu na altura dessas agressões?

Contou alguém? A quem? Qual foi a reacção dessa(s) pessoas?

Que tipo de conselhos é que as pessoas a quem contou lhe davam?

Se nunca contou porque que não o fez?

No caso de já haver situações de violência no namoro porque decidiu juntar-se/casar com ele?

Quais eram as reacções dele após as situações de violência?

Nessa fase (em caso de decorrerem já agressões) alguma vez pensou que, de alguma forma, você estivesse a falhar na relação?
Teve filhos ou engravidou durante a fase do namoro?
Alguma das situações de violência decorreu durante a gravidez?
Quando decidiu casar-se/juntar-se e no caso de já terem ocorrido situações de violência e de ter contado a familiares/amigos, quais foram as reacções deles quando lhes contou que se iria casar/juntar?

6. FASE DE CASAMENTO/UNIÃO CONJUGAL

Com que idade se juntou/casou?
Teve filhos depois do casamento? Número de filhos.
Todos os filhos que teve foram planeados/desejados por ambos?
No dia-a-dia o seu marido/companheiro ajudava-a nas tarefas domésticas (cuidava dos filhos, ajudava-a na cozinha, com a roupa, ia buscar os filhos à escola, levava-os ao médico, etc)?
Quem é que costumava trazer mais dinheiro para casa?
E quem geria o dinheiro do agregado?
Tem/tinha ordenado próprio?
Se sim quem o geria, era você que o geria ou o seu marido?
Depois de se casar/juntar, acha que perdeu alguma liberdade que tinha antes, por exemplo estar com os amigos, fazer coisas sozinha, etc?
E o seu marido/companheiro tentou alguma vez isola-la/afasta-la dos seus amigos/familiares/colegas de trabalho?
Quem é que tomava as decisões em relação aos seus filhos (por exemplo se podiam ir para casa dos amigos, sair à noite, ir a festas) você ou o seu marido/companheiro?

7. TRAJECTÓRIA DE VIOLÊNCIA

Primeira situação de violência;
Situações que motivavam a violência.
Espaços nos quais decorriam as situações de violência.
Os filhos assistiam e eram também vítimas de violência?
Os seus filhos também a agrediam?
Alguma das vezes necessitou de assistência médica?
Se sim principais lesões.

Alguma vez contactou polícia ou instituições de apoio a situações de violência doméstica?

Se não, porque não o fazia?

Se sim qual foi a reacção do seu marido/companheiro quando o fez?

8. REACÇÕES

Como descreveria as suas reacções depois das situações de violência?

Considera que eram reacções mais activas ou passivas?

Quando mais activa qual a reacção do marido/companheiro/namorado?

Porque acha que reagia de forma mais passiva?

Se já alguém sabia que era vítima de violência, essas pessoas aconselhavam-na a ter uma reacção mais activa ou passiva?

Alguma vez contactou polícia ou instituições de apoio a situações de violência doméstica?

Se não, porque não o fazia?

Se sim qual foi a reacção do seu marido/companheiro quando o fez?

Contava a alguém que era vítima de violência?

Se não porque não o fazia?

O que imaginava que os outros iriam pensar se soubessem?

Se sim:

- 1ª pessoa a quem contou;
- Reacção e conselhos dessa pessoa e restantes se contou a outros posteriormente;
- Acha que teria apoio dessas pessoas caso se quisesse separar?
- Em particular a sua família, o que lhe diziam? Davam-lhe apoio para se separar do seu marido/companheiro?
- Familiares/colegas/amigos, aconselharam-na a fazer alguma denúncia a instância competente;

9. SITUAÇÃO DE RUPTURA(S)

Alguma vez se sentou separar do marido/companheiro/namorado antes desta separação?

Se não porque não o fez?

Se sim (e em caso de ter voltado para o agressor) porque voltou?

Em caso de ter voltado para marido/companheiro/namorado, ele mudou o comportamento consigo ou voltou a ser vítima de violência?

Por quanto tempo ele deixou de a agredir?

O que diferenciou esta situação de separação das outras (em caso de se ter tentado separar antes e ter voltado)?

10. VERGONHA

Sentia que se contasse a alguém que era vítima poderia, de alguma forma, fazer com que as pessoas ficassem desapontadas consigo?

Quando contou sentiu isso?

Sentiu que alguém próximo a si, possa ter ficado desapontado quanto ao seu papel enquanto mulher/companheira/esposa?

E você? Sente que cumpriu o seu papel de mulher/companheira/esposa?

Na altura que decidiu romper a sua relação, acha que a sua família/amigos/colegas, viram de forma negativa o facto de ter decidido separar-se?

E a inquirida, como se sente em relação à sua separação?

11. CULPA

Alguma vez sentiu que poderia (de alguma forma) ter provocado as agressões?

Ou, alguma vez se sentiu culpada pelas agressões de que foi vítima?

Sentia uma grande dependência em relação ao seu companheiro/marido/namorado?